

COMPETITIVIDADE TERRITORIAL
E
COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

RELATÓRIO FINAL

VOLUME 3
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA: A
ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES PORTUGUESAS

REGIÃO NORTE

JULHO DE 2005



FICHA TÉCNICA

Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social

*Volume 3 – Competitividade, coesão e convergência: a óptica específica das regiões portuguesas
Região Norte*

Julho de 2005

Autoria: *Consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados e que integra CIRIUS, GeoIdeia e CEPREDE*

Coordenação global: *Augusto Mateus*

Coordenação executiva: *Gonçalo Caetano e Paulo Madruga*

Equipa Técnica: *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Filipa Ferrão, Francisco Abreu, Isabel André, Joana Chorincas, José António Cabral Vieira, José António Oliveira, Manuel Laranja, Miguel Fernandes, Nuno Crespo, Sandra Primitivo, Sérgio Lorga, Vânia Rosa, Vítor Dionízio e Vítor Escária*

**VOLUME III -
COMPETITIVIDADE, COESÃO E CONVERGÊNCIA:
A ÓPTICA ESPECÍFICA DAS REGIÕES
PORTUGUESAS**

REGIÃO NORTE

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
LISTA DE CAIXAS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO NORTE: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE.....	13
1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	13
1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO NORTE.....	17
2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	29
2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL.....	31
2.2. TRAJECTÓRIA E MODELO COMPETITIVO.....	40
2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	61
2.3.1. <i>Demografia</i>	62
2.3.2. <i>Capital Humano</i>	73
2.3.3. <i>I&D e Tecnologia</i>	79
2.3.4. <i>Especialização produtiva</i>	92
2.3.5. <i>Estrutura da procura</i>	116
2.3.6. <i>Infraestruturas de suporte</i>	121
3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE	125
3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO	126
3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL	142
3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA	156
3.3.1. <i>Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos</i>	156
3.3.2. <i>Ambiente</i>	166

LISTA DE CAIXAS

Caixa 1.1.1 – Síntese metodológica subjacente à construção do ISCCT: os indicadores da análise fina das condições, processos e resultados da competitividade e da coesão	14
Caixa 2.2.1 - Decomposição do Topo da Pirâmide Territorial.....	42
Caixa 2.3.1 - Tipologia de Classificação por Graus de Intensidade Tecnológica	83
Caixa 2.3.2 – Siemens: O Crescimento de um Actor nos Palcos da I&D e Indústria	89
Caixa 2.3.3 – Casa do Douro: a Importância Histórica e a Indefinição Futura.....	95
Caixa 2.3.4 - Tipologia de Classificação por Factores Chave de Competitividade: A identificação de segmentos competitivos	110
Caixa 3.1.1 - Metodologia de cálculo dos Índices de Pobreza.....	140
Caixa 3.2.1 – Crise na Indústria Têxtil e de Vestuário.....	153
Caixa 3.3.1 – O Sucesso de uma Instituição Cultural: a Fundação Serralves	160

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2.1 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas: os rankings globais em 2000-2002.....	19
Figura 1.2.2 – Competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas os rankings parciais da competitividade em 2000-2002.....	20
Figura 1.2.3 – Articulação entre coesão e competitividade nas regiões portuguesas (2000-2002).....	23
Figura 1.2.4 – Articulação entre coesão económica e social nas regiões portuguesas (2000-2002).....	24
Figura 1.2.5 – A articulação entre competitividade e coesão na Região Norte: condições, processos e resultados (2000-2002).....	26
Figura 1.2.6 – A evolução da competitividade e coesão na Região Norte, as trajectórias 1991-95 → 2000-02(*).....	28
Figura 2.1.1 – PIB per capita e variação média anual do PIB: posicionamento da região no contexto europeu.....	32
Figura 2.1.2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra regional	34
Figura 2.1.3 – Resultado de convergência com a UE nos 90 (PIB <i>per capita</i>).....	35
Figura 2.1.4 – Taxa de atractividade de população.....	37
Figura 2.1.5 – Taxa de atractividade de população com ensino superior.....	38
Figura 2.1.6 – Dimensão da actividade exportadora nos anos 90	39
Figura 2.2.1 – PIB per capita e Produtividade: o posicionamento da região no contexto europeu	41
Figura 2.2.2 – PIB per capita e taxa de emprego da população dos 15-64 anos : posicionamento da região no contexto europeu	42
Figura 2.2.3 – Decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial nos anos 90.....	44
Figura 2.2.4 – Evolução da produtividade nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	45
Figura 2.2.5 – Evolução da taxa de utilização dos recursos humanos nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	46
Figura 2.2.6 – Trajectórias regionais de competitividade nos anos 90.....	49

Figura 2.2.7 – Trajectórias regionais de produtividade e remunerações nos anos 90	50
Figura 2.2.8 – Estrutura do tecido empresarial por escalões de dimensão nos anos 90	51
Figura 2.2.9 – Taxa de iniciativa empresarial nos anos 90	53
Figura 2.2.10 – Taxa de iniciativa empresarial: perspectiva concelhia (1999/2000)	54
Figura 2.2.11 – Taxa de sobrevivência empresarial nos anos 90	55
Figura 2.2.12 – Taxa de sobrevivência empresarial: perspectiva concelhia (1998/99)	56
Figura 2.2.13 – Indicador de dependência do emprego regional nos anos 90	58
Figura 2.2.14 – Indicador de dependência do emprego regional: perspectiva concelhia (2001)	59
Figura 2.2.15 – Presença de capital estrangeiro no tecido empresarial regional, nos anos 90	60
Figura 2.2.16 – Mobilidade laboral nos anos 90	61
Figura 2.3.1 – PIB per capita e densidade populacional: posicionamento da região no contexto europeu	64
Figura 2.3.2 – PIB per capita e índice de envelhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	65
Figura 2.3.3 – Densidade populacional nos anos 90	66
Figura 2.3.4 – Densidade populacional: perspectiva concelhia (2001)	67
Figura 2.3.5 – Evolução da estrutura etária da população residente nos anos 90	68
Figura 2.3.6 – Índice de envelhecimento nos anos 90	69
Figura 2.3.7 – Índice de envelhecimento: perspectiva concelhia (2001)	70
Figura 2.3.8 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90	71
Figura 2.3.9 – Contribuição dos saldos natural e migratório para a evolução da população nos anos 90: perspectiva concelhia	72
Figura 2.3.10 – PIB <i>per capita</i> e peso da educação superior: posicionamento da região no contexto europeu	74
Figura 2.3.11 – Estrutura de habilitações da população residente (2001)	75
Figura 2.3.12 – População residente com ensino superior em % da população residente com mais de 20 anos, nos anos 90	76
Figura 2.3.13 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total, nos anos 90	77
Figura 2.3.14 – Pessoal ao serviço com ensino superior em % do total: perspectiva concelhia (2000)	78
Figura 2.3.15 – PIB <i>per capita</i> e pedidos de patentes por milhão de habitantes: posicionamento da região no contexto europeu	80
Figura 2.3.16 – PIB <i>per capita</i> , tecnologia e conhecimento: posicionamento da região no contexto europeu	82
Figura 2.3.17 – Vantagens comparativas reveladas por níveis de intensidade tecnológica (2000)	83
Figura 2.3.18 – VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia em % do total da indústria, nos anos 90	84
Figura 2.3.19 – VAB dos sectores de serviços intensivos em conhecimento em % do total dos serviços, nos anos 90	85
Figura 2.3.20 – VAB dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia em % do total, nos anos 90	86
Figura 2.3.21 – Emprego em tecnologias de informação e comunicação (TIC) em % do total, nos anos 90	87
Figura 2.3.22 – Intensidade em I&D nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	88
Figura 2.3.23 – Estrutura das despesas em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	90
Figura 2.3.24 – Pessoal em I&D em % da população activa nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	91
Figura 2.3.25 – Estrutura do pessoal em I&D por sector institucional nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional	92
Figura 2.3.26 – PIB <i>per capita</i> e emprego no sector terciário: posicionamento da região no contexto europeu	94
Figura 2.3.27 – VAB por sectores de actividade nos anos 90	97
Figura 2.3.28 – Emprego por sectores de actividade: perspectiva concelhia (2001)	98
Figura 2.3.29 – Produtividade por sectores de actividade nos anos 90	100

Figura 2.3.30 – Especialização sectorial (VAB) nos anos 90	103
Figura 2.3.31 – Decomposição dos diferenciais de produtividade nos anos 90: análise <i>shift-share</i>	109
Figura 2.3.32 – Estrutura do VAB industrial por factores-chave de competitividade nos anos 90	112
Figura 2.3.33 – Vantagens comparativas reveladas por factores chave de competitividade (2000)	113
Figura 2.3.34 – Produtividade por factores chave de competitividade nos anos 90	114
Figura 2.3.35 – Intensidade exportadora nos anos 90	115
Figura 2.3.36 – Composição das despesas dos agregados familiares nos anos 90	117
Figura 2.3.37 – Consumo em serviços avançados em % das despesas das famílias nos anos 90: posicionamento no contexto nacional	118
Figura 2.3.38 – Taxa de urbanização nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	119
Figura 2.3.39 – Taxa de urbanização: perspectiva concelhia (2001)	120
Figura 2.3.40 – Índice de polarização: perspectiva concelhia (2001)	121
Figura 2.3.41 – PIB <i>per capita</i> e densidade de auto-estradas: posicionamento da região no contexto europeu	122
Figura 2.3.42 – Distâncias aos principais mercados	123
Figura 2.3.43 – Despesas em I&D nas entidades de suporte em % do vab nos anos 90	124
Figura 3.1.1 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	127
Figura 3.1.2 – Rendimento colectável <i>per capita</i> : perspectiva concelhia (2001)	128
Figura 3.1.3 – Dispersão concelhia do rendimento colectável: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	129
Figura 3.1.4 – Capacidade relativa de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado (2001)	130
Figura 3.1.5 – Esperança média de vida à nascença nos anos 90	131
Figura 3.1.6 – Esperança média de vida à nascença: perspectiva concelhia (1996/1998)	132
Figura 3.1.7 – Nº médio de anos de escolaridade: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	133
Figura 3.1.8 – Nº médio de anos de escolaridade: perspectiva concelhia (2001)	134
Figura 3.1.9 – Taxa de analfabetismo nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	135
Figura 3.1.10 – Taxa de analfabetismo: perspectiva concelhia (2001)	136
Figura 3.1.11 – Idosos isolados nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	137
Figura 3.1.12 – Idosos isolados: perspectiva concelhia (2001)	138
Figura 3.1.13 – Principal meio de subsistência da população residente nos anos 90	139
Figura 3.1.14 – Índice de pobreza segundo o rendimento (2000)	141
Figura 3.1.15 – Índice de pobreza segundo as condições de vida (2000)	142
Figura 3.2.1 – PIB <i>per capita</i> e taxa de desemprego: posicionamento da região no contexto europeu	143
Figura 3.2.2 – PIB <i>per capita</i> e desemprego de longa duração: posicionamento da região no contexto europeu	145
Figura 3.2.3 – Taxa de desemprego e variação do desemprego nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	146
Figura 3.2.4 – Taxa de desemprego: perspectiva concelhia (2001)	147
Figura 3.2.5 – Variação do desemprego nos anos 90: perspectiva concelhia	148
Figura 3.2.6 – Desemprego feminino nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional	149
Figura 3.2.7 – Estrutura do desemprego por escalão etário: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001)	150

Figura 3.2.8 – Estrutura do desemprego por níveis de habilitação nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	151
Figura 3.2.9 – Saída antecipada do sistema educativo: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional (2001).....	152
Figura 3.2.10 – Saída antecipada do sistema educativo: perspectiva concelhia (2001).....	153
Figura 3.2.11 – Variação da taxa de desemprego e variação da especialização produtiva nos anos 90: posicionamento da região no contexto nacional e intra-regional.....	155
Figura 3.3.1 – PIB <i>per capita</i> e camas de hospital por mil habitantes: posicionamento da região no contexto europeu.....	157
Figura 3.3.2 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total (1998).....	158
Figura 3.3.3 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de educação até ao nível secundário, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	159
Figura 3.3.4 - População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total (1998).....	161
Figura 3.3.5 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos culturais e de lazer, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	162
Figura 3.3.6 - População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total (1998).....	163
Figura 3.3.7 – População dos concelhos que reside em freguesias com centros de saúde, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	164
Figura 3.3.8 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total (1998).....	165
Figura 3.3.9 – População dos concelhos que reside em freguesias com equipamentos de acção social, em % do total: perspectiva concelhia (1998).....	166
Figura 3.3.10 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos (1998 e 2001).....	168
Figura 3.3.11 – Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos: perspectiva concelhia (2001).....	169
Figura 3.3.12 – Taxa de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (1998 e 2001).....	170
Figura 3.3.13 – População servida com sistemas de drenagem de águas residuais, em % do total (1998 e 2001).....	171
Figura 3.3.14 – População servida com sistemas de tratamento de águas residuais em % do total.....	172

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente estudo, intitulado “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, tal como identificado na proposta apresentada por este consórcio, decorrente da nossa leitura do seu Caderno de Encargos, visa, fundamentalmente, avaliar, a partir da construção prévia de um quadro conceptual e analítico rigoroso, sólido e reprodutível, a evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas por um período que envolve os anos 90 e o início da presente década, numa perspectiva dinâmica e espacial, que privilegie, de igual forma, a análise das relações entre a competitividade e a coesão, identificando situações passíveis de justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial.

Neste sentido, e tendo presentes os objectivos atrás mencionados, o presente estudo desagrega-se nos seguintes *outputs*:

- As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas (Volume 1);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa (Volume 2);
- Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Específica das Regiões Portuguesas (Volume 3, em que cada relatório corresponde a cada uma das NUTS II nacionais).

No primeiro, faz-se uma identificação e caracterização das grandes questões conceptuais e metodológicas que se colocam a propósito da análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, havendo que destacar, a este nível, a precisão dos conceitos de competitividade, produtividade, coesão económica e social e de coesão e competitividade de base territorial, em termos da definição das suas dimensões, determinantes e eixos estruturantes fundamentais, e a construção de um índice sintético de competitividade e coesão económica e social das regiões portuguesas, aplicável às NUTS II e NUTS III, subdividido em índices parciais de competitividade e de coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em índices parciais de condições e resultados, e do quadro de indicadores que o alimentam, de forma a assegurar a sua reprodutibilidade.

No relatório nacional (Volume 2), enquadradas que foram as questões chave conceptuais e metodológicas a ter em conta na análise da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, no período referenciado, faz-se, no seu primeiro ponto, um balanço sintético das grandes transformações ocorridas no nosso país ao longo dos anos 90, com base numa análise transversal do desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, situando as principais dinâmicas económicas e sociais internas e externas, caracterizando o modelo de crescimento económico e o processo de convergência nacional no período posterior à plena integração na União Europeia e projectando as principais dinâmicas territoriais em acção na sociedade portuguesa, tendo em atenção os referenciais regionais das actividades e as tendências e alterações do padrão de dinamismo urbano e social.

Neste relatório, procura-se fazer uma aplicação da metodologia definida de avaliação da evolução da competitividade e coesão territoriais ao caso global da economia portuguesa, no seu todo, procurando, no seu segundo ponto, feito previamente o balanço das dinâmicas em acção na década de 90, fornecer uma visão de longo prazo do papel dos fundos estruturais na convergência económica no seio da União

Europeia, no novo quadro de articulação entre aprofundamento e alargamento, com particular enfoque na análise da evolução da convergência das economias nacionais na Europa Alargada no período de vigência dos QCA (1989-2006), valorizando, neste contexto, o desempenho específico da economia portuguesa e, neste âmbito, o papel dos fundos estruturais e de outras políticas de base nacional no seu processo de convergência estrutural.

Finalmente, no terceiro ponto do Volume 2, aplica-se o índice sintético construído ao estudo comparado da competitividade e coesão de base territorial das diversas regiões portuguesas, sejam elas NUTS II, ou NUTS III, estruturando esta análise em termos do cruzamento dos seus sub-índices de competitividade e coesão, subdivididos, por sua vez, cada um deles, em sub-índices de condições e resultados.

Este volume é concluído com a produção das conclusões da avaliação da evolução da competitividade territorial e da coesão económica e social das regiões portuguesas, que podem justificar inflexões ou ajustamentos nas políticas públicas de base territorial, sendo, nessa medida, enunciadas um conjunto de recomendações tendo em vista, designadamente, a preparação do próximo ciclo de programação estrutural.

Os relatórios regionais (Volume 3) desenvolvem, por sua vez, uma abordagem centrada no posicionamento quantitativo e qualitativo relativo de cada uma das regiões NUTS II em matéria de competitividade e coesão territorial, com base inicialmente, numa lógica, agregativa, de síntese, no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) - e da identificação das especificidades de carácter regional que a sua análise traduz, e que devem ser avaliadas tendo presente que, à semelhança de qualquer “índice sintético”, traduzem um resultado agregado que “esconde” diversos aspectos passíveis de identificação, apenas, em análises de carácter mais aprofundado -, e, em segundo lugar, num desenvolvimento, neste quadro, destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão, e que consubstanciam o conjunto de opções metodológicas assumidas no contexto deste trabalho.

Desta forma, desce-se da perspectiva de síntese inicial para uma abordagem posterior, relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, de toda a temática da competitividade e crescimento e das questões fundamentais da coesão económica e social e dos avanços registados em matéria de equidade, ao longo dos anos 90, em cada uma das regiões NUTS II nacionais.

Neste processo de caracterização, procurar-se, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade e coesão de base regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

O presente relatório está integrado no Volume 3 do presente estudo, correspondendo à abordagem específica do caso da região Norte.

Em termos territoriais, a região Norte caracteriza-se por uma dualidade bem vincada: à região metropolitana do litoral, polarizada pela cidade do Porto, contrapõe-se no interior uma área quase exclusivamente rural marcada por dinâmicas de desenvolvimento económico e social aquém da média nacional e das observadas na faixa litoral. De referir ainda a presença de espaços intermédios, constituídos por uma rede de cidades de pequena e média dimensão que, em alguns casos, apresentam um importante dinamismo no contexto regional.

Nos últimos anos, esta região tem apresentado ligeiros acréscimos da população residente, o que lhe permite manter-se como uma das regiões mais populosas de Portugal.

Do ponto de vista demográfico, a região Norte acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da população, apesar de ter conseguido manter-se como uma das regiões menos envelhecidas do país.

Apesar da permanência de significativas taxas de analfabetismo e de abandono precoce do sistema de ensino, esta região observa uma franca melhoria das qualificações da população residente.

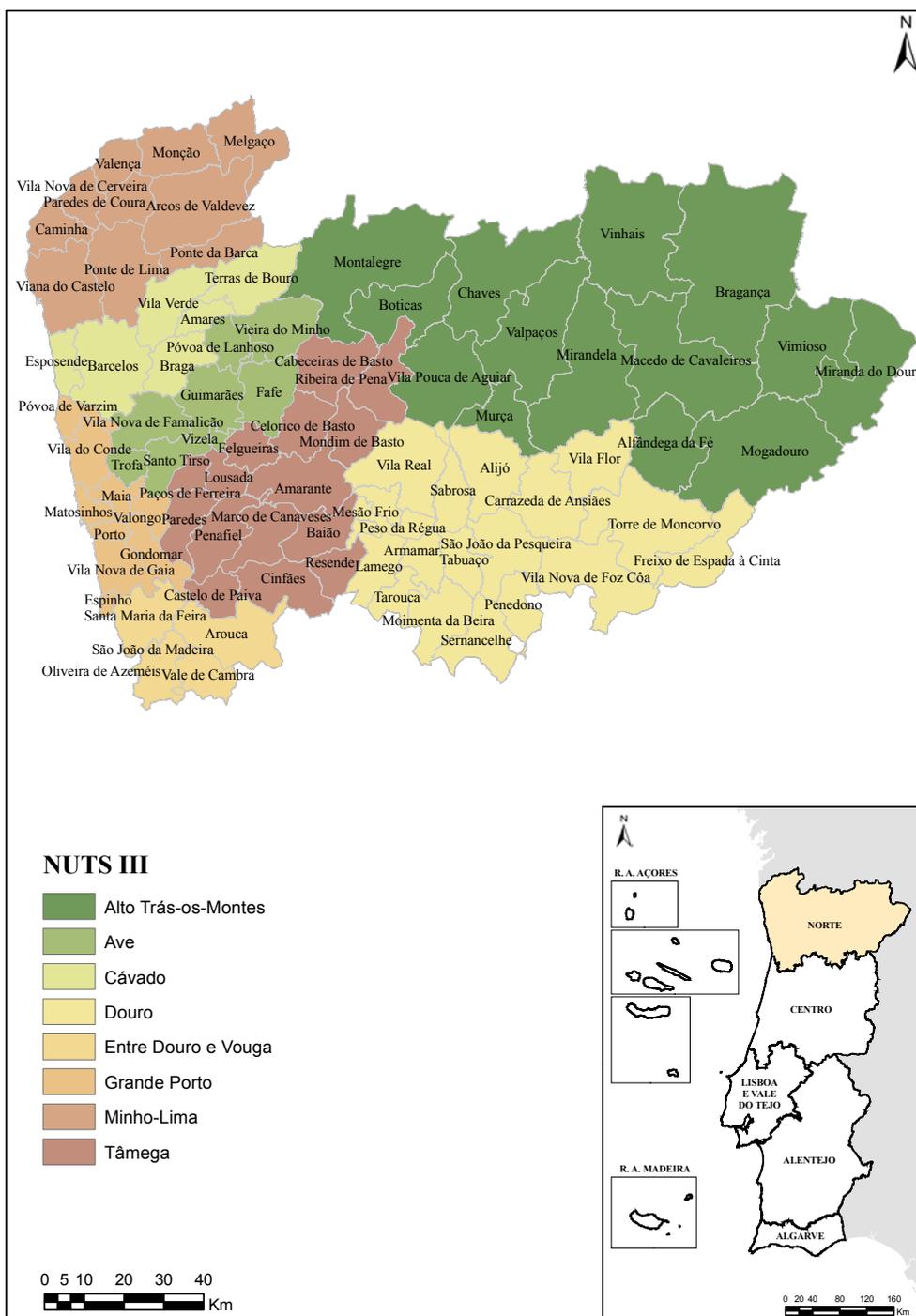
O Norte é a região portuguesa de economia mais aberta ao exterior, evidenciando uma forte vocação exportadora das suas produções. Todavia, a sua estrutura produtiva, que se caracteriza pela elevada aglomeração espacial das unidades produtivas, apresenta alguns aspectos negativos ligados à baixa produtividade e à forte concentração do emprego e da produção num conjunto de sectores de baixo conteúdo tecnológico, intensivos em mão-de-obra e fortemente ameaçados pelo desemprego.

O desemprego constitui, portanto, um dos problemas da região, afectando cada vez mais as mulheres, os jovens e os indivíduos mais habilitados. A par do desemprego, esta região enfrenta também a incidência da pobreza medida através das condições de vida dos agregados familiares.

De seguida, indicam-se algumas regiões europeias comparáveis à região Norte, em função dos critérios de comparação utilizados, e que serão abordadas ao longo do presente estudo: Thüringen, Alemanha (PIB per capita; densidade populacional; densidade de auto-estradas); Galicia, Espanha (PIB per capita; patentes por milhão de habitantes; emprego em sectores de média/alta tecnologia; densidade de auto-estradas); Stüttgard, Alemanha (PIB per capita; desemprego de longa duração); Steimark, Áustria (PIB per capita; taxa de emprego da população 15-64 anos); West Yorkshire, Reino Unido (desemprego; taxa de emprego da população 15-64 anos); Comunidad Valenciana, Espanha (densidade populacional); Közep-Dunántril, Hungria (índice de envelhecimento; densidade de auto-estradas); Rhone-Alpes, França (índice de envelhecimento); Veneto, França e Severozápad, República Checa (percentagem de população 25-64 anos com ensino superior); Kentriki Makedonia, Grécia (patentes por milhão de habitantes; emprego em sectores de média/alta tecnologia); Cataluña, Espanha (desemprego de longa duração; camas de hospital por milhão de habitantes); Nord Pas de Calais, França (desemprego de longa duração).

Importa referir ainda, em jeito de guia de leitura e interpretação dos gráficos e mapas apresentados ao longo deste relatório, que a região Norte é composta pelas seguintes unidades territoriais (NUTS III e concelhos):

A Região Norte



1. COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO NORTE: UMA PERSPECTIVA DE SÍNTESE

1.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A avaliação do desempenho das regiões portuguesas é entendida, no contexto dos vectores de monitorização assumidos no presente trabalho, nomeadamente no que se refere aos instrumentos e metodologias de ordem técnica seleccionados para a sua concretização, quer numa lógica de complementaridade entre os vectores da competitividade e da coesão territorial, onde se concede destaque particular ao posicionamento regional no equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes do desenvolvimento, quer numa lógica de circularidade entre os aspectos que sustentam a sua análise, onde se destaca a pertinência da internalização de um raciocínio interactivo e dinâmico.

A abordagem adoptada no presente estudo, ao privilegiar uma sistematização de resultados globais centrada nas relações que se estabelecem entre, por um lado, os resultados obtidos e as trajetórias verificadas, e, por outro lado, os processos utilizados e as condições existentes, permite que, do ponto de vista da análise regional específica de cada uma das NUTS II nacionais, seja possível posicioná-las no referencial dos resultados obtidos com base no ISCCT (Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial) como forma de obtenção de uma percepção do seu posicionamento no contexto relativo nacional da competitividade, da coesão e do equilíbrio estabelecido entre estas duas vertentes, e que, com base nesta visão, esteja mais facilitado o levantamento de dúvidas metodológicas sobre os aspectos que justificam e sustentam esse posicionamento relativo e se fomente um nível de sensibilidade especificamente orientado para o encadeamento dos factores (na lógica de análise de condições → processos → resultados) que poderão contribuir para a sua clarificação.

Interessa, pois, destacar as características específicas associadas ao modelo de crescimento da região Norte, que, de um ponto de vista sumário e sintético, são passíveis de tradução nos resultados da aplicação do ISCCT, mas que não podem, contudo, constituir o único instrumento de suporte à (re)formulação de políticas estruturais de desenvolvimento económico e social, uma vez que, a este respeito, se torna particularmente recomendada uma leitura que ultrapasse uma análise centrada, exclusivamente, nos “resultados obtidos” ou nas “condições existentes”, abarcando, igualmente, o “conjunto dos processos” que sustentam, justificam e explicam esse posicionamento.

A estrutura adoptada para o presente relatório apresenta, como tal, em primeiro lugar, uma abordagem inicial centrada no posicionamento quantificado relativo da região Norte em matéria de competitividade e de coesão territorial, com base no ISCCT, e, em segundo lugar, um aprofundamento destas temáticas, onde se adopta, como fio condutor de análise, a articulação entre os indicadores de condições, de processos e de resultados afectos às diferentes dimensões e domínios de análise da competitividade e da coesão (Caixa 1.1.1), e que traduzem o conjunto de opções metodológicas¹ assumidas no contexto deste trabalho.

CAIXA 1.1.1 – SÍNTESE METODOLÓGICA SUBJACENTE À CONSTRUÇÃO DO ISCCT: OS INDICADORES DA ANÁLISE FINA DAS CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO

O Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial, construído com o objectivo de identificação dos diferentes modelos e formas de articulação entre competitividade e coesão, bem como as diferentes capacidades regionais de transformação de condições em resultados, permite que se estabeleçam as seguintes articulações:

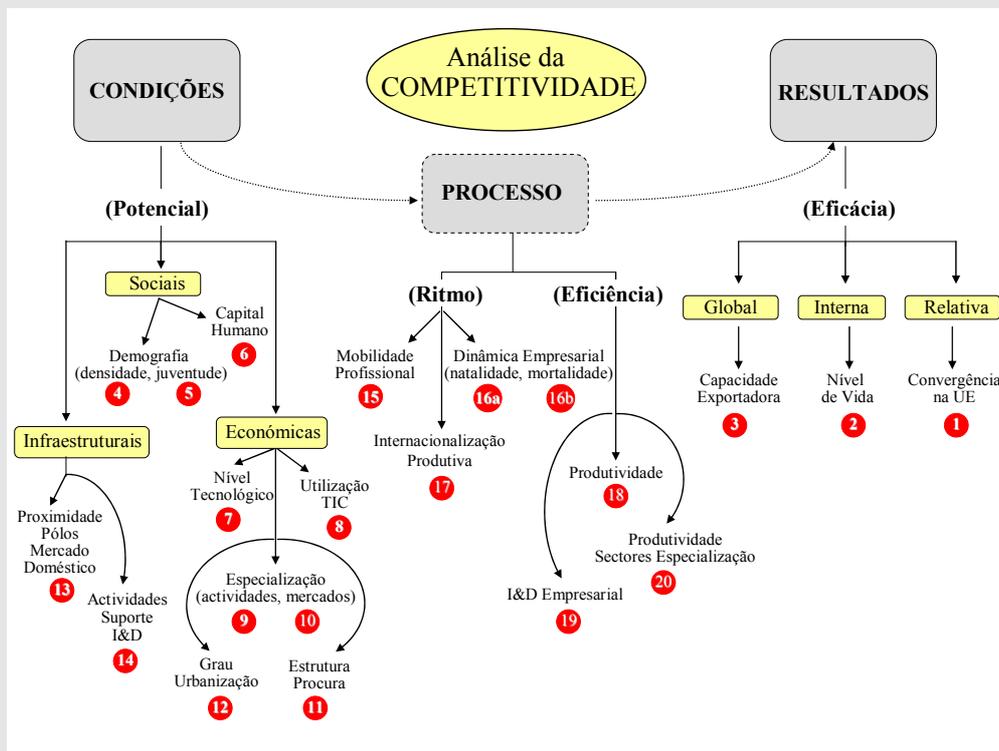
- Decomposição do índice sintético agregado global nos *Índices Sintéticos Parciais de Competitividade e de Coesão*, sendo o primeiro índice orientado por critérios de referência aos níveis de *eficiência* presentes nos *processos de coordenação económica*, e o segundo índice orientado por critérios de *equidade* presentes nos *processos de coordenação social*. No contexto do funcionamento dos mercados e da democracia, a articulação entre ambos tem vindo a assumir-se como instrumento decisivo orientador das reformas estruturais nas políticas públicas;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da competitividade*, das componentes global (criação de valor internacional), interna (poder de compra) e relativa (convergência do poder de compra no espaço europeu), com o objectivo de promoção da articulação complementar entre, por um lado, aspectos estáticos e dinâmicos, e, por outro lado, referenciais internos e externos;
- Decomposição, ao nível das *condições da competitividade*, das condições económicas, sociais e infraestruturais, com o objectivo de introduzir uma visão global e pluridimensional do conceito de competitividade, que ultrapasse o enfoque “económico” que lhe é normalmente concedido;
- Decomposição, ao nível dos *resultados da coesão*, das componentes de coesão económica e de coesão social, com o objectivo de identificar as diferentes trajectórias, complementares, de construção da coesão territorial;
- Identificação, ao nível das *condições da coesão*, do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos, matéria onde o ordenamento do território assume um papel muito relevante.

Os indicadores de base subjacentes à construção do índice sintético de competitividade e coesão das regiões portuguesas foram seleccionados por referência aos domínios de análise desenvolvidos a propósito do desenvolvimento destes conceitos de competitividade e de coesão, e incorporando (entre diversos outros factores) preocupações acrescidas de robustez estatística, de possibilidade de actualizações periódicas e de equilíbrio na distribuição dos vários indicadores pelas diferentes dimensões e domínios.

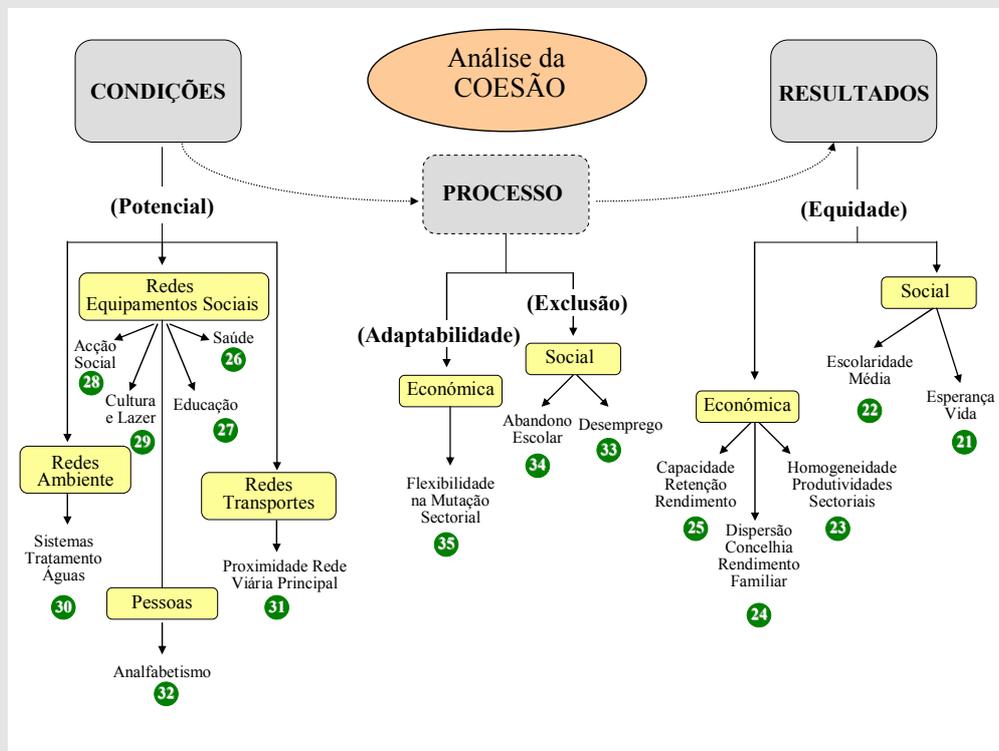
O ISSCT é construído com base em técnicas de tratamento estatístico de dados especificamente orientadas para o efeito, podendo ser subdividido em vários índices específicos parciais - de *competitividade*, de *coesão*, de *coesão económica* e de *coesão social* -, que, por sua vez, podem ser analisados numa lógica de identificação dos contributos em termos de condições, processos e resultados.

¹ Apresentadas de forma sistemática e completa no Volume I, *As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas*, Parte II, *Um Índice Sintético de Competitividade e Coesão Territorial para as Regiões Portuguesas: As Grandes Linhas Metodológicas*.

O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE



O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL



A interpretação do ISCCT, ao permitir estabelecer ópticas de abordagem compartimentadas por domínios de análise - o Índice Sintético Parcial de Competitividade (ISpComp), o Índice Sintético Parcial de Coesão (ISpCoes) e, em particular, o Índice Sintético Parcial de Coesão Social (ISpCoesS) e de Coesão Económica (ISpCoesE) -, é aqui apresentada numa lógica orientada para o posicionamento específico da região Norte, que, no entanto, não poderá nem deverá ser isolada de uma análise integrada no contexto das restantes regiões portuguesas².

A análise centrada neste posicionamento relativo das diversas regiões portuguesas permitiu que se desenvolvesse uma tipologia³ das sub-regiões NUTS III, com capacidade de reflectir a articulação estabelecida entre o respectivo posicionamento relativo nos índices sintéticos parciais de competitividade e de coesão, face aos valores médios nacionais tomados como termo de referência. A inserção de cada sub-região no grupo das Regiões “*finas*” deverá ser perspectivada no contexto do equilíbrio estabelecido entre o seu posicionamento específico nos referenciais da competitividade e da coesão (ver Quadro 1.1.1).

QUADRO 1.1.1 – AS GRANDES SITUAÇÕES NA ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE COMO BASE DE UMA TIPOLOGIA DAS REGIÕES PORTUGUESAS (NUTS III)

<i>Grupo</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Competitividade</i> <i>Valor do ISpComp (*)</i>	<i>Coesão</i> <i>Valor do ISpCoes (*)</i>	<i>Regiões “Finas”</i> <i>(NUTS III)</i>
I	Regiões globalmente “avançadas”	$ISpComp \geq 100$	$ISpCoes \geq 100$	Grande Lisboa, Península de Setúbal, Grande Porto e Baixo Vouga
II	Regiões “seguidoras”	$100 > ISpComp \geq 75$	$ISpCoes \geq 100$	Alentejo Central, Pinhal Litoral, Lezíria do Tejo e Baixo Mondego
			(**)	Alentejo Litoral e Entre Douro e Vouga (<i>Algarve, se considerada</i>)
III	Regiões intermédias	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 80$	Médio Tejo, Oeste, Beira Interior Sul, Dão-Lafões, Beira Interior Norte e Alto Alentejo
IV	Regiões menos desenvolvidas	$75 > ISpComp \geq 50$	$ISpCoes \geq 70$	Minho-Lima, Cova da Beira, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul (<i>Madeira, se considerada</i>)

² No Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*, apresenta-se uma análise global do ISCCT e dos Índices Sintéticos Parciais, aplicada ao conjunto das Regiões NUTS II e NUTS III portuguesas.

³ Apresentada de forma sistemática e completa no Volume 2, *Competitividade, Coesão e Convergência: a Óptica Global da Economia Portuguesa*, Parte III, *A Competitividade e a Coesão Económica e Social das Regiões Portuguesas*.

V	Regiões industriais com reduzida coesão	$I_{SpComp} \geq 70$	$I_{SpCoes} < 70$	Cávado e Ave
VI	Regiões globalmente “atrasadas”	$I_{SpComp} < 50$	$I_{SpCoes} < 60$	Tâmega, Douro, Alto Trás-os-Montes e Açores (***)

(*) A notação obtida no respectivo índice sintético parcial (ISp) constitui a base da afectação de cada “região fina” ao respectivo grupo de acordo com os critérios definidos no quadro.

(**) Estas duas regiões, que apresentam notações no índice parcial de coesão ligeiramente acima, respectivamente, de 90 e de 85, constituem como que uma “charneira” entre os grupos II e III, mais próximas do primeiro em matéria de competitividade e do segundo em matéria de coesão.

(***) A região dos Açores é aqui incluída por apresentar a notação mais baixa no índice parcial de coesão, apesar de registar uma notação ligeiramente abaixo de 60 no índice parcial de competitividade.

1.2. A APLICAÇÃO DO ISCCT À REGIÃO NORTE

A determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas e, em particular, pela região Norte e suas sub-regiões no índice sintético de competitividade e coesão territorial, para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 2000-2003, que tem em 2001 o seu principal ano de referência, permite obter um primeiro grande resultado da metodologia desenvolvida, que se traduz na elaboração de uma hierarquia consistente das regiões portuguesas, considerando globalmente, no seu conjunto, as dimensões da competitividade e coesão.

Os valores assumidos pelo ISCCT nas regiões NUTS II e suas sub-regiões, com destaque particular, neste caso, para o posicionamento inter e intra-regional da região Norte, permite, com efeito, traçar um quadro global da organização territorial da economia portuguesa e da região, que surge suficientemente rico e diversificado para poder contribuir para a fundamentação técnica dos processos de tomada de decisão que envolvem as políticas públicas orientadas por objectivos de competitividade e coesão, enquanto alavancas da convergência económica e social na Europa alargada.

As notações apuradas, a este propósito, para o índice sintético global de competitividade e coesão territorial são apresentadas, de seguida (Figura 1.2.1), num referencial hierárquico descendente, onde a sua média ponderada pela respectiva população é tomada como valor de base, isto é, o valor obtido por cada região e sub-região representa, também, a sua posição relativa em relação à situação média do país (Portugal=100).

A região Norte evidencia alguns problemas importantes em matéria de coesão e competitividade, com registos globais do ISCCT muito abaixo da média nacional, constituindo mesmo a NUTS II pior posicionada ao nível de Portugal Continental. O Grande Porto aparece, naturalmente, entre as sub-regiões mais desenvolvidas, atrás da Área Metropolitana de Lisboa, com um registo acima da média nacional (é a única NUTS III do Norte nestas condições).

A zona envolvente da área metropolitana do Porto tende a apresentar, no plano da visão integrada das dimensões da coesão e da competitividade, um desempenho bem menos conseguido e mais desequilibrado que o da zona envolvente da área metropolitana de Lisboa, reforçando, desse modo, a diferenciação, igualmente existente, no mesmo sentido, entre os dois principais pólos urbanos de

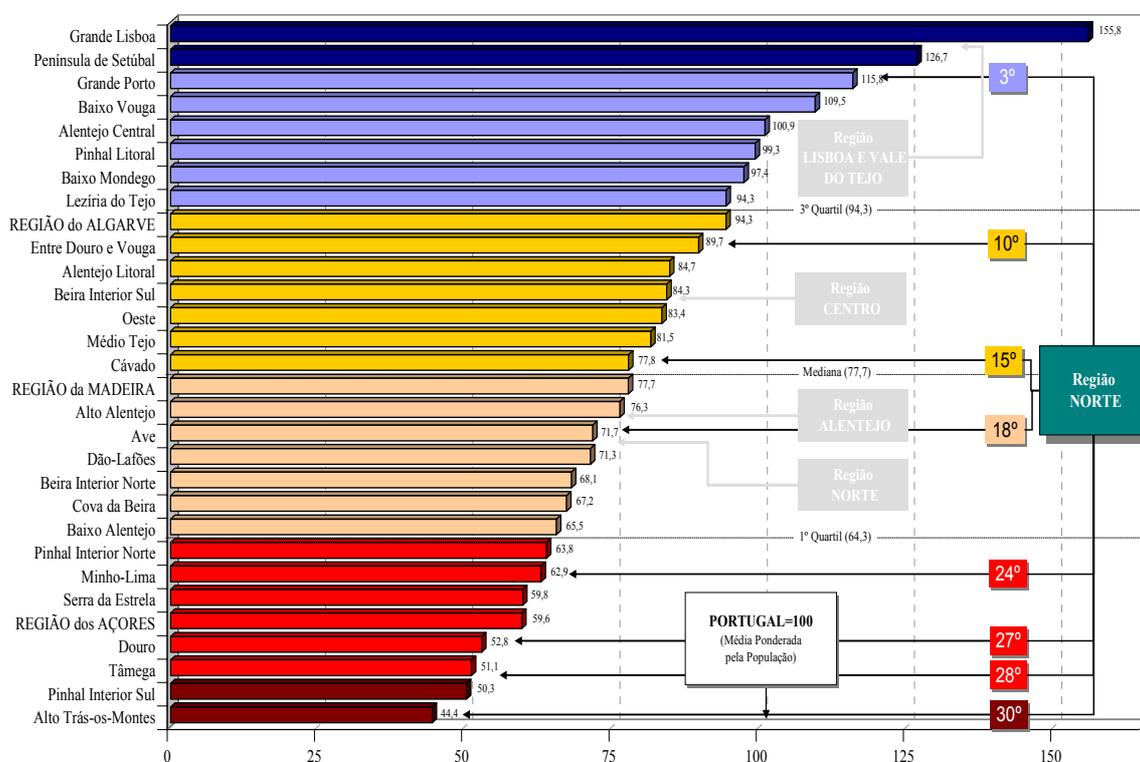
Portugal, isto é, as sub-regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa.

Relevo para a posição entre as sub-regiões *seguidoras* do Entre Douro e Vouga, cuja parte sul constitui, conjuntamente com o Baixo Vouga, uma das regiões industriais mais importantes e dinâmicas e um dos pólos mais exportadores do país, aparecendo em 10º lugar no ranking das regiões finas.

Mais atrás, temos NUTS III industriais com reduzidos níveis de coesão, como o Ave e Cávado, que se caracterizam pela elevada aglomeração espacial das suas unidades produtivas, apresentando alguns aspectos negativos ligados à baixa produtividade e à forte concentração do emprego e da produção num conjunto reduzido de actividades fortemente exportadoras, de baixo conteúdo tecnológico e incorporação de valor acrescentado, intensivas na utilização de mão de obra barata (envolvendo, nomeadamente, têxtil, vestuário e mobiliário) e cada vez mais ameaçadas pela concorrência Asiática, de Leste e do Norte de África e, nessa medida, pelo desemprego.

Depois, temos ainda sub-regiões menos desenvolvidas e/ou globalmente atrasadas, posicionando-se o Minho-Lima, a este nível, ligeiramente acima das restantes NUTS III nestas condições (62,9% da média nacional, quedando-se as outras sub-regiões - Douro, Tâmega e Alto Trás-os-Montes - por valores que variam entre 44,4% e 52,8% da média nacional), constituindo, na maior parte dos casos, áreas quase exclusivamente rurais marcadas por dinâmicas de desenvolvimento económico e social aquém da média nacional e das observadas na faixa litoral da região, com fraca especialização produtiva e produtividade, com reduzida capacidade para atrair e fixar actividades e recursos estratégicos competitivos e sofisticados, sendo marcadas pela carência de iniciativas e pela falta de densidade do tecido empresarial, infraestruturas de suporte e equipamentos colectivos, afectando a coesão e competitividade destes espaços territoriais. Das 8 sub-regiões pior posicionadas em matéria de ranking do ISCCT, temos, desta forma, quatro pertencentes à região Norte.

FIGURA 1.2.1 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS: OS RANKINGS GLOBAIS EM 2000-2002



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

O grande traço da análise das regiões portuguesas em matéria agora exclusivamente de posicionamento competitivo, revelado pelos resultados das notações obtidas no respectivo índice sintético parcial, é, por seu lado, o de uma vulnerabilidade significativa e relativamente generalizada, tanto mais, convém não esquecer, que o referencial da média nacional apresenta, também ele, uma particular vulnerabilidade na configuração actual do processo de convergência económica numa União Europeia alargada. Os resultados obtidos no plano da competitividade revelam, por outro lado, que as assimetrias entre as regiões portuguesas são ainda mais significativas que as registadas no plano global da coesão e da competitividade.

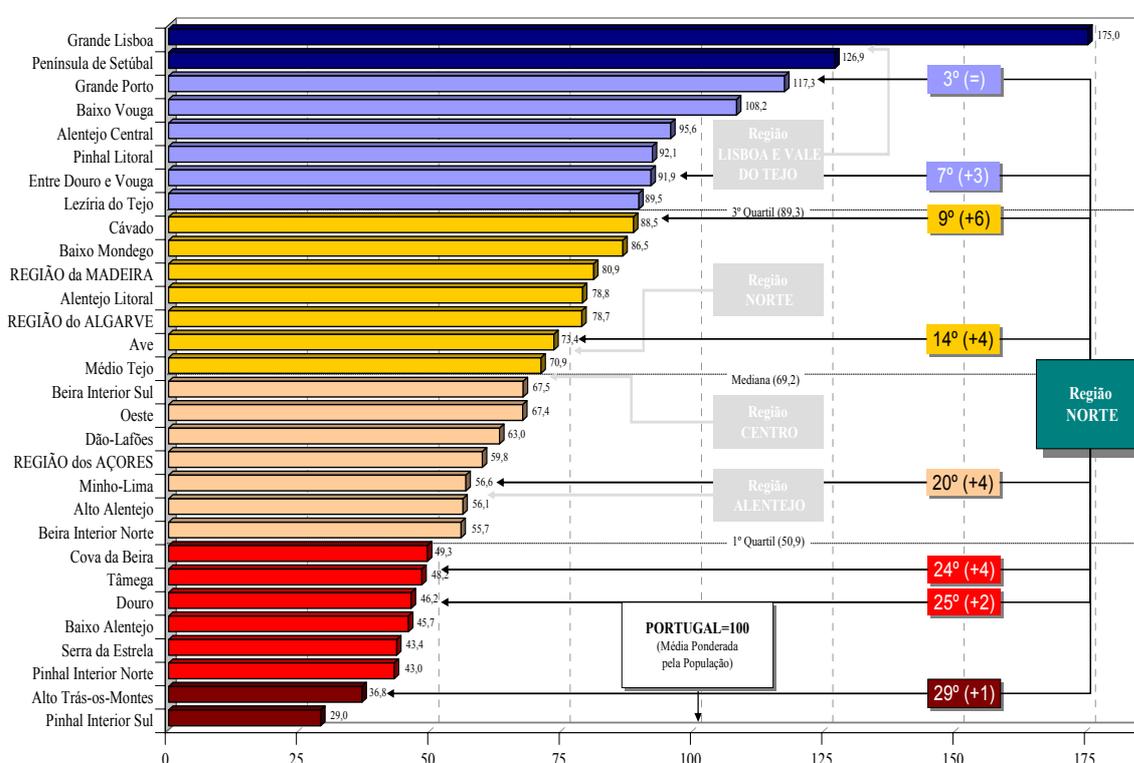
A situação das “regiões de coordenação” no plano da competitividade reflecte estas características, produzindo uma hierarquia muitíssimo marcada com um único pólo mais avançado, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de competitividade superior em mais de 60% à média nacional. A região Norte, com um nível de competitividade inferior a 75% da média nacional, posiciona-se num grupo intermédio de desenvolvimento competitivo, conjuntamente com as regiões do Centro e da Madeira, no 2º lugar do ranking das NUTS II no respectivo índice parcial.

Com excepção do Grande Porto, que mantém o mesmo lugar neste ranking, todas as outras sub-regiões melhoram de posições quando se passa do ISCCT para o índice parcial de competitividade (ver Figura 1.2.2). Este facto não quer dizer, no entanto, que o posicionamento da região, por comparação com a

média nacional, seja substancialmente diferente quando se fala em competitividade ou em coesão ou quando se fala destas duas dimensões tomadas em conjunto. O que acontece é que outras regiões vêm degradadas as suas posições quando se passa a falar exclusivamente de competitividade.

Por outro lado, agrava-se, isso sim, o dualismo existente na região, alargando-se mais o fosso entre as suas zonas mais e menos desenvolvidas, do ponto de vista da competitividade, com o Grande Porto posicionado acima da média nacional (em 17%), seguido pelo Entre Douro e Vouga e agora também pelo Cávado, com registos à volta dos 90% deste referencial, e mais atrás, numa posição intermédia, pelo Ave, para depois, finalmente, aparecerem, numa situação de enorme fragilidade competitiva, as restantes sub-regiões, com registos entre os 57% e 37% da média do país.

**FIGURA 1.2.2 – COMPETITIVIDADE E COESÃO TERRITORIAL DAS REGIÕES PORTUGUESAS
OS RANKINGS PARCIAIS DA COMPETITIVIDADE EM 2000-2002**



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

Na coesão, produz-se uma hierarquia muito menos vincada e segmentada de forma mais equilibrada do que a verificada ao nível da competitividade, com um pólo de coesão claramente mais elevada, isto é, a região de Lisboa e Vale do Tejo, com um nível de coesão superior em cerca de 1/3 à média nacional. O Norte volta a ser a região pior posicionada de Portugal Continental em matéria de coesão e equidade (pouco acima dos 70% deste referencial), com outras regiões a comportarem-se melhor a este nível, contribuindo este registo, em muito, para a posição particular desta NUTS II ao nível do ranking global do ISCCT. Os problemas de coesão são, de facto, aqui bastante relevantes, sobretudo na vertente da coesão social.

Com efeito, os espaços territoriais com problemas significativos de coesão social concentram-se, no continente, ao longo de um extenso arco em torno do Grande Porto, que inclui as sub-regiões do Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega e Douro e se prolonga, para Norte (Alto Trás-os-Montes) e para Sul (Dão-Lafões), em regiões menos deficitárias, mas ainda abaixo do valor do 1º quartil da distribuição das notações da coesão social.

Os problemas de coesão social neste “arco Norte” são complexos e globais na medida em que se colocam não só ao nível das condições de acesso das populações às redes de equipamentos colectivos e sociais, nomeadamente os de educação, sociais e culturais, como também ao nível dos resultados alcançados, nomeadamente no que respeita à esperança de vida e ao nível de escolaridade, e dos processos indutores de coesão social, nomeadamente ao nível do abandono escolar. A análise propiciada pelos resultados da bateria de indicadores do ISCCT, construído no presente estudo, indica, assim, que a prossecução dos objectivos da coesão social em Portugal encontra neste “arco Norte”, seguramente, o seu principal e mais alargado desafio.

A este propósito, importa ainda salientar que os resultados obtidos no plano da coesão económica revelam assimetrias muito menos significativas do que as registadas no conjunto das dimensões da coesão, o que se explica, em grande parte, pelo facto da lógica da dispersão dominar o índice parcial de coesão económica⁴, enquanto os índices parciais de coesão social e, também, de coesão, tomada no seu conjunto, são dominados pela lógica do nível de acesso às redes de equipamentos colectivos. Relevo, ainda assim, neste domínio, para o registo muito baixo da sub-região de Alto Trás-os-Montes (44% da média nacional), associado a uma muito reduzida homogeneidade das produtividades sectoriais.

A leitura, por outro lado, das grandes características e tendências da organização espacial, na economia e sociedade portuguesa, e, em particular, na região Norte e suas sub-regiões, baseada nos resultados do índice sintético de competitividade e coesão territorial, permite partir para um aprofundamento analítico valorizando a construção de um sistema de articulações entre as suas grandes dimensões (competitividade versus coesão e coesão económica versus coesão social).

A análise, neste quadro, da articulação entre coesão e competitividade pode ser desenvolvida através da comparação dos níveis relativos alcançados pelas regiões numa e noutra dimensão.

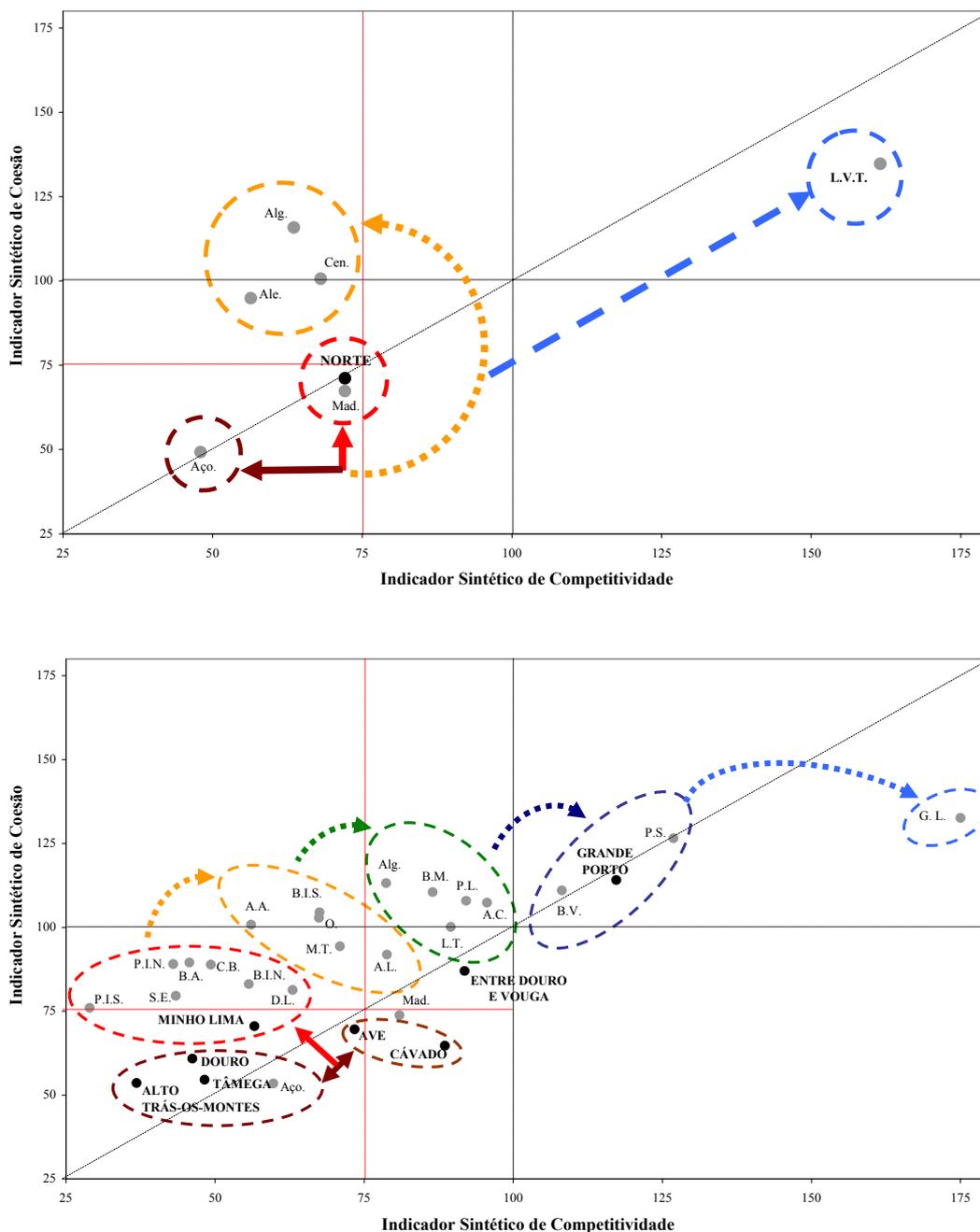
Esta comparação permite confirmar não só a existência de assimetrias regionais significativas no nível de desenvolvimento económico e social, como evidenciar, igualmente, quer a existência de desequilíbrios significativos na promoção daquelas duas dimensões cruciais, quer uma clara preponderância dos desvios para cima e para a esquerda, isto é, a preponderância de situações de vulnerabilidade competitiva, para um determinado nível de coesão considerado, ou de situações de “excesso” de dotação nas condições da coesão, para um determinado nível de competitividade alcançado. Constata-se, desta forma, que parece existir uma tendência significativa para a colocação da “coesão à frente da competitividade”, que pode ser mais “desejada” (opções de política pública, escolhas dos eleitores, comportamentos dos cidadãos e dos

4 A dispersão pode ser baixa, lembre-se, tanto na “pobreza” (regiões menos desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica), como na “riqueza” (regiões mais desenvolvidas com níveis aproximados de eficiência económica).

agentes económicos) ou mais “sofrida” (consequências do aprofundamento da integração europeia e da globalização).

A região Norte, por seu lado, posiciona-se, no quadro da articulação entre os índices sintéticos parciais de coesão e competitividade (Figura 1.2.3), mais ou menos na sua diagonal, com valores semelhantes nas duas dimensões que andam à volta dos 71/72% da média nacional, ainda que em termos de rankings a situação seja claramente diferenciada, pelas razões atrás avançadas. Ao nível intra-regional, saliência para a posição privilegiada do Grande Porto, mais ou menos também na diagonal do dito quadro de articulação, com registos acima da média nacional entre 15% e 20%, seguido pelo Entre Douro e Vouga, com valores à volta dos 90% deste referencial, nestas duas dimensões. No resto, podemos destacar três tipos de posicionamentos diferenciados: situações de “atraso global” (Douro, Alto Trás-os-Montes e Tâmega); situações de forte vulnerabilidade competitiva, apesar de um nível menos desfavorável de coesão (Minho-Lima); e situações de forte vulnerabilidade social, apesar de um nível menos desfavorável de competitividade (Cávado e Ave) - ver Figura 1.2.3.

FIGURA 1.2.3 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO E COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUEAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

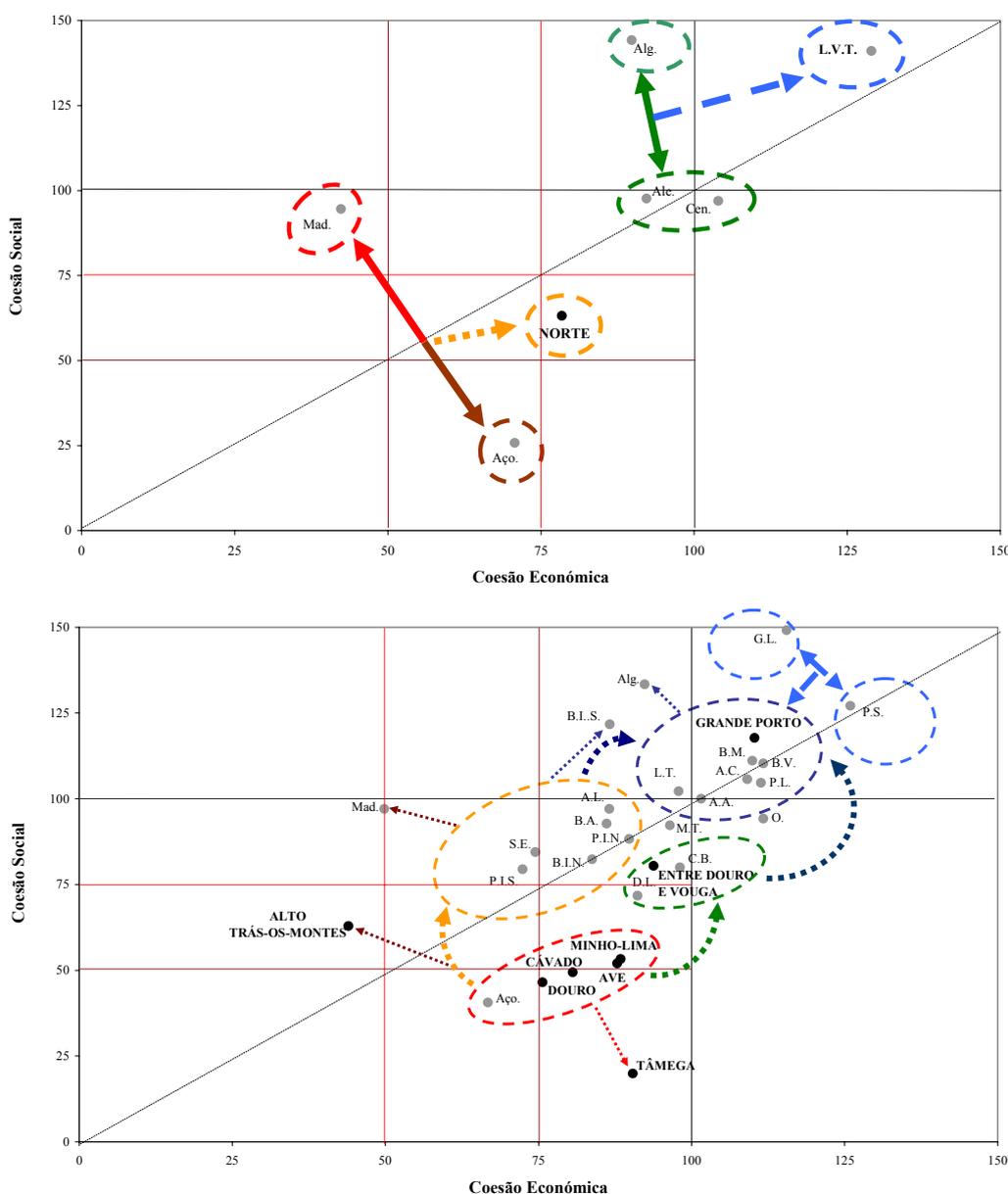
Ao nível da articulação mais fina entre coesão económica e social, verifica-se, em primeiro lugar, que, na sequência do que foi referido anteriormente, as diferenças intra-regionais na região Norte tendem a ser maiores ao nível da coesão social do que da coesão económica.

Na primeira, temos o Grande Porto como única sub-região com registos acima da média nacional, seguido, a larga distância, pelo Entre Douro e Vouga (pouco acima dos 75% deste referencial) e, mais

atrás, por Alto Trás-os-Montes, Cávado, Ave, Minho-Lima e Douro, com registos, aproximadamente, entre os 50% e 60% da média do país neste domínio. O Tâmega parece revelar fortíssimos problemas de coesão social, ostentando um registo que se situa abaixo dos 25% da média nacional.

Na coesão económica, tudo melhora um pouco (a região Norte, com efeito, apresenta, no seu conjunto, níveis mais elevados de coesão económica do que social), com excepção do Grande Porto (ainda assim acima da média nacional) e de Alto Trás-os-Montes, por razões, nesta última sub-região, que se prendem com a falta de homogeneidade nas produtividades sectoriais (44% da média do país). O Tâmega, a este respeito, junta-se ao grupo formado por Ave, Cávado, Minho-Lima e Douro, com registos entre os 75% e 90% da média nacional - ver Figura 1.2.4.

FIGURA 1.2.4 – ARTICULAÇÃO ENTRE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A metodologia utilizada para a construção do índice sintético de competitividade e coesão territorial permite, ainda, um aprofundamento adicional das conclusões avançadas com base na interpretação do sistema de articulações entre a competitividade e a coesão, através do tratamento mais detalhado do desempenho específico de cada região nas condições, processos e resultados de cada uma dessas grandes dimensões de análise.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da competitividade permite-nos aproximar, respectivamente, o seu potencial competitivo e a eficácia da sua utilização, isto é, a capacidade efectivamente demonstrada na criação de riqueza à escala nacional e internacional. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados em matéria de eficiência produtiva e de ritmo de evolução, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

A comparação das notações obtidas por cada região nas condições e nos resultados da coesão permite-nos, por sua vez, aproximar, respectivamente, a acesso das pessoas às grandes infraestruturas e equipamentos colectivos e o grau de equidade económica e social daí resultante. As notações nos processos permitem, pelo seu lado, aproximar os níveis alcançados pelos fenómenos de exclusão e adaptabilidade, encontrando, desse modo, fundamento para a interpretação dos principais desequilíbrios identificados.

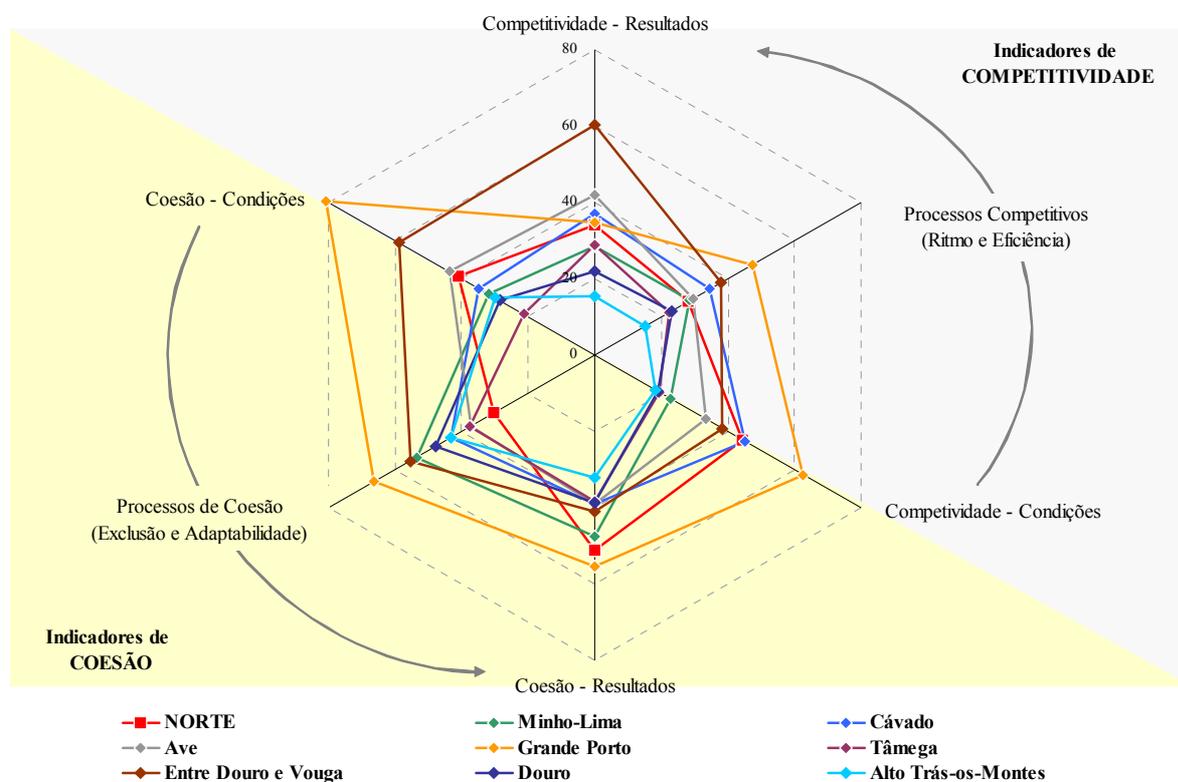
A leitura dos gráficos em radar (Figura 1.2.5) utilizados permite, nesta linha, evidenciar a posição mais ou menos semelhante, mais ou menos frágil, da região Norte, face à média do país, em matéria de competitividade e coesão, quer do lado das condições, quer do lado dos resultados (ainda que, em termos de ranking, isso corresponda a um posicionamento claramente mais favorável na primeira dimensão), havendo a salientar, no entanto, os problemas de processos que resultam, designadamente, de alguma inflexibilidade na mutação sectorial, na baixa produtividade, no desemprego e abandono escolar.

Destaque, a nível intra-regional, para a posição cimeira do Grande Porto, em todas as dimensões com excepção dos resultados da competitividade, associados, neste último caso, face, nomeadamente, aos outros pólos mais desenvolvidos do país e à Grande Lisboa, em particular, a uma estrutura produtiva menos avançada e sofisticada, menos valorizadora da utilização de factores dinâmicos de competitividade e a uma menor aposta no reforço do capital humano.

Relevo também para a posição favorável do Entre Douro e Vouga, manifestando, no entanto, alguns problemas do lado dos resultados da coesão social. Ave e Cávado, por sua vez, aparecem melhor posicionados do lado da competitividade do que do lado da coesão, sobretudo no que diz respeito aos resultados, ao contrário do que acontece com a sub-região do Minho-Lima.

Douro, Tâmega e Alto Trás-os-Montes revelam, ao mesmo tempo, em todas as vertentes, fortíssimos problemas de competitividade e coesão, enquadrando-se entre os espaços territoriais globalmente mais atrasados do país.

FIGURA 1.2.5 – A ARTICULAÇÃO ENTRE COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO NORTE: CONDIÇÕES, PROCESSOS E RESULTADOS (2000-2002)



Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

A caracterização aprofundada da competitividade e coesão territorial das regiões portuguesas, e, em particular, da região Norte, realizada a partir da determinação dos valores assumidos pelo índice sintético, concebido de raiz para o efeito, se permitiu construir uma visão suficientemente rigorosa e detalhada da situação específica de cada região e sub-regiões, dos eixos de convergência e divergência nos respectivos problemas, necessidades e desafios e das grandes diferenças nos seus modelos económicos e sociais, não permitiu, no entanto, construir uma visão das dinâmicas em acção, isto é, da evolução da competitividade e da coesão económica e social nas regiões portuguesas e na região Norte, em particular, no período de vigência dos QCA.

A análise desta evolução exigiu a determinação dos valores obtidos pelas regiões portuguesas num índice sintético de competitividade e coesão territorial que fosse comparável em dois períodos suficientemente afastados para cobrir o período de vigência dos QCA (1989-93, 1994-1999, 2000-2006).

As dificuldades enfrentadas situaram-se, não no plano conceptual, mas no plano da disponibilidade de informação. A solução encontrada consistiu em configurar uma nova estrutura de indicadores de base

para o índice sintético, maximizando o número de indicadores a conservar⁵ para o período mais recente com informação credível disponível, isto é, para o período 1990-1995, que tem em 1991 o seu principal ano de referência. Os resultados desta análise, para o caso da região Norte, estão vertidos na Figura 1.2.6.

Assim, a região Norte evidencia, ao longo dos últimos dez anos, uma evolução que vai no sentido da perda de posições na competitividade, sem alterações substanciais em matéria de coesão e equidade. O Grande Porto segue a mesma trajectória, agravada por algumas perdas de coesão, ao contrário do pólo emergente do Entre Douro e Vouga, sobretudo na sua zona mais a sul, que ganha coesão e, sobretudo, competitividade.

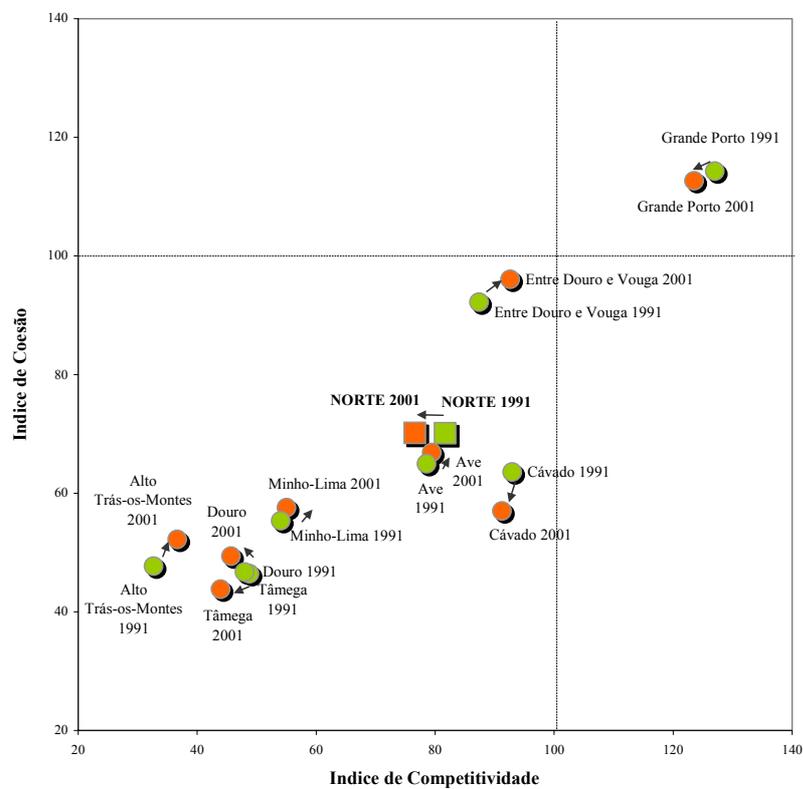
Os posicionamentos de Ave e Minho-Lima praticamente não se alteraram, com o Cávado a registar alguns progressos, mais visíveis em matéria de coesão. A sub-região de Alto Trás-os-Montes recupera, face à média nacional, alguma coisa nestas duas dimensões, mas é preciso não esquecer que a sua base de partida é muito frágil.

O Douro, por seu lado, perde na competitividade, ganhando, em contrapartida, alguma coesão, ao passo que o Tâmega regista uma evolução ainda mais preocupante, atendendo não só as características da sua base de partida, mas também, e sobretudo, ao facto de ter divergido ainda mais da média nacional em matéria de competitividade e de coesão.

5 O índice sintético de competitividade e coesão territorial utilizado para a análise das dinâmicas de evolução das regiões portuguesas, e da região Norte, em particular, no período de vigência dos QCA é, assim, um “índice depurado” em relação ao que foi possível calcular para caracterizar a situação mais recente, englobando 27 indicadores de base, 18 na dimensão “competitividade” e 9 na dimensão “coesão”. Os indicadores não incluídos, por razões de indisponibilidade estatística directa ou indirecta (casos em que não era possível proceder, com níveis de confiança adequados, a estimativas) foram os relativos à convergência económica no espaço da UE (1), à mobilidade global de mercadorias e pessoas (13), ao nível de escolaridade alcançado (22), à dispersão concelhia do rendimento familiar (24), à capacidade de retenção do rendimento gerado (25), à perifericidade (31), ao abandono escolar (34) e à flexibilidade e adaptabilidade (35).

O ISCCT “depurado”, com base no qual se procede à análise da dinâmica de evolução da competitividade e coesão territorial, penaliza menos, neste quadro, as regiões periféricas, menos coesas no plano económico, com menor nível de educação e com maior desemprego e rigidez na especialização produtiva, quando comparado com o ISCCT “completo”, utilizado para caracterizar a situação mais recente.

FIGURA 1.2.6 – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE E COESÃO NA REGIÃO NORTE, AS TRAJECTÓRIAS 1991-95 → 2000-02(*)



(*) - Por razões de comodidade na representação gráfica, utilizam-se os anos base para representar os períodos de referência.
 Fonte: Cálculos próprios (cf. As Grandes Questões Conceptuais e Metodológicas, Volume I)

2. COMPETITIVIDADE NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA

Neste ponto específico do relatório regional, procurar-se-á abordar, de forma relativamente extensiva e compreensiva, numa lógica sequencial de apresentação de resultados-trajectórias/processos-condições, toda a temática da competitividade e crescimento da região Norte, situando, nesta medida, em primeiro lugar, os principais resultados, no terreno da eficiência e da eficácia, do processo competitivo ao longo dos anos 90, em torno, designadamente, da evolução do nível de vida regional, dos avanços registados em matéria de convergência com a média da União Europeia, da capacidade regional de atracção de população, mormente de quadros qualificados, e da conquista de posições nos mercados internacionais globalizados, traduzida na evolução da dimensão da sua actividade exportadora.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização da trajectória competitiva e do modelo de crescimento seguidos, em termos, nomeadamente, da natureza mais ou menos intensiva/extensiva deste, da sua maior ou menor orientação para o exterior, da dinâmica empresarial e profissional envolvida, dos avanços registados ao nível da eficiência produtiva e da sofisticação das estruturas organizacionais e de gestão facilitada e catalisada pela crescente afirmação do capital estrangeiro na estrutura financeira das unidades empresariais da região.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes de competitividade e crescimento, estruturadas em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas.

Neste processo de caracterização, procurar-se-á, na medida da informação, primária e trabalhada, disponível, enquadrar o posicionamento da região no contexto europeu, considerando, designadamente, as regiões europeias equiparáveis, e no contexto nacional, confrontando-a com o posicionamento médio do país e, sempre que assuma alguma posição de destaque, na confrontação com as restantes NUTS II. A perspectiva intra-regional, ao nível das NUTS III e dos concelhos que a constituem, permitirá aprofundar ainda mais a avaliação da competitividade regional, possibilitando a identificação de diferentes dinâmicas, trajectórias e condições ao nível sub-regional, ao longo das diversas dimensões de análise consideradas.

Trabalhada a temática da competitividade, passar-se-á, no ponto seguinte, à abordagem específica das questões da coesão económica social e dos avanços na equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial, uma vez mais, dos resultados para as condições de coesão económica e social.

Em jeito de introdução a algumas ideias que serão desenvolvidas neste ponto, pode-se avançar que, numa perspectiva territorial, a região Norte caracteriza-se por uma dualidade bem vincada: à região metropolitana do litoral, polarizada pela cidade do Porto, contrapõe-se no interior uma área quase exclusivamente rural marcada por dinâmicas de desenvolvimento económico e social aquém da média nacional e das observadas na faixa litoral. De referir ainda a presença de espaços intermédios, constituídos por uma rede de cidades de pequena e média dimensão que, em alguns casos, apresentam um importante dinamismo no contexto regional.

Nos últimos anos, esta Região tem apresentado ligeiros acréscimos da população residente, o que lhe permite manter-se como uma das regiões mais populosas de Portugal.

Do ponto de vista demográfico, o Norte acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da população, apesar de ter conseguido manter-se como uma das regiões menos envelhecidas do País.

Apesar da permanência de significativas taxas de analfabetismo e de abandono precoce do sistema de ensino, esta Região observa uma franca melhoria das qualificações da população residente.

O Norte é a região portuguesa de economia mais aberta ao exterior, evidenciando uma forte vocação exportadora das suas produções. Todavia, a sua estrutura produtiva, que se caracteriza pela elevada aglomeração espacial das unidades produtivas, apresenta alguns aspectos negativos ligados à baixa produtividade e à forte concentração do emprego e da produção num conjunto de sectores de baixo conteúdo tecnológico, intensivos em mão-de-obra e fortemente ameaçados pelo desemprego.

O desemprego constitui portanto um dos problemas da Região, afectando cada vez mais as mulheres, os jovens e os indivíduos mais habilitados. A par do desemprego, o Norte enfrenta também a incidência da pobreza medida através das condições de vida dos agregados familiares.

De seguida indicam-se algumas regiões europeias comparáveis, por respectivos critérios de comparação, e que serão abordadas ao longo do presente estudo: Thüringen, Alemanha (PIB per capita; densidade populacional; densidade de auto-estradas); Galicia, Espanha (PIB per capita; patentes por milhão de habitantes; emprego em sectores de média/alta tecnologia; densidade de auto-estradas); Stuttgart, Alemanha (PIB per capita; desemprego de longa duração); Steimark, Áustria (PIB per capita; taxa de emprego da população 15-64 anos); West Yorkshire, Reino Unido (desemprego; taxa de emprego da população 15-64 anos); Comunidad Valenciana, Espanha (densidade populacional); Közép-Dunántúl, Hungria (índice de envelhecimento; densidade de auto-estradas); Rhone-Alpes, França (índice de envelhecimento); Veneto, França e Severozápad, República Checa (percentagem de população 25-64 anos com ensino superior); Kentriki Makedonia, Grécia (patentes por milhão de habitantes; emprego em sectores de média/alta tecnologia); Cataluña, Espanha (desemprego de longa duração; camas de hospital por milhão de habitantes); Nord Pas de Calais, França (desemprego de longa duração).

2.1. POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU E NACIONAL

A região Norte, que concentra mais de um terço da população residente no País apesar do poder de atratividade populacional pouco significativo, contribui também em cerca de um terço para o PIB nacional. Entre 1995 e 2001, a variação média anual do PIB da Região foi idêntica à da média da UE25, mas o nível de PIB per capita (medido em paridades de poder de compra) não ultrapassava, em 2001, os 62,5% da média comunitária.

Ao longo da década de 90, registou-se uma ligeira diminuição do nível de vida da população residente no Norte, em termos comparativos com o padrão nacional, inserindo-se no grupo das regiões cujo nível médio de PIB per capita é inferior ao do País em mais de 15 pontos percentuais.

A Região apresenta a mais elevada actividade exportadora de todas as NUTS II portuguesas.

O crescimento económico da região Norte, no contexto europeu, deve ser analisado à luz da comparação da sua evolução recente, em termos do PIB *per capita* e da variação média anual do PIB, com a evolução registada em regiões europeias que se lhe podem equiparar, seja porque são regiões onde se localiza a segunda cidade na hierarquia do país, seja pela relevância e expressividade que também representa o sector industrial nas respectivas estruturas produtivas (representa cerca de 40% do emprego da região).

A variação média anual do PIB da Região, no período 1995-2001, foi idêntica à da média da UE 25 nesse mesmo período (Figura 2.1.1), posicionando-se num nível de evolução média situado na vizinhança do registado por:

- Regiões com níveis de PIB per capita estruturalmente mais elevados que os da região Norte e com níveis semelhantes de industrialização, como é o caso de Stuttgart, na Alemanha, e de Steiermark, na Áustria. Porém, é de salientar que, nalguns dos novos países da UE, existem regiões que, para níveis de industrialização próximos do existente na Região Norte, apresentaram maior capacidade de convergência face aos níveis médios de PIB da UE e superaram a taxa média anual europeia de variação do PIB (2,6%: base 100) em mais de 30 pontos índice, como é o caso de Západne Slovensko, na Eslováquia, ou, mesmo, em mais de 50 pontos índice, como é o caso de Łaskie, na Polónia, ou de Közép-Dunántúl, na Hungria;
- Regiões com níveis semelhantes de PIB per capita, como são o caso de Galicia, em Espanha, e de Thüringen, na Alemanha. Saliente-se o caso de outras regiões do Sul da Europa que, apesar de detentoras de níveis ligeiramente mais elevados de PIB per capita, apresentaram maior capacidade relativa de ultrapassar a variação média anual do PIB da UE 25, como é o caso de Kentriki Makedonia, na Grécia, ou da Comunidad Valenciana, em Espanha.

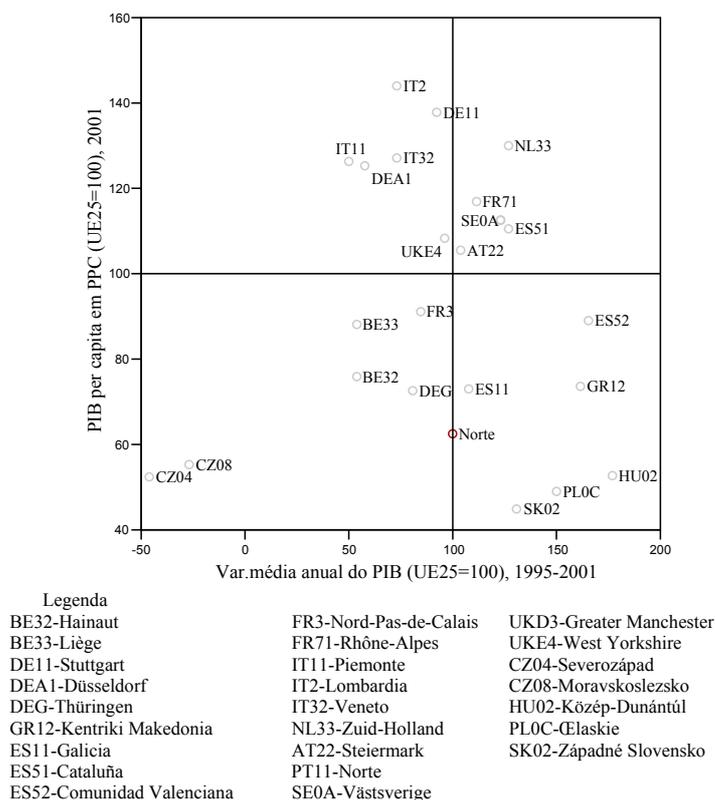
O Norte não atingiu, em 2001, um nível de PIB *per capita* (medido em PPC) próximo da média comunitária (correspondia a 62,5% dessa média), apesar do seu nível de crescimento do PIB no período 1995-2001 se ter aproximado da UE 25. Neste caso, a situação relativa da Região situa-se:

- Abaixo de todas as regiões seleccionadas pertencentes à antiga UE 15 (incluindo as da Grécia e de Espanha);

- Apenas acima das regiões seleccionadas pertencentes aos novos países da UE.

A representação gráfica simultânea destes dois indicadores permite colocar a região Norte na fronteira entre as regiões seleccionadas pertencentes à UE 15 – num posicionamento relativo global mais satisfatório – e as regiões seleccionadas pertencentes aos países do alargamento – numa posição relativa menos satisfatória.

**FIGURA 2.1.1 – PIB PER CAPITA E VARIAÇÃO MÉDIA ANUAL DO PIB:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Nota: Variação média anual do PIB da UE 25 (1995-2001) = 2,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A região Norte, que concentrou, ao longo da década de 90, mais de um terço da população residente do país (região mais populosa) e que contribui, também, em cerca de um terço para o PIB nacional, apresentou um nível de PIB *per capita* de cerca de três quartos do nível nacional.

A evolução do nível de PIB *per capita* do Norte no período considerado pode sistematizar-se, globalmente, numa ligeira diminuição do nível de vida da região em relação ao padrão nacional, incluindo-se no grupo das regiões cujo nível médio de PIB *per capita* é inferior ao nível médio de PIB *per capita* português em mais de 15 pontos percentuais. O agravamento do posicionamento relativo da Região traduz-se na passagem de uma situação em que os valores de PIB *per capita* correspondiam a cerca de 84% da média portuguesa (nos períodos 1991-92 e 1995-97) para uma situação em que correspondiam a apenas 80% desse valor (2000-01). Foi, juntamente com o Alentejo, a única região que divergiu (pela negativa) do nível médio de vida nacional entre 1995-1997 e 2000-2001.

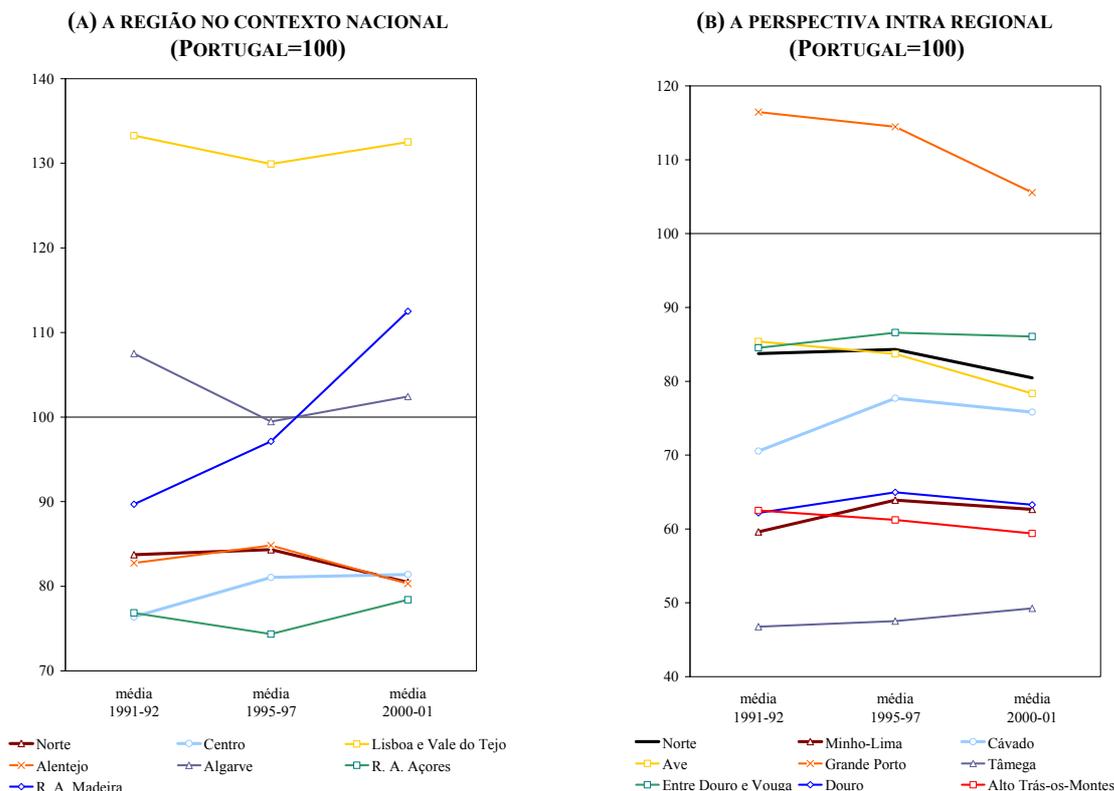
Quando se analisam as disparidades intra-regionais existentes na região Norte, ao longo da década de 90, em termos da evolução do PIB *per capita* registada pelas NUTS III que a compõem (Figura 2.1.2), é possível agrupá-las em três grandes grupos:

- A sub-região do Grande Porto (corresponde à Área Metropolitana do Porto), onde se concentra cerca de metade da riqueza criada na Região, com um nível de PIB *per capita* superior à média nacional, mas que tem convergindo para a média nacional ao longo da década;
- As sub-regiões que abrangem os vales regionais adjacentes à Área Metropolitana do Porto - Entre Douro e Vouga, Ave e Cávado, cujo nível de PIB *per capita* se situa entre 75% e 100% da média nacional, estando muito próximo da posição média do Norte;
- Regiões cujo nível de PIB *per capita* é inferior a 65% da média nacional e que se distanciaram da posição média da Região – Douro, Minho-Lima, Alto-Trás-os-Montes e Tâmega.

Em termos globais, no período compreendido entre 1991 e 2001, o padrão de crescimento da Região não induziu uma redução significativa das disparidades intra-regionais. A sub-região Tâmega, apesar de ter registado uma ligeira aproximação face aos valores médios de PIB *per capita* do Norte e nacionais, continuava, entre 2000 e 2001, a deter um nível médio de PIB *per capita* inferior a 50% do nível médio nacional.

Salienta-se, igualmente, a evolução positiva registada pela região Cávado que, entre 1991-92 e 2000-01, melhorou a sua posição relativa face ao nível médio nacional de PIB *per capita* em cerca de 5 p.p.. Pelo contrário, a região do Grande Porto viu diminuir a superioridade do seu nível médio de PIB *per capita* em relação à média nacional, em 10 p.p., mantendo-se, no entanto, em 2000-2001, a um nível de PIB *per capita* 6% superior ao nacional.

**FIGURA 2.1.2 – EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA REGIONAL**

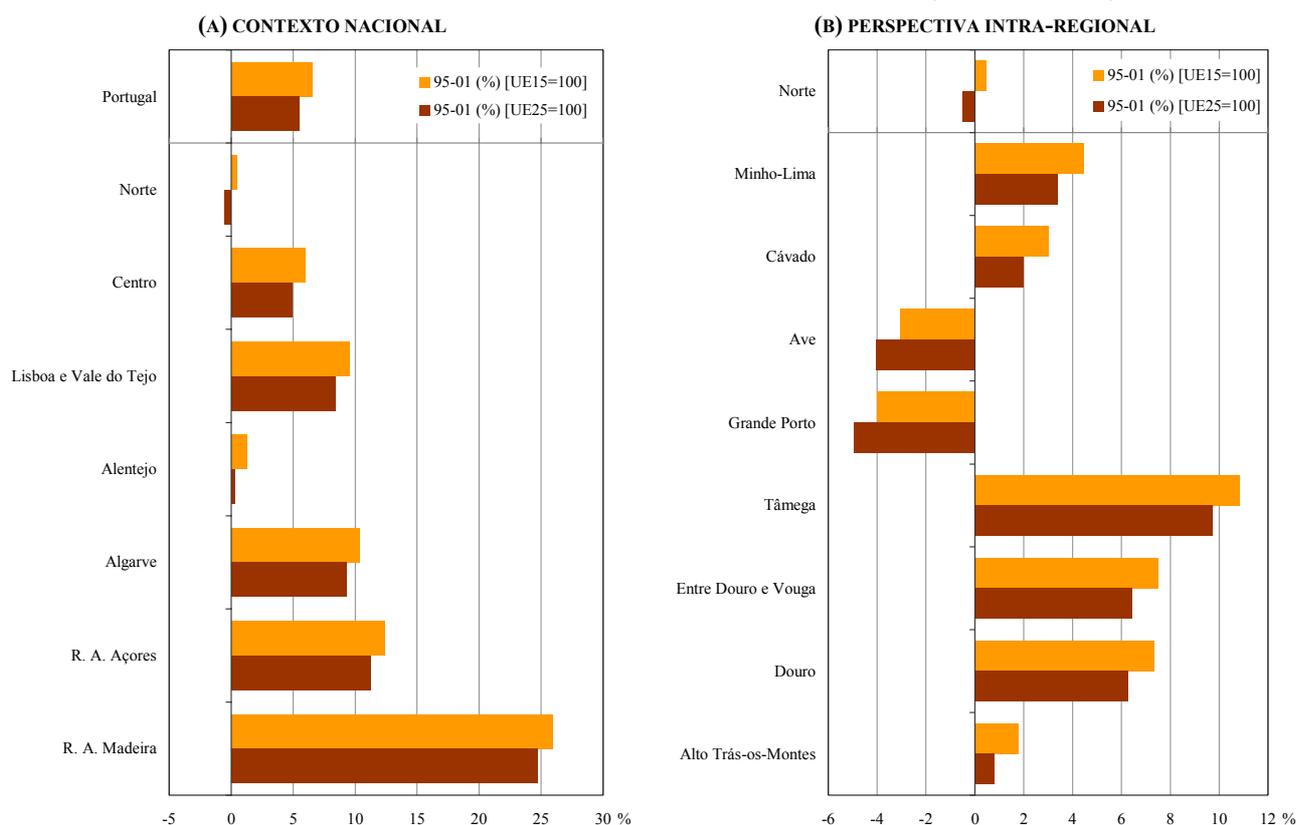


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Tomando como base os dados do PIB per capita, o Norte foi a única região que não melhorou a posição face à média da UE ao longo da década de 90, posicionando-se mesmo a um nível muito inferior aos das regiões portuguesas melhor colocadas (Regiões Autónomas da Madeira e Açores, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve).

Entre 1995 e 2001 registou-se uma divergência da Região relativamente à média da Europa alargada (UE25) e uma convergência (ainda que assumindo valores muito baixos) com a UE15 (Figura 2.1.3). Foi mesmo a única região que naquele período apresentou resultados negativos de convergência com a União Europeia.

Em termos intra-regionais, são fortes as disparidades na convergência com a média comunitária: as sub-regiões Ave e Grande Porto não convergiram quer com a UE15 quer com a UE25; por seu turno, as NUTS III Tâmega, Entre Douro e Vouga e Douro observaram os melhores resultados de convergência.

FIGURA 2.1.3 – RESULTADO DE CONVERGÊNCIA COM A UE NOS 90 (PIB PER CAPITA)

Nota: Variação percentual do índice do PIB *per capita* regional relativamente à média europeia.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No contexto das condições que podem ser consideradas como determinantes de competitividade e coesão regional é ainda analisado o grau de atractividade regional.

Nos anos 1991 e 2001, a região Norte registou, globalmente, um poder de atractividade populacional pouco significativo (Figura 2.1.4⁶). A decisão de abandono e desertificação humana de algumas regiões parece ter vindo a ganhar terreno, conforme comprova a coincidência das “manchas brancas” nos mapas A e C com as regiões em que é menos favorável o efeito combinado das taxas de crescimento populacional natural e migratório.

Numa perspectiva intra-regional, é de salientar que, no contexto do Norte (com taxas médias de atractividade inferiores às nacionais), entre 1991 e 2001 (mapas B e D), a taxa de atractividade, medida

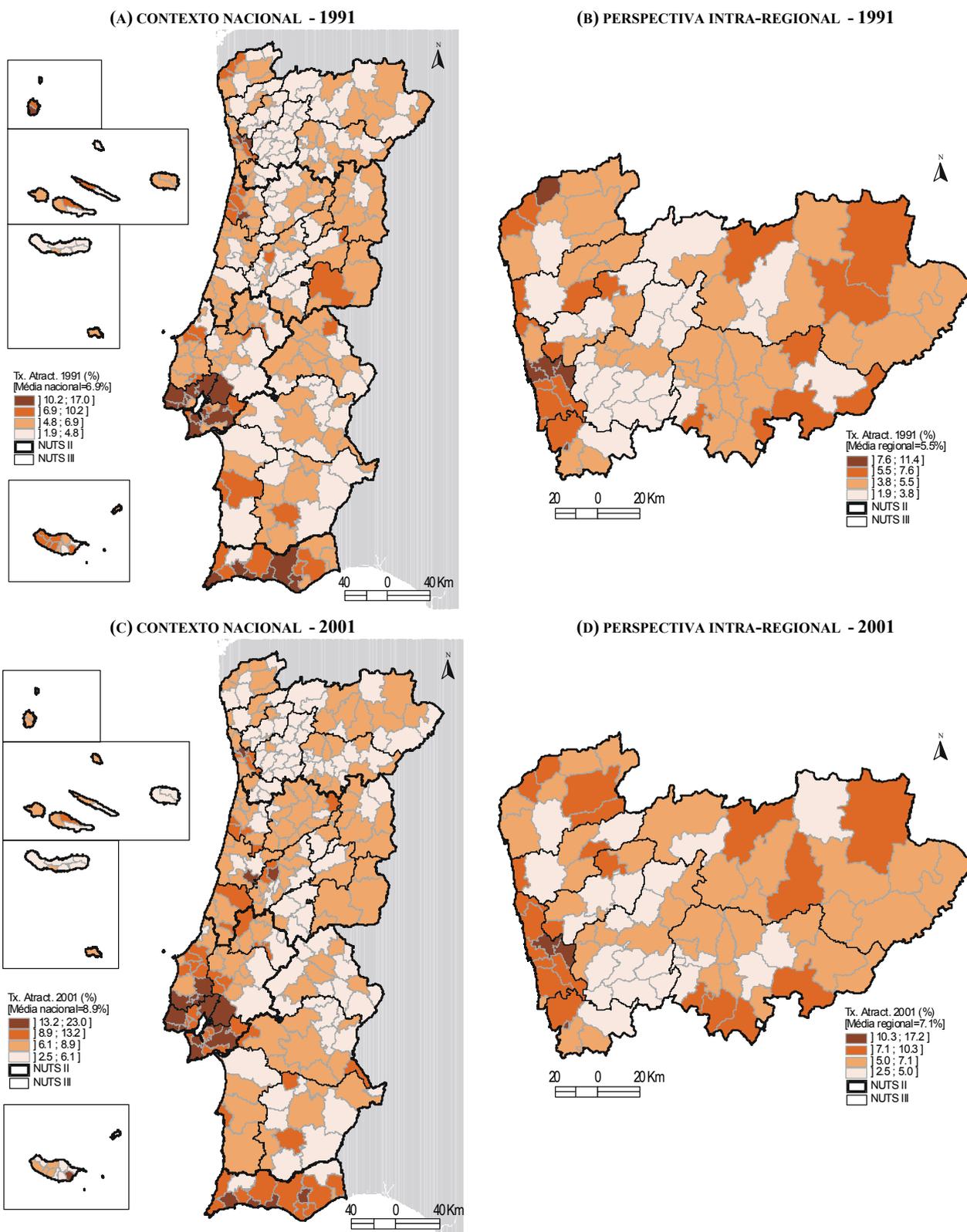
⁶ É importante destacar que, ao longo do relatório, as classes de estratificação utilizadas nos mapas nacionais e regionais variam consoante a perspectiva adoptada, em função do referencial médio utilizado em cada um deles, que, no primeiro caso, corresponde à média nacional do respectivo indicador e, no segundo, corresponde à média do mesmo na região em causa. Assim, é possível que um mesmo concelho seja sombreado com cores diferentes de um mapa para outro.

pelo peso da população residente num determinado concelho que vivia noutra concelho da região há 6 anos atrás, evoluiu no sentido de se mostrar tendencialmente menos significativa nos concelhos interiores da Região, por contrapartida ao aumento da atractividade dos centros urbanos do interior e, sobretudo, dos concelhos litorais da NUTS Grande Porto. Em 2001 os concelhos que registaram maiores taxas de atractividade foram Maia, São João da Madeira, Valongo e Gondomar, sendo que no início da década apenas Gondomar não se encontrava entre os 4 concelhos mais atractivos da região.

A atractividade de alguns concelhos do interior concentra-se sobretudo nas capitais de Distrito que funcionam como cidades-âncora de fixação de população e actividades, pela maior qualidade de vida que proporcionam aos seus residentes e pela maior oferta de emprego público e privado comparativamente aos concelhos vizinhos. Por sua vez, a maior capacidade de captação de novos residentes evidenciada pelos concelhos da faixa litoral que integram o Grande Porto prende-se não só com o mercado habitacional mas também com factores ligados à dinâmica empresarial, ao desenvolvimento de serviços administrativos e financeiros, além da concentração de instituições de ensino de vários níveis, de equipamentos colectivos, de actividades lúdicas e culturais e da comparativa boa acessibilidade. Estes são, sem dúvida, alguns factores que geram interessantes dinâmicas de desenvolvimento no domínio habitacional, social e económico.

Em termos da capacidade de atracção de população com ensino superior (Figura 2.1.5), registou-se quer em 1991 como em 2001, uma baixa atractividade nas regiões NUTS III Tâmega e Ave. Nas regiões Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Cávado e Minho Lima a atractividade de recursos humanos qualificados é superior, designadamente nos concelhos mais litorais e junto aos principais centros urbanos (de entre os quais se destacam Porto, Matosinhos e Maia). Embora neste período se tenha registado uma ligeira perda de atractividade de população com ensino superior nas NUTS interiores Douro e Alto Trás-os-Montes, merecem destaque alguns concelhos detentores de instituições universitárias - Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Real.

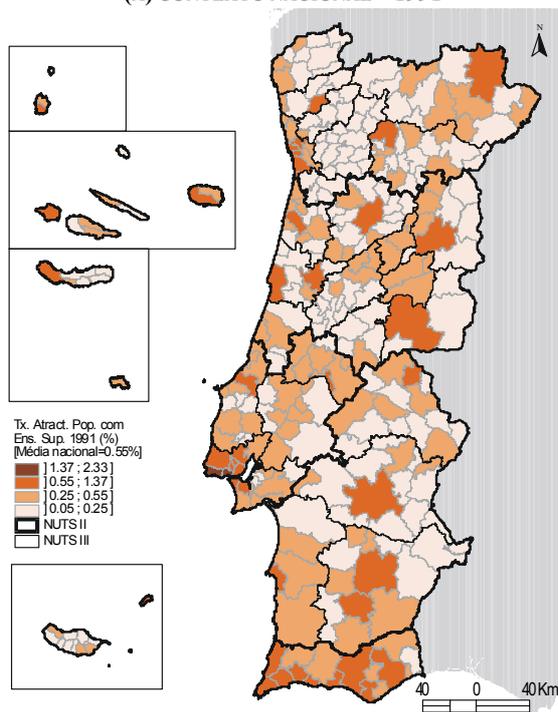
FIGURA 2.1.4 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO



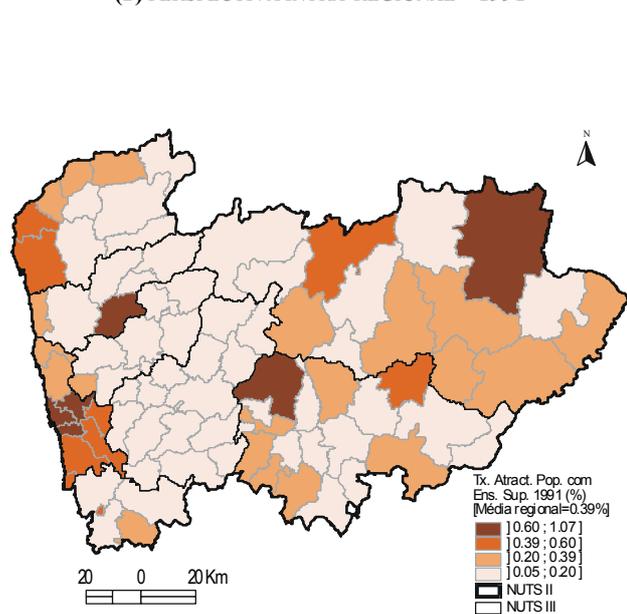
Nota: Taxa de atractividade = % da população residente que vivia noutra concelho há 6 anos atrás.
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

FIGURA 2.1.5 – TAXA DE ATRACTIVIDADE DE POPULAÇÃO COM ENSINO SUPERIOR

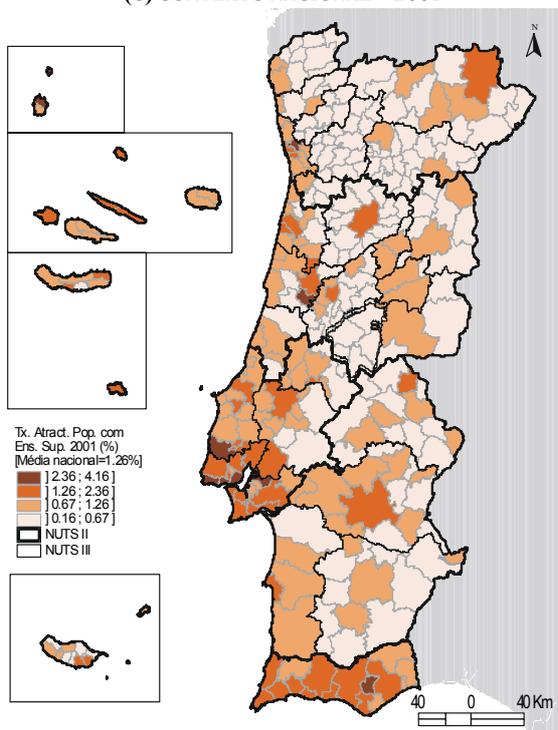
(A) CONTEXTO NACIONAL - 1991



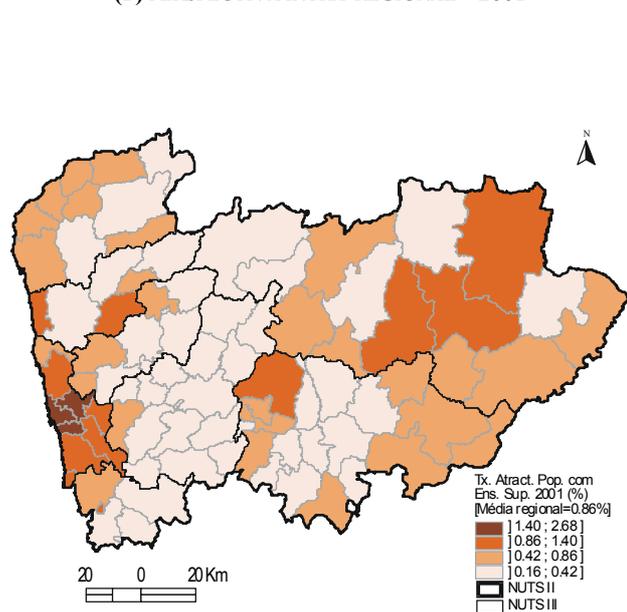
(B) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 1991



(C) CONTEXTO NACIONAL - 2001



(D) PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL - 2001



Nota: % da população residente que vivia noutro concelho há 6 anos atrás e que detém habilitações ao nível do ensino superior.

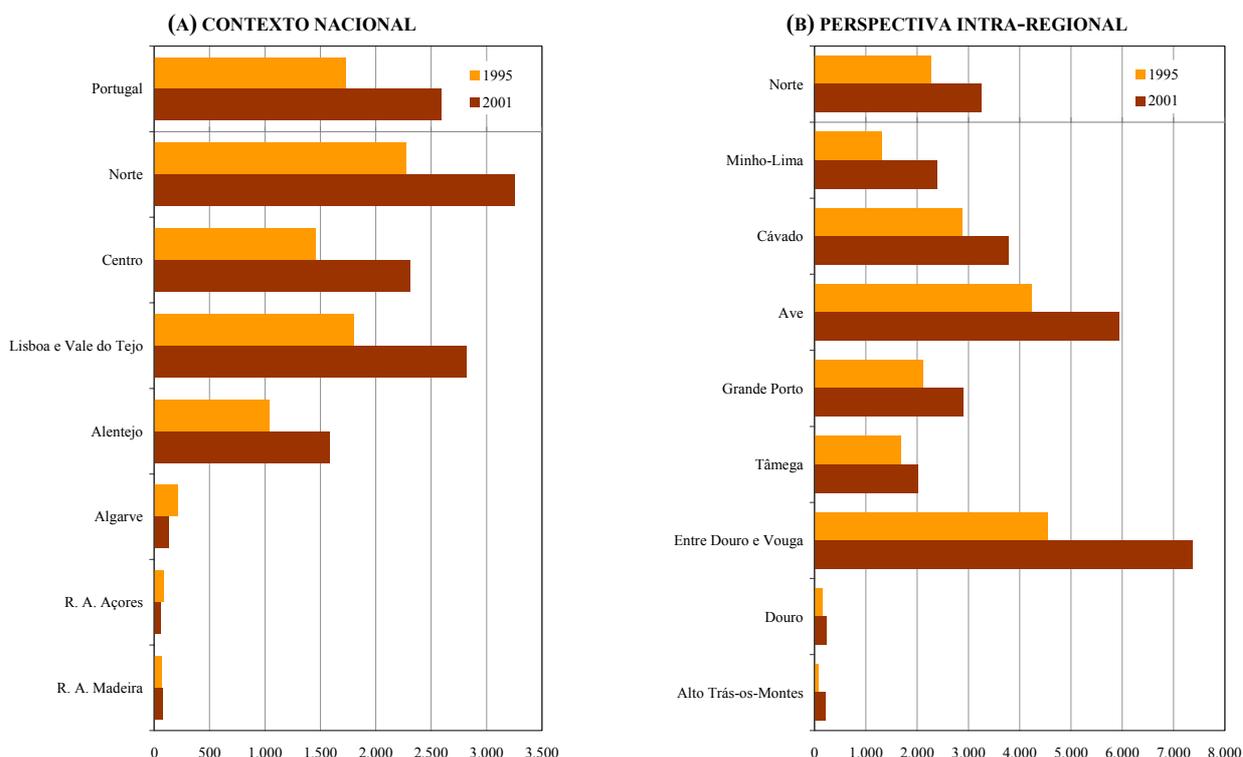
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

No contexto nacional, a região Norte destaca-se pela mais elevada actividade exportadora nos anos 1995 e 2001 (Figura 2.1.6), tendo mesmo observado neste período um acréscimo desta actividade em todas as suas sub-regiões. São as NUTS III litorais que se assumem como as mais exportadoras da região Norte, nomeadamente Entre Douro e Vouga e Ave, em contraposição às sub-regiões do interior Douro e Alto Trás-os-Montes. Este padrão resulta da localização dos principais agentes económicos internacionalizados junto às principais áreas urbanas da região e às principais infra-estruturas de transportes e comunicações.

A importante abertura ao exterior da região Norte está também associada à forte orientação exportadora de algumas das suas actividades económicas proeminentes, como sejam a indústria têxtil, de vestuário e de calçado e a fileira do mobiliário, com forte presença na estrutura produtiva nacional.

Refira-se que a menos elevada dimensão exportadora da sub-região Grande Porto (abaixo da média regional) resulta da maior diversificação relativa do respectivo tecido industrial e empresarial e do mais elevado grau de terciarização. Apesar do seu mercado mais alargado, esta NUT III tem atraído nos últimos anos algumas actividades económicas orientadas sobretudo para o mercado interno.

FIGURA 2.1.6 – DIMENSÃO DA ACTIVIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90
(EUROS PER CAPITA)



Nota: Indicador de exportações *per capita*.

Fonte: Elaborado pela equipa do projecto com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.2. TRAJECTÓRIA E MODELO COMPETITIVO

A região Norte apresenta uma diferença do nível de produtividade face à média nacional, não compensada por um nível de utilização dos recursos humanos (superior ao nacional) que lhe permita atingir níveis de PIB per capita mais homogéneos com a média do País. A produtividade surge com um nível de disparidade muito superior à taxa de utilização de recursos humanos, constituindo a componente determinante para as disparidades registadas na Região ao nível do PIB per capita.

O agravamento da diferença relativa do nível de produtividade e a manutenção da diferença relativa do nível de remuneração por empregado face à média nacional conduziram a uma ligeira tendência de regressão do nível de eficiência produtiva da Região face ao padrão do País. Entre 1991 e 2001, o Norte viu mesmo agravada a sua posição competitiva global.

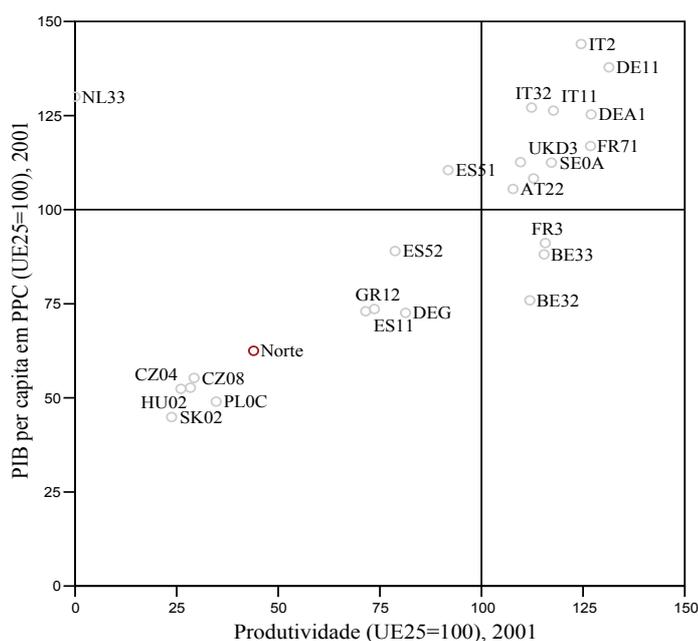
Nesta Região a dependência regional do emprego é pouco significativa (apresentando os valores mais baixos de todo o País) e o emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro é inferior ao registado a nível nacional.

A análise do modelo de crescimento da região Norte, enquadrado no contexto europeu e medido pela posição em termos de PIB per capita e de produtividade aparente do trabalho, permite verificar que esta Região apresenta níveis de rendimento per capita e de produtividade abaixo da média da UE25 (Figura 2.2.1). Regista valores de produtividade inferiores à metade da média comunitária, facto que condiciona claramente o nível de PIB per capita.

Apenas algumas regiões pertencentes a alguns dos mais recentes Estados-Membros da União Europeia (República Checa, Eslováquia, Hungria e Polónia) apresentam níveis de produtividade e de PIB per capita inferiores aos da região Norte.

Esta posição desfavorável em termos de rendimento per capita e de produtividade constitui um importante problema que a região Norte enfrenta na imprescindível ascensão na hierarquia da especialização internacional. Esta situação reflecte o próprio perfil de especialização produtiva da Região, marcado pela forte presença de sectores industriais com menor nível remuneratório, como sejam as indústrias dos produtos têxteis, vestuário, couro e calçado, actividades trabalho-intensivas, com consequentes impactos pouco favoráveis em termos remuneratórias médias e de produtividade.

FIGURA 2.2.1 – PIB PER CAPITA E PRODUTIVIDADE: O POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda:

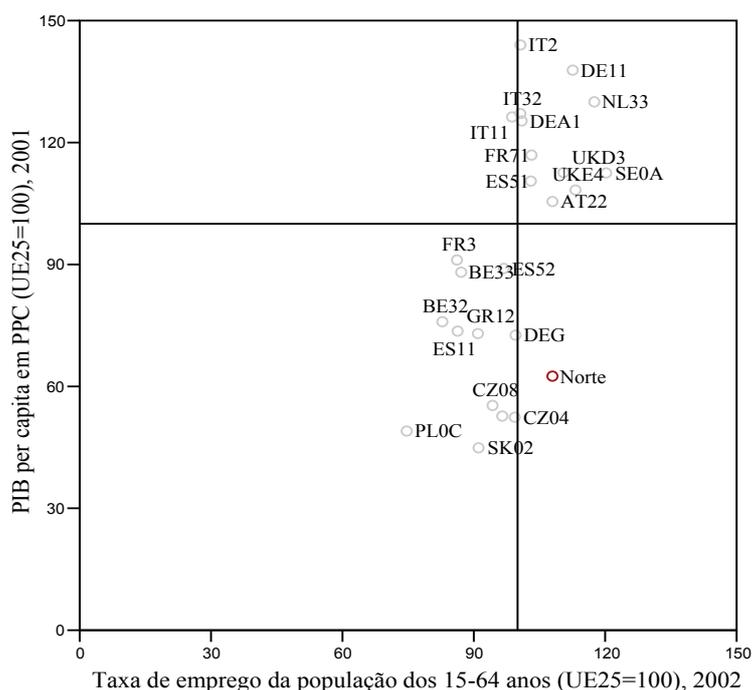
BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Łaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsverige	

Nota: Produtividade (VAB/Emprego) na UE25 = 46,52 milhares de euros por indivíduo empregado.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No que respeita aos níveis de emprego regionais, a região Norte apresenta valores favoráveis em termos de taxas de emprego, no contexto europeu, posicionando-se acima da média da UE25 (62,8%). Em 2002, a taxa de emprego evidenciada pela Região aproximava-se dos níveis de regiões como Steiermark, Stuttgart ou Zuid-Holland (Figura 1.2.2). Todavia, é de realçar que apesar das similares (ou mesmo, em alguns casos, superiores) taxas de emprego (comparativamente com algumas regiões da anterior UE15), em termos de PIB per capita a região Norte apresenta valores muito abaixo da média europeia, superando apenas algumas regiões dos novos Estados Membros da União Europeia.

FIGURA 2.2.2 – PIB PER CAPITA E TAXA DE EMPREGO DA POPULAÇÃO DOS 15-64 ANOS : POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda:

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Łaskie
ES11-Galícia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsverige	

Nota: Taxa de emprego da população dos 15-64 anos na UE25 (2002) = 62,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

CAIXA 2.2.1 - DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE TERRITORIAL

A decomposição do topo da pirâmide da competitividade territorial permite “isolar” os vários elementos que compõem o padrão competitivo de uma região e fornece dados importantes sobre o contributo de cada um destes elementos e sobre o grau de influência, positiva ou negativa, que exercem sobre a posição competitiva da região no contexto nacional (Figura 1.2.3). A sua medição é, normalmente, apresentada de forma integrada - o nível de PIB per capita -, e apreendida em termos do nível de vida que lhe está associado. A sua decomposição constitui um instrumento útil de orientação das políticas públicas no sentido de adequação das respectivas prioridades de actuação à dissipação dos factores que, efectivamente, condicionam esse posicionamento competitivo e, naturalmente, de orientação dos objectivos de desenvolvimento regional à luz de um conhecimento equilibrado dos motivos que influenciam o padrão de desenvolvimento regional, nomeadamente, se este é mais influenciado por:

- Factores associados ao nível de produtividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas de produtividade face à média nacional traduzem uma capacidade acrescida de orientar os seus resultados produtivos no sentido de um equilíbrio mais eficiente entre a afectação dos recursos disponíveis e os respectivos objectivos de inserção no mercado;

- Factores associados à mobilidade geográfica da população empregada. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas deste indicador face à média nacional traduzem uma estrutura produtiva dinâmica e cujo patamar competitivo é sustentado, em parte, por uma significativa capacidade de absorção de recursos humanos residentes noutras regiões;
- Factores associados à taxa de emprego. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de emprego face à média nacional traduzem um patamar competitivo sustentado, em parte, na sua capacidade de manter empregada a sua população activa. A tónica coloca-se do lado da oferta de emprego, em termos da disponibilidade de postos de trabalho;
- Factores associados à taxa de actividade. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua taxa de actividade face à média nacional traduzem uma capacidade mais significativa de manter em actividade parcelas mais elevadas da respectiva população em idade activa, o que se pode entender como um maior dinamismo da população que é indutor de uma redução dos normais desfasamentos temporais que se verificam na compatibilização dos recursos humanos em idade activa e os postos de trabalho disponíveis na região. A tónica coloca-se do lado da procura de emprego, em termos da disponibilidade da população para o trabalho;
- Factores associados à estrutura etária. As regiões cujo padrão de competitividade se alicerça em diferenças positivas da sua estrutura etária face à média nacional traduzem uma relação mais virtuosa do peso de população em idade activa na população residente, destacando-se, assim, pela negativa, as regiões especialmente jovens ou particularmente envelhecidas.

A análise da decomposição do topo da pirâmide de competitividade territorial evidencia os baixos níveis de produtividade de todas as NUTS III da região Norte (

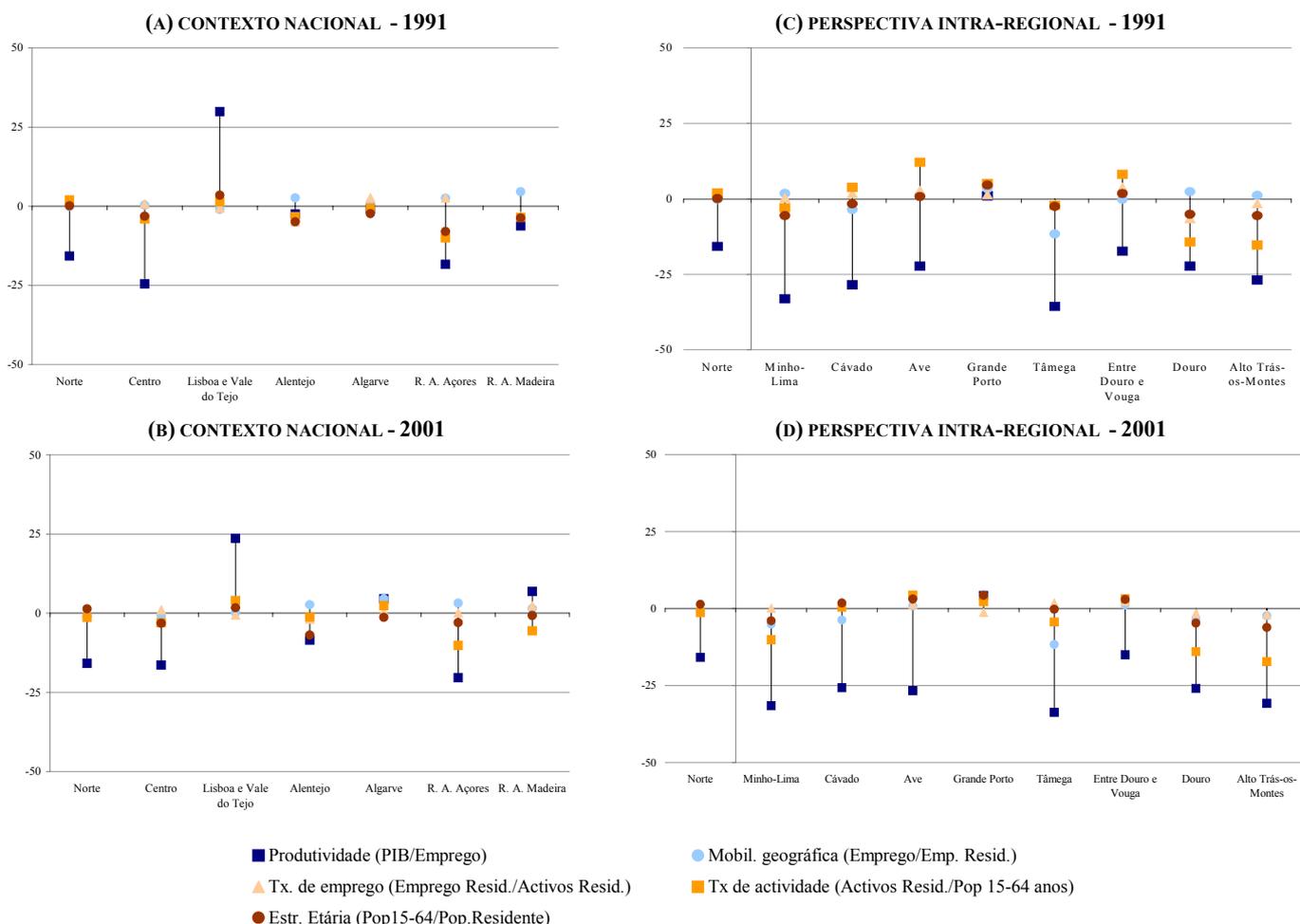
Figura 2.2.3). Os factores que mais influenciam, de forma positiva, a posição competitiva da Região no contexto nacional são as taxas de actividade e a estrutura etária da população, medida através do peso da população em idade activa no total dos residentes.

O padrão de competitividade da Região não se baseia em diferenças positivas dos indicadores taxa de emprego e mobilidade geográfica da população empregada face à média nacional, o que denota uma estrutura produtiva pouco dinâmica, com baixa capacidade de manter empregada a sua população activa e de absorver recursos humanos residentes noutras regiões.

Em termos intra-regionais, é de destacar o contributo fortemente negativo da produtividade em todas as sub-regiões (sobretudo no Tâmega, Minho-Lima e Alto-Trás-os-Montes).

São as variáveis mais directamente ligadas ao emprego – taxas de emprego e de actividade – e à estrutura etária que apresentam uma posição mais favorável (mas muito ténue) no padrão de competitividade das sub-regiões do Norte (com uma tendência regressiva mais grave no Minho Lima, Douro e Alto-Trás-os-Montes).

FIGURA 2.2.3 – DECOMPOSIÇÃO DO TOPO DA PIRÂMIDE DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL NOS ANOS 90 (DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

O nível de PIB *per capita* de uma região é condicionado pelos níveis de produtividade do trabalho atingidos, que traduzem, de alguma forma, a qualidade da relação estabelecida entre o PIB de uma região e o nível de emprego necessário à obtenção desse produto, e pelos níveis de utilização dos recursos humanos registados, cuja influência nos valores de PIB *per capita* se associa à correlação, mais ou menos elevada, entre a população empregada e a população residente. Naturalmente, regiões com níveis mais baixos de produtividade do trabalho e com menores taxas de utilização de recursos humanos terão, necessariamente, menores níveis de PIB *per capita*, não só porque o valor acrescentado induzido por cada trabalhador é menor, mas também porque a proporção da população que contribui para a produção da região (% da população que está empregada) é também inferior.

A região Norte manteve-se, ao longo da década de 90, no grupo das três regiões portuguesas com menores níveis de produtividade do trabalho, oscilando entre valores correspondentes a 84% e 86% da média nacional (Figura 2.2.4). O baixo nível da produtividade do trabalho constitui um problema

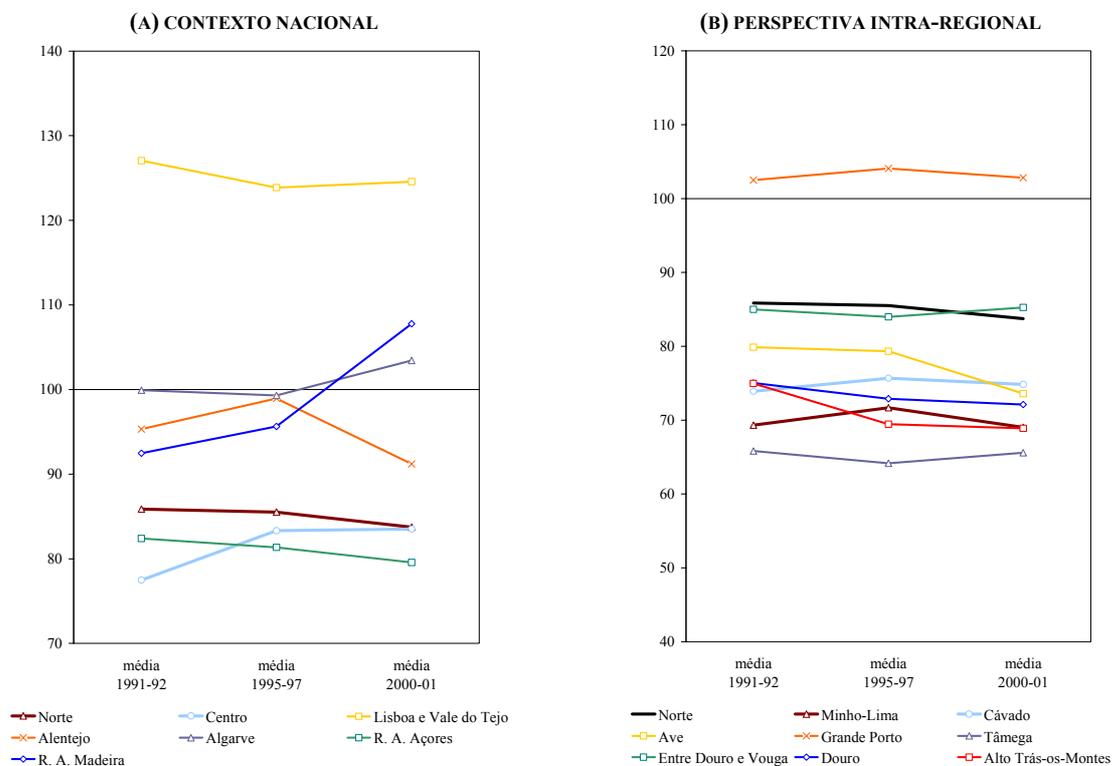
económico de grande importância, dada a referida dificuldade de a Região conseguir ascender na hierarquia da especialização internacional e as consequências imediatas na falta de competitividade da economia regional.

Já no respeitante à taxa de utilização dos recursos humanos (Figura 2.2.5), o Norte manteve-se a níveis ligeiramente inferiores (entre 1 e 4 p.p.), apesar de próximos, dos da média nacional.

Tendo presente o posicionamento da Região em termos do PIB *per capita*, é possível concluir que o efeito negativo da diferença do nível de produtividade do Norte face à média nacional não foi compensado por um nível de utilização dos recursos humanos (superior ao da média nacional) que lhe permitisse atingir níveis de PIB *per capita* mais homogéneos com a média nacional. A esta situação não será alheio o facto de, por um lado, a população activa adulta da Região manifestar níveis de escolarização relativamente baixos, o que contribui desfavoravelmente para o aumento dos níveis médios regionais de produtividade e de, por outro lado, ser substancial o peso da população jovem em idade não activa (<15 anos) na população residente, o que contribui para a moderação da taxa de utilização de recursos humanos.

A produtividade surge com um nível de disparidade, quer a nível de NUTS II, quer a nível de NUTS III, muito superior à taxa de utilização de recursos humanos, constituindo a componente determinante para as disparidades registadas ao nível do PIB *per capita*.

**FIGURA 2.2.4 – EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL
(PORTUGAL=100)**



Nota: Produtividade do trabalho = PIB/Emprego.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

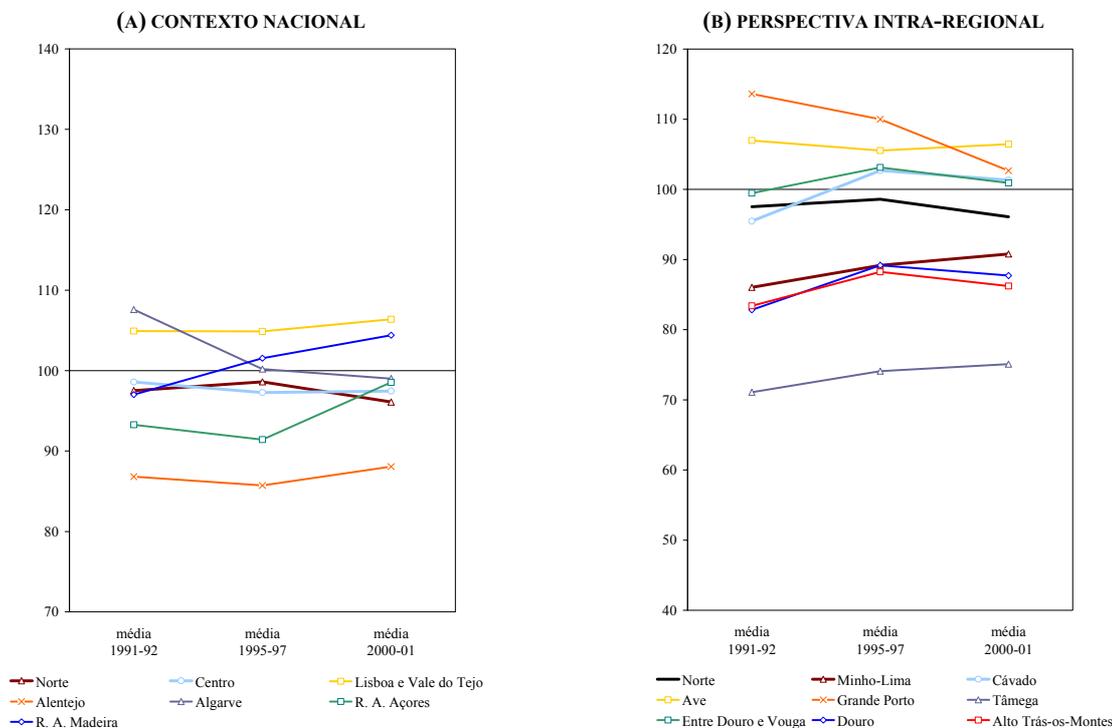
A dinâmica evolutiva interna à região Norte traduz algumas discrepâncias significativas em termos dos factores que mais têm contribuído para o posicionamento relativo de cada uma das sub-regiões no que diz respeito ao PIB *per capita*, nomeadamente no equilíbrio entre o seu nível de produtividade do trabalho e de utilização dos recursos humanos, por comparação com a correspondente posição relativa agregada da Região no contexto do espaço nacional.

A especificidade da região Grande Porto e a superioridade do nível de PIB *per capita* desta sub-região, por comparação, quer com o nível médio nacional, quer, ainda de forma mais saliente, com o nível médio da região Norte, traduzem um padrão de crescimento fortemente alicerçado na dinâmica de utilização dos recursos humanos, uma vez que o padrão evolutivo da Região permite destacar a regularidade da posição relativa do seu nível de produtividade face à média nacional e, também, a redução acentuada da supremacia da sua taxa de utilização de recursos humanos face à média nacional, ao longo da década de 90, que implicou uma forte redução do seu índice de PIB *per capita*.

Em regiões como Entre Douro e Vouga, Cávado e Ave, com níveis de PIB *per capita* próximos do nível médio da região Norte, salienta-se um padrão de crescimento também fortemente alicerçado no contributo positivo das respectivas taxas de utilização dos recursos humanos, cuja superioridade em relação ao próprio nível médio nacional complementa, pela positiva, o nível médio de produtividade existente.

Os baixos níveis de PIB *per capita* registados nas restantes regiões, quando comparados com a média existente na região Norte, resultam de um padrão de crescimento em que, para além de baixos níveis relativos de produtividade, se regista uma inferior capacidade de utilização dos seus recursos humanos.

FIGURA 2.2.5 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (PORTUGAL = 100)



Nota: Taxa de utilização dos recursos humanos = Emprego em % da população residente.

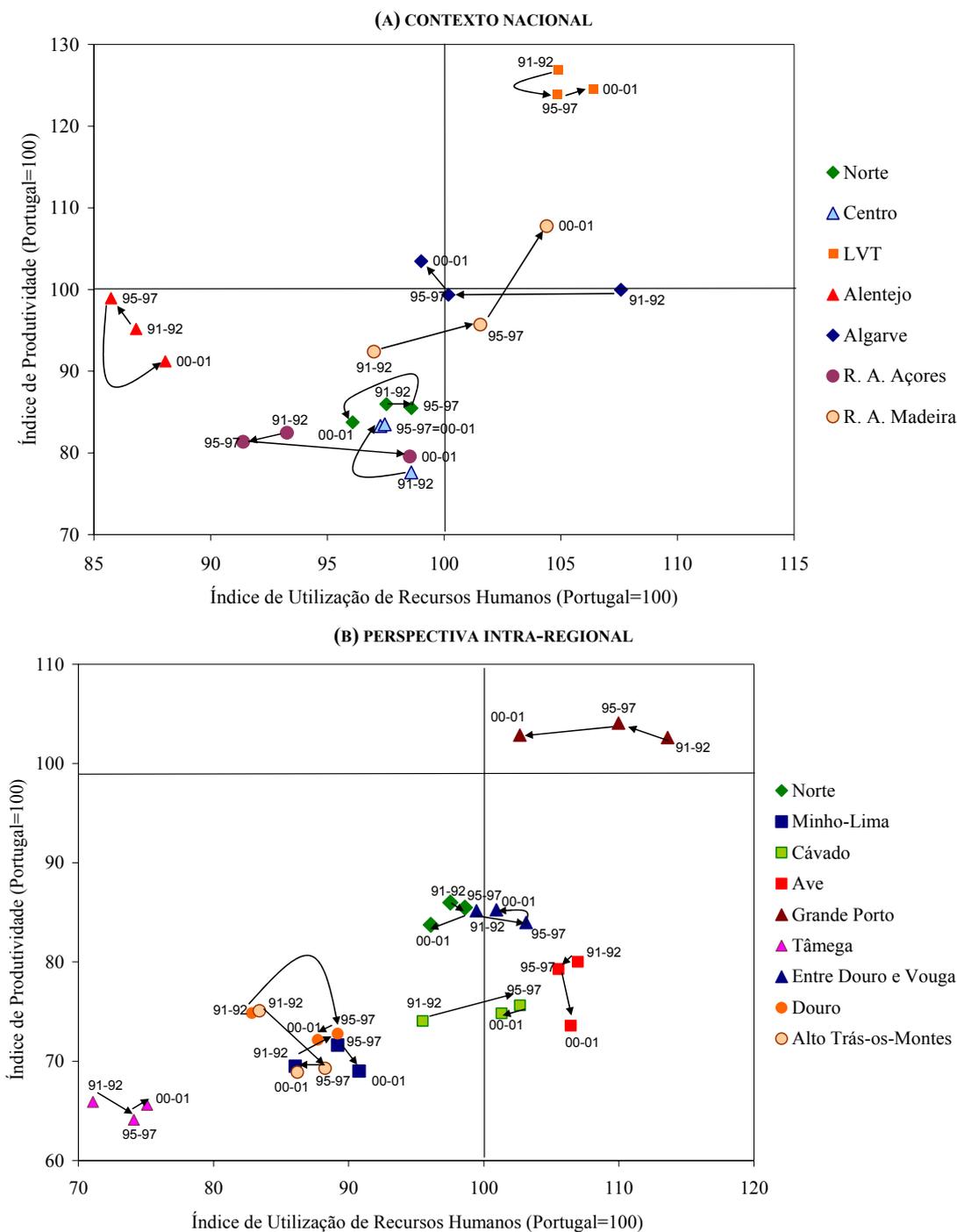
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Tendo presente a análise efectuada no contexto do modelo de crescimento da região Norte e a análise decomposta dos elementos que influenciam o seu nível global de competitividade, é possível delinear a sua trajetória recente de competitividade, com base no posicionamento relativo que a Região detém, no conjunto do espaço nacional, nos respectivos índices regionais e intra-regionais de produtividade e de utilização dos recursos humanos. Neste contexto, a trajetória de competitividade da região Norte entre 1991-92 e 2000-01 pode ser sintetizada da seguinte forma:

- A região Norte constitui uma das NUTS II portuguesas que viu agravada a respectiva posição competitiva global entre 1991 e 2001, apesar de, na primeira metade da década (entre 1991-92 e 1995-97), ter sido registada uma ligeira evolução positiva (Figura 2.2.6 – A). Esse agravamento pode considerar-se o mais significativo, na medida em que resultou de um aumento simultâneo da disparidade relativa da Região face à média nacional, nos dois indicadores considerados, parecendo ter sido de carácter conjuntural a ligeira aproximação do nível de utilização de recursos humanos, evidenciada em 1995-97, face aos valores médios nacionais;
- A sub-região Grande Porto foi a que apresentou maior nível de variação no seu posicionamento competitivo entre 1991 e 2001 (Figura 2.2.6– B). Apesar de manter constante a superioridade da sua produtividade média em relação ao espaço nacional (cerca de 3%), regista uma acentuada diminuição da superioridade que mantinha ao nível da utilização de recursos humanos, que, em 1991, era de 14%, passando, em 2001, a situar-se em valores muito próximos da média nacional (3% acima);
- As sub-regiões Ave, Entre Douro e Vouga e Cávado, cujo posicionamento competitivo se mostra mais alicerçado na supremacia da taxa de utilização de recursos humanos do que da produtividade, apresentam trajetórias de evolução contrárias no período 1991-2001:
 - A sub-região Ave apresenta uma trajetória de competitividade que tem vindo a evoluir no sentido do aumento da divergência face ao padrão nacional: mantém uma posição estável face à média nacional, no que diz respeito ao seu indicador de utilização de recursos humanos, mas, principalmente na segunda metade da década, viu deteriorar-se o seu posicionamento relativo ao nível da produtividade;
 - A sub-região Entre Douro e Vouga apresenta uma tendência de evolução que, estruturalmente, se pode considerar estável – mantinha, em 2000-01, uma posição competitiva muito semelhante à registada em 1991-92 – mas que sofreu algumas divergências conjunturais no período 1995-97;
 - Na sub-região Cávado, verificou-se uma das mais acentuadas flutuações intra-regionais de posicionamento competitivo ocorridas na região Norte e que se mostrou mais significativa e equilibrada entre 1991-92 e 1995-97, uma vez que foi alicerçada na melhoria simultânea do posicionamento relativo nos indicadores de produtividade e utilização dos recursos humanos. A evolução posterior foi mais moderada, apesar de se ter traduzido numa ligeira deterioração do posicionamento relativo da sub-região em ambos os indicadores;

- A posição competitiva das sub-regiões Minho-Lima, Douro e Alto-Trás-os-Montes, neste referencial, sugere a necessidade de um esforço de aproximação dos respectivos níveis de produtividade e de utilização dos recursos humanos face à média nacional, com especial destaque para a produtividade, que se tem vindo a situar a níveis correspondentes a cerca de 75% (ou menos) da média nacional. A evolução registada por estas sub-regiões no período 1991-2001 revela uma trajectória de competitividade pouco coincidente com o necessário objectivo de convergência deste indicador face aos níveis médios de produtividade da região Norte ou, mesmo, face aos níveis nacionais. Mesmo reconhecendo o dinamismo positivo associado à tendência de aproximação das taxas de utilização de recursos humanos das sub-regiões Minho-Lima, Douro e Alto-Trás-os-Montes face à média nacional, convém salientar que este foi o principal factor explicativo, respectivamente, da ligeira melhoria registada no valor de PIB *per capita* do Minho Lima, da estagnação do valor de PIB *per capita* da sub-região Douro e da deterioração ocorrida em Alto-Trás-os-Montes não ter sido mais elevada, por comparação com a média nacional. Nos três casos, detectou-se um ligeiro aumento da divergência dos respectivos níveis de produtividade face à média nacional, sendo que:
 - a intensidade de convergência do nível de utilização dos recursos humanos no Minho-Lima face à média nacional foi mais significativa do que a degradação ao nível do indicador de produtividade, traduzindo-se, como tal, num aumento do seu PIB *per capita* relativo;
 - a intensidade de convergência do nível de utilização dos recursos humanos na sub-região Douro face à média nacional compensou a degradação ao nível do indicador de produtividade e, como tal, o seu PIB *per capita* relativo manteve-se estagnado;
 - a intensidade de convergência do nível de utilização dos recursos humanos na sub-região Alto-Trás-os-Montes face à média nacional foi menos significativa do que a degradação ao nível do indicador de produtividade, traduzindo-se, como tal, numa diminuição do seu PIB *per capita* relativo;
- O Tâmega é a sub-região do Norte cujo posicionamento competitivo se mostra mais afastado da média nacional, tendo sido pouco significativa a evolução registada no período 1991-2001, apesar de se ter mostrado positiva ao nível de uma ligeira tendência de aproximação face à média nacional, quer do indicador de produtividade, quer da taxa de utilização de recursos humanos.

FIGURA 2.2.6 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90

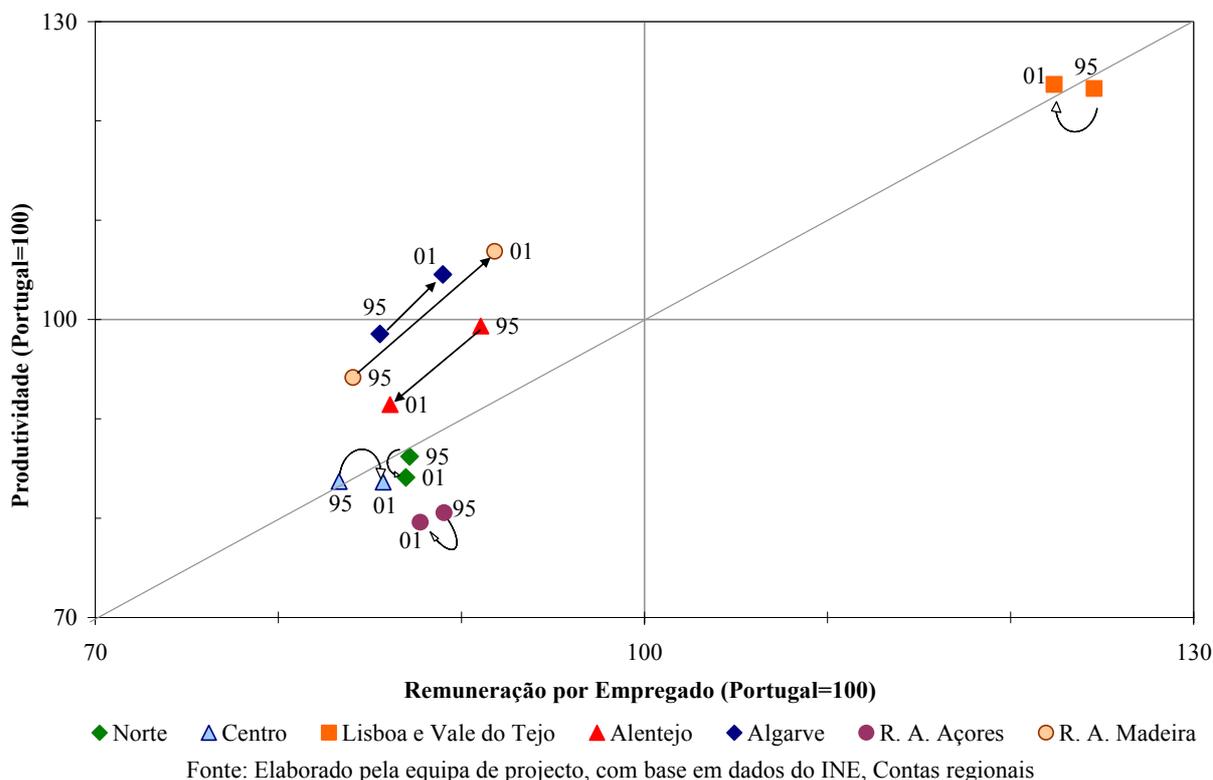


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Na Figura 2.2.7, apresenta-se a trajetória de eficiência produtiva que tem vindo a ser delineada pela região Norte no contexto nacional entre 1995 e 2001, através da relação estabelecida entre os níveis de produtividade relativos e as remunerações médias relativas por empregado, face aos valores médios nacionais.

O posicionamento da Região evidencia uma ligeira tendência de regressão do nível de eficiência produtiva face ao padrão médio nacional, que resultou da combinação de um agravamento da diferença relativa do nível de produtividade (correspondente a 86% e 84% do nacional, respectivamente, em 1995 e 2000) com a manutenção da diferença relativa do nível de remuneração por empregado (correspondente a 87% do valor nacional, em ambos os anos) face à média nacional.

FIGURA 2.2.7 – TRAJECTÓRIAS REGIONAIS DE PRODUTIVIDADE E REMUNERAÇÕES NOS ANOS 90



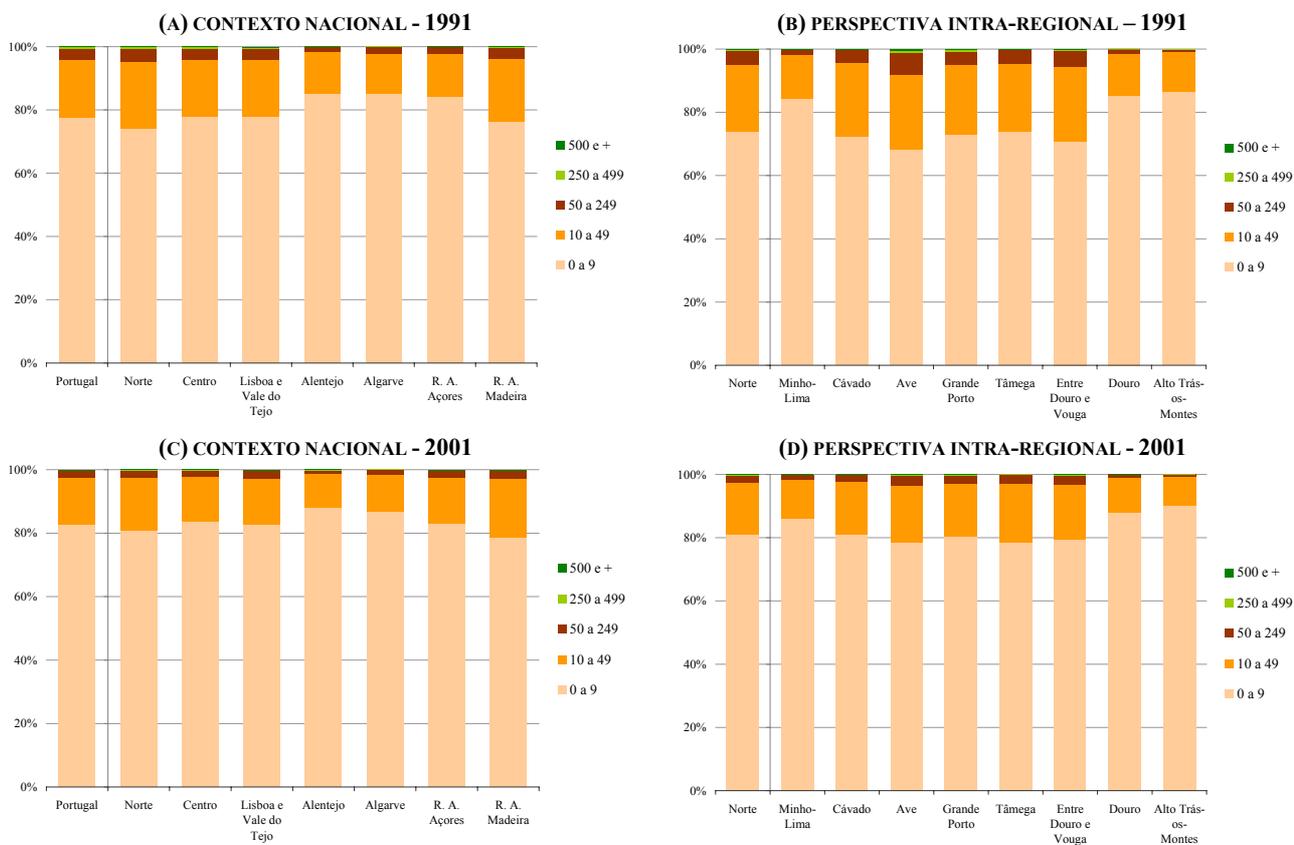
A caracterização do grau de dinamismo empresarial da região Norte complementa a análise já efectuada, nos aspectos relativos ao padrão de especialização e eficiência produtiva, nomeadamente pela relação próxima que se estabelece entre as alterações no padrão produtivo regional e o correspondente impacto na estrutura dimensional das empresas que compõem o seu tecido empresarial. Por outro lado, alterações de carácter mais estrutural, como as associadas a modificações nos sectores que integram o perfil de especialização produtiva regional, consolidam (e acabam por influenciar) o resultado de graus regionalmente diferenciados de iniciativa e sucesso empresarial, que interessa sistematizar.

A estrutura do tecido empresarial da região Norte, segundo os escalões de dimensão do pessoal ao serviço (Figura 2.2.8), aproximou-se, entre 1991 e 2001, da estrutura nacional, em resultado de um reforço do peso relativo das empresas com menos de 10 trabalhadores (81% das empresas localizadas na região Norte, em 2001, face aos 82,7% a nível nacional) por contrapartida de uma menor expressividade relativa das empresas com dimensão entre 10 e 49 trabalhadores (em 1995, representavam mais 2,7 pontos percentuais na estrutura empresarial da região Norte do que na estrutura empresarial nacional, tendo-se reduzido esta diferença, em 2001, para apenas 1,6 p.p.).

Ao nível intra-regional detectam-se divergências mais significativas face ao padrão nacional, ainda que inseridas num processo paralelo de homogeneização tendencial ao longo da década de 90. Os pesos relativos dos três primeiros escalões de dimensão (menos de 10 trabalhadores, entre 10 e 49 trabalhadores e entre 50 a 249 trabalhadores) eram, em 1991, substancialmente mais díspares em termos intra-regionais do que em 2001. A turbulência empresarial registada ao longo da década de 90 e os normais processos de reorganização entretanto levados a cabo criaram uma realidade intra-regional que, em 2001, se mostrava muito mais homogénea, principalmente do ponto de vista do peso que representavam as empresas com menos de 50 trabalhadores na estrutura empresarial das diversas NUTS III – note-se que, em 1995, a amplitude do peso que representavam as empresas com menos de 10 trabalhadores na região Norte oscilava entre os 68% na sub-região Ave e os 87% em Alto-Trás-os-Montes, enquanto que, em 2001, a amplitude entre os pesos mínimo e máximo assumidos por estas empresas se reduziu para valores compreendidos, respectivamente, entre os 78% na região Ave e os 90% em Alto-Trás-os-Montes.

A análise da evolução da estrutura dimensional do tecido empresarial da região Norte permite portanto verificar, numa perspectiva intra-regional, que todas as NUTS III acompanharam a tendência nacional de atomização do tecido empresarial, com o reforço do peso das micro e pequenas empresas no tecido empresarial. Em alguns casos, estas empresas apresentam um fraco potencial de adaptação e sustentação, recrutando predominantemente recursos humanos pouco qualificados e oferecendo reduzidas possibilidades de formação. O Ave e o Grande Porto destacam-se com o maior grau de concentração empresarial, dada a importância mais expressiva de empresas de maior dimensão.

FIGURA 2.2.8 –ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL POR ESCALÕES DE DIMENSÃO NOS ANOS 90



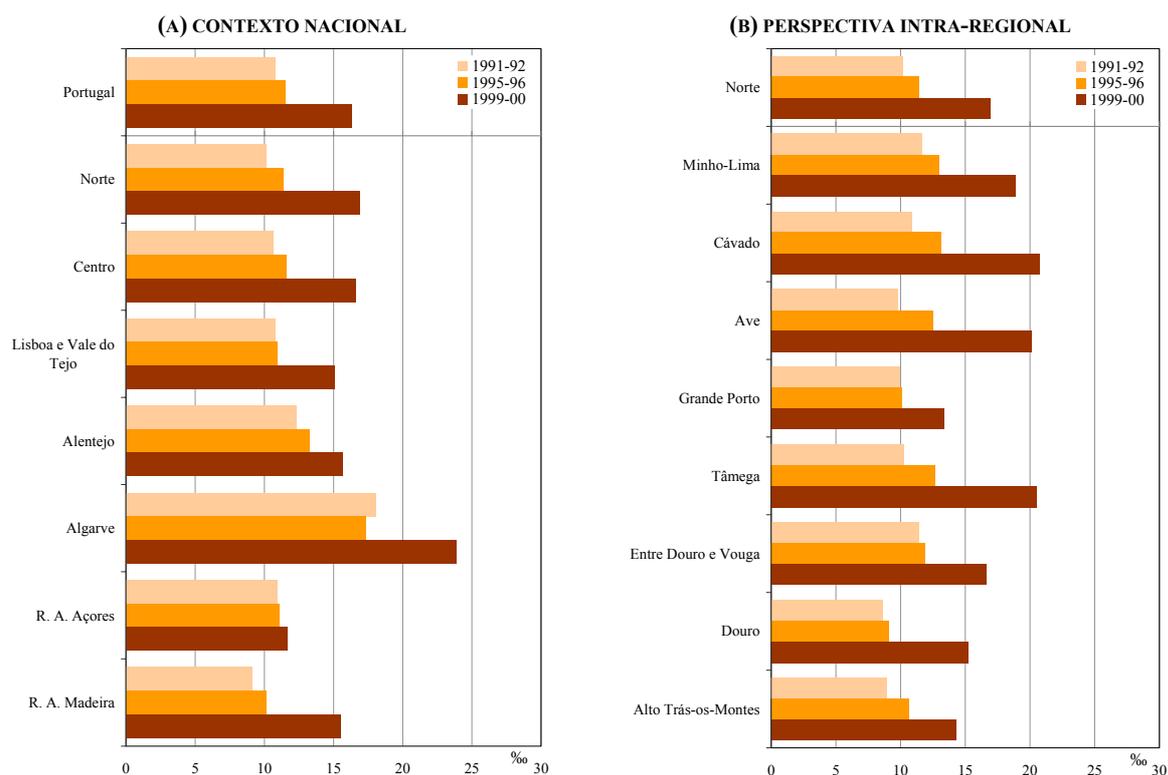
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A evolução da estrutura empresarial de uma região, seja ao nível de alterações na relevância de determinados escalões de dimensão empresarial no conjunto da sua estrutura empresarial, seja ao nível de alterações em termos do aumento ou da diminuição da concentração empresarial no contexto de um espaço padrão mais alargado, é influenciada por factores, que podem oscilar substancialmente em determinados períodos, como o grau de iniciativa empresarial – associado à capacidade da população activa gerar novas empresas e iniciativas – e o grau de sucesso/insucesso empresarial – associado à capacidade destas iniciativas se manterem no mercado. Desta forma, mais do que a capacidade de algumas regiões se mostrarem empreendedoras e, conseqüentemente, detentoras de taxas de iniciativa empresarial elevadas, interessa perceber em que medida estas iniciativas se podem considerar bem sucedidas, isto é, se têm capacidade de sustentação e manutenção no mercado (taxas de sobrevivência empresarial elevadas) ou se, pelo contrário, apresentam debilidades que as impedem de alcançar os níveis desejados de sucesso empresarial e que justificam, como tal, a criação de programas públicos orientados para a introdução das medidas correctivas consideradas mais adequadas.

Globalmente, as taxas de iniciativa empresarial da região Norte têm-se mantido a níveis semelhantes aos nacionais (Figura 2.2.9 - A). No período 1991-92 foram criadas, em média, 10 novas empresas por cada 1000 residentes em idade activa na região Norte, face a 11 novas empresas em Portugal, ao passo que no período 1999-00 foram criadas, na Região e em Portugal, respectivamente, 17 e 16 empresas por cada 1000 residentes em idade activa.

Este aumento global da capacidade de gerar novas iniciativas empresariais traduz a existência de níveis mais significativos de empreendedorismo e de autonomia na criação de emprego que, no entanto, não têm sido homogeneamente distribuídos pelas NUTS III da região Norte. De facto, o gráfico B da mesma figura permite constatar que existia, no período 1991-92, uma maior homogeneidade entre as taxas de iniciativa empresarial das várias NUTS III da Região do que no período 1999-00, em que as divergências entre as taxas de iniciativa das NUTS III face à taxa de iniciativa empresarial da totalidade da região Norte se mostram mais significativas, quer no respeitante a níveis de iniciativa mais elevados (caso das NUTS Cávado e Tâmega) quer no que toca a níveis de iniciativa mais baixos (caso das NUTS Grande Porto e Entre Douro e Vouga).

FIGURA 2.2.9 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL NOS ANOS 90

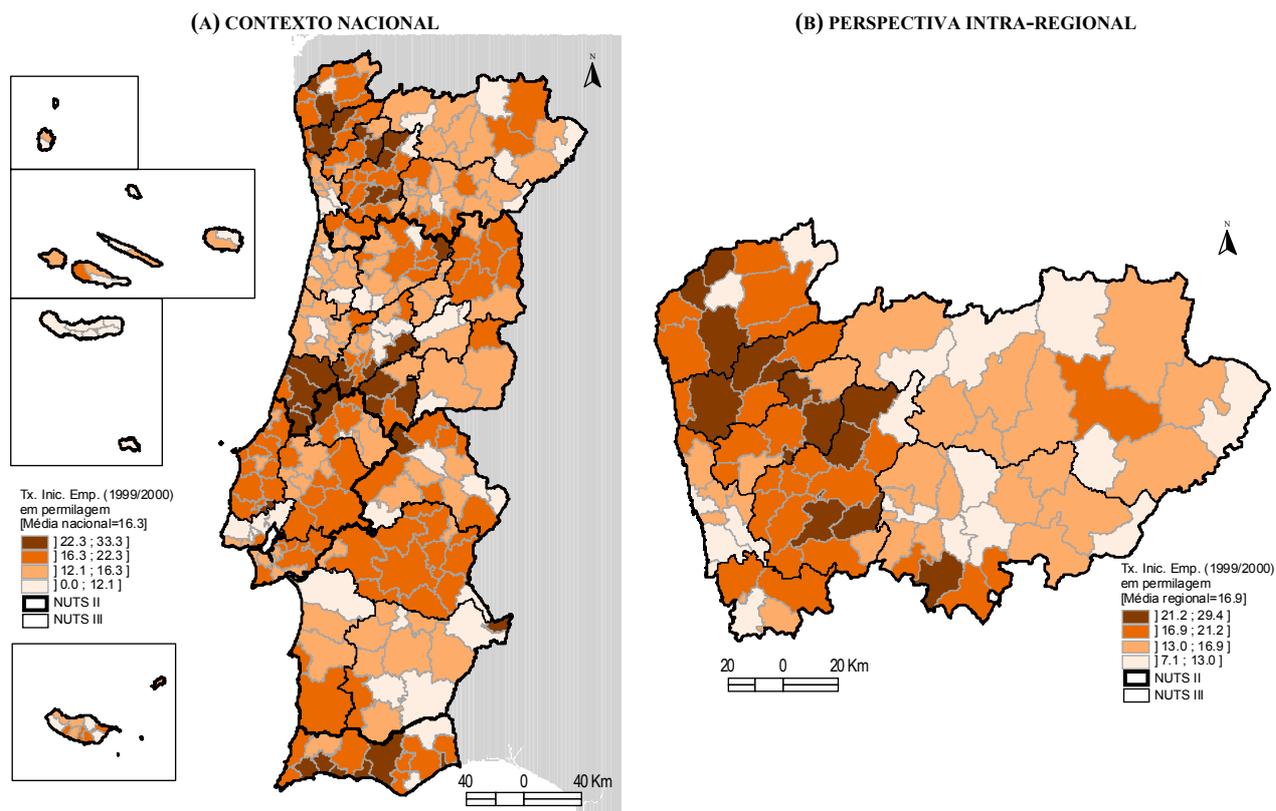


Nota: Taxa de iniciativa = N° de novas empresas/População Activa (em permilagem).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Numa análise mais desagregada (Figura 2.2.10) é possível identificar um conjunto significativo de concelhos da região Norte que apresentam taxas de iniciativa empresarial posicionadas no escalão mais elevado do contexto nacional (entre 22 e 33 novas empresas por cada 1000 residentes em idade activa): Barcelos, Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso, Fafé, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Baião e Marco de Canaveses. Detecta-se, também, uma tendência marcada para que os concelhos mais litorais apresentem níveis de iniciativa empresarial tendencialmente mais elevados. É de salientar o caso do concelho de Macedo de Cavaleiros que, apesar de localizado no interior da região, apresenta níveis significativos de iniciativa empresarial e, também, o caso dos concelhos pertencentes ao Grande Porto que, apesar de litorais, se posicionam nos escalões mais baixos de iniciativa empresarial.

FIGURA 2.2.10 – TAXA DE INICIATIVA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1999/2000)



Nota: Taxa de iniciativa = N^o de novas empresas/População Activa (em permilagem).

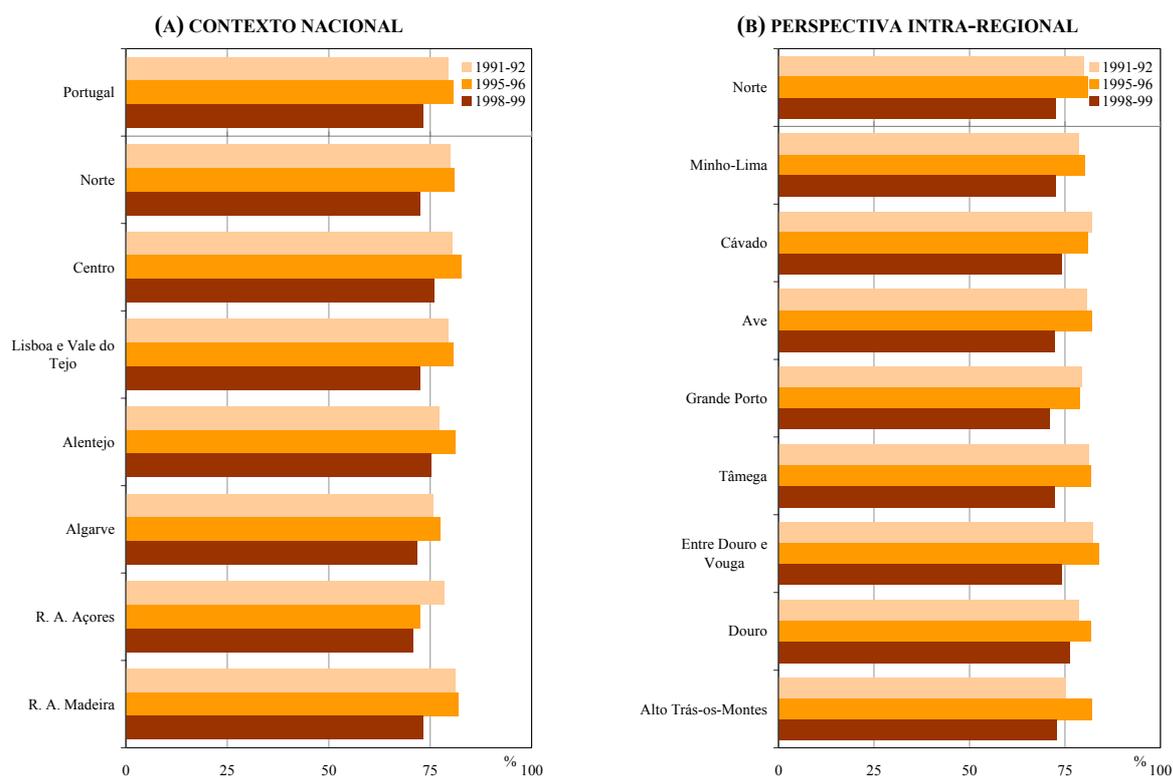
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Níveis elevados de iniciativa empresarial que não se traduzam em níveis adequados de sobrevivência empresarial dão origem a contextos de turbulência e rotatividade que não favorecem a constituição de uma estrutura empresarial sólida, madura e com capacidade de contribuir para a definição de um padrão regional de especialização produtiva.

Ao longo da década de 90, a região Norte acompanhou a tendência nacional de redução das taxas de sobrevivência empresariais e revelou alguma dificuldade em transformar o aumento dos níveis de iniciativa empresarial regional em níveis favoráveis de sobrevivência empresarial.

De facto, a tendência nacional, representada na Figura 2.2.11- A, aponta para a existência de níveis de sobrevivência empresarial significativamente mais baixos no período 1998-99 do que nos períodos 1991-92 e 1995-96. Ao conjugar este facto com a tendência de aumento da iniciativa empresarial, pode concluir-se que, o reforço significativo da capacidade de criar empresas não parece ter encontrado tradução ao nível da capacidade da Região para concretizar e manter essas iniciativas em funcionamento: enquanto que, no período 1991-92, 80% das empresas criadas na região Norte se mantinham em funcionamento ao fim de 1 ano, no período 1998-99 apenas 72% das empresas criadas sobreviviam. Neste indicador regista-se uma homogeneidade intra-regional bastante mais significativa (gráfico B) do que a observada ao nível da iniciativa empresarial.

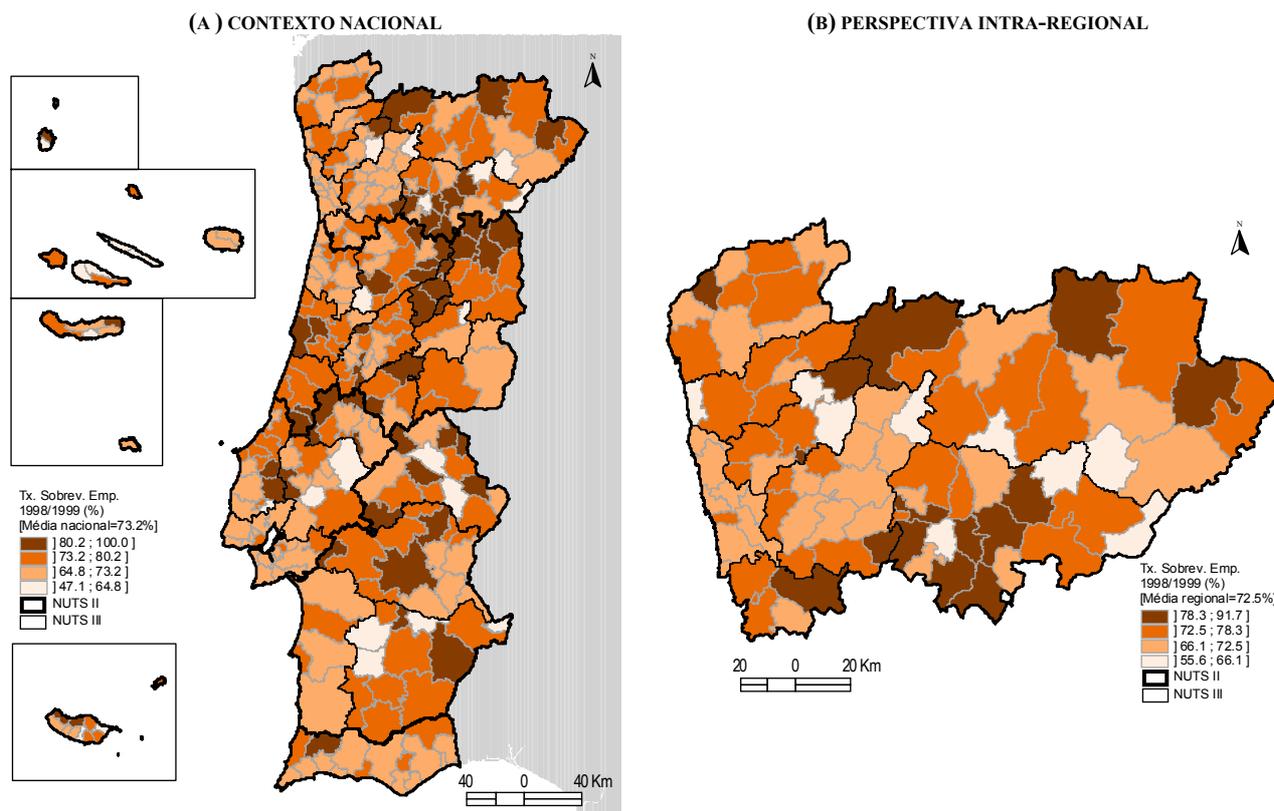
FIGURA 2.2.11 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL NOS ANOS 90



Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Ao nível concelhio verifica-se que, em resultado da tendência generalizada a nível nacional de diminuição das taxas de sobrevivência empresarial no período 1998-99, se concentram, na região Norte, alguns dos concelhos com maiores níveis de sobrevivência empresarial (superior a 80,2%): Vieira do Minho, Resende, Montalegre, Vinhais, Vimioso, Peso da Régua, Lamego, Carraceda de Ansiães, São João da Pesqueira, Tabuaço, Moimenta da Beira e Sernancelhe (gráfico A da Figura 2.2.11). Na perspectiva interna à região Norte (gráfico B) destacam-se os concelhos de Esposende, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Ribeira de Pena, Armamar, Vila Flor, Freixo de Espada-à-Cinta, Murça e Alfândega da Fé como detentores dos mais baixos níveis de sobrevivência empresarial (entre 55,6% e 66,1% das empresas criadas no período 1998-99 e que se mantêm em funcionamento durante, pelo menos, 1 ano).

FIGURA 2.2.12 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998/99)

Nota: Taxa de sobrevivência = N° de empresas que se mantêm em actividade por 1 ano/N° de novas empresas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Um dos factores determinantes na decisão de localização de novas empresas e estabelecimentos prende-se com a disponibilidade dos recursos humanos necessários ao seu funcionamento. Consequentemente, a estrutura empresarial de uma região é influenciada pelo equilíbrio entre as exigências específicas das actividades que aí se pretendem localizar e a capacidade regional de disponibilizar, em número e qualificação técnica, os recursos humanos necessários. O resultado da compatibilização entre este jogo de interesses e disponibilidades provocará, necessariamente, um ciclo virtuoso na relação entre a localização empresarial e a autonomia regional do emprego, em que a existência inicial de uma bacia de emprego atractiva à localização empresarial (geral ou específica a determinadas actividades) induzirá a criação de um pólo empresarial/industrial atractivo à própria concentração de pessoas e, como tal, mais atractivo à concentração de novas empresas.

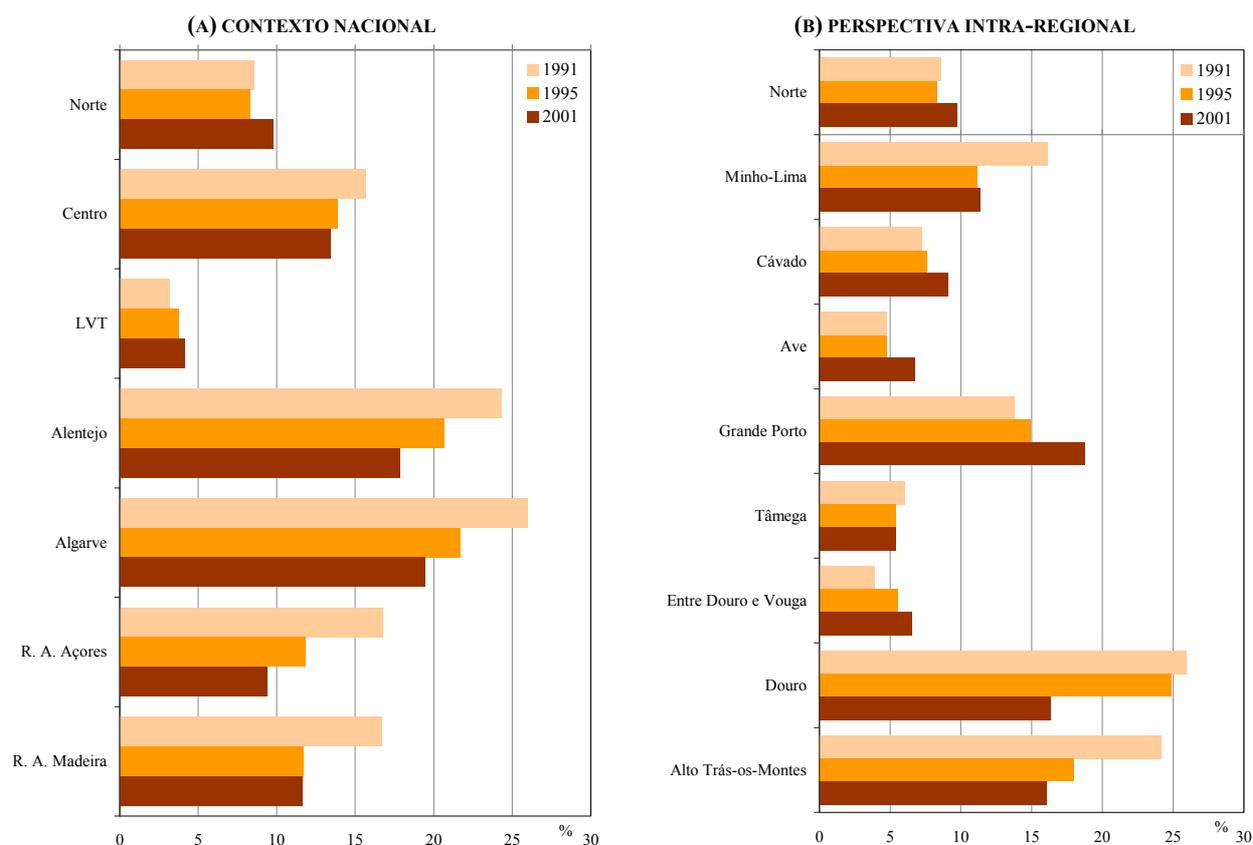
A dependência regional do emprego traduz, desta forma, a incapacidade de uma região ser auto-suficiente na resposta às necessidades de recursos humanos manifestadas pelos estabelecimentos que aí se localizam, traduzindo, como tal, a representatividade do emprego afecto a empresas com sede fora da região no total do emprego dos estabelecimentos da região. Sendo uma das NUTS do país em que é menos significativa a dependência regional do emprego (ainda que tenha aumentado ligeiramente ao longo da década de 90), tendem a concentrar-se no Norte um conjunto muito significativo de estabelecimentos, responsáveis por mais de 90% do emprego da Região (em 2001), pertencentes a empresas aí sediadas (Figura 2.2.13).

Ainda que pareça admissível considerar a região Norte como detentora de uma significativa capacidade de equilíbrio na disponibilização interna dos recursos humanos necessários à satisfação das necessidades dos estabelecimentos que ali se localizam, deve, no entanto, relativizar-se esta afirmação, na medida em que uma parcela muito significativa das empresas portuguesas possui, apenas, um único estabelecimento e que, como tal, é apenas ao nível da localização das empresas com mais de um estabelecimento que se decide o grau de autonomia regional do emprego e se torna particularmente relevante, sobretudo, a percepção do grau de atractividade e susceptibilidade regional à fixação de estabelecimentos pertencentes a empresas já existentes. No limite, seria possível afirmar que uma região onde não existissem estabelecimentos pertencentes a empresas externas teria uma taxa de autonomia regional do emprego de 100%.

Da mesma forma, é normal que o grau de dependência regional do emprego da região Norte seja menos elevado que o das respectivas NUTS III, conforme evidencia o gráfico B, exactamente porque a abertura de um novo estabelecimento numa NUTS III diferente da NUTS III em que se localiza a empresa-mãe vai implicar um menor grau de autonomia regional do emprego desta última, mas não terá impacto ao nível da autonomia regional do emprego da região Norte no seu conjunto (apenas se a localização for externa à Região).

A definição de uma possível explicação para a existência de taxas de dependência regional do emprego diferenciadas leva à consideração de dois grandes grupos de regiões, delimitados em função da relação que se pode estabelecer entre este indicador e a própria atractividade de uma região no que respeita à fixação de estabelecimentos cuja empresa-mãe se localiza noutras regiões:

- regiões com taxas de dependência regional do emprego baixas - são regiões onde predominam empresas com um único estabelecimento e em que a atractividade à fixação de estabelecimentos por parte de empresas sediadas noutras regiões é pouco significativa. São, tendencialmente, regiões menos dinâmicas do ponto de vista empresarial, tal como as regiões Tâmega, Ave e Entre Douro e Vouga;
- regiões com taxas de dependência regional do emprego elevadas - são regiões onde a atractividade à fixação de estabelecimentos pertencentes a empresas originalmente localizadas noutras regiões é significativa - são, tendencialmente, regiões que se podem considerar mais dinâmicas e atractivas à fixação de novos investimentos, tal como as regiões Grande Porto e Minho-Lima - ou regiões cuja pequena dimensão e relevância no contexto regional mais alargado em que se inserem as torna mais propícias à fixação de estabelecimentos de empresas com sede noutras regiões do que à própria iniciativa empresarial interna, tal como as regiões Douro e Alto-Trás-os-Montes.

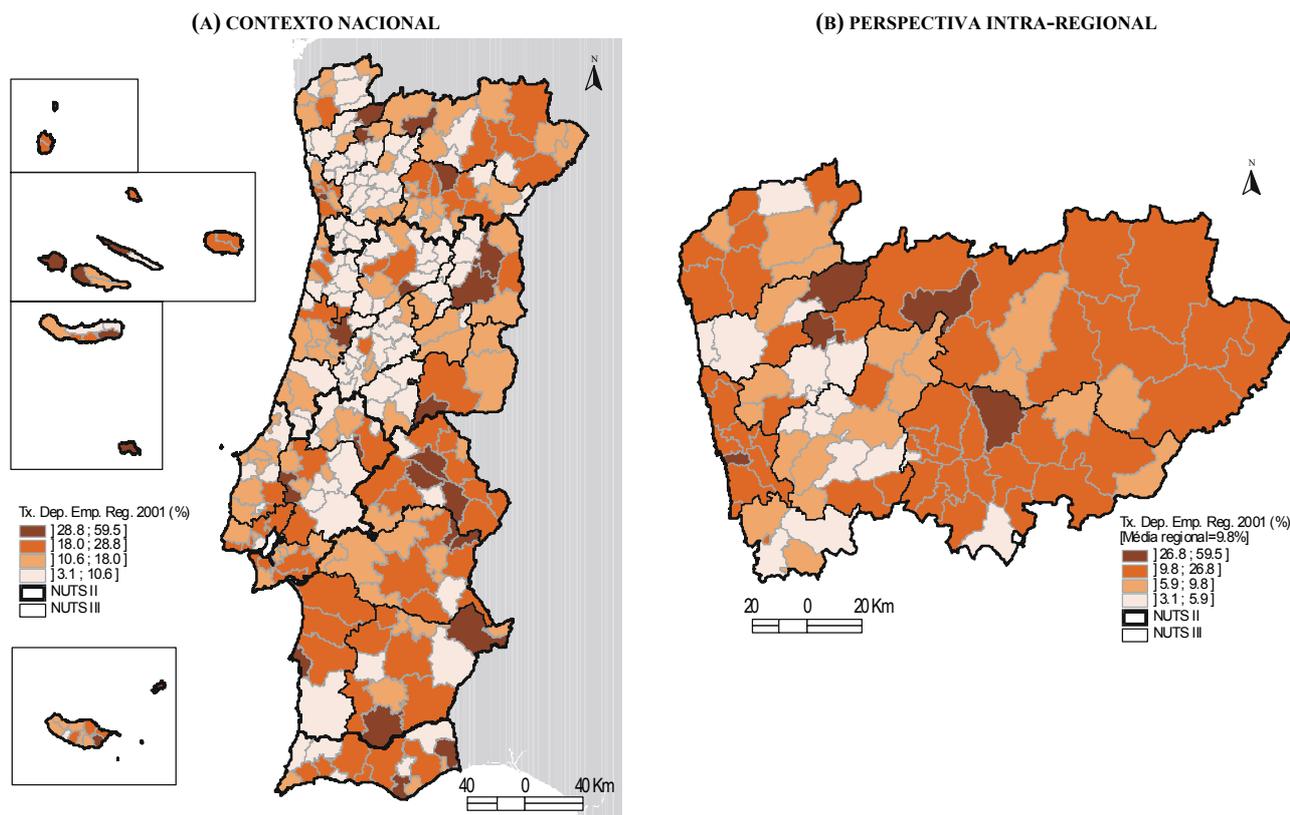
FIGURA 2.2.13 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL NOS ANOS 90

Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

A Figura 2.2.14 permite evidenciar, principalmente, esta última situação. Note-se o facto dos concelhos pertencentes à NUTS III Grande Porto apresentarem taxas de dependência regional do emprego semelhantes às dos concelhos mais interiores da região Norte (Alto-Trás-os-Montes e Douro) e que não coincidem com o escalão menos elevado de dependência regional do emprego. No primeiro caso, possivelmente como resultado de uma maior atractividade à fixação de estabelecimentos pertencentes a empresas com sede fora desses concelhos (ainda que dentro da mesma NUTS II ou III). No segundo caso, possivelmente como resultado da sua menor relevância concelhia, o que as remete para um plano mais susceptível à fixação de estabelecimentos pertencentes a empresas com sede noutras regiões.

FIGURA 2.2.14 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA DO EMPREGO REGIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



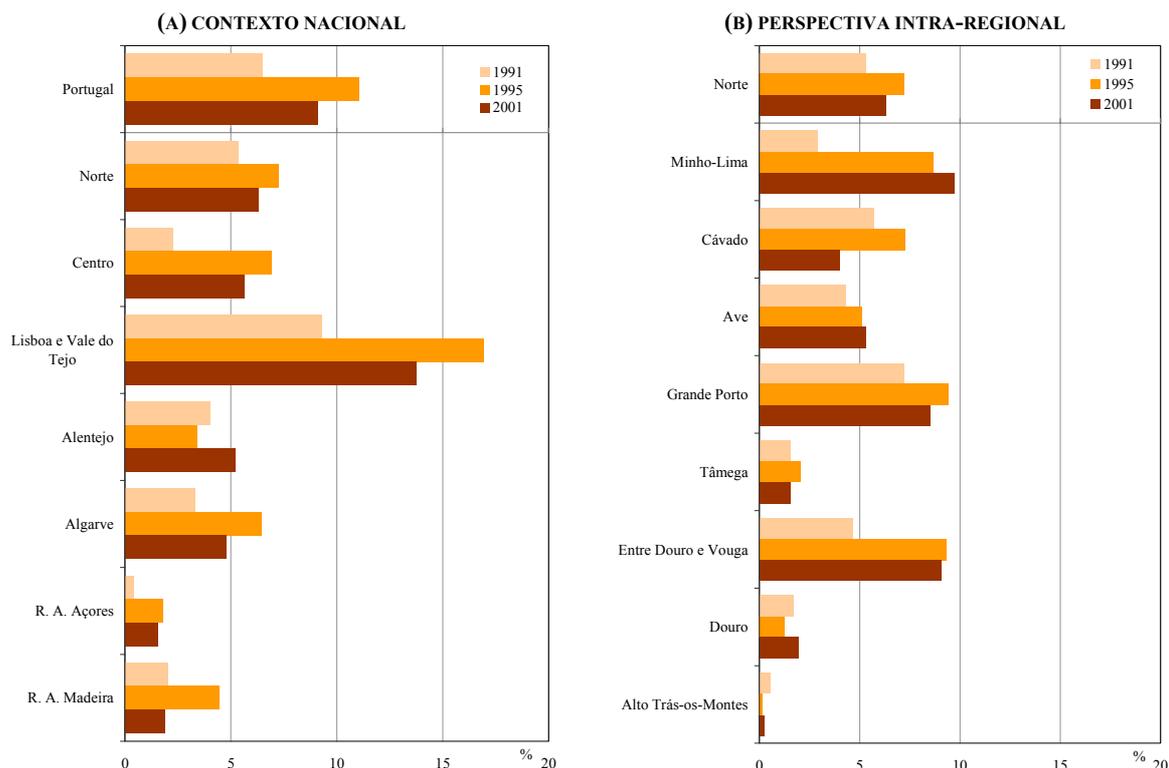
Nota: Indicador de dependência do emprego regional = % do emprego em estabelecimentos da região pertencentes a empresas com sede fora da região.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

O emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro é na região Norte inferior ao registado a nível nacional (Figura 2.2.15). Apesar de entre 1991 e 1995 se ter observado um relativo acréscimo do emprego naquele tipo de empresas em todas as sub-regiões, no quinquénio seguinte verificou-se uma diminuição do emprego em empresas de capital estrangeiro superior a 25%, o que evidencia uma deterioração do grau de atractividade regional face à realização de investimentos directos estrangeiros.

São excepções as NUTS Douro, Alto-Trás-os-Montes e Ave que, contudo, apresentam os mais baixos níveis de emprego naquelas empresas. Estas são aliás as regiões que registam, como se fez referência, os mais baixos valores de actividade exportadora, que em parte poderá ser justificada precisamente pela menor importância relativa de empresas de capital estrangeiro.

O Minho-Lima registou, em 2001, a mais elevada proporção de emprego em empresas de capital estrangeiro superior a 25% (cerca de 10% do emprego total), ultrapassando a média nacional (tendo mesmo registado, entre 1995 e 2001, um notório aumento do emprego naquelas empresas).

FIGURA 2.2.15 – PRESENÇA DE CAPITAL ESTRANGEIRO NO TECIDO EMPRESARIAL REGIONAL, NOS ANOS 90

Nota: Emprego em empresas com mais de 25% de capital estrangeiro em % do total do emprego.

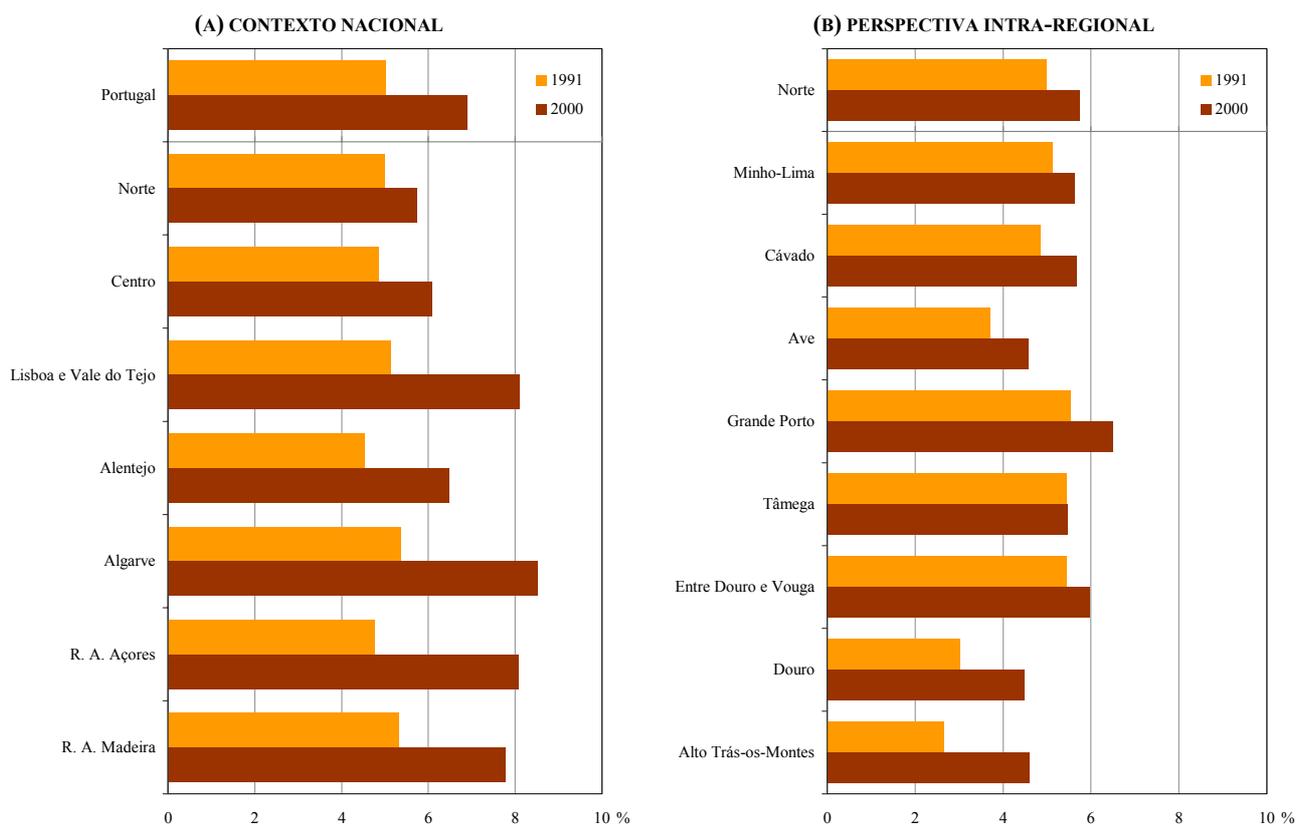
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

Importa ainda aferir a importância das mudanças de emprego não relacionadas com o encerramento ou falência das empresas, de forma a permitir abordar as dinâmicas regionais reveladoras de iniciativas encetadas pela população empregada de procura de melhores condições profissionais (ascensão na carreira profissional) ou de desejo de mudança de actividade (enveredando pela actividade empresarial por conta própria).

Na região Norte, o peso relativo das pessoas que mudaram de emprego por motivações que não se prendem com o encerramento de empresas é inferior ao registado a nível nacional (Figura 2.2.16), posicionando-se a Região, em 2001, abaixo da média do País a este nível. Desta forma, a região apresenta uma mais baixa mobilidade laboral, reveladora em parte de níveis inferiores de procura de melhores condições profissionais e de iniciativas empresariais.

Todavia, de realçar que, entre 1991 e 2000, se registou em todas as sub-regiões do Norte um aumento notório da mobilidade laboral não ligada ao encerramento de empresas. Em algumas NUT III – nomeadamente as do interior – observa-se um peso importante deste factor na mudança observada na actividade profissional da população empregada.

FIGURA 2.2.16 – MOBILIDADE LABORAL NOS ANOS 90



Nota: Pessoas que mudaram de emprego por razões para além do encerramento de empresas em % do emprego total.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COMPETITIVIDADE: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Caracterizados os resultados e trajetória de crescimento e competitividade da região Norte, é chegada a altura de passar a desenvolver uma análise das condições determinantes desta evolução ao longo dos anos 90, estruturada em torno dos seguintes domínios:

- Demografia
- Capital Humano
- I&D e Tecnologia
- Especialização Produtiva
- Estrutura da Procura
- Infraestruturas de Suporte às actividades económicas

Desta forma, delimitados os principais vectores de competitividade e de coesão e convergência da Região Norte, numa perspectiva de avaliação da performance e dos resultados que traduzem o nível de vida relativo da Região e a sua dispersão intra-regional, ao longo dos anos 90, desenvolve-se, em seguida, uma análise que se irá passar a centrar, agora, nas determinantes e condições em que se alicerçou este posicionamento, organizadas por domínios temáticos, passando-se em revista aspectos que incluem desde factores relacionados com a estrutura etária, demográfica e de recursos humanos da Região, o padrão de urbanismo, qualificação e sofisticação de modos de vida (sobretudo, na articulação entre modelos de consumo e importância do sector terciário na economia regional), a factores mais relacionados com o modelo produtivo existente, seja ao nível do padrão de especialização, ou da sua capacidade de penetração e inter-relacionamento com mercados externos, ou, ainda, da sua aposta na sustentação tecnologicamente mais inovadora deste modelo produtivo. Este modelo sócio-económico e produtivo da Região é, também, enquadrado no contexto da dotação regional de infra-estruturas sociais e de suporte e das especificidades criadas no modelo de relacionamento entre as diversas instituições, empresas e actores com influência na região, bem como no contexto da internalização de aspectos ligados à sustentação ambiental no modelo competitivo do Norte.

2.3.1. Demografia

Entre 1991 e 2001, a região Norte acompanhou a tendência nacional de aumento da taxa de urbanização e da densidade populacional, o que veio intensificar o contraste entre o desenvolvimento de grandes pólos urbanos do litoral e o vasto território predominantemente rural do interior.

Esta Região apresenta níveis de envelhecimento da população residente inferiores ao registado no País, apesar da aproximação à média nacional.

Naquele período, o saldo natural ou fisiológico foi superior ao migratório, tendo mesmo atingido um dos valores mais elevados ao nível nacional.

Ao nível das habilitações, quase metade da população residente na região Norte possui habilitações literárias iguais ou inferiores ao 1º ciclo. Todavia, entre 1991 e 2001, registou-se um acréscimo significativo do peso da população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, o que indicia uma tendência global para a disponibilização ou atracção de mão-de-obra tendencialmente mais qualificada no mercado de trabalho.

A concentração urbana de população e a generalização de padrões de consumo e de estilos de vida urbanos são tendências que, associadas ao fenómeno de urbanização, se têm vindo a acentuar no domínio da organização do território, com os consequentes impactos ao nível do ambiente e da qualidade de vida das populações. O processo de urbanização tem sido simultaneamente causa e consequência de diversos fenómenos, em que se podem destacar a maior agressividade da concorrência, o fomento e massificação da utilização de produtos e serviços tendencialmente mais avançados e com maior incorporação de valor acrescentado e a maior facilidade de contacto e aproximação induzidos pelos progressos nas comunicações, afirmando-se como uma tendência preponderante no decorrer das últimas décadas.

Na região Norte podem destacar-se duas importantes dimensões do fenómeno de urbanização, que constituem as duas vertentes essenciais da evolução do modelo de povoamento existente no sentido do reforço da tendência de urbanização: uma progressiva e homogénea litoralização da população e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, particularmente relevante no que toca à concentração de população com formação superior.

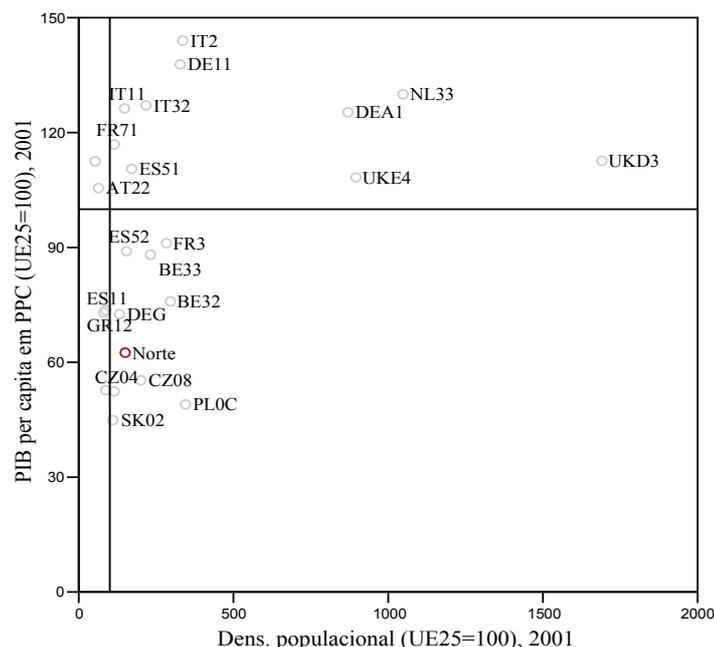
Um dos indicadores habitualmente utilizados para comparar, em termos internacionais, o nível de urbanização é a densidade populacional de uma região (ainda que deva ser relativizada pelo facto de resultar do efeito conjugado de regiões urbanas altamente povoadas e regiões rurais em fase de desertificação humana). As regiões seleccionadas para contextualização da região Norte (Figura 2.3.1) apresentam, na sua maioria, densidades populacionais médias superiores à da UE25, o que se justifica pelos próprios critérios que presidiram à sua escolha: regiões predominantemente industriais e regiões onde se localiza a segunda cidade dos respectivos países.

De salientar é, talvez, a fraca relação observada entre a existência de níveis mais elevados de PIB per capita e a existência de maiores concentrações populacionais, conforme confirma o facto de regiões com valores de PIB per capita substancialmente mais baixos que o europeu – como por exemplo, Galicia (Espanha), Hainaut (Bélgica), Thüringen (Alemanha), Kentriki Makedonia (Grécia) ou Norte (Portugal) – apresentarem densidades populacionais semelhantes à de regiões com níveis de PIB per capita francamente mais elevados – como por exemplo, Rhône-Alpes (França), Piemonte e Lombardia (Itália) ou Stuttgart (Alemanha).

A análise deste indicador deve, no entanto, ter em consideração que as próprias características de ordenamento do território de cada país podem influenciar o indicador de densidade populacional, na medida em que os critérios subjacentes à divisão administrativa das regiões no sentido da definição de regiões onde se incluem espaços envolventes com maior ou menor grau de heterogeneidade (homogeneidade intra-regional versus homogeneidade nacional), poderão levar à existência de regiões mais confinadas ao espaço urbano e industrial central (e com maiores níveis de densidade populacional) ou, então, à existência de regiões mais alargadas aos espaços rurais envolventes (o que diminui o nível de densidade populacional).

Regiões como Greater Manchester e West Yorkshire (Reino Unido), Düsseldorf (Alemanha) e Zuid-Holland (Holanda), apresentam uma relação de maior proximidade entre níveis mais elevados de PIB per capita e de densidade populacional (ao contrário das restantes regiões em análise), o que parece sugerir que, em presença de regiões de forte especialização industrial e onde simultaneamente se incluem aglomerações populacionais de grande relevância, como é o caso de Manchester, Düsseldorf ou Roterdão, os níveis de PIB per capita são tendencialmente mais elevados.

**FIGURA 2.3.1 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE POPULACIONAL:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Elaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västssverige	

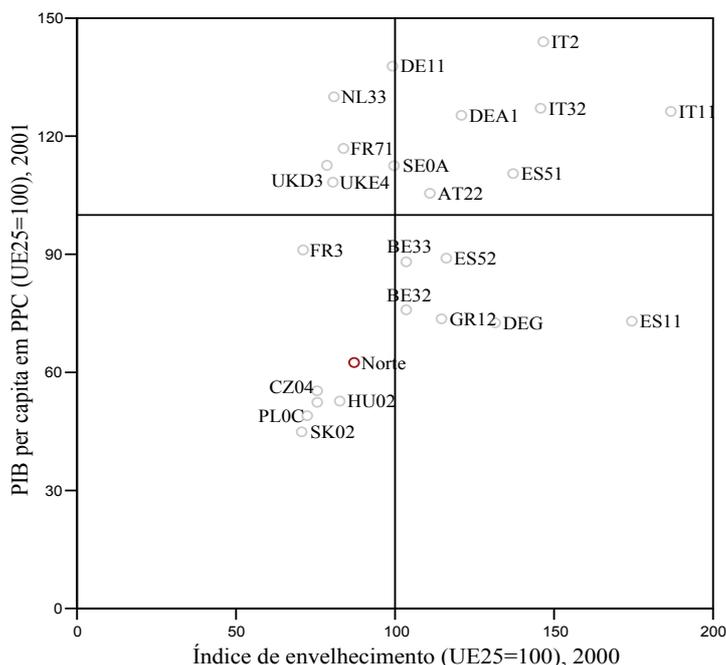
Nota: Densidade populacional na UE25 (2001) = 114,2 hab./km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Interessa incluir na análise e caracterização da evolução recente de uma região, os aspectos que cobrem a evolução registada em termos das especificidades da estrutura etária da sua população, em particular as relacionadas com o padrão de envelhecimento populacional. Isto porque, a partir da década de 80, assistiu-se a um envelhecimento progressivo da população europeia e portuguesa, que se traduziu por decréscimos sucessivos na população jovem (envelhecimento pela base, explicado pela redução da natalidade), por oposição a acréscimos da população idosa (envelhecimento pelo topo – explicado pelo aumento da esperança média de vida).

A Figura 2.3.2 permite constatar a inserção da região Norte num subgrupo de regiões (onde se incluem as regiões seleccionadas dos novos membros da UE25) com níveis de PIB per capita e índices de envelhecimento populacional inferiores aos verificados, em média, na UE25. No entanto, convém salientar que estas regiões, com níveis de PIB per capita que se podem considerar próximos dos existentes no Norte, apresentam uma característica mais favorável no seu padrão demográfico: são regiões menos envelhecidas que a Europa e que a região Norte.

**FIGURA 2.3.2 – PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Elaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsverige	

Nota: Índice de envelhecimento da UE25 (2000) = 91,8%.

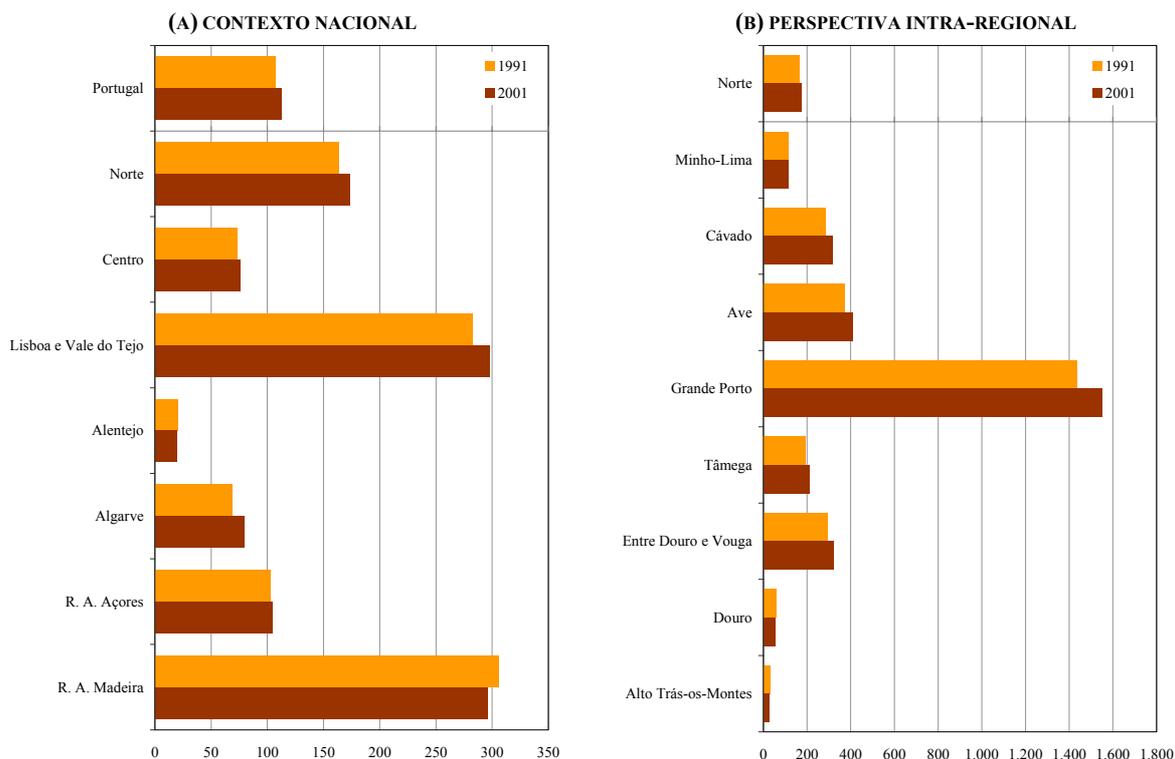
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Entre 1991 e 2001, a região Norte evidenciou um aumento do número de habitantes por quilómetro quadrado, decalcando assim a tendência da média nacional e da maioria das restantes NUTS II (Figura 2.3.3). O Grande Porto destaca-se com as mais elevadas densidades populacionais em ambos os anos considerados, facto que resulta da elevada urbanização desta sub-região. A grande distância, surgem as sub-regiões Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e Tâmega, com registos de densidade populacional acima da média do Norte.

As áreas de mais alta densidade populacional do Norte constituem uma região metropolitana e uma coroa de povoamento disperso, de forte industrialização, limitada, grosso modo, por Viana do Castelo a Norte, Braga-Amarante a Leste e Aveiro a Sul.

São as sub-regiões com menores níveis de urbanização e com maior extensão territorial – Douro e Alto-Trás-os-Montes – que registam as mais baixas densidades populacionais (abaixo da média regional).

**FIGURA 2.3.3 – DENSIDADE POPULACIONAL NOS ANOS 90
(HABITANTES POR KM²)**

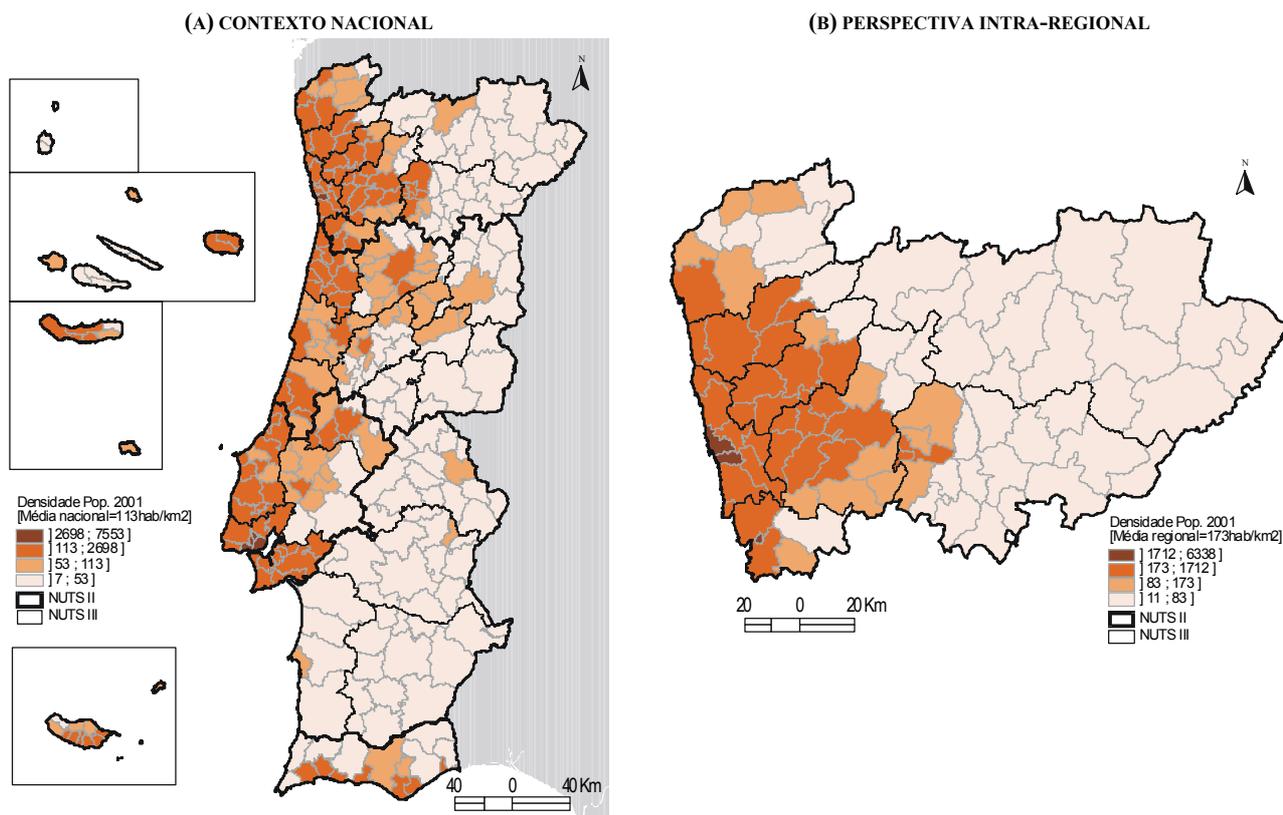


Nota: Densidade populacional em hab./km².

Fonte: INE, Censos

O mapa A da Figura 2.3.4 é ilustrativo do padrão de litoralização da população residente em Portugal. A região Norte não foge à regra, na medida em que as mais elevadas densidades populacionais se concentram nos concelhos litorais (mapa B). Os concelhos que integram a Área Metropolitana do Porto – sobretudo Matosinhos e Porto – destacam-se com as mais elevadas densidades populacionais da Região e do País, integrando a referida região metropolitana. Destaque também para a coroa de povoamento disperso que forma um sistema urbano articulado em torno dos principais pólos como Viana do Castelo e os eixos Vila do Conde-Póvoa de Varzim a Norte, Braga-Barcelos e o subsistema de cidades do Ave (Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Fafe) a Nordeste, além da rede de cidades do Vale do Sousa-Baixo Tâmega (Felgueiras, Amarante, Marco de Canavezes, Paredes-Penafiel, Lousada e Paços de Ferreira) a Leste e Espinho, o eixo de Entre Douro e Vouga (St^a Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e S. J. da Madeira), Ovar e o sub-sistema de cidades Aveiro-Ílhavo-Águeda, a Sul.

Desta forma, a região Norte caracteriza-se por contrastes evidentes entre o nível de desenvolvimento de grandes pólos urbanos do litoral – polarizados pela Área Metropolitana e respectiva coroa - e o vasto território predominantemente rural do interior.

FIGURA 2.3.4 – DENSIDADE POPULACIONAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

A posição relativa da região Norte, em termos da inferioridade do seu nível de envelhecimento populacional no contexto europeu, encontra paralelismo, à escala das restantes NUTS II portuguesas, no baixo peso relativo que representa a população idosa (com mais de 65 anos) no total da população residente (Figura 2.3.5).

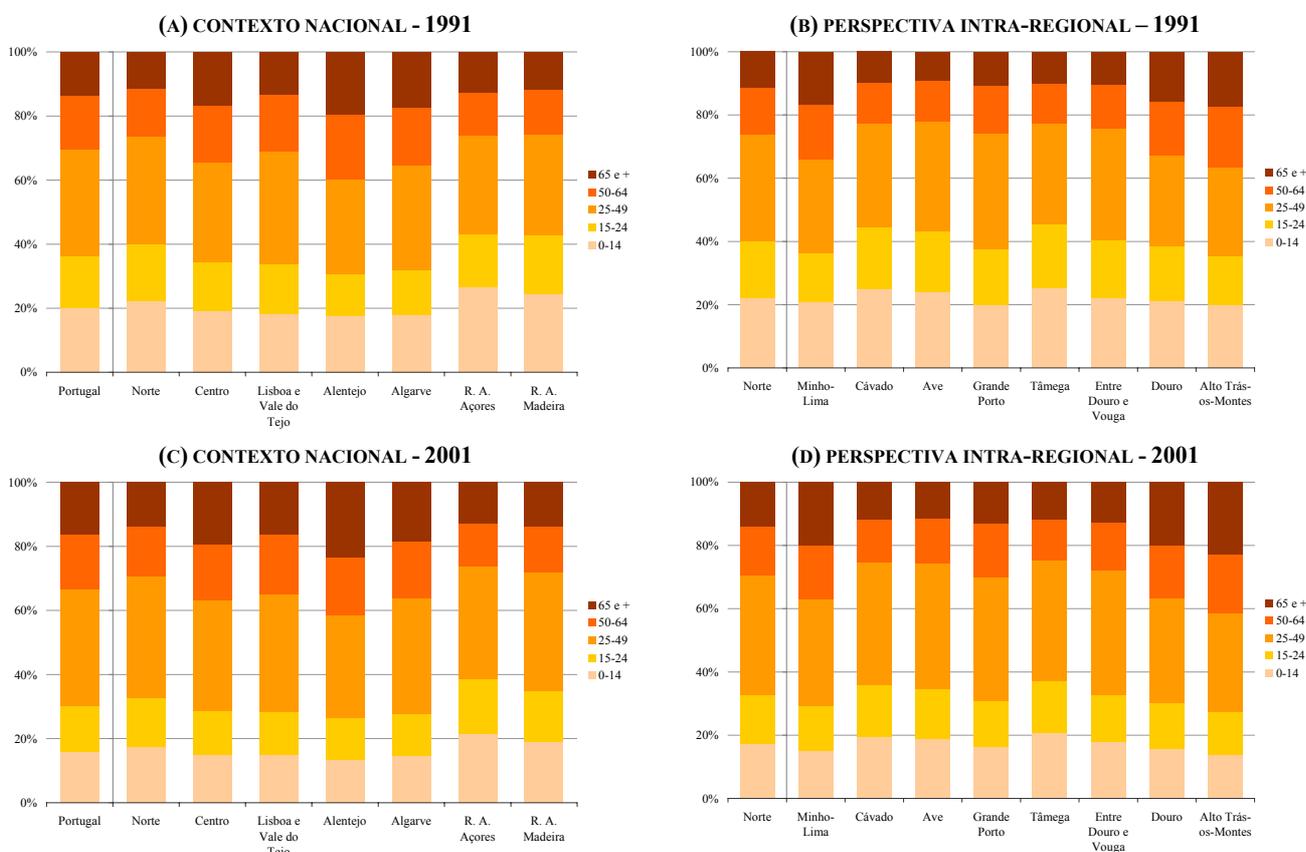
Apesar disso, a evolução da estrutura etária da população residente em Portugal traduz uma tendência global de envelhecimento demográfico, patente no reforço do peso da população idosa no total da população, de 13,6% para 16,4%, ao longo da década de 90, por contrapartida a um decréscimo relativo de população jovem (menos de 24 anos), de 36,3% para 30,3%.

A tendência de envelhecimento demográfico na região Norte insere-se no referido processo de transição demográfica que se começou a delinear em Portugal, nos anos 80, quando os indicadores de fecundidade, natalidade e mortalidade começaram a traduzir a perda de capacidade de assegurar a substituição de gerações.

Destaca-se a ligeira tendência de homogeneização da estrutura etária da Região face à nacional entre 1991 e 2001: se, por um lado, em 1991, se verificava uma situação em que a região Norte era a NUTS II portuguesa com menor peso relativo de população com mais de 64 anos (11,4%) e superava em 4 pontos percentuais o peso médio nacional de população com menos de 25 anos (40% no Norte e 36% no País); já em 2001, por outro lado, se detecta uma maior convergência para a estrutura nacional que também

registou um reforço da população mais idosa e uma ligeira retracção do peso relativo da população mais jovem.

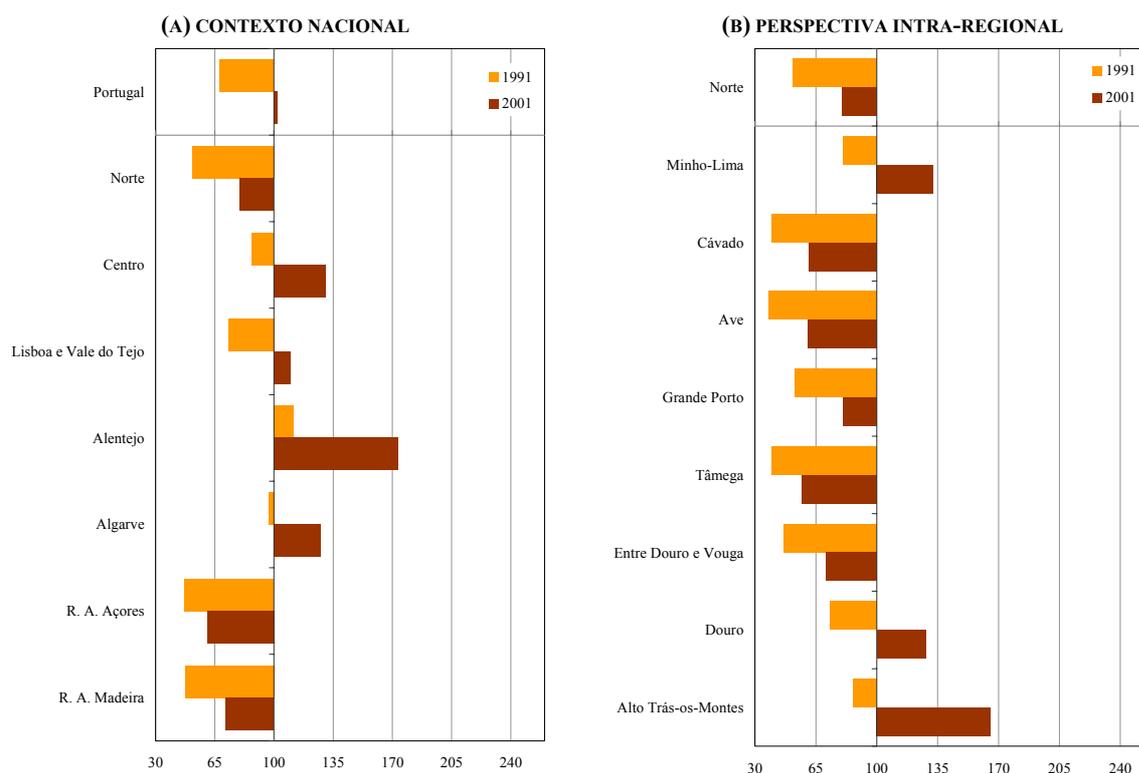
FIGURA 2.3.5 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



A evolução do índice de envelhecimento, apresentada na Figura 2.3.6 - A, confirma a existência, na Região, de um nível de envelhecimento populacional menos significativo do que o existente, em média, em Portugal, ainda que se tenha vindo a aproximar deste ao longo do período 1991-2001. De facto, se em 1991 a estrutura etária da população residente na região Norte permitia concluir pela existência de um índice de envelhecimento de 52% (situação em que o número de residentes na região com idade inferior a 15 anos equivale ao dobro do número de residentes com idade superior a 65 anos), a evolução desta estrutura até 2001 posiciona o índice de envelhecimento em 80%, o que indica que por cada 100 residentes da região Norte com idade inferior a 15 anos existem 80 residentes com idade superior a 65 anos e, como tal, que ocorreu uma redução substancial do número de residentes jovens existente por cada residente com mais de 65 anos.

Numa perspectiva interna à região Norte (Figura 2.3.6- B) detecta-se, entre 1991 e 2001, a degradação do índice de envelhecimento em todas as NUTS, com particular significância no caso das NUTS Minho-Lima, Douro e Alto-Trás-os-Montes que, em 2001, atingiram uma situação em que o número de idosos ultrapassa largamente o número de jovens (em 65%, no caso desta última sub-região).

FIGURA 2.3.6 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO NOS ANOS 90



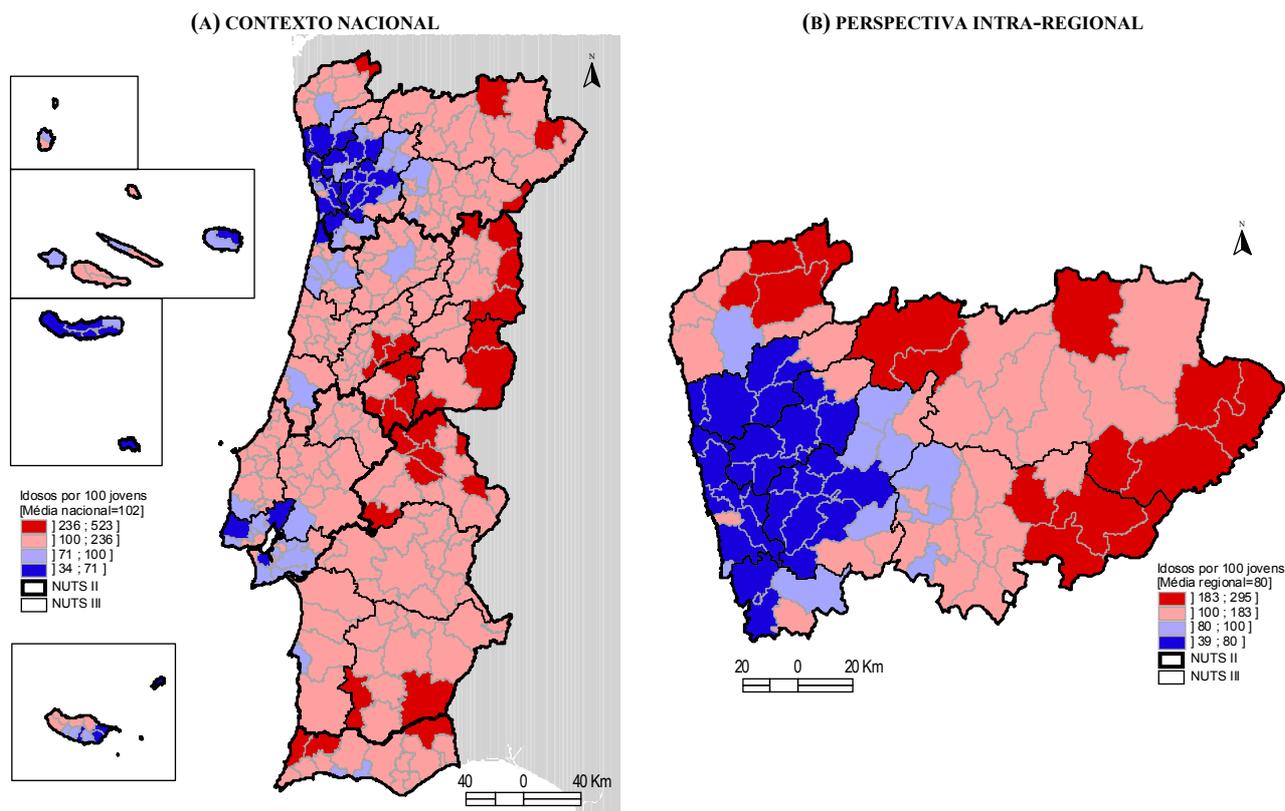
Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: INE, Censos

No mapa A da Figura 2.3.7 confirma-se o nível de envelhecimento mais elevado destas NUTS, cujos concelhos se posicionam, quase na sua totalidade, no 1º escalão de envelhecimento superior à média nacional (representado a rosa) e, em alguns casos, no escalão de envelhecimento mais acentuado (Melgaço, Chaves e Vimioso). Nos concelhos litorais forma-se uma “mancha azul”, que traduz a existência de uma estrutura etária jovem e em que os índices de envelhecimento são claramente inferiores à média nacional, com excepção para o concelho do Porto, cujo índice de envelhecimento ultrapassa os 100%. Refira-se que o elevado índice de envelhecimento registado neste concelho resulta da perda da população da cidade do Porto e do conseqüente reforço do aumento da população residente (mais jovem) nas periferias, traduzindo-se num incremento dos movimentos pendulares diários entre este concelho (com elevado grau de concentração de emprego) e outros concelhos da Área Metropolitana do Porto (que têm vindo a atrair população jovem e activa).

A análise do mapa B permite registar um aumento da divergência intra-regional associada ao índice de envelhecimento da região Norte, quando se passa a considerar o índice de envelhecimento interno à região, em 2001, como padrão. A redução do intervalo de variação entre o valor do índice de envelhecimento máximo e mínimo, por comparação com os nacionais (apresentados no gráfico A), permite tornar mais significativas as “manchas” de concelhos onde o índice de envelhecimento é, respectivamente, mais elevado (no interior) e mais baixo (no litoral).

FIGURA 2.3.7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

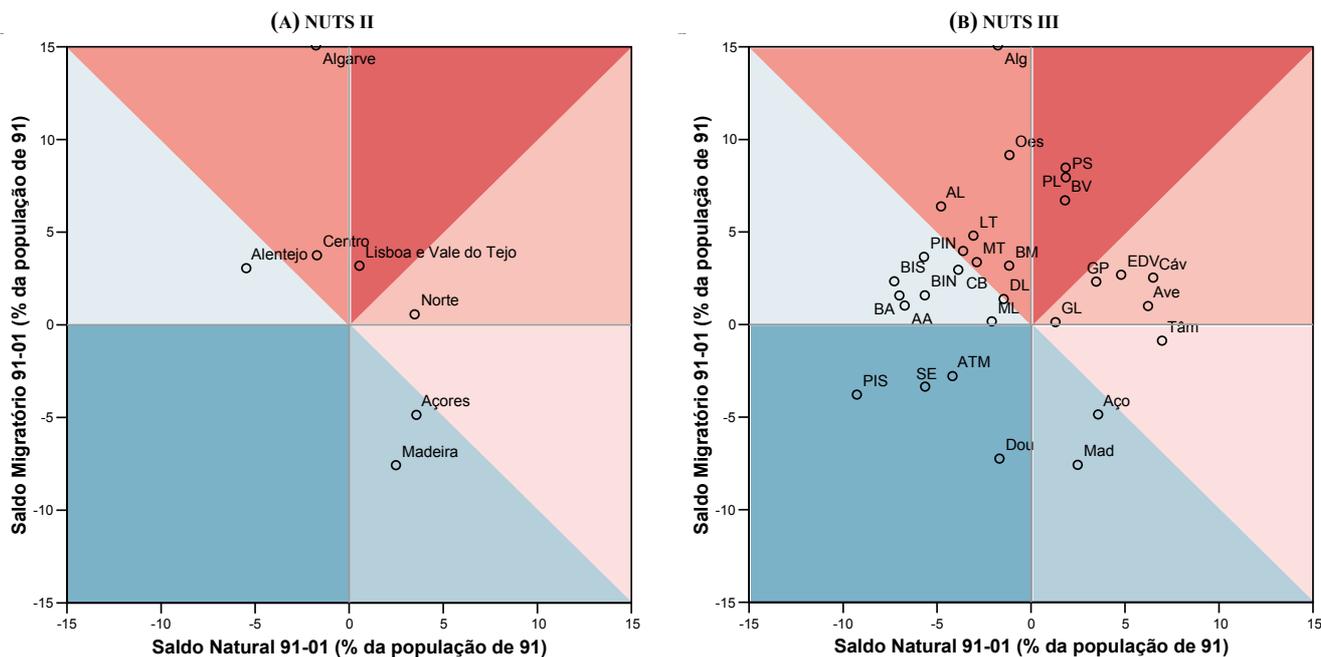


Nota: Índice de envelhecimento = Pop. residente com mais de 65 anos/Pop. residente com menos de 15 anos, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

O contributo dos saldos natural e migratório para a evolução da população residente, que se pode analisar na Figura 2.3.8 e na Figura 2.3.9, permite, não só, avaliar a relação que se estabelece entre ambos e, em particular, perceber se o aumento populacional de uma determinada região é mais explicado pelo efeito do saldo natural ou do saldo migratório, mas permite, também, centrar a análise numa óptica de leitura do grau de atractividade das diferentes regiões na captação de população estrangeira (através do saldo migratório).

FIGURA 2.3.8 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90

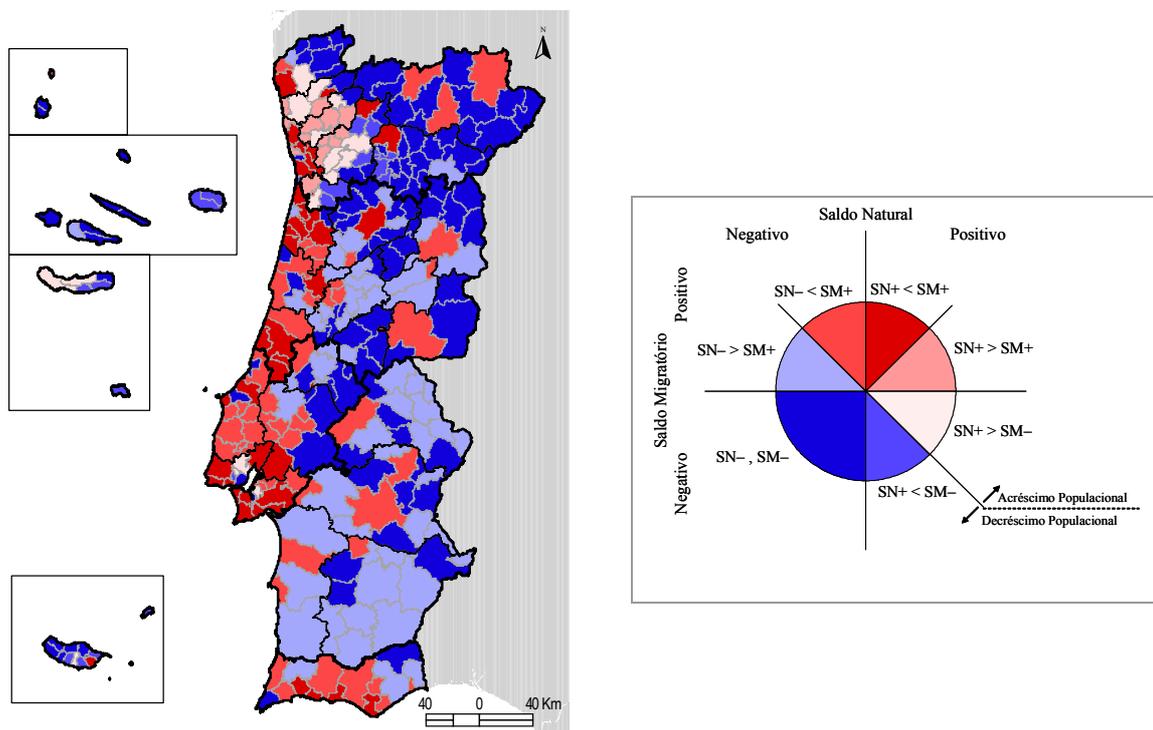


Eixo das ordenadas = Saldo Migratório (SM) 91-01 em % da pop.91, Eixo das abcissas = Saldo Natural (SN) 91-01 em % da pop.91

■	SN+ > SM-	Acréscimo Populacional	ML	Minho-Lima	PL	Pinhal Litoral	PS	Península de Setúbal
■	SN+ > SM+		Cáv	Cávado	PIN	Pinhal Interior Norte	MT	Médio Tejo
■	SN+ < SM+		Ave	Ave	DL	Dão-Lafões	LT	Lezíria do Tejo
■	SN- < SM+		GP	Grande Porto	PIS	Pinhal Interior Sul	AL	Alentejo Litoral
■	SN- > SM+	Decréscimo Populacional	Tâm	Tâmega	SE	Serra da Estrela	AA	Alto Alentejo
■	SN- > SM+		EDV	Entre Douro e Vouga	BIN	Beira Interior Norte	BC	Alentejo Central
■	SN- > SM+		Dou	Douro	BIS	Beira Interior Sul	BA	Baixo Alentejo
■	SN- > SM+		ATM	Alto Trás-os-Montes	CB	Cova da Beira	Alg	Algarve
■	SN- , SM-		BV	Baixo Vouga	Oes	Oeste	Aço	Açores
■	SN+ < SM-		BM	Baixo Mondego	GL	Grande Lisboa	Mad	Madeira

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas demográficas

FIGURA 2.3.9 – CONTRIBUIÇÃO DOS SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO PARA A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Estatísticas demográficas

O crescimento populacional verificado na região Norte entre os dois últimos períodos censitários resultou da conjugação de positivos saldos natural e migratório. De salientar que o saldo natural ou fisiológico foi nesta Região superior ao migratório, tendo mesmo atingido um dos valores mais elevados em termos nacionais (a par da Região Autónoma dos Açores). Tal situação deriva da referida menor incidência do envelhecimento demográfico na Região. É de realçar que, no contexto nacional, dada a relativa estabilidade temporal da taxa de crescimento natural, conclui-se que a taxa de crescimento migratório adquiriu progressivamente o estatuto de principal motivo do crescimento populacional observado ao longo da década de 90 (contrariamente ao que se observou na região Norte).

Apenas as sub-regiões Alto-Trás-os-Montes e Douro apresentaram saldos natural e migratório negativos. As NUTS Grande Porto, Ave, Entre Douro e Vouga e Tâmega denotaram maior atractividade ou capacidade de captação de população estrangeira, evidenciadas pelo positivo saldo migratório (a par de um saldo natural também positivo).

Em termos intra-regionais esta atractividade é superior em alguns concelhos do interior como Amares, Cabeceiras de Basto, Vila Real (que também registaram saldos naturais positivos) ou Chaves, Mirandela e Bragança (apesar dos saldos naturais negativos), mas sobretudo em concelhos do litoral como Viana do Castelo, Maia, Vila do Conde, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia (que beneficiaram da conjugação de saldos natural e migratório positivos).

Refira-se que o concelho do Porto apresentou valores negativos em ambas as componentes do crescimento demográfico. Esta situação é, como aliás já se referiu, consequência directa da progressiva saída da população mais jovem para os concelhos que constituem as periferias do Porto, em parte associada a questões relacionadas com o mercado de habitação e com as próprias políticas de ordenamento do território. Os fluxos residenciais no interior da Área Metropolitana do Porto assumem desta forma uma dimensão assinalável, processando-se sobretudo do Porto para a periferia ou entre os concelhos da coroa envolvente da cidade do Porto. No concelho do Porto são de destacar os fortes movimentos migratórios para concelhos como Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos e Maia.

2.3.2. Capital Humano

No contexto da UE25, a região Norte destaca-se com uma das piores performance em termos do peso da população dos 25-64 anos com ensino superior na população activa residente, sendo que quase metade da população residente na Região (49,2%) possui habilitações literárias iguais ou inferiores ao 1º ciclo. Não obstante, entre 1991 e 2001, registou-se um acréscimo significativo do peso da população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, o que indicia uma tendência global para a disponibilização ou atracção de mão-de-obra tendencialmente mais qualificada no mercado de trabalho.

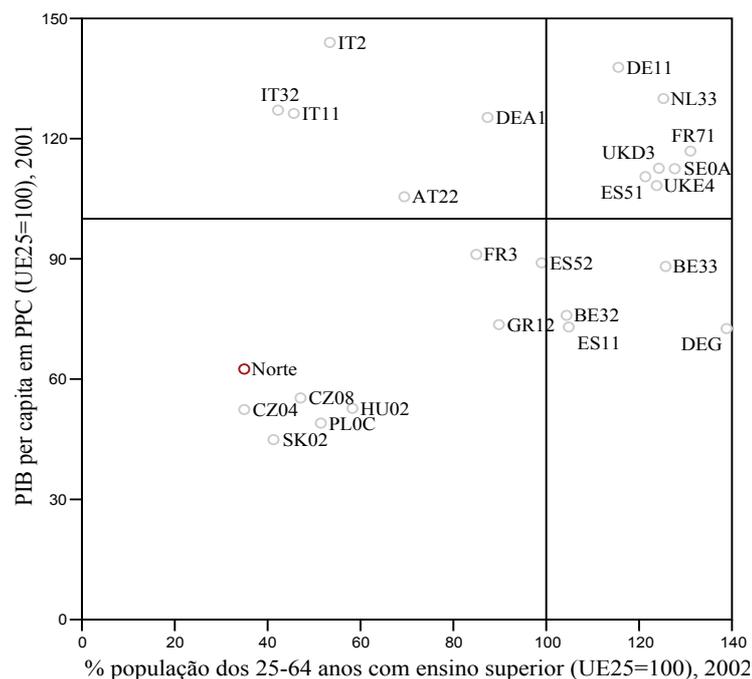
Interessa também incluir na análise e caracterização da evolução recente de uma região, os aspectos ligados às especificidades da respectiva estrutura de habilitações, em particular as relacionadas com a capacidade de fixação e absorção por parte do mercado de trabalho de população com formação superior.

A Figura 2.3.10 permite contextualizar a região Norte num subgrupo de regiões (onde se incluem as regiões seleccionadas dos novos membros da UE25) com níveis de PIB per capita e pesos da população dos 25-64 anos com ensino superior na população activa residente inferiores aos verificados, em média, na UE25. De salientar que estas regiões, com níveis de PIB per capita que se podem considerar próximos dos existentes na região Norte, apresentam, à semelhança do que se verificava no padrão demográfico, uma relação mais favorável no padrão educacional relativo. São regiões que, além de menos envelhecidas que a Europa (e que a região Norte), apresentam maiores pesos relativos, por comparação com o Norte (ainda que inferior à média europeia, de 20,6%), de população com ensino superior.

Saliente-se o caso de regiões como Greater Manchester e West Yorkshire (no Reino Unido), Rhône-Alpes (França) e Zuid-Holland (Holanda), que possuindo, tal como as regiões acima referidas, uma estrutura populacional mais jovem que a europeia (em média) conseguiram obter uma maior representatividade (face à média europeia) de população com níveis superiores de educação.

Por outro lado, um número significativo das restantes regiões europeias em análise com níveis relativos de PIB per capita inferiores à média europeia (tal como a região Norte), apresentam um equilíbrio parcialmente mais favorável no referencial analisado, pois apesar de se evidenciarem os seus índices de envelhecimento significativamente mais elevados do que a média europeia (como se viu na Figura 2.3.2), também se destaca a superioridade do peso da sua população activa detentora de ensino superior, face à média europeia - Hainaut e Liège, na Bélgica, Galicia e Comunidad Valência, em Espanha, e Thüringen, na Alemanha.

**FIGURA 2.3.10 – PIB PER CAPITA E PESO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

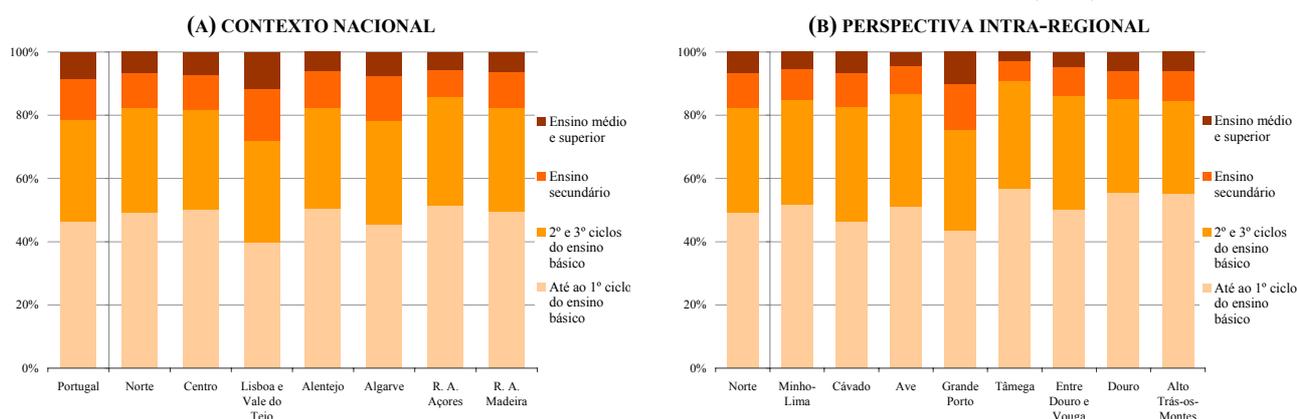
BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Łaskie
ES11-Galícia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsvrige	

Nota: % da população dos 25-64 anos com ensino superior na UE25 (2002) = 20,6%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social e Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook

Quase metade da população residente na região Norte (49,2%) possui habilitações literárias iguais ou inferiores ao 1º ciclo (Figura 2.3.11), onde se inclui, quer a população que completou o 1º ciclo do ensino básico, quer a população que não o chegou a completar ou, sequer, a frequentar (analfabetos). Apesar de significativo, este peso não difere muito do verificado a nível nacional – 46,2% –, tal como acontece ao nível das habilitações mais elevadas, embora no seu conjunto, se possa referir que, enquanto em Portugal, cerca de 21,4% da população residente possui habilitações equivalentes ao ensino secundário e superior, na região Norte este peso diminui para 17,5%.

No contexto interno da Região (Figura 2.3.11– B), salienta-se o agravamento da tendência de forte representatividade de população residente com baixo nível habilitacional, patente no facto das NUTS Minho-Lima, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto-Trás-os-Montes apresentarem uma estrutura de habilitações onde mais de 50% da população se enquadra no escalão de habilitações correspondente ao 1º ciclo e que, naturalmente, se repercute na menor representatividade de população residente detentora de habilitações equivalentes ao ensino secundário e/ou superior.

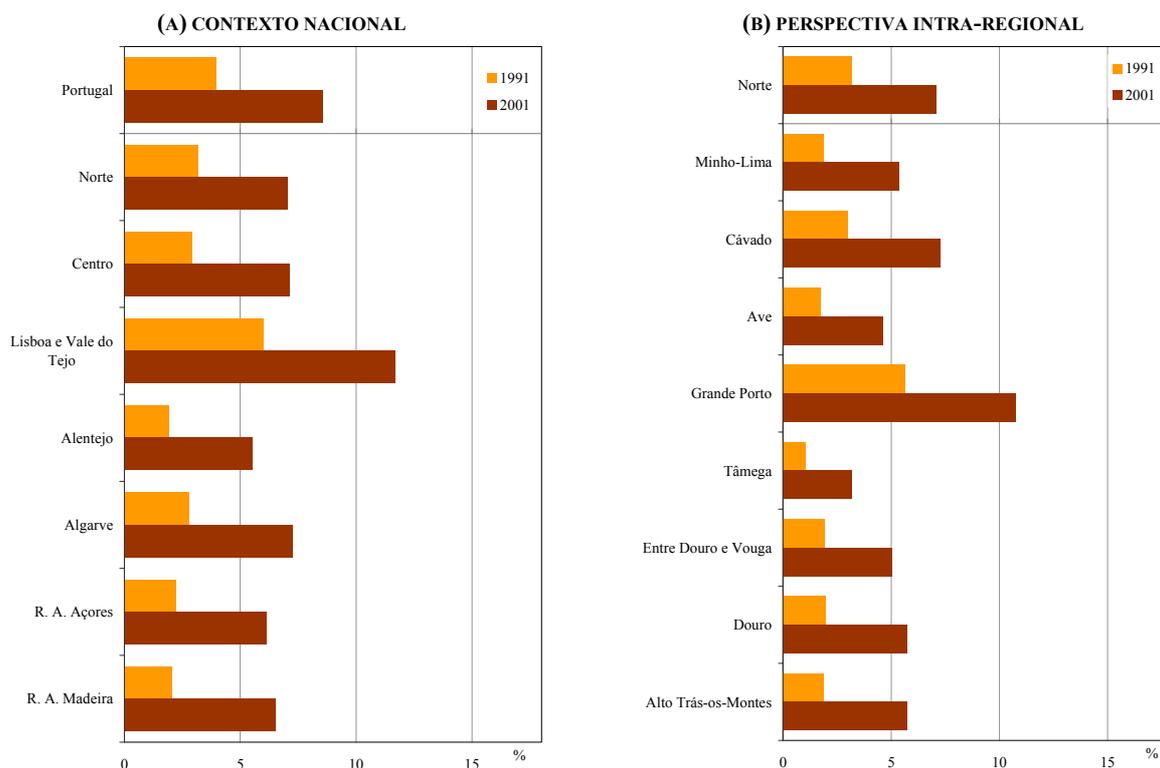
FIGURA 2.3.11 – ESTRUTURA DE HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001)

Fonte: INE, Censos

Naturalmente, quando se utiliza a estrutura de habilitações de uma região como indicador de análise de coesão, é necessário ter em consideração, por um lado, o facto de uma parcela significativa da população ainda se encontrar em idade escolar (e, como tal, ainda não ter finalizado os seus estudos) e, por outro lado, o facto de se terem vindo a intensificar significativamente as políticas públicas de apoio e fomento à escolarização (cujos efeitos não se produzem de forma imediata, mas num período que poderá abranger mais que uma geração) e de se ter registado em Portugal uma evolução significativa ao nível das mentalidades e da percepção e valorização da importância de uma formação escolar sólida.

Desta forma, mais do que analisar o “stock” existente de população com um nível habilitacional superior existente num dado momento, interessa perceber qual a tendência de aumento do nível médio de habilitações no contexto da faixa etária superior a 20 anos (que já terminou ou está a terminar os estudos superiores) e que, desta forma, constitui a reserva efectiva de população activa com habilitações superiores já disponível ou prestes a entrar no mercado de trabalho. Entre 1991 e 2001, registou-se um acréscimo significativo do peso da população com ensino superior na população residente com mais de 20 anos, o que indicia uma tendência global para a disponibilização ou atracção de mão-de-obra tendencialmente mais qualificada no mercado de trabalho (Figura 2.3.12).

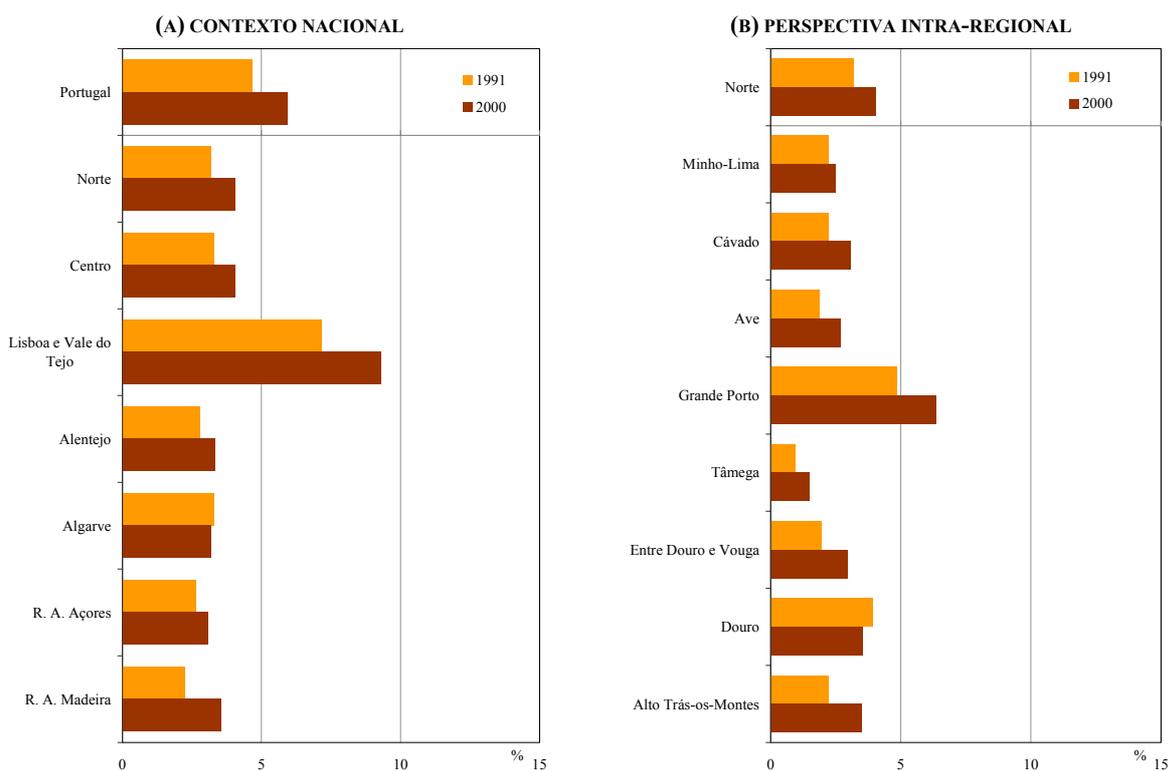
Os resultados deste indicador mostram-se ainda sensíveis ao efeito do aumento da esperança média de vida: se, por um lado, se dá ênfase ao facto de, num conjunto de população outrora pouco instruída, se ter vindo a registar, ao longo da última década, um aumento relevante do peso de população tendencialmente mais instruída, por outro lado, também se pode estar a sub-valorizar o efeito real deste aumento médio dos níveis médios de escolarização como causa do aumento da esperança média de vida. As NUTS Grande Porto e Cávado foram aquelas em que o reforço relativo de população com ensino superior foi significativo, mesmo tendo presente que partiram de uma situação inicial, em 1991, que, deste ponto de vista, era mais benéfica.

FIGURA 2.3.12 – POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 20 ANOS, NOS ANOS 90

Fonte: INE, Censos

Esta perspectiva de análise, centrada na entrada futura de recursos humanos no mercado de trabalho, deve ser complementada com a caracterização dos cenários efectivamente existentes no quadro da população em idade activa empregada, no que diz respeito à formação superior, em dois momentos desfasados – 1991 e 2000 (Figura 2.3.13) –, como forma de obter uma caracterização das tendências que se têm vindo a delinear no mercado de trabalho, nomeadamente no que diz respeito à necessidade e absorção de recursos humanos com habilitações superiores, o que se garante pelo facto de se estar a efectuar uma ponderação baseada na população empregada (a que efectivamente se enquadra nas necessidades e exigências do mercado de trabalho), e não na população activa (que, ao incluir um conjunto significativo de população desempregada de longa duração e que, como tal, não parece enquadrar-se facilmente no mercado de trabalho, poderia distorcer a leitura das necessidades efectivas desse mercado).

A evolução registada permite constatar o reforço global da população detentora do ensino superior no conjunto da população empregada na região Norte. A NUTS III Douro constitui a excepção, verificando-se uma evolução da estrutura habilitacional da população empregada, entre 1991 e 2000, no sentido da redução da população empregada com ensino superior.

FIGURA 2.3.13 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

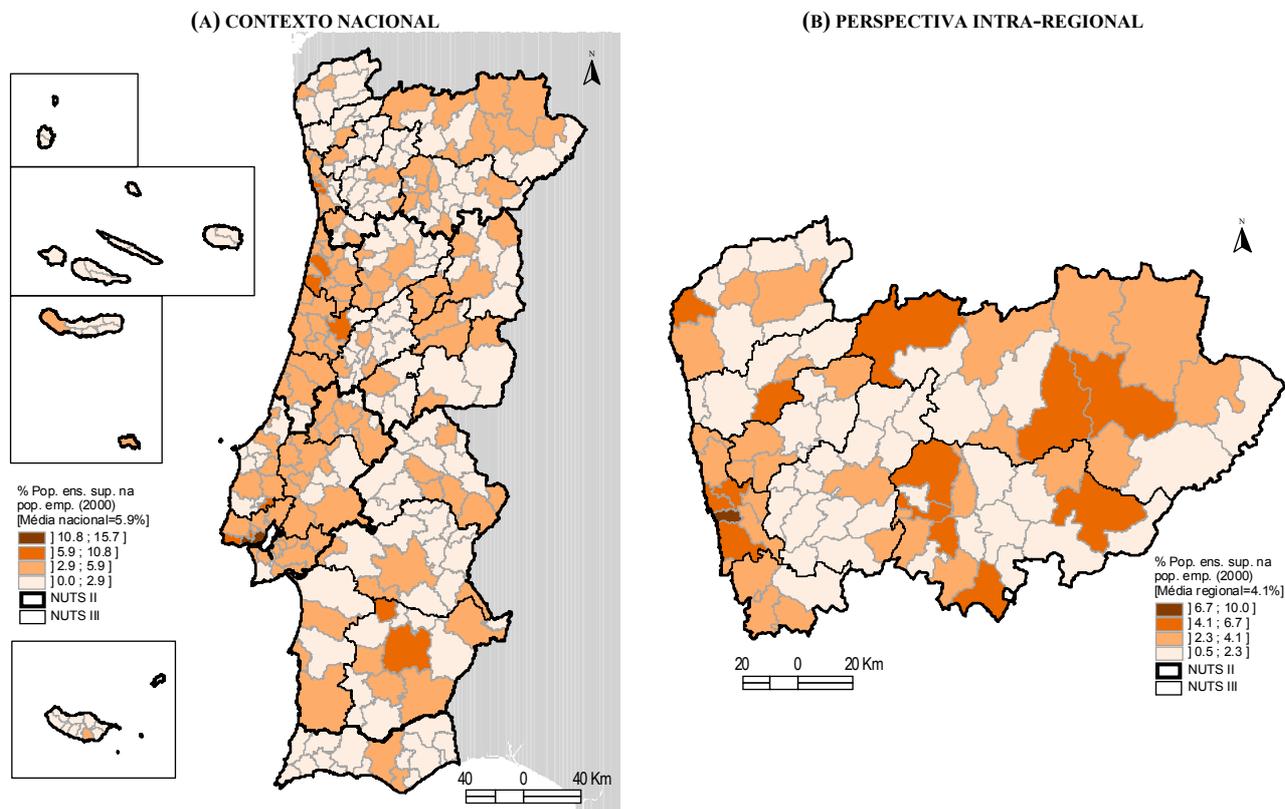
A evolução registada permite constatar o reforço global da população detentora do ensino superior no conjunto da população empregada na região Norte. A NUTS III Douro constitui a excepção, verificando-se uma evolução da estrutura habilitacional da população empregada na sub-região, entre 1991 e 2000, no sentido da redução da população empregada com ensino superior.

As disparidades internas à própria região Norte (Figura 2.3.14) permitem perceber que, apesar de, no seu conjunto, a Região se mostrar menos vocacionada para a aposta no emprego de recursos humanos com o ensino superior do que a tendência portuguesa global parece demonstrar, existem concelhos na região Norte onde essa predisposição é mais notória e onde a organização empresarial e industrial valorizam mais significativamente a aposta em recursos humanos qualificados, como é o caso de Vila Nova de Gaia, Porto, Matosinhos e Maia (Grande Porto), Caminha (Minho-Lima), Braga (Cávado), Montalegre, Mirandela e Macedo de Cavaleiros (Alto Trás-os-Montes) e Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Armamar, Sernancelhe e Torre de Moncorvo (Douro).

Esta aparente menor representatividade do emprego de recursos humanos com ensino superior existente na região Norte, deve ser encarada no contexto do próprio padrão de especialização produtiva da Região. Torna-se perceptível que numa região cujo padrão de especialização produtiva assenta, fundamentalmente, em indústrias utilizadoras intensivas de mão-de-obra, a adequação das qualificações dos trabalhadores às necessidades do mercado de trabalho seja pautada pela percepção da existência de maior nível de absorção por parte do mercado de trabalho de pessoas com baixos níveis de formação. Estabelece-se, desta forma, um ciclo vicioso, alimentado do lado da procura, pela menor tendência para que se localizem na Região actividades utilizadoras de factores avançados de competitividade no próprio

padrão de especialização da Região, exactamente porque os empresários que valorizam de forma potencialmente mais significativa a incorporação de recursos humanos com formação superior nos seus quadros, têm a percepção de que a bacia de mão-de-obra com formação superior não é muito significativa na Região.

FIGURA 2.3.14 – PESSOAL AO SERVIÇO COM ENSINO SUPERIOR EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (2000)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

2.3.3. I&D e Tecnologia

No contexto da UE25, a região Norte destaca-se com uma das piores performance no pedido de patentes por milhão de habitantes.

Esta Região apresenta maiores vantagens comparativas nas indústrias de baixa tecnologia, isto é, nos sectores tradicionais de especialização produtiva muito dependentes da intensidade de trabalho e recursos naturais, apesar de na última década se ter registado um aumento da intensidade em I&D.

O contributo do VAB originado pelos sectores de média/alta tecnologia para a formação do VAB industrial da região Norte é um dos mais baixos do continente português.

Esta Região apresenta níveis inferiores à média europeia no peso que representa o emprego em serviços intensivos em conhecimento no total do emprego em serviços, dada a pouca relevância que os serviços, no seu conjunto, representam no total do emprego da economia regional.

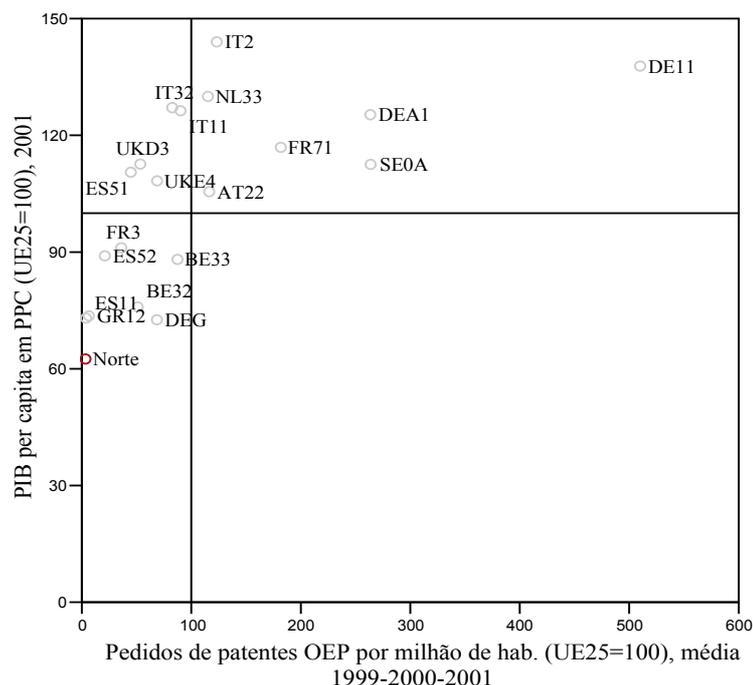
Por outro lado, merece também referência o peso pouco significativo do emprego afecto a actividades de I&D e às TIC.

Cerca de metade das despesas em I&D são realizadas pelos estabelecimentos de ensino superior da Região. Todavia, o Norte ocupava, em 2001, a segunda posição em termos da representatividade privada (empresarial) neste domínio.

Os pedidos de patentes registados na Organização Europeia de Patentes permitem identificar o posicionamento das regiões no que concerne à utilização do sistema de protecção de direitos industriais e intelectuais. Este indicador assume-se como uma *proxy* do output dos esforços realizados pelas diferentes regiões, no âmbito da utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos, no processo de inovação.

A região Norte é uma das regiões da UE25 seleccionadas com pior performance neste indicador (Figura 2.3.15). Poderia afirmar-se que esta menor tendência da Região para o registo de patentes estaria relacionada com o seu menor nível médio de PIB per capita, no entanto, esta relação de causalidade não parece encontrar justificação face à realidade das regiões estudadas, conforme comprova o caso de regiões que apresentam níveis semelhantes de PIB per capita - por exemplo, a Galicia, Kentriki Makedonia, Hainaut e Thüringen - e que, apesar disso, evidenciam níveis relativos muito diferenciados de pedidos de patentes face à média da União Europeia. O nível de PIB per capita nacional parece, assim, assumir-se como variável mais explicativa do posicionamento relativo destas regiões em termos de pedidos de patentes, utilizados como indicador de inovação, que o nível específico de PIB per capita regional.

FIGURA 2.3.15 – PIB PER CAPITA E PEDIDOS DE PATENTES POR MILHÃO DE HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

- | | | |
|---------------------------|------------------------|-------------------------|
| BE32-Hainaut | FR3-Nord-Pas-de-Calais | UKD3-Greater Manchester |
| BE33-Liège | FR71-Rhône-Alpes | UKE4-West Yorkshire |
| DE11-Stuttgart | IT11-Piemonte | CZ04-Severozápad |
| DEA1-Düsseldorf | IT2-Lombardia | CZ08-Moravskoslezsko |
| DEG-Thüringen | IT32-Veneto | HU02-Közép-Dunántúl |
| GR12-Kentriki Makedonia | NL33-Zuid-Holland | PL0C-Elaskie |
| ES11-Galicia | AT22-Steiermark | SK02-Západné Slovensko |
| ES51-Cataluña | PT11-Norte | |
| ES52-Comunidad Valenciana | SE0A-Västsvrige | |

Nota: Pedidos de patentes OEP (Organização Europeia de Patentes) na UE25 = 128,6 pedidos por milhão de habitantes.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

Esta tendência de maior capacidade de explicação por parte do nível de PIB *per capita* nacional do que do regional para a existência de níveis regionais mais ou menos significativos de pedidos de patentes, parece confirmar-se através do gráfico A da

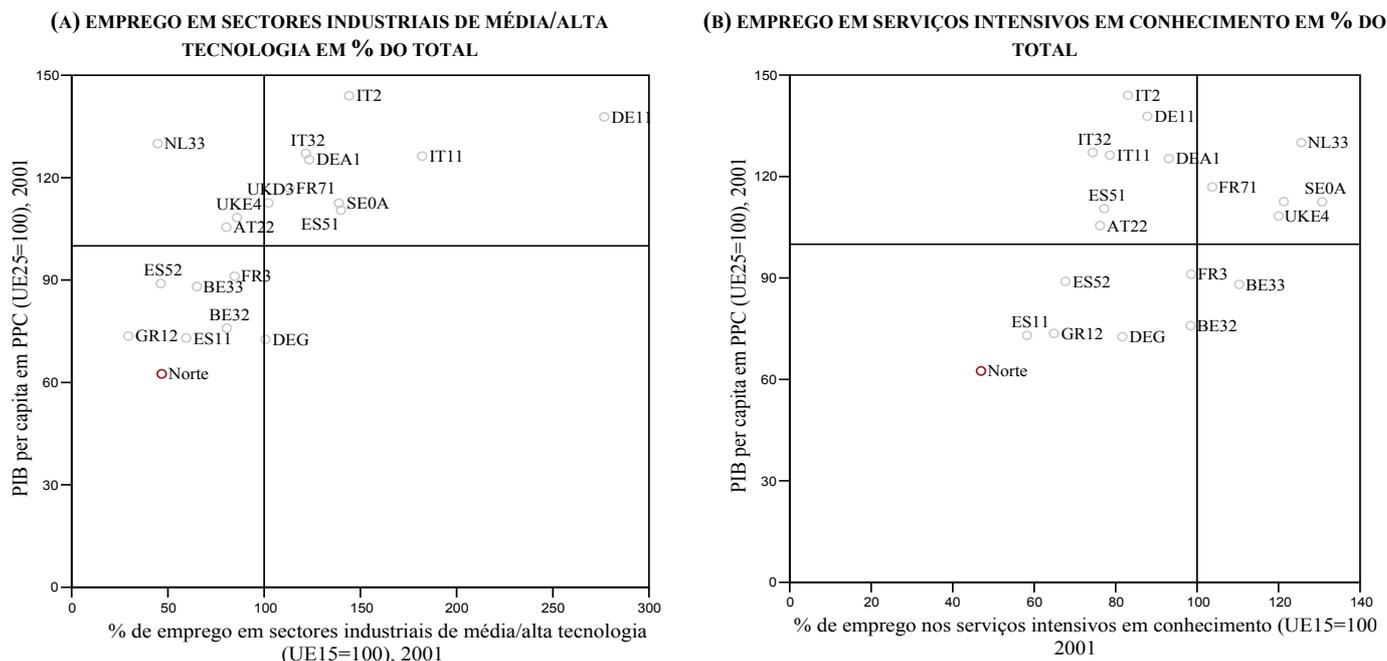
Figura 2.3.16, em que o peso do emprego regional afecto a sectores industriais de média/alta tecnologia se mostra significativo nas regiões em que os pedidos de patentes são, também eles, mais expressivos, como é o caso de Stuttgart e Düsseldorf (Alemanha, cujo PIB per capita era, em 2001, 10% superior ao nível médio da UE 27), Piemonte, Lombardia e Veneto (Itália, cujo PIB per capita também era, em 2001, 10% superior ao nível médio da UE 27). Esta relação parece intuitiva, uma vez que o facto de ser mais significativo o nível de emprego em indústrias de média/alta tecnologia parece traduzir uma maior importância destas indústrias no tecido empresarial da região e, como tal, induzir maiores níveis de registos de patentes.

Uma outra tendência detectada prende-se com o facto das regiões pertencentes à Holanda (Zuid-Holland), Áustria (Steiermark), Reino Unido (Greater Manchester e West Yorkshire) e França (Rhône-Alpes), cujos níveis nacionais (e, também, das regiões seleccionadas) de PIB per capita são tendencialmente superiores ao nível médio europeu, apresentarem maior equilíbrio na divisão entre os pesos de emprego afectos, respectivamente, aos sectores industriais de média/alta tecnologia e aos serviços intensivos em conhecimento (

Figura 2.3.16 - B) , não se registando, neste caso, uma tão significativa superioridade do peso de emprego afecto às indústrias de média/alta tecnologia, face à média europeia. Västsverige, na Suécia, cujo PIB per capita era, em 2001, 16,5% superior ao nível médio da UE 27, parece ultrapassar esta tendência, no sentido em que não só se integra no conjunto de regiões europeias onde é mais significativo o pedido de registo de patentes, como também se assume como a região onde é mais significativa a combinação de elevados pesos relativos de emprego afecto, quer a sectores industriais de média/alta tecnologia, quer a serviços intensivos em conhecimento.

O posicionamento relativo da região Norte no domínio do capital tecnológico e inovação enquadra-se nestas tendências, uma vez que os pesos de emprego que, na Região, são afectados, quer às indústrias de média/alta tecnologia, quer aos serviços intensivos em conhecimento, são consideravelmente inferiores aos correspondentes pesos médios europeus, daí resultando o insignificante pedido de patentes efectuado pela Região no contexto europeu e que se pode explicar (ainda que necessariamente em conjunção com outros motivos) pelo facto de Portugal apresentar um dos mais baixos níveis de PIB per capita das regiões seleccionadas.

**FIGURA 2.3.16 – PIB PER CAPITA, TECNOLOGIA E CONHECIMENTO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Nota: % de emprego em sectores industriais de média/alta tecnologia na UE 15 (2001) = 7,6%

Indústrias de média e média/alta tecnologia - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de produtos químicos (parte) e Fabricação de outro material de transporte (parte).

Nota: % de emprego nos serviços intensivos em conhecimento na UE 15 (2001) = 32,9%

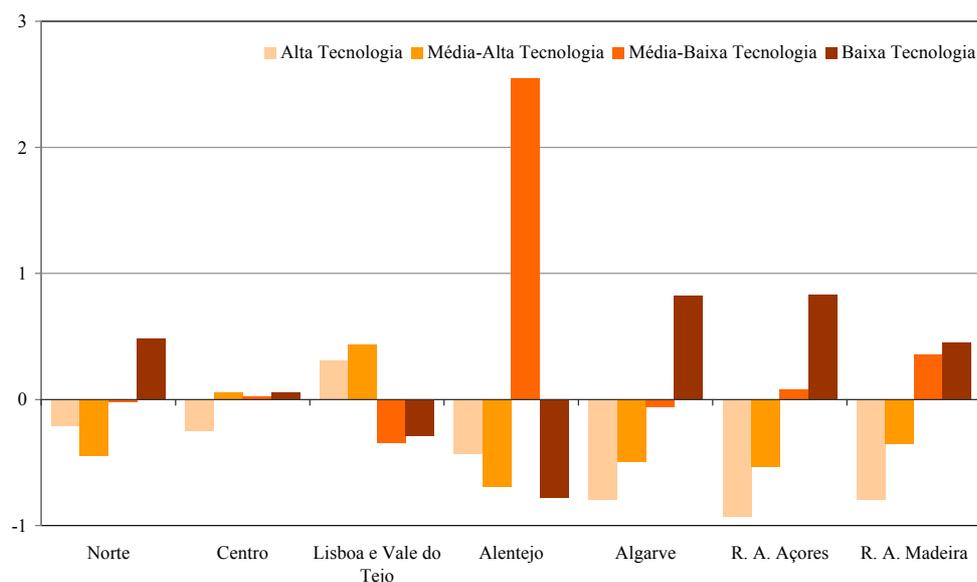
Serviços intensivos em conhecimento - Transportes por água; Transportes aéreos; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Actividades imobiliárias; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Actividades recreativas, culturais e desportivas.

- | | | |
|---------------------------|------------------------|-------------------------|
| Legenda | FR3-Nord-Pas-de-Calais | UKD3-Greater Manchester |
| BE32-Hainaut | FR71-Rhône-Alpes | UKE4-West Yorkshire |
| BE33-Liège | IT11-Piemonte | CZ04-Severozápad |
| DE11-Stuttgart | IT2-Lombardia | CZ08-Moravskoslezsko |
| DEA1-Düsseldorf | IT32-Veneto | HU02-Közép-Dunántúl |
| DEG-Thüringen | NL33-Zuid-Holland | PL0C-Łaskie |
| GR12-Kentriki Makedonia | AT22-Steiermark | SK02-Západné Slovensko |
| ES11-Galicia | PT11-Norte | |
| ES51-Cataluña | SE0A-Västsvrige | |
| ES52-Comunidad Valenciana | | |

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A análise das vantagens comparativas reveladas por nível de intensidade tecnológica (ilustradas na Figura 2.3.17), permite verificar as maiores vantagens comparativas da região Norte nas indústrias de baixa tecnologia, ligadas a sectores tradicionais de especialização produtiva muito dependentes dos factores de produção trabalho e recursos naturais.

Esta Região não apresenta vantagens comparativas em sectores industriais ligados a novos factores de competitividade ou de elevado conteúdo tecnológico. Num quadro de concorrência internacional, marcado cada vez mais pela predominância de sectores tecnológicos como fonte de vantagens comparativas, a região Norte apresenta portanto uma posição muito pouco favorável.

FIGURA 2.3.17 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR NÍVEIS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000)

Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados no gráfico acima construído são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do comércio internacional

CAIXA 2.3.1 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA

A classificação por níveis de intensidade tecnológica adoptada segue, também, a classificação proposta pela OCDE, cujos ajustamentos conduziram à passagem de uma classificação em três níveis (alto, médio e baixo) para uma classificação, proposta mais recentemente (*), em quatro níveis de intensidade tecnológica, acompanhando, aliás, a maior dispersão dos indicadores utilizados para situar as diferentes indústrias resultante da aceleração e diferenciação dos ritmos de modernização tecnológica e inovação (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmentos	Indústrias
Indústrias de Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, electrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, ópticos e de precisão
Indústrias de Média –Alta Tecnologia	Máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos
Indústrias de Média-Baixa Tecnologia	Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos
Indústrias de Baixa Tecnologia	Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça

(*) Veja-se, ainda, OCDE (1997), Revision of the high-technology sector and product classification, STI working papers 2 e OCDE (2001), Base de Dados STAN.

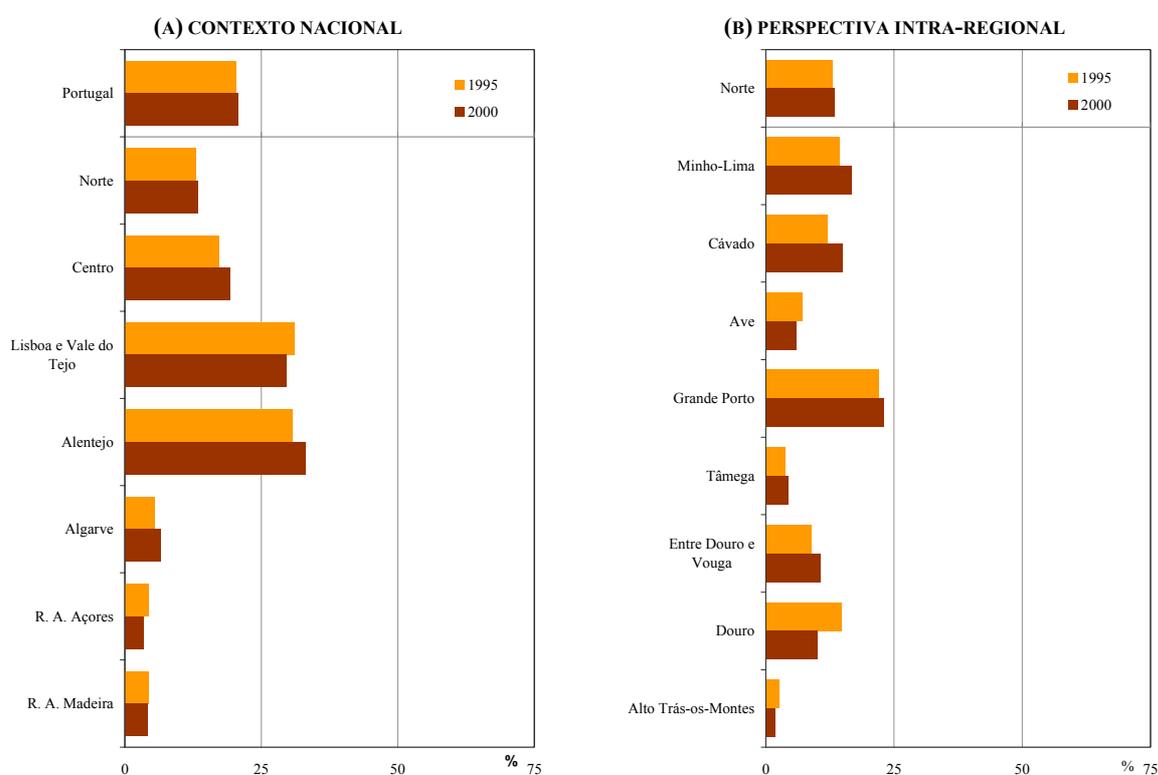
O facto da região Norte apresentar níveis consideravelmente inferiores à média europeia (cerca de 50%) no que respeita ao peso dos sectores de média/alta tecnologia na estrutura de emprego da região, encontra correspondência na baixa representatividade do contributo do VAB originado por estes sectores para a formação do VAB industrial da região (Figura 2.3.18).

O contributo do VAB originado pelos sectores de média/alta tecnologia para a formação do VAB industrial da região Norte é um dos mais baixos do continente português (13,4% na região face a 20,7% no País). Este é um sinal claro do predomínio de sectores industriais intensivos nos tradicionais factores de competitividade, designadamente o trabalho e os recursos naturais.

Em termos intra-regionais, observa-se uma forte disparidade no seio da Região. Apenas a NUTS III Grande Porto apresenta um contributo dos sectores de média/alta tecnologia para a formação do respectivo VAB (23%) acima da média nacional. À semelhança desta sub-região, também o Minho Lima e o Cávado ultrapassaram, em 2000, a média regional em termos do peso daqueles sectores na formação do VAB.

Refira-se que as NUTS III Alto-Trás-os-Montes e Ave, além de registarem um contributo muito pouco significativo dos sectores de média ou elevada intensidade tecnológica para a formação do VAB, observaram um decréscimo do mesmo entre 1995 e 2000, o que denota a maior dificuldade destas sub-regiões darem o “salto” em termos de competitividade industrial, transitando dos sectores mais tradicionais para sectores de maior intensidade tecnológica.

FIGURA 2.3.18 – VAB INDUSTRIAL EM SECTORES DE MÉDIA/ALTA TECNOLOGIA EM % DO TOTAL DA INDÚSTRIA, NOS ANOS 90



Indústrias de média/alta tecnologia - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques, Fabricação de produtos químicos (parte) e Fabricação de outro material de transporte (parte)

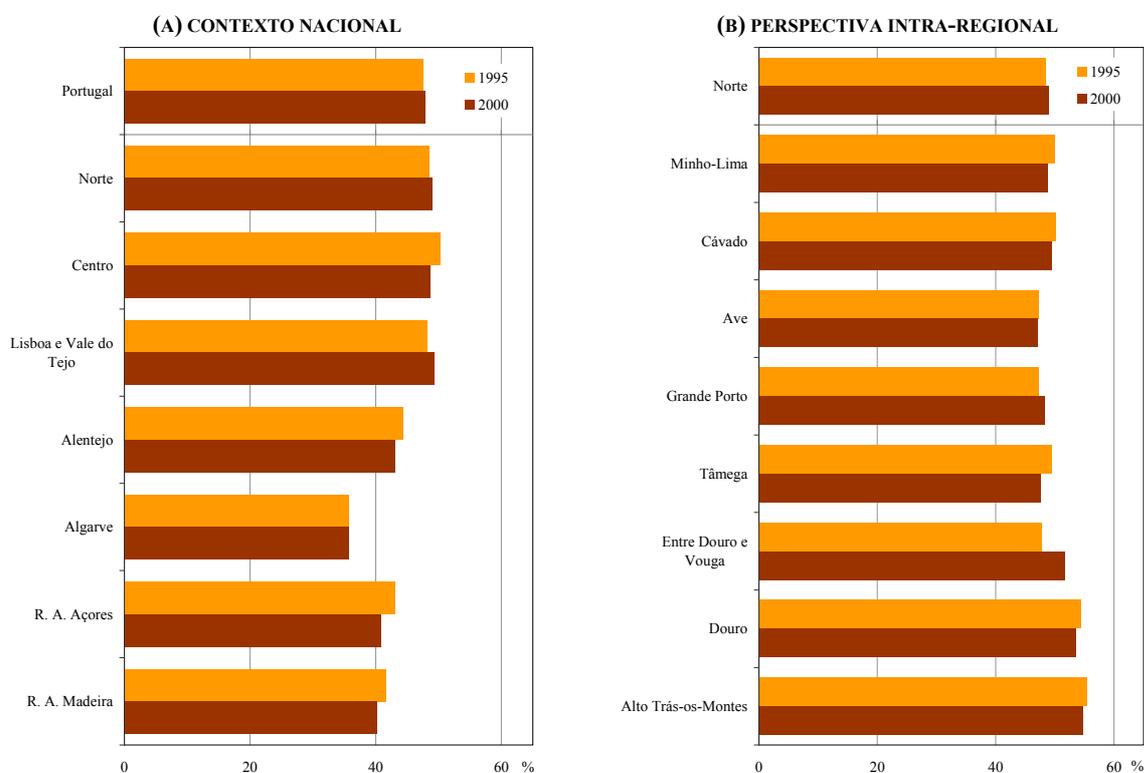
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Já no caso dos serviços, o facto da região Norte apresentar níveis consideravelmente inferiores à média europeia no peso que representa o emprego em serviços intensivos em conhecimento no total do emprego em serviços, parece encontrar justificação na pouca relevância que os serviços, no seu conjunto, representam no total do emprego da economia da Região. O facto da representatividade do emprego em serviços intensivos em conhecimento ficar tão expressivamente aquém da registada nas regiões europeias representadas

no gráfico B da

Figura 2.3.16 e deste emprego ser responsável por cerca de 50% do total do VAB afecto ao sector terciário na região Norte, conforme evidencia a Figura 2.3.19, traduz a pouca expressividade relativa que a prestação de serviços avançados representa na Região e, especialmente, no contexto das regiões europeias. Aliás, a semelhança intra-regional no peso substancial que representa o VAB dos serviços intensivos em conhecimento no total do VAB dos serviços (oscilando entre 47% na região Ave e 54% na região Alto-Trás-os-Montes) contribui para comprovar a pouca expressividade que o sector terciário representa no contexto global da Região. Pelo contrário, a maior heterogeneidade intra-regional na baixa expressividade do emprego da Região afecto a sectores industriais de média/alta tecnologia (gráfico B da Figura 2.3.18) parece encontrar maior aderência a uma realidade empresarial de cariz mais marcadamente industrial, mas em que a representatividade do VAB das indústrias tecnologicamente mais intensivas não é muito significativa.

FIGURA 2.3.19 – VAB DOS SECTORES DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO EM % DO TOTAL DOS SERVIÇOS, NOS ANOS 90



Serviços intensivos em conhecimento - Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social

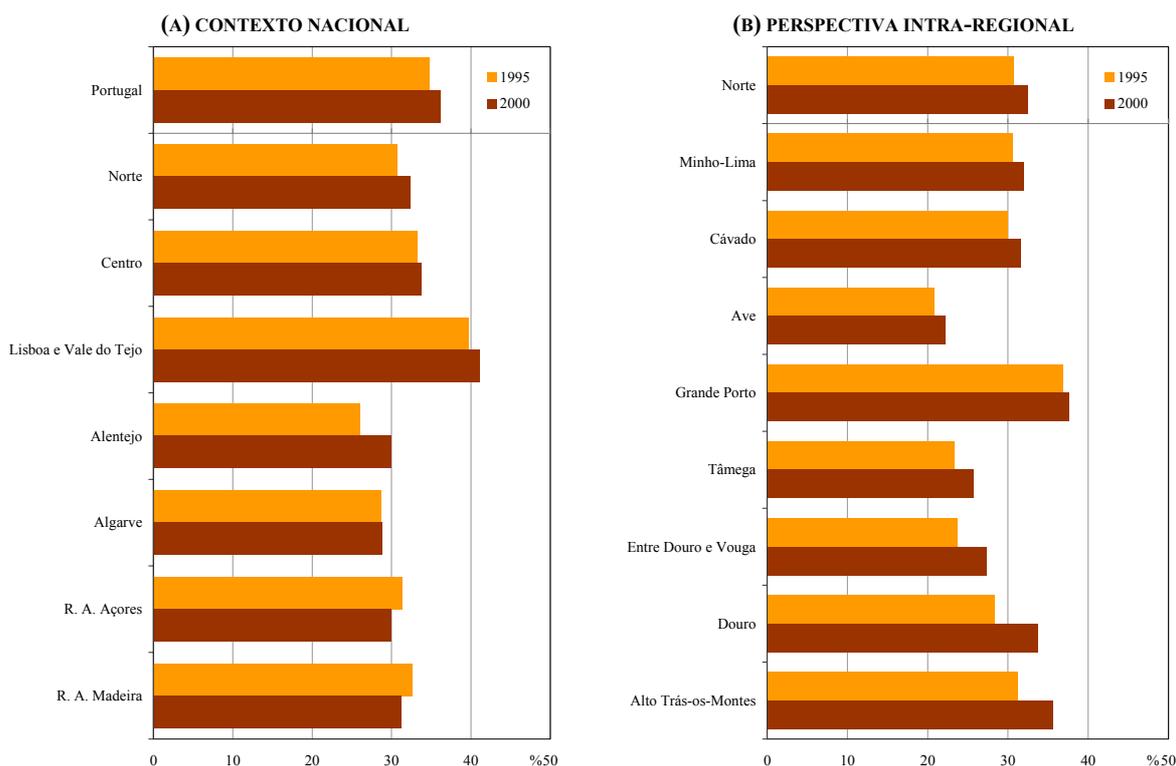
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

A Figura 2.3.20 permite salientar o facto dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia representarem, na estrutura de criação de VAB da região Norte, um peso inferior à média nacional (apesar de ter aumentado entre 1995 e 2000), que se torna mais expressivo no caso das NUTS III Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, facto que se agrava quando conjugado com o peso também significativamente inferior do emprego afecto às Tecnologias de Informação e Comunicação na região Norte (Figura 2.3.21).

Todavia, é de realçar que em todas as sub-regiões do Norte se verificou, naquele período, um incremento dos sectores intensivos em conhecimento e tecnologia na formação do VAB regional.

Do ponto de vista do emprego nas TIC, o comportamento observado nas várias sub-regiões do Norte é muito diferenciado. As NUTS III Grande Porto e Cávado ultrapassam, quer em 1995 como no ano 2000, a média nacional, apresentando valores que se destacam claramente das restantes sub-regiões. Todavia, se no Grande Porto se registou entre aqueles anos um aumento significativo do emprego naquelas actividades, no Cávado a tendência regressiva assumiu valores expressivos.

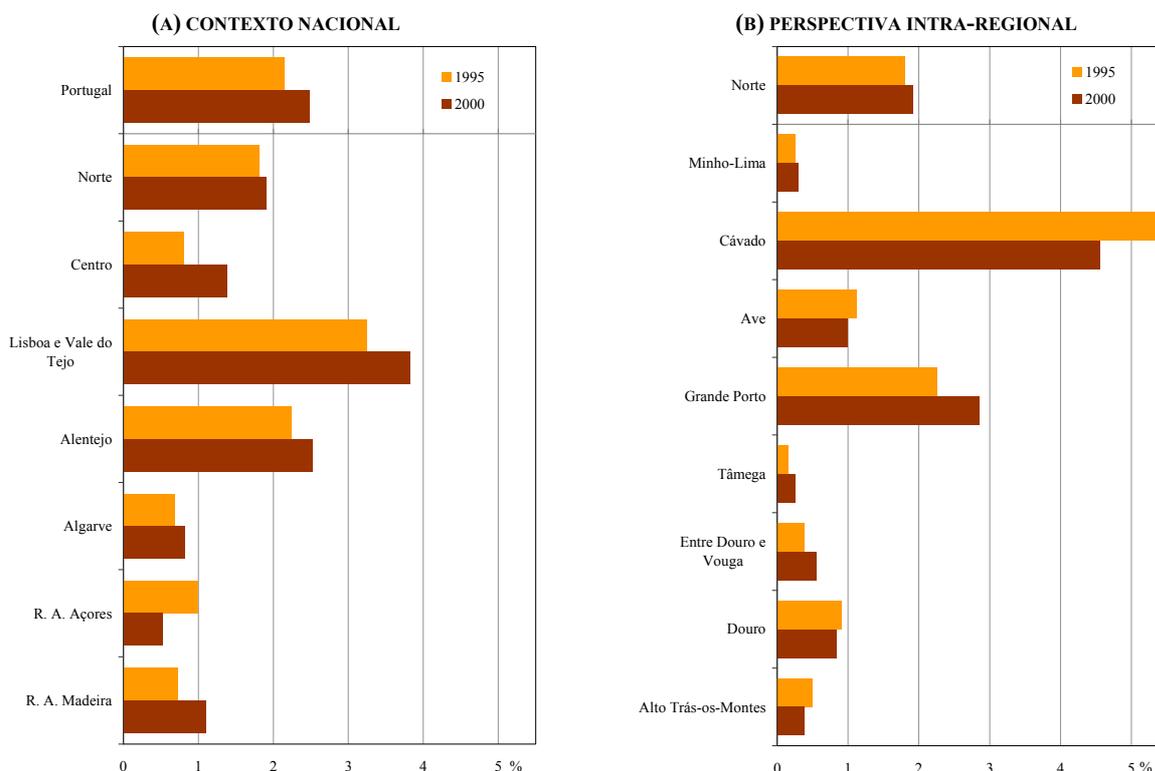
FIGURA 2.3.20 – VAB DOS SECTORES INTENSIVOS EM CONHECIMENTO E TECNOLOGIA EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90



Sectores Intensivos em Conhecimento e Tecnologia - Fabricação de produtos químicos; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Correios e telecomunicações; Intermediação financeira, excepto seguros e fundos de pensões; Seguros, fundos de pensões e de outras actividades complementares de segurança social; Actividades auxiliares de intermediação financeira; Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos; Actividades informáticas e conexas; Investigação e desenvolvimento; Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas; Educação; Saúde e acção social; Fabricação de outro material de transporte (parte)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

**FIGURA 2.3.21 – EMPREGO EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)
EM % DO TOTAL, NOS ANOS 90**



Tecnologias de Informação e Comunicação - Fabricação de máquinas de escritório e suas partes; Fabricação de computadores e outro equipamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Válvulas, tubos e outros componentes eletrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio, TV e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios; Fabricação de aparelhos receptores de material de rádio e TV, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado; Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais); Fabricação de equipamento de controlo automático de processos industriais; Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão; Comércio por grosso de máquinas e material de escritório; Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação; Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores); Telecomunicações; Actividades informáticas e conexas.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do DEEP, Quadros de Pessoal

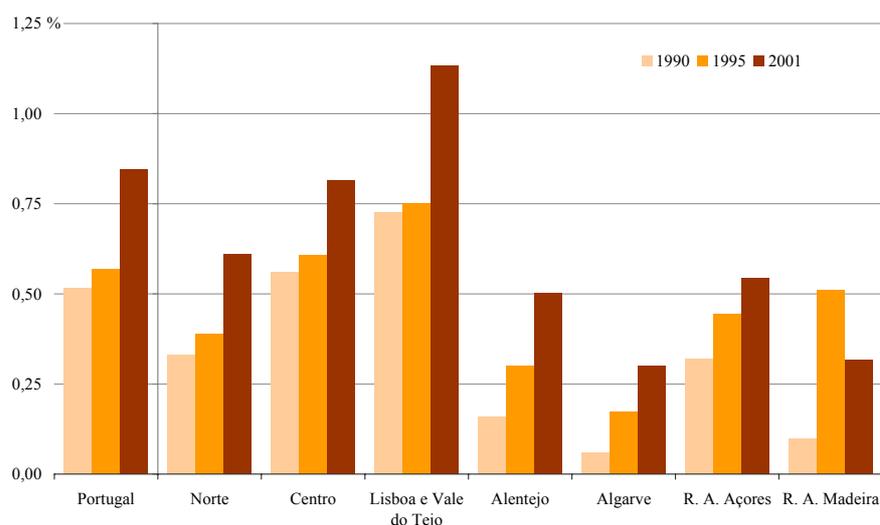
A região Norte detém um modelo produtivo em que a predisposição sectorial para a incorporação de bens e serviços com conteúdo tecnológico significativo é mais baixa que a registada a nível nacional (comprovado pelo peso mais reduzido que, na Região, representa o VAB industrial em sectores de média/alta tecnologia no contexto do VAB total). Estrutura-se, desta forma, um percurso evolutivo em que a incorporação de conteúdos tecnologicamente mais avançados na produção da região não se processa ao mesmo ritmo que no resto do País, o que se encontra, aliás, em consonância com os baixos níveis de produtividade sectorial da Região. Poderão avançar-se como causas explicativas para a manutenção de um modelo produtivo tecnologicamente pouco intensivo, quer a existência de um perfil empresarial fortemente enraizado na utilização de modelos produtivos tradicionais e em que o processo de adaptação industrial/empresarial às mudanças do mercado se tem processado muito mais no sentido do recuo na cadeia de valor (e conseqüente remissão para actividades mais parcelares do processo produtivo e menos exigentes do ponto de vista da inovação) do que numa aposta significativa na incorporação de processos produtivos mais modernizados e indutores de posições privilegiadas na cadeia de valor, quer a existência de um nível de oferta insuficientemente atractivo e dinâmico por parte das entidades ligadas à I&D (também como consequência deste insuficiente dinamismo da procura), sem capacidade de induzir

na procura uma postura mais activa na utilização de conteúdos tecnologicamente intensivos (conforme comprova a baixa expressão, ainda que numa tendência crescente ao longo da última década, do peso das despesas em I&D no PIB da região Norte).

Ao longo da década de 90, a intensidade em I&D registou uma tendência de aumento na região Norte, que se mostrou, à semelhança do que se verificou a nível nacional, mais intensa na segunda metade da década (Figura 2.3.22). Esta intensificação do peso das despesas em I&D que, apesar de ter ocorrido, não pode considerar-se muito significativa - note-se que, em Portugal, estas despesas apenas representavam 0,85% do PIB, e na região Norte, 0,61%, em 2001 - foi acompanhada por uma tendência de ligeira diminuição da despesa média em I&D por unidade de I&D, que se mostrou mais significativa na Região do que no conjunto do espaço nacional.

Todavia, a intensificação das despesas em I&D na região Norte, que posicionou em 2001 o Norte como a terceira região do país com o maior peso das despesas em I&D no PIB, comprova o esforço desta Região em acompanhar as novas exigências de um modelo de desenvolvimento e de competitividade assente em factores não-custo como a tecnologia, a qualidade, a diferenciação, a propriedade intelectual e a formação dos recursos humanos.

FIGURA 2.3.22 – INTENSIDADE EM I&D NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Intensidade em I&D = Despesas em I&D em % do PIB.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

Os estabelecimentos de ensino superior da região Norte foram responsáveis por 50% das despesas realizadas em I&D no ano de 1995 e por 49% das realizadas no ano de 2001 (Figura 2.3.23). A Região ocupava em 2001, no entanto, a segunda posição em termos da representatividade privada (empresarial) neste domínio, que respondia por cerca de 27% das despesas em I&D.

De qualquer forma, a evolução operada entre 1995 e 2001, em termos da repartição de despesas entre os dois principais grupos de entidades responsáveis pela realização de I&D em Portugal - o Estado e os estabelecimentos de ensino superior -, permite salientar um aumento da divergência da estrutura de despesas em I&D da região Norte face à nacional, seja ao nível do peso mais significativo que

representam os gastos dos estabelecimentos de ensino superior da região Norte no total das despesas em I&D, seja ao nível do peso consideravelmente menos significativo destas despesas suportadas pelo Estado. O sector institucional das empresas possui na Região o segundo maior peso relativo (24%, contra 30%, em Lisboa e Vale do Tejo), o que indicia uma forte dinâmica privado deste tipo de actividades, como forma de procurar obter acréscimos competitivos de forma sustentada (veja-se, por exemplo, o caso da Siemens – ver Caixa 2.3.2).

CAIXA 2.3.2 – SIEMENS: O CRESCIMENTO DE UM ACTOR NOS PALCOS DA I&D E INDÚSTRIA

Com 150 anos de existência, a Siemens é hoje uma das principais empresas mundiais de engenharia electro-electrónica. Com mais de 426 mil colaboradores e 500 centros de produção, a empresa está presente em mais de 190 países, onde desenvolve e fabrica produtos de ponta e planeia e instala sistemas e projectos complexos.

Em Portugal está presente há 100 anos e dispõe de quatro unidades fabris e de um centro de investigação e desenvolvimento de software (Lisboa e Porto). Fora da Alemanha, Portugal é o único país que conta com um centro de investigação desta empresa.

A Siemens tem conseguido reforçar a sua presença no mercado nacional, apresentando em 2004 resultados positivos evidenciados pelo aumento, na ordem dos 17,8%, no valor de encomendas (atingindo um montante de cerca de 639 milhões de euros) e pelo incremento de 26,6% nas exportações de soluções e produtos. Nos últimos 10 anos, a empresa investiu em Portugal mais de mil milhões de euros, tendo produzido, em 2004, cerca de 1,75 milhões de horas em I&D.

De destacar o desenvolvimento de dois Laboratórios - Óptico e Multimédia para Investigação e Desenvolvimento nas Telecomunicações -, bem como o crescimento observado na área industrial, de que é exemplo o reforço e modernização da fábrica do Sabugo e das fábricas Infineon Technologies e da Epcos.

Diversos outros projectos têm merecido destaque pelo impacto positivo quer para a Siemens, quer para Portugal. O resultado obtido no projecto EURO-2004 foi reconhecido mundialmente, sendo que a Siemens em Portugal já está a trabalhar com as organizações dos próximos grandes eventos desportivos, nomeadamente o Campeonato do Mundo da Alemanha em 2006, o EURO-2008 e os Jogos Olímpicos de Pequim (2008).

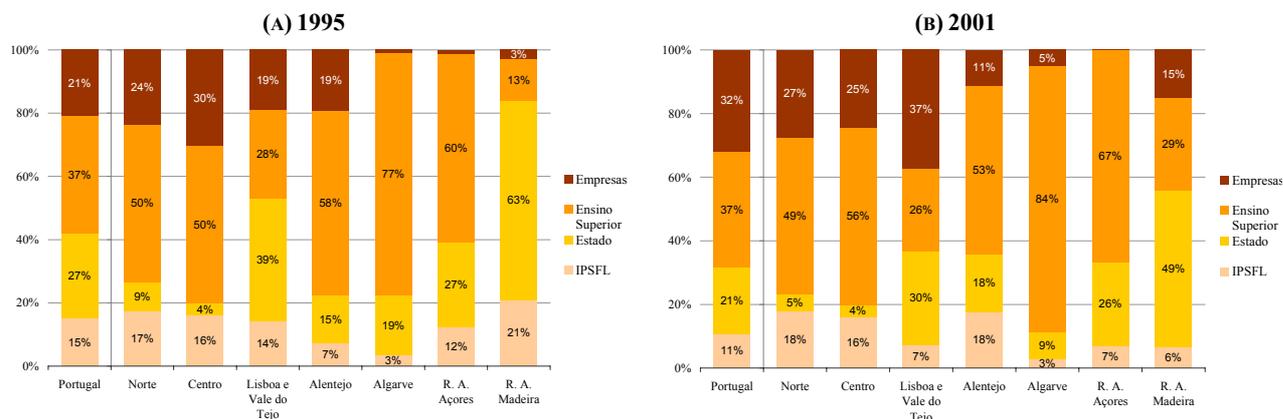
Na área da produção de energia, de referir o arranque da Central Termoeléctrica do Ribatejo que representa um forte avanço nas expectativas criadas em torno da liberalização do mercado eléctrico, em virtude de ser a primeira Central construída de raiz para este efeito.

Um dos objectivos nacionais na área da indústria e da I&D é a captação de mais investimentos da Siemens. Neste sentido, têm-se sucedido os contactos entre o Governo e o CEO da multinacional alemã, Klaus Klenfeild.

O reforço da cooperação entre a empresa e as instituições universitárias portuguesas é também uma das prioridades. Refira-se, a este propósito, o protocolo assinado com a Universidade de Aveiro, que esteve na origem da instalação do laboratório de I&D na área de telecomunicações, particularmente na área das comunicações ópticas e móveis. Também de referir que a Siemens Medical Solutions está interessada na criação, na futura Universidade de Viseu, de cursos de formação de pós-graduados na área da bio-informática.

Outros projectos da Siemens para Portugal são o lançamento de um terceiro centro de inovação - o Home Entertainment Lab - e a criação de um centro de *shared services*, estrutura que concentrará todos os serviços administrativos e financeiros da multinacional a nível europeu.

**FIGURA 2.3.23 – ESTRUTURA DAS DESPESAS EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



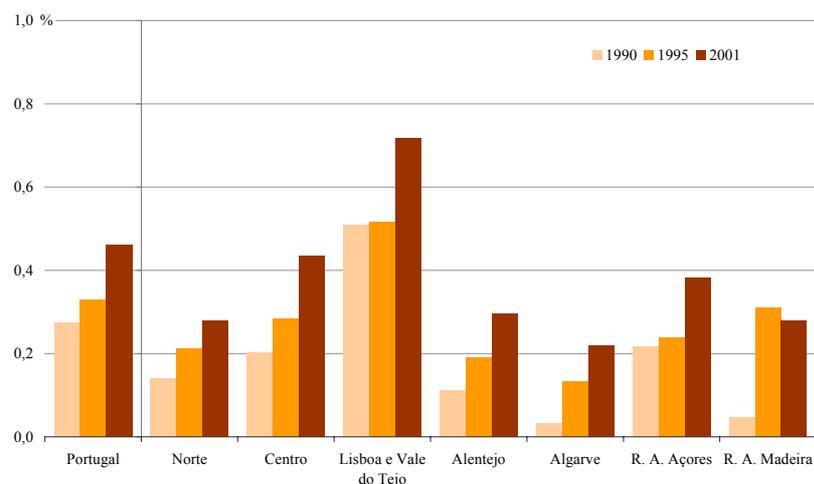
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

A representatividade dos trabalhadores afectos a actividades de I&D era, na região Norte, em 2001, de apenas 0,3% da população activa residente (em Portugal esse valor era de cerca de 0,5%), embora na evolução registada ao longo da década de 90 seja de salientar uma duplicação do peso do pessoal em I&D no total da população activa (Figura 2.3.24).

No contexto nacional, a região Norte ocupa uma posição pouco favorável em termos de recursos humanos em ETI (equivalente a tempo integral) envolvidos em I&D (com valores superiores apenas ao Algarve), o que indicia a relevância em termos de economia regional e, consequentemente, de actividade da população activa de sectores menos intensivos em tecnologia e de menor exigência em termos de competências científicas e tecnológicas dos recursos humanos.

A referida evolução registada ao longo da década de 90 deixa, contudo, transparecer uma mudança na estrutura produtiva regional, marcada pelo desenvolvimento de actividades mais intensivas em I&D e pela expansão de empresas e instituições empregadoras de indivíduos altamente especializados.

**FIGURA 2.3.24 – PESSOAL EM I&D EM % DA POPULAÇÃO ACTIVA NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

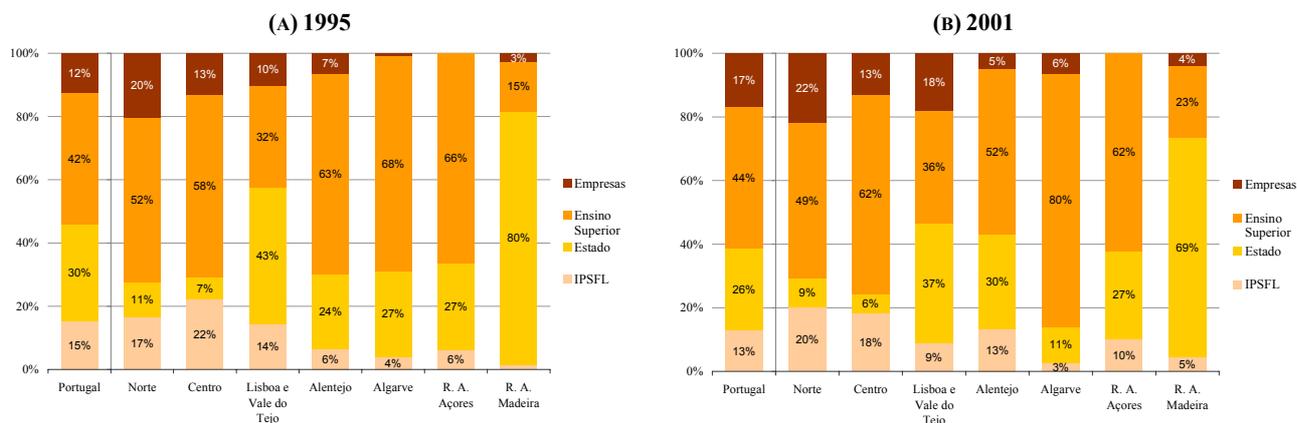
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Inquérito ao Emprego

De registar a grande regularidade detectada entre a estrutura das despesas (Figura 2.3.23) e do pessoal (Figura 2.3.25) em I&D por sectores institucionais: os sectores que respondem pelas parcelas mais significativas das despesas realizadas em I&D na região Norte são, também, aquelas em que é mais significativa a afectação de pessoal em I&D, sendo de referir que, à semelhança do que sucede na Europa, no caso das empresas, regista-se uma concentração de despesas mais significativa do que a concentração de pessoal afecto a esta área.

À semelhança do que sucede nas restantes regiões portuguesas, os recursos humanos a desenvolverem actividades de I&D encontram-se ligados sobretudo ao Ensino Superior e ao Estado.

Todavia, a região Norte destaca-se a nível nacional com a mais elevada proporção de pessoal de I&D a desenvolver a sua actividade no sector empresarial (22% do total em 2001, mais 5 p.p. que a média nacional), o que permite destacar esta Região do conjunto do país onde a maioria dos recursos humanos afectos à I&D encontram-se nas Universidades e não apresentam suficientes motivações para transferir o conhecimento que geram para o sector produtivo.

**FIGURA 2.3.25 – ESTRUTURA DO PESSOAL EM I&D POR SECTOR INSTITUCIONAL NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL**



Nota: Pessoal em I&D medido em ETI (Equivalente a Tempo Integral).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

2.3.4. Especialização produtiva

A região Norte posiciona-se, no contexto europeu, entre as regiões que conjugam baixos níveis relativos de PIB per capita com níveis de emprego afecto ao sector terciário também tendencialmente mais baixos do que a média europeia.

Esta Região é uma das mais diversificadas de Portugal no que respeita aos sectores de actividade que mais contribuem para a formação do VAB regional. Todavia, é de destacar que a indústria e energia e a agricultura, caça, silvicultura, pescas e aquicultura são os sectores de actividade económica que apresentam contributos significativamente mais relevantes, face à estrutura nacional, para a formação do VAB da região Norte.

Apresenta uma especialização produtiva em sectores com níveis de produtividade abaixo dos registado a nível nacional, evidenciando problemas de capacidade competitiva.

Uma análise da estrutura regional do VAB industrial por factores-chave de competitividade e das vantagens comparativas reveladas indicia, face à estrutura nacional, pesos relativos mais acentuados das actividades que se baseiam na exploração intensiva de baixos custos do trabalho. Estas são mesmo as únicas actividades em que a Região apresenta níveis de produtividade superiores à média nacional.

A intensidade exportadora do Norte registou, entre 1995 e 2001, uma evolução positiva e superior à nacional.

Numa região com as características da região Norte, em que o peso do emprego afecto ao sector secundário é significativo, a explicação da formação do VAB industrial deve basear-se no padrão de especialização produtiva existente e, nesta óptica, avaliando se o padrão produtivo regional se alicerça num conjunto de sectores de especialização da Região ou se é tendencialmente mais diversificado e, também, se o modelo produtivo subjacente lhes permite complementar a especialização produtiva

correspondente à formação do VAB regional com níveis sectorialmente significativos de produtividade, de eficiência produtiva e de posicionamento na exploração de factores avançados de competitividade.

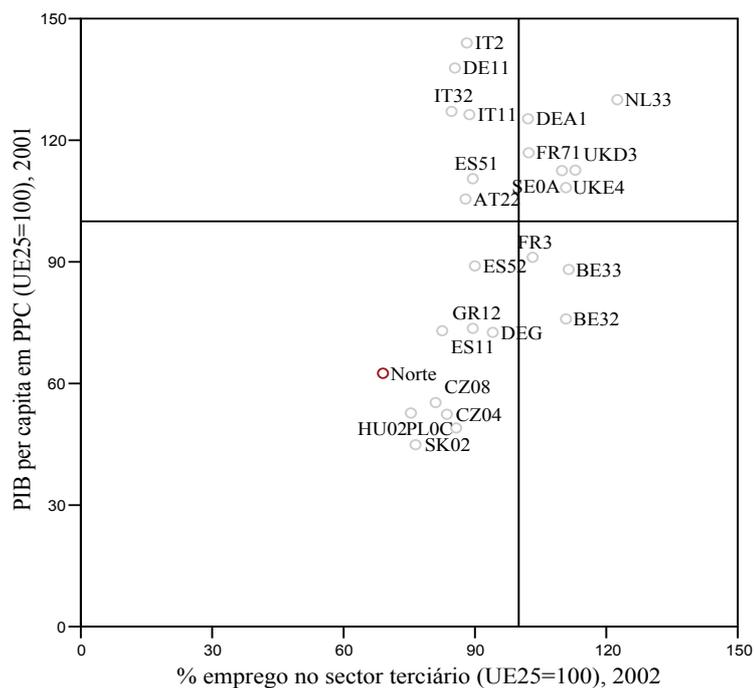
Dada a interdependência entre as economias regionais e os agentes económicos que aí se encontram estabelecidos – designadamente ao nível da forma como as empresas utilizam os recursos que encontram à sua disposição e ao nível do modo como se estrutura o perfil de especialização e a estrutura empresarial da Região –, consideram-se frequentemente como determinantes dos níveis de eficiência produtiva de uma economia regional o potencial competitivo das suas actividades de especialização e a capacidade destas influenciarem as condições de competitividade da economia onde operam.

A definição de políticas de incentivo ao desenvolvimento sectorial - seja através do estímulo ao aproveitamento de vantagens especificamente reconhecidas à Região, nomeadamente em termos da aptidão particular para o aproveitamento de factores relevantes de competitividade, seja através do estímulo à colmatação de aspectos identificados como responsáveis por um posicionamento regional pouco competitivo, nomeadamente caracterizados por uma especialização produtiva fortemente alicerçada em actividades e indústrias com baixos níveis de eficiência produtiva ou sustentadas pela exploração de factores de competitividade pouco avançados - exige que se estabeleça uma análise precisa do posicionamento da Região no que diz respeito, por um lado, à identificação dos factores de competitividade que suportam o seu padrão produtivo específico e, por outro lado, à trajectória de eficiência produtiva que a tem caracterizado.

É nesta óptica que interessa posicionar a região Norte, em primeiro lugar, no contexto das regiões europeias analisadas neste estudo, no que diz respeito à capacidade de combinar uma posição expressiva em termos industriais com uma aposta significativa no sector terciário. Inclui-se, desta forma, uma outra variável na análise que poderá contribuir para a explicação da existência de níveis diferenciados de PIB per capita em regiões com características estruturantes tendencialmente homogéneas.

O posicionamento da região Norte no que diz respeito à relação que se estabelece entre os níveis de PIB per capita e o peso do emprego afecto ao sector terciário permite constatar que se aproxima do grupo de regiões onde se conjugam baixos níveis relativos de PIB per capita com níveis de emprego afecto ao sector terciário também tendencialmente mais baixos do que a média europeia. A relação que parece estabelecer-se entre a existência de níveis de PIB per capita mais elevados em regiões onde o peso do emprego afecto ao sector terciário é mais significativo confirma-se pela maior concentração de pontos nos cantos superior direito e inferior esquerdo do referencial apresentado na Figura 2.3.26, apesar de se poderem, também, elencar um conjunto significativo de regiões que contrariam esta tendência, quer no sentido de maiores níveis relativos de PIB per capita estarem associados a menores pesos relativos de emprego afecto ao sector terciário (Lombardia, Stuttgart, Veneto, Piemonte, Cataluña e Steiermark), quer no sentido de maiores pesos relativos de emprego afecto ao sector terciário corresponderem a menores níveis relativos de PIB per capita (Nord-Pas-de-Calais, Hainaut e Liège).

**FIGURA 2.3.26 – PIB PER CAPITA E EMPREGO NO SECTOR TERCIÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

- | | | |
|---------------------------|------------------------|-------------------------|
| BE32-Hainaut | FR3-Nord-Pas-de-Calais | UKD3-Greater Manchester |
| BE33-Liège | FR71-Rhône-Alpes | UKE4-West Yorkshire |
| DE11-Stuttgart | IT11-Piemonte | CZ04-Severozápad |
| DEA1-Düsseldorf | IT2-Lombardia | CZ08-Moravskoslezsko |
| DEG-Thüringen | IT32-Veneto | HU02-Közép-Dunántúl |
| GR12-Kentriki Makedonia | NL33-Zuid-Holland | PL0C-Elaskie |
| ES11-Galicia | AT22-Steiermark | SK02-Západné Slovensko |
| ES51-Cataluña | PT11-Norte | |
| ES52-Comunidad Valenciana | SE0A-Västsvrige | |

Nota: % de emprego no sector terciário na UE25 (2002) = 65,8%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

A indústria e energia e a agricultura, caça, silvicultura, pescas e aquicultura (onde se destaca a sub-região Douro e a importância da indústria vitivinícola – ver

Caixa 2.3.3) são os sectores de actividade económica que apresentam contributos significativamente mais relevantes, face à estrutura nacional, para a formação do VAB da região Norte (Figura 2.3.27). Numa perspectiva intra-regional, a indústria e energia assume relevância na maioria das sub-regiões (as únicas excepções são o Grande Porto, única sub-região onde o sector dos serviços, comércio e restauração mais contribui para o VAB regional, Douro e Alto Trás-os- Montes, sub-regiões marcadas pela relevância das actividades primárias e do sector outros serviços no VAB).

Saliente-se a fraca importância das actividades financeiras, imobiliárias e de serviços às empresas no VAB da região Norte ou de cada uma das sub-regiões.

CAIXA 2.3.3 – CASA DO DOURO: A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA E A INDEFINIÇÃO FUTURA

A Casa do Douro foi criada em 1932 (através do Decreto Lei nº 21 883, de 18 de Novembro) com a designação de Federação Sindical dos Viticultores da Região do Douro, como forma de responder à necessidade de organização dos produtores desta região vitivinícola (cuja primeira demarcação remonta ao ano de 1756).

Criada como organização sindical dos viticultores do Douro, de inscrição obrigatória, foram-lhe atribuídas funções de natureza pública, designadamente no domínio da disciplina da produção de vinho e de mostos, da fixação de preços mínimos e da intervenção para o escoamento dos vinhos.

Posteriormente, através do Decreto Lei nº 29 948 de 10 de Janeiro de 1935, e tendo como objectivo a harmonização com os princípios da organização corporativa, tomou a designação de Federação dos Vinicultores da Região do Douro, como cúpula dos respectivos grémios, tendo sido reforçada a intervenção estatal na designação e destituição dos membros da direcção.

Apesar da extinção dos organismos corporativos obrigatórios, o Decreto-Lei nº 486/82, de 28 de Dezembro, que extinguiu aquela Federação, manteve a Casa do Douro como pessoa colectiva de direito público, com atribuições de natureza pública muito semelhantes às referidas.

Com a alteração institucional verificada em 1995, as atribuições da Casa do Douro passaram a ser:

- Manter e actualizar o registo dos vitivinicultores da Região Demarcada do Douro;
- Indicar os representantes da lavoura no conselho geral da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD), não só os que são por si designados, como também os designados pelas adegas cooperativas e associações de produtores ou produtores-engarrafadores;
- Apoiar e incentivar a produção vitivinícola, em ligação com os serviços competentes, e prestar assistência técnica aos vitivinicultores;
- Promover, conceder ou colaborar nos financiamentos à vitivinicultura da Região, nomeadamente empréstimos e subsídios;
- Prestar às instâncias vitivinícolas regionais a colaboração no âmbito das suas competências legais;
- Promover e colaborar na investigação e experimentação tendentes ao aperfeiçoamento da vitivinicultura duriense;
- Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à Região e aos vinhos nela produzidos, aplicar sanções nos termos e competências que lhe sejam cometidos pela lei ou regulamentos, bem como participar as demais infracções detectadas pelos seus serviços às autoridades administrativas ou judiciais competentes.

Apesar de algumas alterações verificadas nos seus estatutos, a Casa do Douro manteve ao longo dos anos atribuições muito semelhantes às originais. De facto, sempre se pretendeu fazer confluír, na Casa do Douro, o duplo objectivo de representação unitária dos produtores durienses e de descentralização regional no exercício de atribuições públicas, no âmbito da disciplina de produção do vinho da Região. Estes objectivos ultrapassam, no entanto, o universo dos próprios produtores, confundindo-se com os de todo o sector dos produtos vínicos durienses e, em especial, com o do vinho do Porto.

Nos últimos anos, a Casa do Douro tem enfrentado alguns problemas de sobrevivência, ligados sobretudo às dificuldades de escoamento da produção e à perda de algumas competências estatutárias.

Durante o Governo de Cavaco Silva, procurou-se implementar um primeiro plano de recuperação que passava pela substituição da Presidência da Casa do Douro. Com o executivo de António Guterres este plano de recuperação viria a ser alterado e a saída para a crise parecia ser a venda sistemática de vinho do Porto em *stock* na Casa do Douro, de forma a permitir o pagamento dos enormes passivos bancários avalizados pelo Estado na sequência da operação de saneamento financeiro realizada em 1997 (cerca de 30 milhões de euros).

Todavia, vários anos e vários executivos se sucederam e a Casa do Douro continua num impasse e alguns protocolos assinados com o Governo não estão a ser cumpridos. Estes protocolos respeitam à retirada da acção de nulidade da compra de 40% da Real Companhia Velha pela Casa do Douro, à venda dos *stocks* de vinho da instituição (para pagamento de uma dívida avalizada pelo Estado) e à prestação de serviços de cadastro e laboratório ao Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

Os protocolos prevêem que a venda dos vinhos da Casa do Douro, designadamente 37 mil pipas penhoradas à banca, se concretize através da direcção do IVDP. Prevêem ainda que se os exportadores não comprarem o vinho à Casa do Douro, podem ser sugeridas soluções excepcionais para a venda extra-judicial dos vinhos penhorados, para pagamento da dívida daquela instituição, que actualmente é de cerca de 68 milhões de euros.

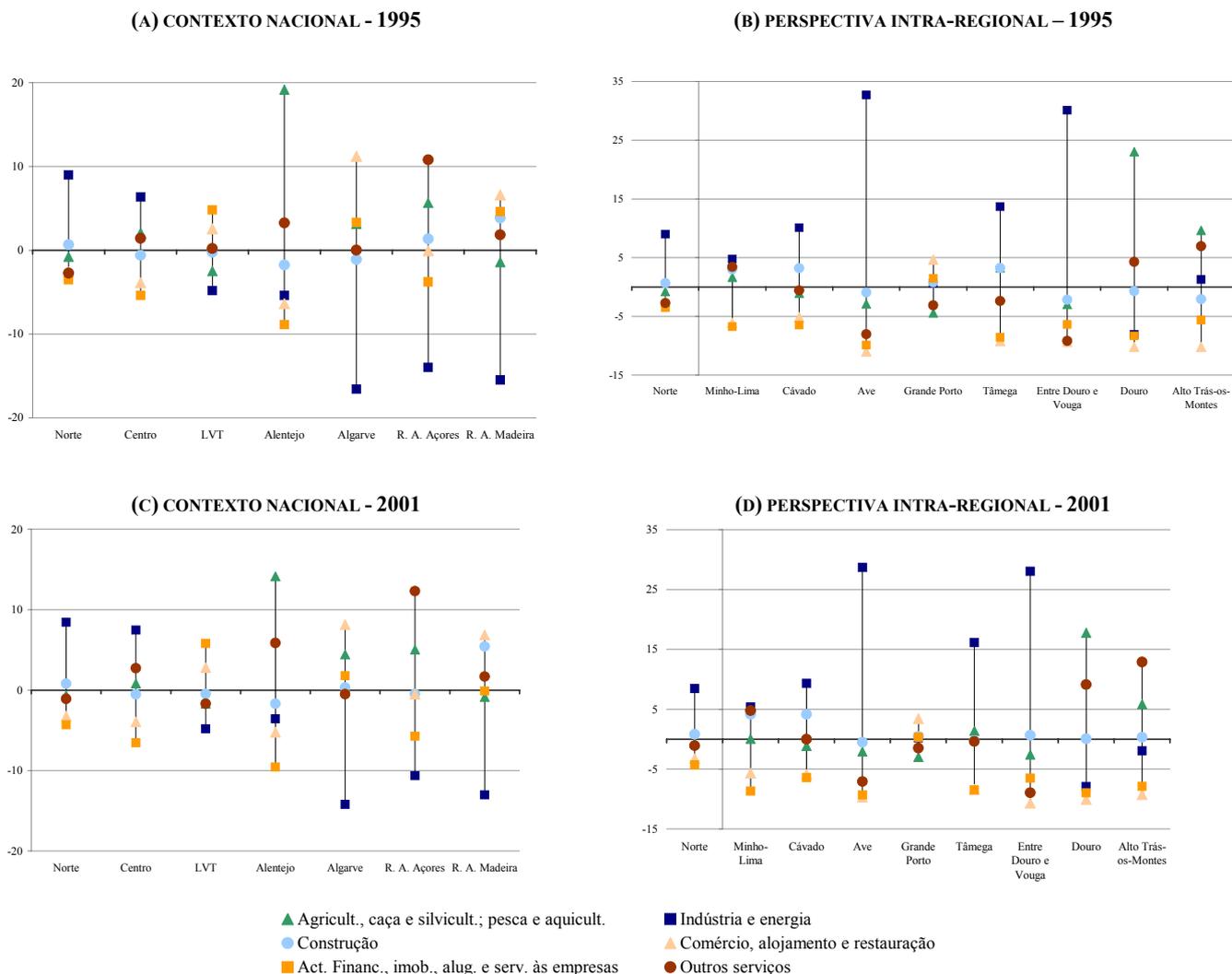
Esta parece ser a razão do impasse: a vontade de a Casa do Douro obter uma autorização excepcional para colocar os vinhos directamente no consumidor caso os exportadores não os queiram escoar.

Apenas em Dezembro de 2002 obteve a aprovação unânime do conselho regional de vitivinicultores uma proposta de saneamento do passivo da Casa do Douro e de reforma institucional da Região Demarcada do Douro (resolução do Conselho de Ministros 148/2002).

Entretanto, os problemas financeiros (com as dificuldades em cumprir as obrigações perante o fisco, a segurança social e os trabalhadores) e os desentendimentos com a restante fileira do sector (nomeadamente com o ministério da tutela e com o Instituto do Vinho do Douro e Porto) agravaram-se e o Estado perdeu em tribunal a pretensão de ver ferido de nulidade o negócio de aquisição de parte da Real Companhia Velha.

O esforço financeiro do Estado para apoiar a vitivinicultura duriense e ultrapassar a crise da Casa do Douro pressupõe uma redefinição da missão desta instituição no âmbito da reforma institucional em curso, orientando-a na representação e apoio à produção, deixando portanto de intervir na comercialização de vinhos e fazendo cessar o período transitório previsto na reforma de 1995.

**FIGURA 2.3.27 – VAB POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(DIFERENÇAS EM PONTOS PERCENTUAIS FACE À MÉDIA NACIONAL)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

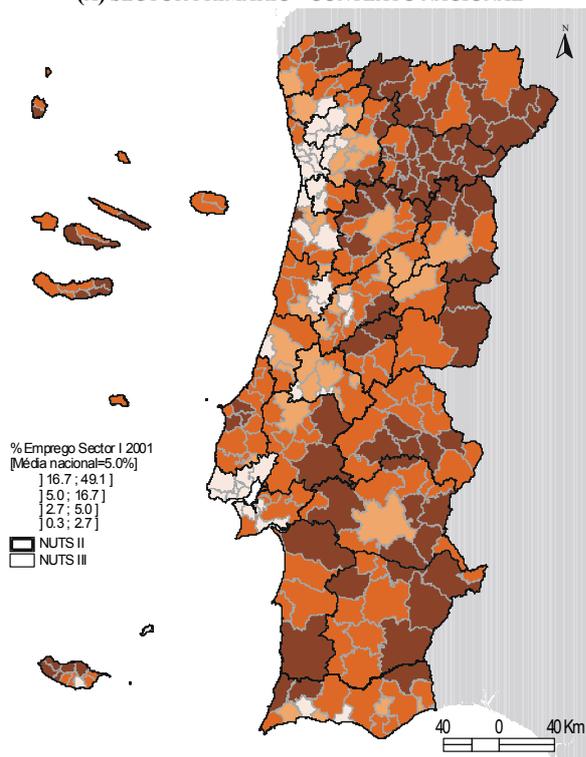
A análise da especialização produtiva da região Norte, em termos dos três grandes sectores de actividade (Figura 2.3.28), permite constatar a concentração das actividades primárias sobretudo nos concelhos do interior (com especial destaque para os concelhos pertencentes à NUTS III Douro).

A elevada concentração espacial da actividade industrial, uma característica marcante da Região, é notória, com os mais elevados valores do emprego no sector secundário a registarem-se nas sub-regiões da faixa litoral.

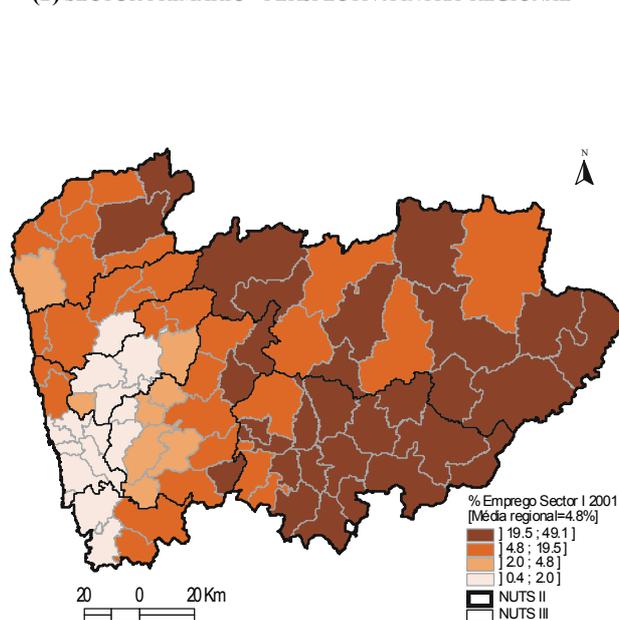
O padrão da especialização produtiva no sector terciário é muito difuso, com consideráveis concentrações de emprego nos concelhos pertencentes à Área Metropolitana do Porto e em algumas cidades de pequena ou média dimensão do interior, que detêm funções terciárias próprias de sedes de concelho (como Chaves) ou de capitais de Distrito (como Bragança e Vila Real).

FIGURA 2.3.28 – EMPREGO POR SECTORES DE ACTIVIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

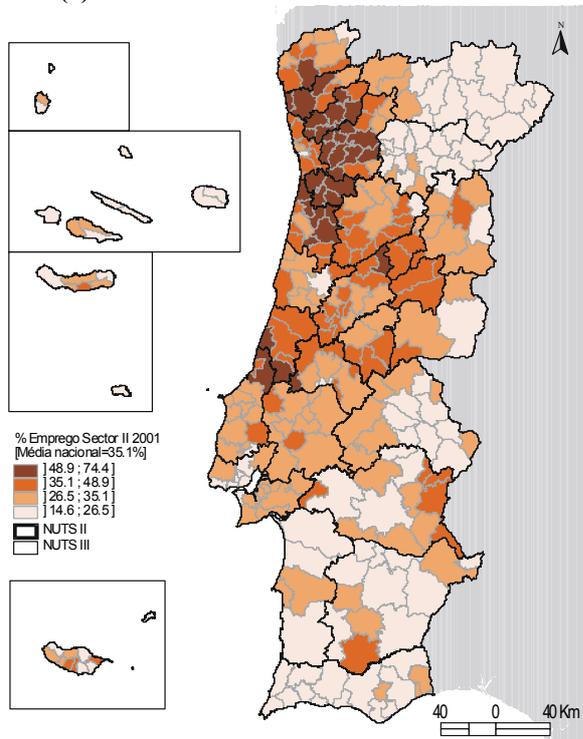
(A) SECTOR PRIMÁRIO - CONTEXTO NACIONAL



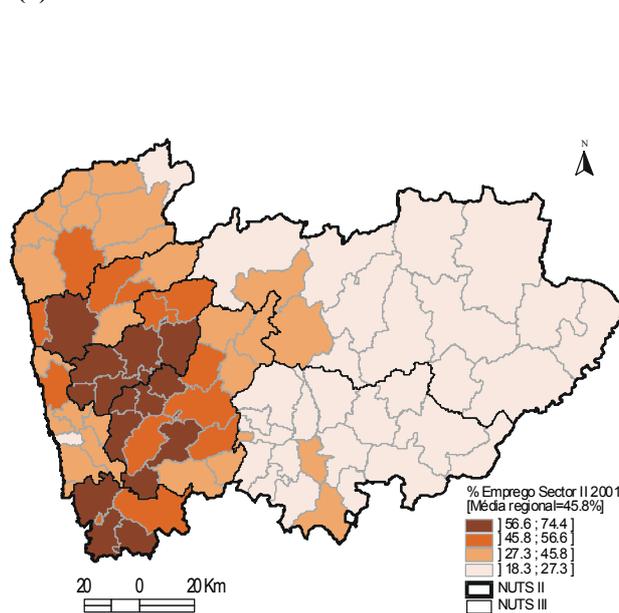
(B) SECTOR PRIMÁRIO - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL

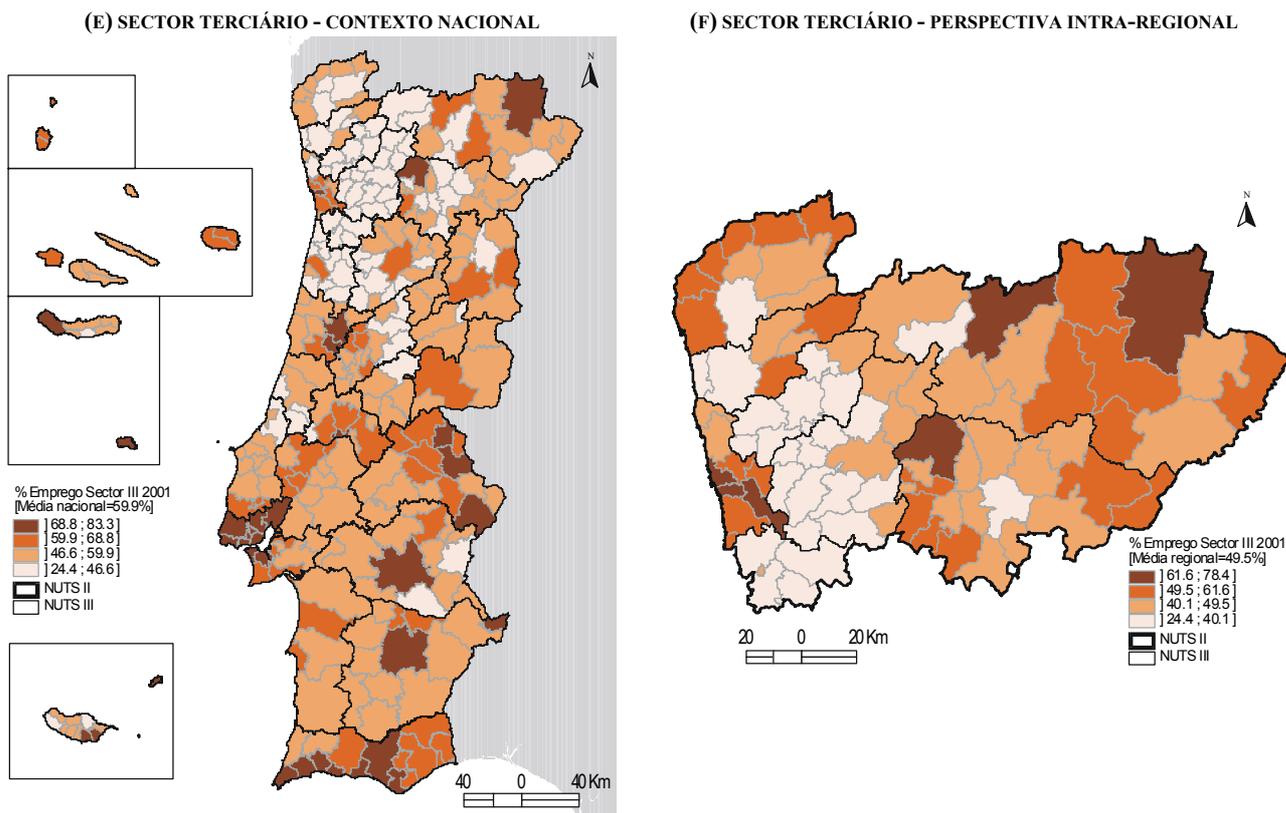


(C) SECTOR SECUNDÁRIO - CONTEXTO NACIONAL



(D) SECTOR SECUNDÁRIO - PERSPECTIVA INTRA-REGIONAL





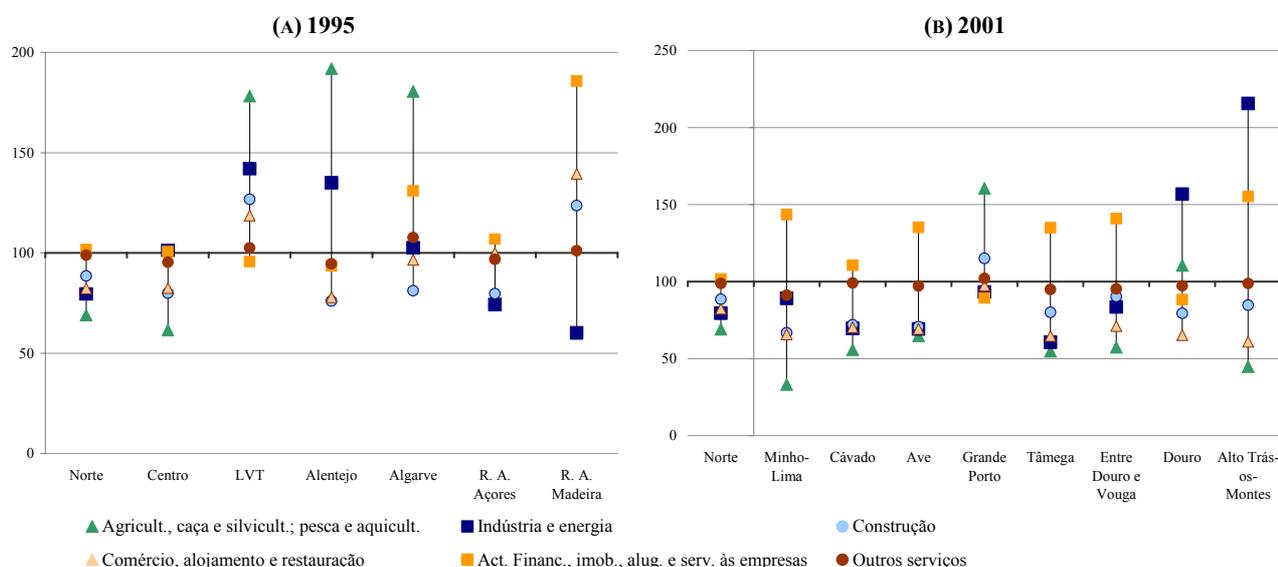
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A região Norte não evidencia níveis de produtividade média, por grandes sectores, superiores à média nacional, posicionando-se mesmo em níveis médios de produtividade inferiores à média do País em sectores como a agricultura e a pesca, o comércio, alojamento e restauração, a indústria e energia e a construção (Figura 2.3.29 - A).

Numa perspectiva intra-regional (Figura 2.3.29 - B) torna-se possível identificar sectores que, em determinadas NUTS, apresentam níveis de produtividade superiores à média nacional, como é o caso das actividades financeiras, imobiliárias e de aluguer e serviços prestados às empresas nas sub-regiões Minho-Lima, Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Alto-Trás-os-Montes, da agricultura e pesca no Grande Porto e Douro, da construção no Grande Porto e da indústria e energia no Douro e Alto-Trás-os-Montes.

Merece destaque o aumento de produtividade observado, entre 1995 e 2001, nos sectores da indústria e energia nas NUT III Douro e Alto-Trás-os-Montes, sectores que naquele período registaram uma tendência regressiva de produtividade nas restantes sub-regiões do Norte.

**FIGURA 2.3.29 – PRODUTIVIDADE POR SECTORES DE ACTIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais

No que diz respeito ao contributo dos vários sectores de actividade para a formação do VAB da Região, no sentido da percepção do seu maior ou menor grau de diversificação sectorial, é possível constatar que estamos perante uma das mais diversificadas regiões no contexto nacional (Figura 2.3.30). A nível interno verifica-se que as sub-regiões com estruturas produtivas menos diversificadas se encontram no interior (Douro, Alto-Trás-os-Montes e Ave), enquanto que as mais diversificadas (e mais representativas da região no seu conjunto), com excepção do Tâmega, se situam no litoral.

Estabelecendo uma análise mais aprofundada da relevância e do contributo sectorial para a formação do VAB da região Norte, mostra-se relevante efectuar uma leitura que permita identificar, por um lado, os sectores que compõem o perfil de especialização da Região (sectores cujo contributo para a formação do VAB regional é mais significativo do que o contributo total do sector para a formação do VAB nacional e em que, como tal, o quociente de localização é superior a 1) e, por outro lado, os sectores que mais contribuem para a formação do VAB da Região (aqueles cujo contributo ultrapassa o que seria um contributo igualitário – 3% – por parte dos 31 sectores em análise para a formação do VAB regional). A leitura conjugada destes dois indicadores permite analisar em que medida os sectores de especialização da Região são os que mais contribuem, ou não, para a formação do VAB regional e, simultaneamente, analisar em que medida se pode explicar este posicionamento através dos respectivos níveis relativos de produtividade sectorial.

Os sectores que, em 1995, se destacavam no perfil de especialização da região Norte e, simultaneamente, apresentavam contributos mais significativos para a formação do seu VAB eram o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, a indústria têxtil e a construção, sendo também de referir o facto de alguns serviços não mercantis ou utilitários – a educação e a produção e distribuição de electricidade, gás e água – marcarem uma posição significativa na Região, em termos do que se pode considerar como sectores de especialização.

A evolução operada até 2001 permite destacar os mesmos sectores nesta posição, aos quais se passou a juntar o sector não mercantil da saúde e acção social. Dentro dos sectores considerados mercantis, é na indústria têxtil que se verifica a existência de um padrão de produtividade superior à média nacional do respectivo sector (para além de sectores como a educação e a produção e distribuição de electricidade, gás e água).

Saliente-se, ainda, que os sectores posicionados no segundo quadrante do referencial, nomeadamente a fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear, a indústria da madeira, cortiça e suas obras, a fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas, as indústrias transformadoras n.e., a fabricação de máquinas e equipamentos n.e., as indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos e a fabricação de equipamento eléctrico e de óptica, apesar de se apresentarem como sectores de especialização da região Norte, são pouco significativos do ponto de vista do seu contributo para a formação do VAB da região, devendo, como tal, ser relativizada a sua relevância no contexto da estrutura produtiva da região⁷.

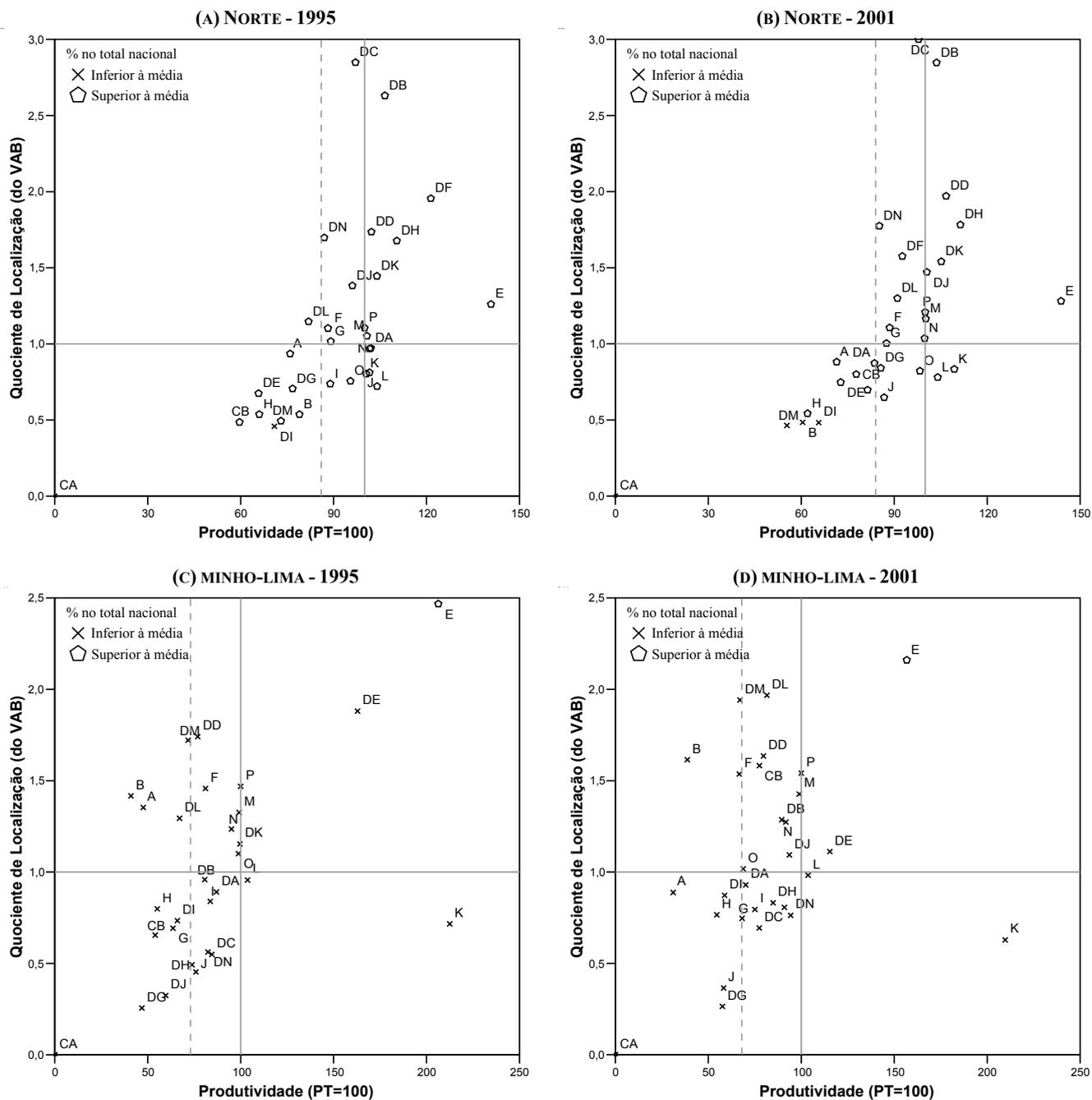
Em termos intra-regionais, a síntese do perfil de especialização económica cruzada com os níveis de produtividade é a seguinte:

- No Minho-Lima (figuras C e D) o sector que apresenta maior especialização - produção e distribuição de electricidade, gás e água - apresenta também os mais elevados níveis de produtividade (superior à média nacional, à semelhança do que se observa no sector de fabricação de pasta, papel e cartão e de edição e impressão). Os restantes sectores de especialização nesta NUT III - com destaque para a fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico e material óptico – registam níveis de produtividade aquém da média nacional;
- No Cávado (figuras E e F), são os sectores da indústria têxtil e vestuário e de fabricação de equipamentos eléctricos e de óptica que apresentam maiores níveis de especialização. No que respeita à produtividade, ambos os sectores registam níveis de produtividade pouco acima da média nacional;
- No Ave (figuras G e H), destaque para os sectores da borracha e matérias plásticas e da indústria têxtil e vestuário. A indústria do couro também apresenta um importante nível de especialização (refira-se que esta é uma sub-região marcada pela forte presença desta actividade que, a par da indústria têxtil, concorre para a formação de um *cluster* da moda), mas apresenta níveis de produtividade abaixo da média nacional;

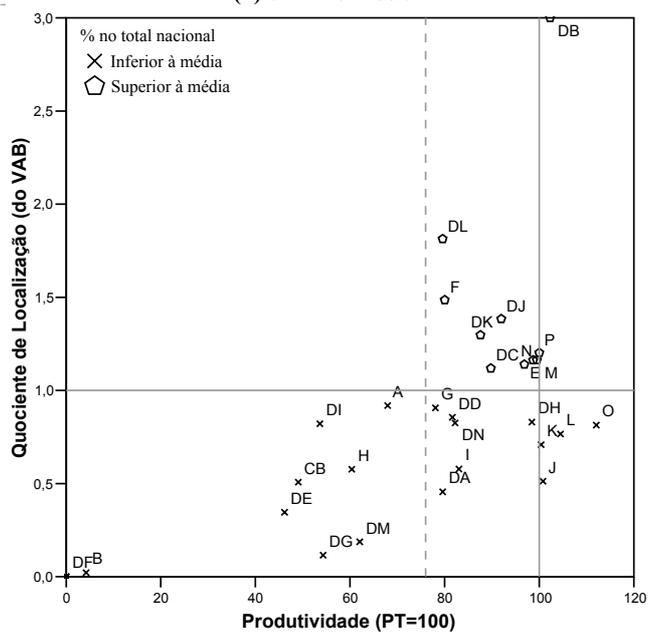
⁷ A relevância da exigência de coexistência de especialização regional e contributo sectorial significativo para a formação do VAB como indicador do posicionamento relativo de determinados sectores no contexto da estrutura produtiva de uma região justifica-se com base em critérios de representatividade no espaço nacional, uma vez que, no limite, poder-se-ia considerar como significativa uma actividade que, apesar de se incluir no conjunto dos sectores de especialização de uma região (possivelmente por ter pouca relevância no contexto nacional), apresentava um peso pouco significativo para a formação do VAB da região.

- O Grande Porto (figuras I e J) registou, entre 1995 e 2001, uma queda dos níveis de especialização de todos os sectores económicos, com excepção da fabricação de coque e produtos petrolíferos refinados. Refira-se que se observou, naquele período, uma diminuição dos níveis de produtividade deste sector de mais forte especialização no Grande Porto. Comparativamente com as restantes sub-regiões do Norte, o Grande Porto destaca-se com o mais concentrado padrão de perfil produtivo, com uma forte concentração de sectores em torno das médias nacionais de especialização económica e de produtividade;
- O Tâmega (figuras L e M) evidencia um maior nível de especialização nos sectores da indústria transformadora ligadas ao mobiliário e à produção de artigos em couro. Em termos de produtividade, destaque para o sector de produção e distribuição de electricidade, gás e água. Refira-se que os sectores de maior especialização apresentam níveis de produtividade abaixo da média nacional;
- Na sub-região Entre Douro e Vouga (figuras N e O) apenas dois sectores – indústria da madeira, cortiça e suas obras e indústria da borracha e matérias plásticas – apresentam a combinação de elevados níveis de especialização produtiva e níveis de produtividade acima da média nacional. Outros dois sectores – o de produção de artigos de couro e a indústria metalúrgica de base – registam elevada especialização nesta NUT III, mas níveis de produtividade aquém da média do país;
- O Douro (figuras P e Q) é a única sub-região que evidencia elevado nível de especialização no sector da agricultura, produção animal, caça e silvicultura (com níveis de produtividade acima da média nacional). Outro sector de destaque, comum a outras sub-regiões do Norte, é a produção e distribuição de electricidade, gás e água;
- Na sub-região Alto-Trás-os-Montes (figuras R e S) é precisamente este sector que regista a combinação de maior nível de especialização e de produtividade média.

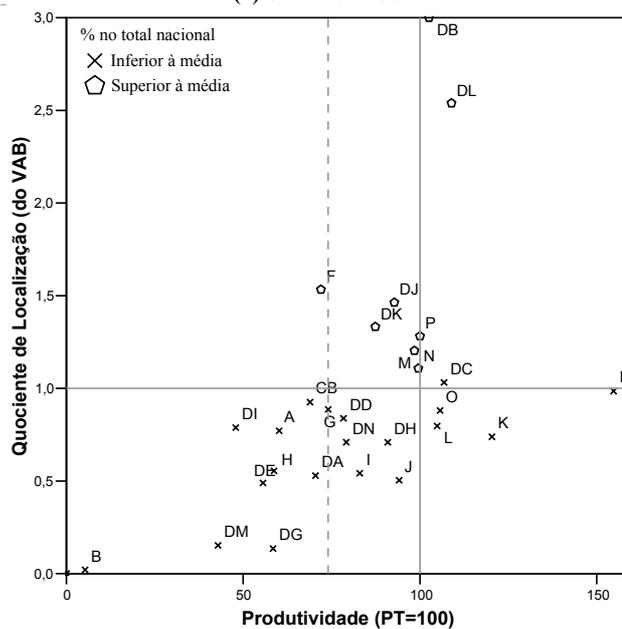
FIGURA 2.3.30 – ESPECIALIZAÇÃO SECTORIAL (VAB) NOS ANOS 90



(E) CÁVADO - 1995

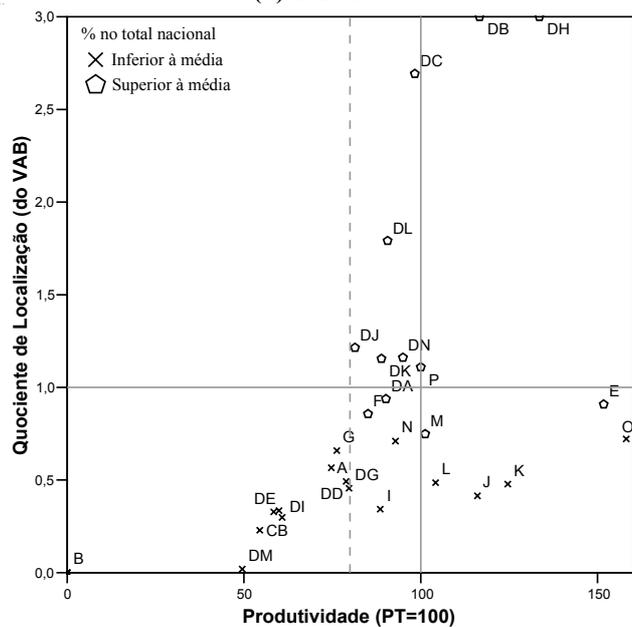


(F) CÁVADO - 2001

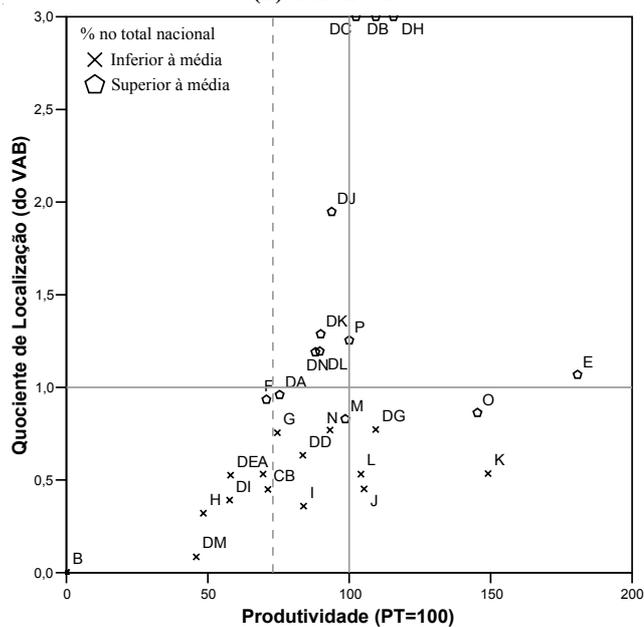


(CONT.)

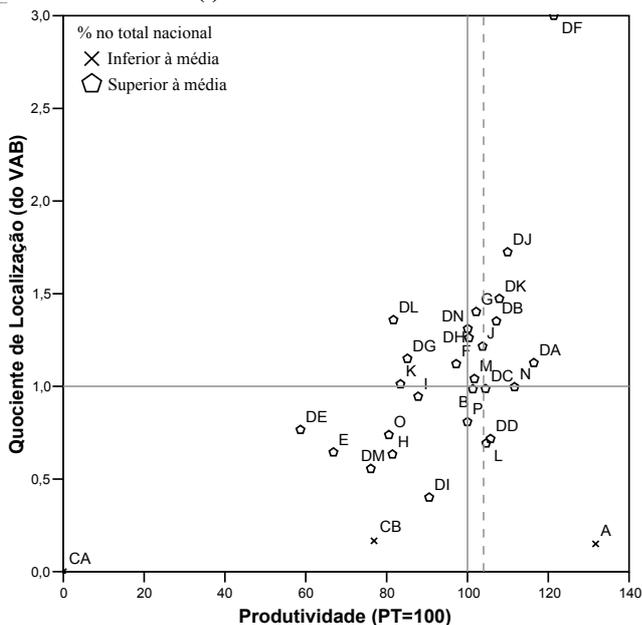
(G) AVE - 1995



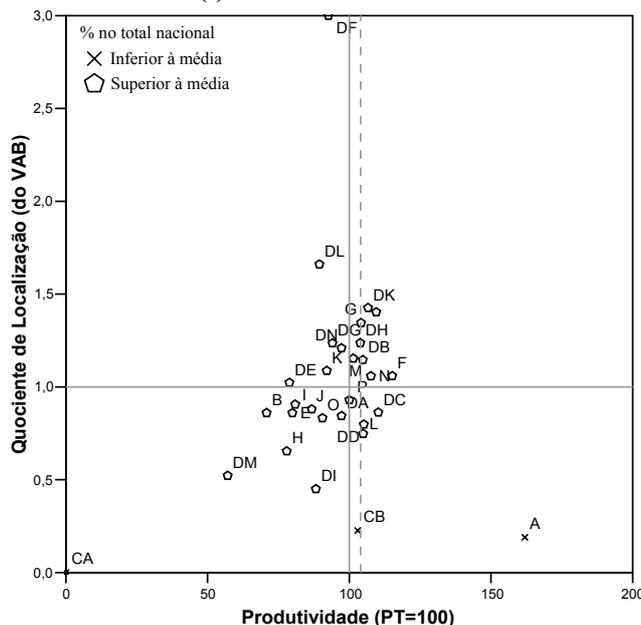
(H) AVE - 2001



(I) GRANDE PORTO - 1995

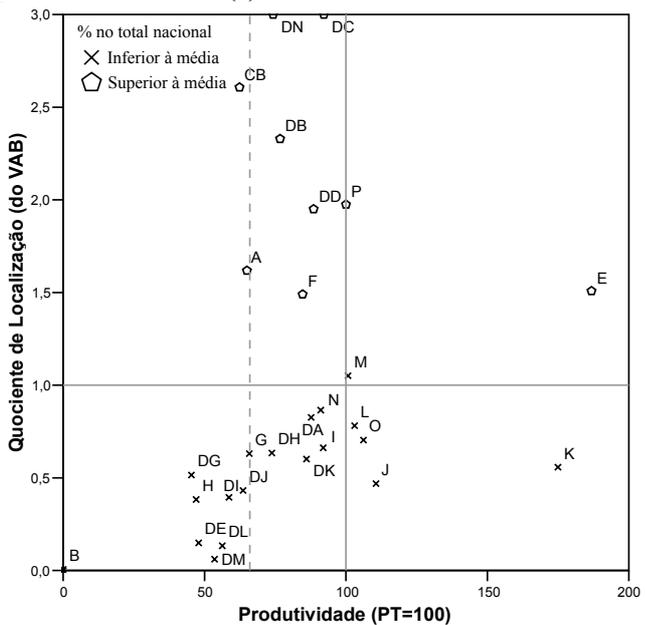


(J) GRANDE PORTO - 2001

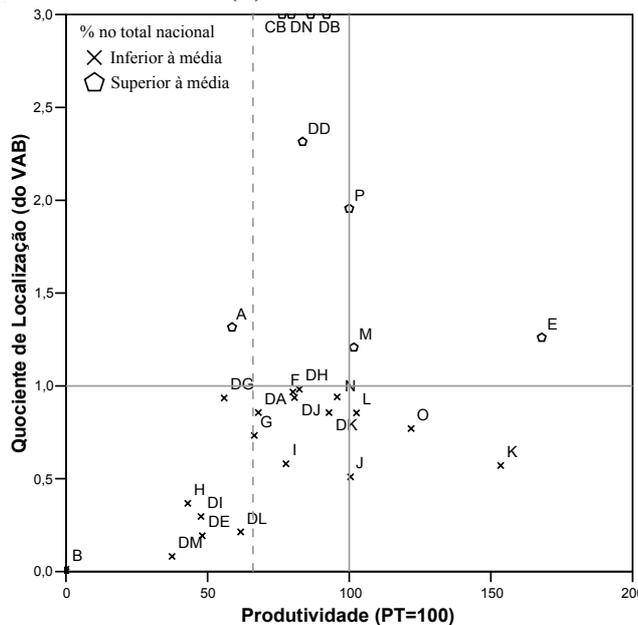


(CONT.)

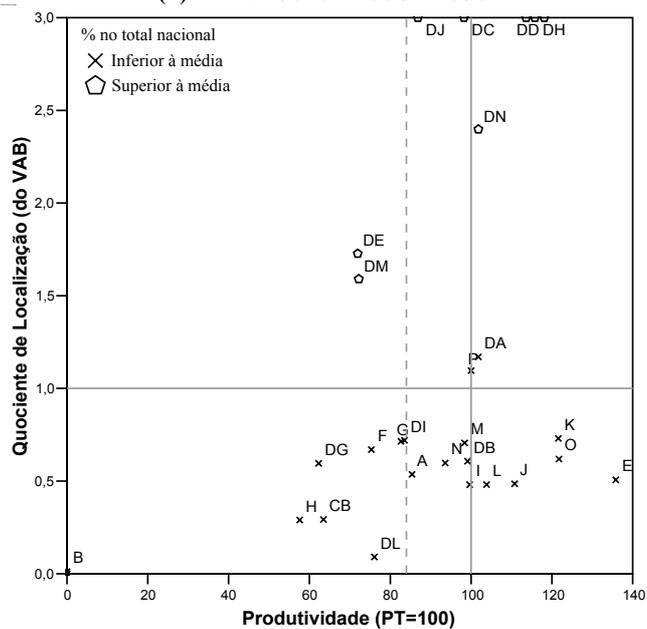
(L) TAMEGA - 1995



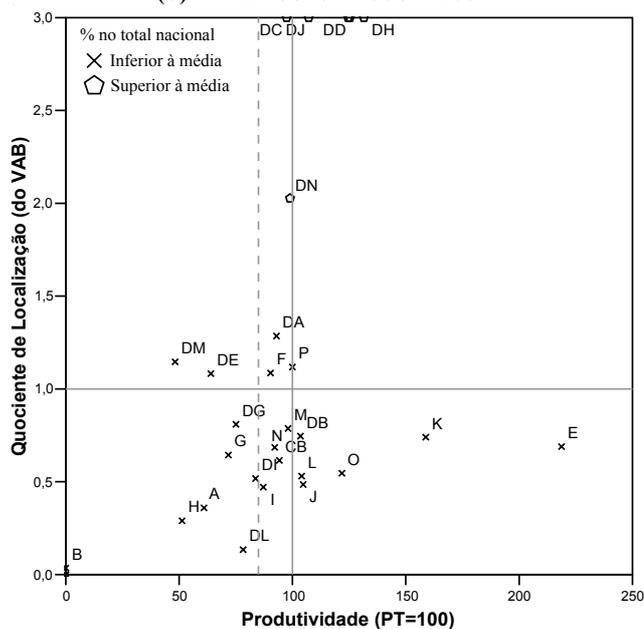
(M) TÂMEGA - 2001



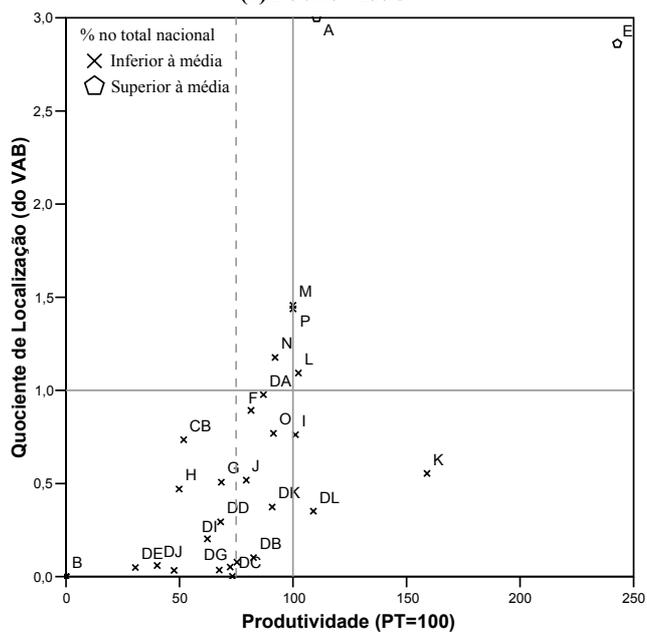
(N) ENTRE DOURO E VOUGA - 1995



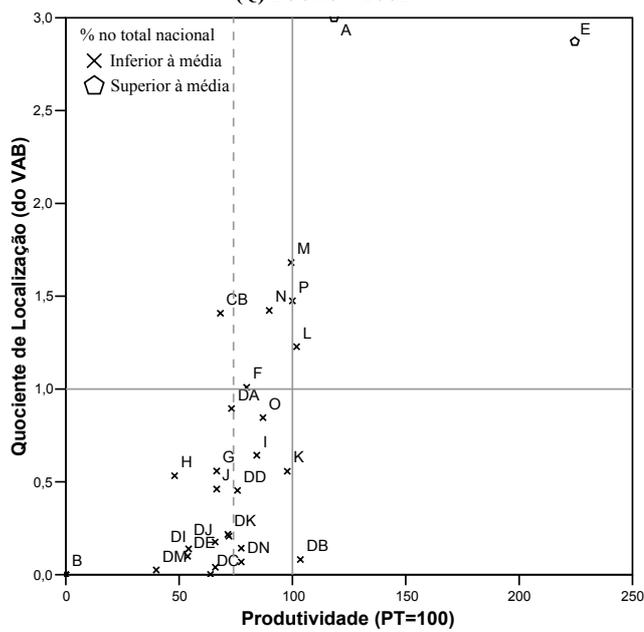
(O) ENTRE DOURO E VOUGA - 2001

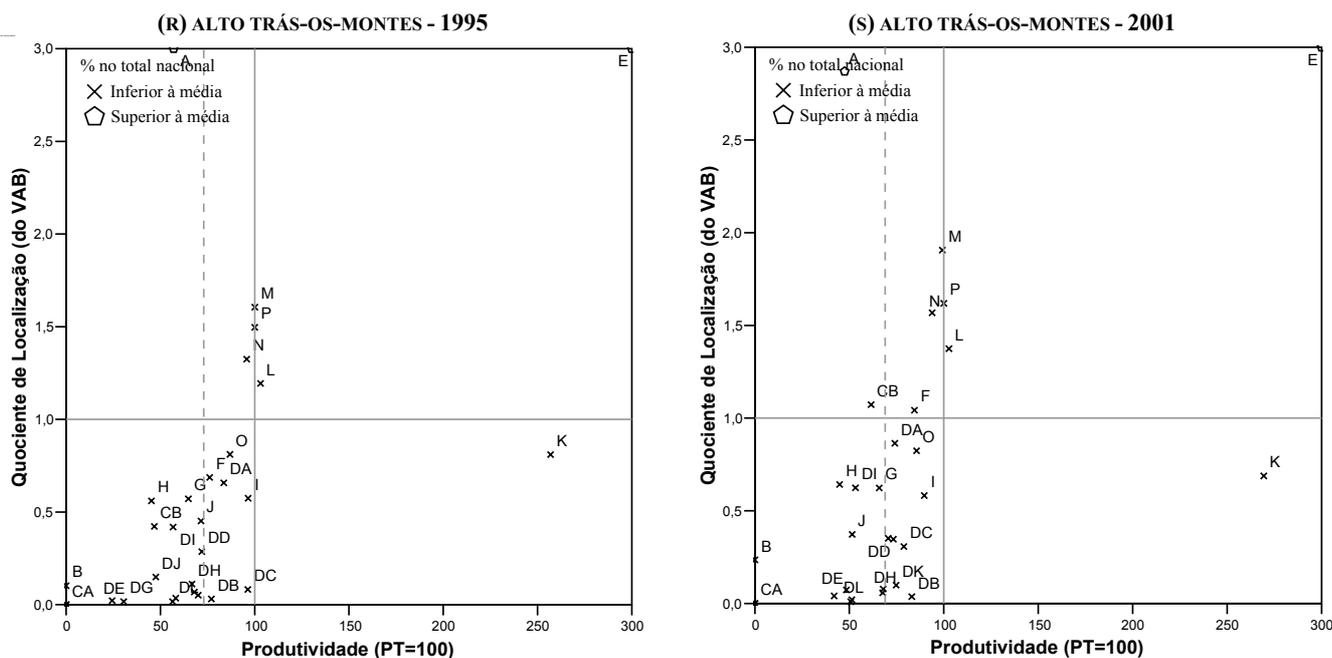


(P) DOURO - 1995



(Q) DOURO - 2001





Nota: a leitura do gráfico baseia-se na combinação de 3 parâmetros:

- Parâmetro de localização relativa das actividades: especialização sectorial medida pelos quocientes de localização (QL) do VAB;
- Parâmetro de Produtividade: posicionamento sectorial da região no referencial de produtividade média sectorial nacional (linha vertical contínua) e no referencial de produtividade média regional (linha vertical tracejada);
- Parâmetro de localização absoluta das actividades: relevância sectorial absoluta da região a nível nacional. A região apresenta localização absoluta inferior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é inferior a 1/7 e localização absoluta superior à média nacional quando o seu contributo para a formação do VAB sectorial é superior a 1/7.

QL = relação entre o peso relativo do VAB sectorial na região e o peso relativo do VAB sectorial no País.

A	Agricultura, prod. animal, caça e silvicultura	DM	Fab. material de transporte
B	Pesca	DN	Ind. transformadoras, n.e.
CA	Extracção produtos energéticos	E	Prod. e distribuição de electricidade, gás e água
CB	Ind. extractivas, com excep. extracção prod. energéticos	F	Construção
DA	Ind. alimentares, bebidas e tabaco	G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico
DB	Ind. têxtil	H	Alojamento e restauração
DC	Ind. couro e produtos de couro	I	Transportes, armazenagem e comunicações
DD	Ind. madeira, cortiça e suas obras	J	Actividades financeiras
DE	Fab. pasta, papel e cartão. Edição e impressão	K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
DF	Fab. coque, prod. petrolíf. refinados e combustível nuclear	L	Administração Pública, defesa e seg. social obrigatória
DG	Fab. prod. químicos e fibras sintéticas ou artificiais	M	Educação
DH	Fab. artigos de borracha e matérias plásticas	N	Saúde e acção social
DI	Fab. outros prod. minerais não metálicos	O	Outras act. serviços colectivos, sociais e pessoais
DJ	Ind. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	P	Famílias com empregados domésticos
DK	Fab. máquinas e equipamentos, n.e.	Q	Organismos internac. E outras instituições extraterritoriais
DL	Fab. equipamento eléctrico e óptica		

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

Na análise da produtividade regional, uma questão fundamental é determinar se a evolução registada nesta variável é resultante da especialização produtiva da Região ou de factores de competitividade específicos. A Figura 2.3.31, que representa a análise *shift-share* da decomposição dos diferenciais de produtividade regional, permite identificar duas componentes – a componente estrutural e a componente regional ou diferencial – da variação deste indicador entre 1995 e 2001.

A componente estrutural se for negativa/positiva significa que a região se especializa em sectores com níveis de produtividade abaixo/acima da média da área de referência (Portugal, na Figura A, ou o Norte, na Figura B). Assim, uma componente estrutural negativa é um sintoma de problemas estruturais na região.

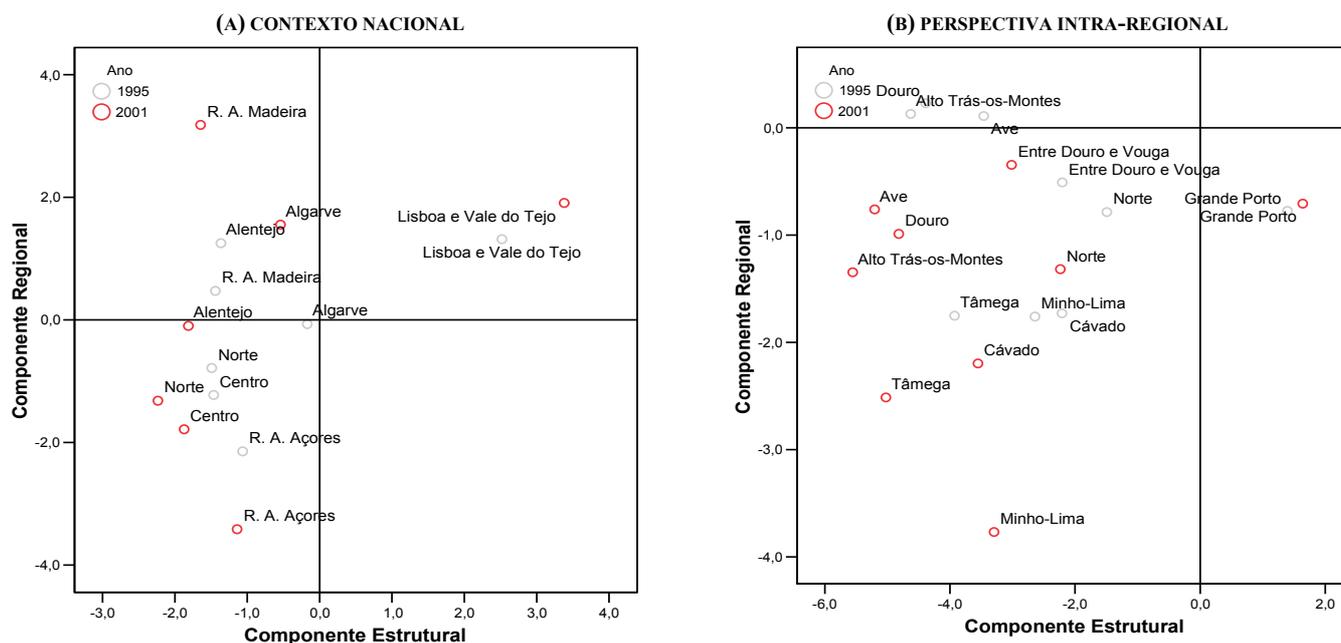
A componente regional ou diferencial representa a diferença entre o crescimento efectivo da região e o crescimento que teria se observasse a taxa de crescimento da área de referência. Se assumir valores negativos significa que a região ficou aquém das expectativas, ou seja, a evolução registada nos níveis de produtividade não pode ser atribuível apenas à sua estrutura produtiva, mas também a factores de competitividade regional. Se esta componente, pelo contrário, observar valores positivos significa que a região teve uma evolução no período considerado acima do esperado, revelando capacidade competitiva.

A Figura 2.3.31 – A permite verificar que a região Norte se encontra no terceiro quadrante, quer em 1995 quer em 2001 (com uma deterioração da sua posição neste período). Tal significa que a Região é especializada em sectores com níveis de produtividade inferiores aos nacionais e evidencia problemas de competitividade.

Em termos intra-regionais (Figura 2.3.31 – B), verifica-se que nenhuma sub-região surge no primeiro quadrante, o que evidencia que nenhuma revela uma estrutura produtiva favorável (baseada em sectores com níveis de produtividade superiores aos nacionais) e capacidade competitiva.

Apenas o Grande Porto aparece representado no quarto quadrante o que significa que, apesar de a sub-região dispor de uma estrutura produtiva favorável, o crescimento verificado no nível de produtividade ficou aquém do esperado.

Em 2001 todas as restantes sub-regiões surgem no terceiro quadrante (em 1995 o Ave e Alto-Trás-os-Montes surgiam no segundo quadrante, concluindo-se pela perda de capacidade competitiva de ambas as sub-regiões no período considerado). O facto de todas as sub-regiões (com excepção do Grande Porto) estarem representadas no terceiro quadrante significa que a região Norte apresenta uma estrutura produtiva desfavorável em termos de produtividade e revela problemas de competitividade.

FIGURA 2.3.31 – DECOMPOSIÇÃO DOS DIFERENCIAIS DE PRODUTIVIDADE NOS ANOS 90: ANÁLISE *SHIFT-SHARE*

Nota: A análise *shift-share* decompõe os diferenciais de produtividades da região face ao país em duas parcelas: Componente Estrutural - diferencial de produtividade da região em relação ao país, resultante das diferenças de especialização produtiva; Componente Regional - diferencial de produtividade regional resultante das diferenças de eficiência sectorial entre a região e o país, assumindo a estrutura produtiva regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas Regionais

De referir que os diferenciais de produtividade de uma região incorporam dois efeitos económicos fundamentais que importa analisar: por um lado, a possibilidade de existência de um efectivo maior nível de eficiência produtiva regional; e, por outro lado, a possibilidade de existência de um padrão de especialização regional assente em sectores com maiores níveis intrínsecos de produtividade.

O menor nível de produtividade da região Norte, face à média nacional, deriva não só da Região ser mais especializada em sectores de produtividade mais baixa, como também do facto de registar níveis de eficiência mais reduzidos nos processos produtivos dos diversos sectores. Entre 1995 e 2001, o diferencial de produtividade face ao País aumentou em ambas as componentes.

Enquanto o Grande Porto surge como a única sub-região a registar diferenciais positivos na componente de especialização (que mais do que compensam os diferenciais negativos ao nível da eficiência, permitindo, desta forma, que a sua produtividade se situe acima da média nacional), Alto-Trás-os-Montes apresentava-se como a única sub-região que, em ambos os anos considerados, detinha diferenciais de eficiência positivos, que, contudo, não se reflectiam no nível de produtividade global, pelo facto desta sub-região registar simultaneamente uma forte especialização em sectores de baixa produtividade, traduzida em diferenciais negativos da componente especialização de magnitude superior.

Os padrões de especialização das sub-regiões com maiores níveis de produtividade da Região – Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Cávado e Ave – contribuíram para uma redução (relativamente à evolução nacional) dos seus níveis de produtividade.

Mais do que elencar os sectores e as actividades que, de acordo com a sua capacidade produtiva regional, se incluem no conjunto de sectores considerados de especialização regional e/ou com contributo relevante para a formação do VAB regional, interessa enquadrar a estrutura de produção industrial da região Norte no sentido da identificação de padrões produtivos alicerçados na exploração mais ou menos intensa de determinados factores-chave de competitividade (Caixa 2.3.4).

**CAIXA 2.3.4 - TIPOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE:
A IDENTIFICAÇÃO DE SEGMENTOS COMPETITIVOS**

A classificação por factores chave de competitividade adoptada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, ela própria sujeita a alguns ajustamentos com base nos trabalhos desenvolvidos, na monitorização do desenvolvimento industrial ao longo da última década^(*), traduzindo-se na afectação das diferentes actividades industriais em cinco grupos ou segmentos, de acordo com os factores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada actividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adoptada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 4 dígitos).

Segmento (característica central)	Factor Chave de Competitividade	Indústrias
Peso relevante dos Recursos Naturais na cadeia de valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, “sourcing”) no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Forte conteúdo em Trabalho Directo	Baixo custo na utilização do factor trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pêlo; Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

(*) Vejam-se, nomeadamente, os Relatórios anuais sobre as "Políticas industriais nos países da OCDE" (Relatório 1992, Quadro 12, pp135-136 e Quadro 14, pp165-166; Relatório 1993, Quadro 9, pp94; 01.Relatório 1994, Quadro 7, pp103).

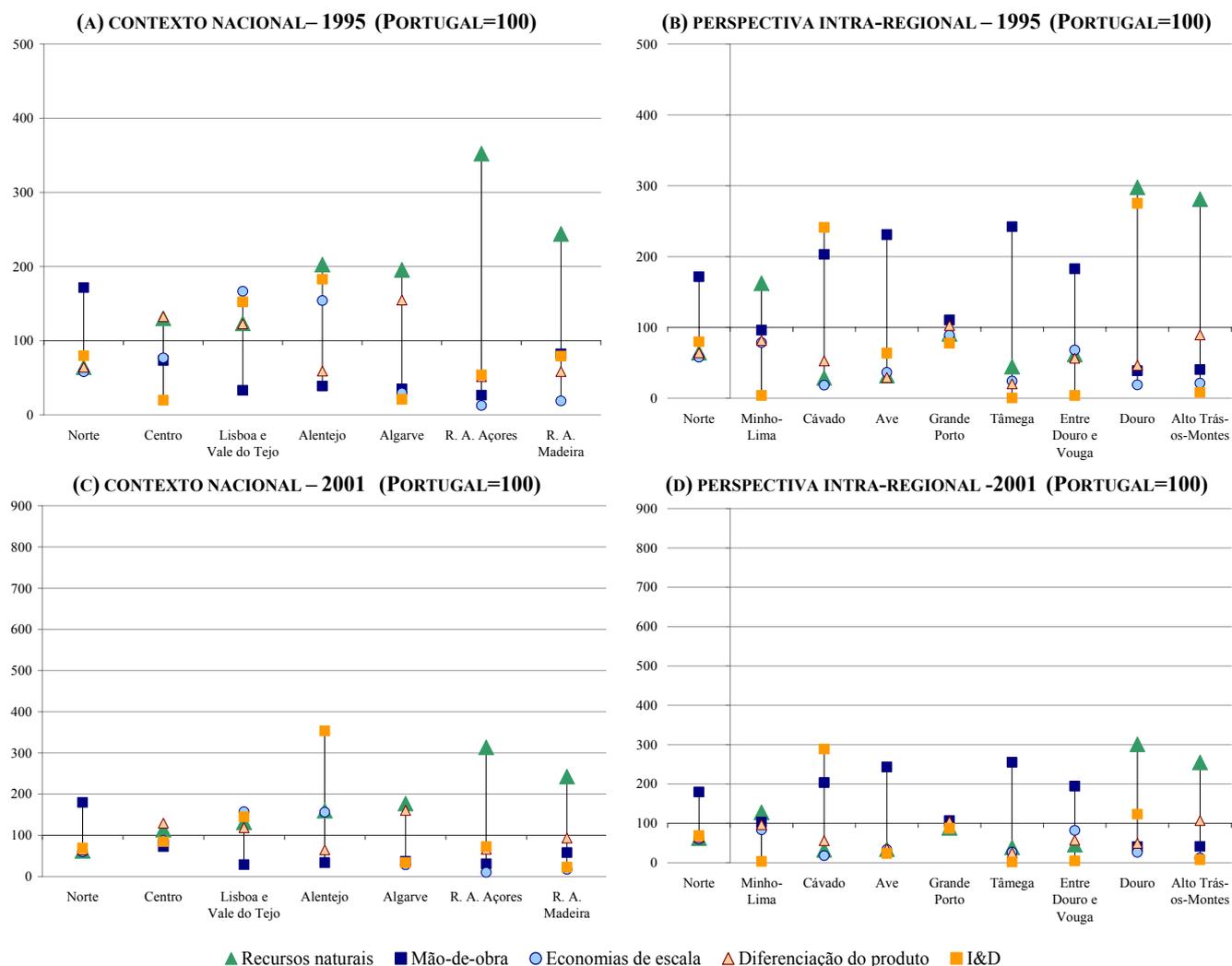
A região Norte apresenta uma estrutura regional do VAB industrial por factores-chave de competitividade que revela, face à estrutura nacional, quer em 1995, quer em 2000, pesos relativos mais acentuados das actividades que se baseiam na exploração intensiva de baixos custos do trabalho; em contrapartida, o perfil de especialização da Região caracteriza-se por uma “subrepresentação”, face ao espaço nacional, das actividades que se centram na exploração de economias de escala e de recursos naturais ou se organizam em torno da valorização da diferenciação de produto ou do esforço de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Numa perspectiva intra-regional, as divergências na composição do VAB industrial, segundo os principais factores-chave de competitividade que sustentam a posição competitiva dessas actividades, permitem destacar a NUTS III Grande Porto como aquela que apresenta uma estrutura produtiva mais aproximada da nacional (Figura 2.3.32).

Merece referência a “sub-representação” no Grande Porto dos sectores industriais que se organizam nos factores-chave de competitividade ligados à I&D e à diferenciação do produto. Retomando alguns aspectos mencionados anteriormente, esta sub-região espelha as características ainda predominantes no Norte: a dominância de sectores industriais intensivos em factores competitivos menos sofisticados com níveis mais baixos de qualificação/remuneração do trabalho, logo com impactos pouco favoráveis em termos de produtividade.

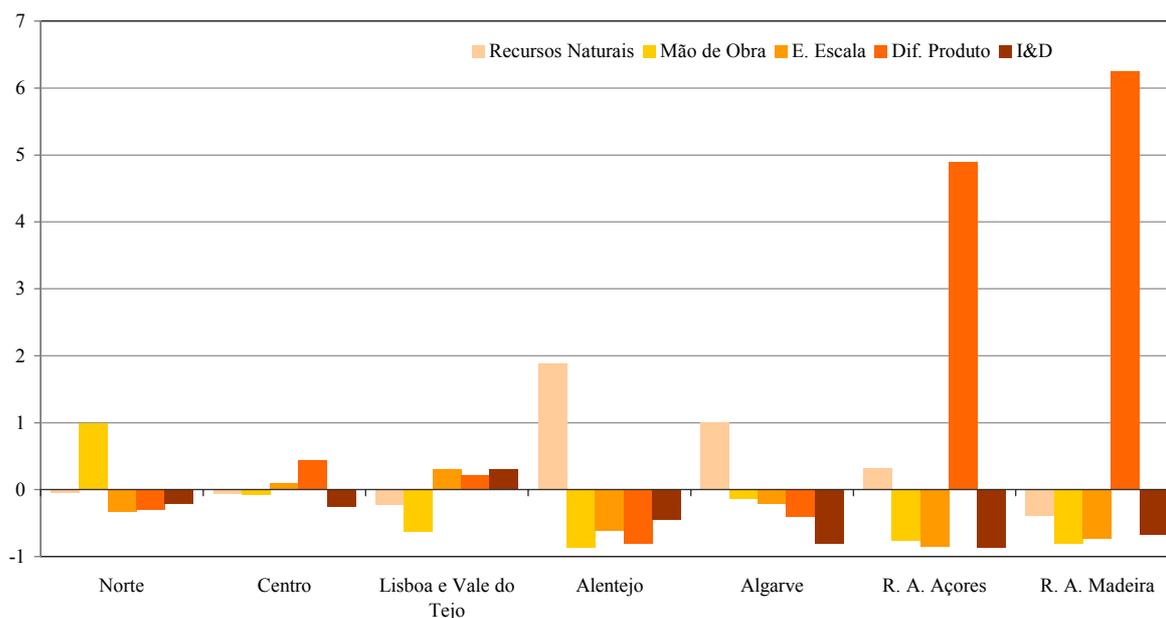
As actividades intensivas em mão-de-obra destacam-se como as que apresentam contributos significativamente mais relevantes, face à estrutura nacional, para a formação do VAB industrial das NUTS Cávado, Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Alto-Trás-os-Montes.

Como excepções ao padrão da Região, as NUTS Cávado e Douro são mais especializadas que o país em actividades alicerçadas na I&D e as NUTS Minho-Lima, Douro e Alto-Trás-os-Montes detêm um perfil de especialização onde as actividades que apostam na exploração de recursos naturais como factor-chave de competitividade são mais representativas que a nível nacional.

**FIGURA 2.3.32 – ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL POR FACTORES-CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)**


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

Numa análise das vantagens comparativas reveladas por factor-chave de competitividade, destacam-se na região Norte os sectores industriais intensivos em mão-de-obra (Figura 2.3.33), isto é, a Região apresenta vantagens comparativas ainda assentes, em grande escala, em custos unitários de trabalho mais baixos. Ora, estes sectores não demonstram capacidade competitiva nos mercados externos, pelo que o Norte deverá “ganhar” vantagens comparativas nos novos factores de competitividade como a diferenciação do produto ou a I&D, apostando não só na elevação na cadeia de valor de sectores mais tradicionais onde apresenta maior aptidão e/ou vocação exportadora, mas também nos sectores emergentes de maior conteúdo tecnológico.

FIGURA 2.3.33 – VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE (2000)

Nota: As Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) resultam da comparação entre o peso relativo de um determinado sector na estrutura exportadora total de uma região face ao peso relativo detido por esse mesmo sector na estrutura exportadora de um espaço padrão utilizado como termo de referência – no caso em questão o espaço nacional. Considera-se a detenção de VCR quando o índice supera o valor 1. Os valores apresentados na figura acima construída são diferenciais face ao patamar de referência 1, representando, como tal, o excedente (ou défice) de cada resultado regional.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional

Em seguida analisam-se – numa lógica comparada e tendo em consideração a classificação sectorial por factores-chave de competitividade – os diferenciais regionais de produtividade, com o intuito de destrinçar se os sectores nos quais a Região revela diferenciais positivos face ao espaço nacional se baseiam na exploração de factores que acarretam debilidade vs sustentabilidade competitiva (Figura 2.3.34).

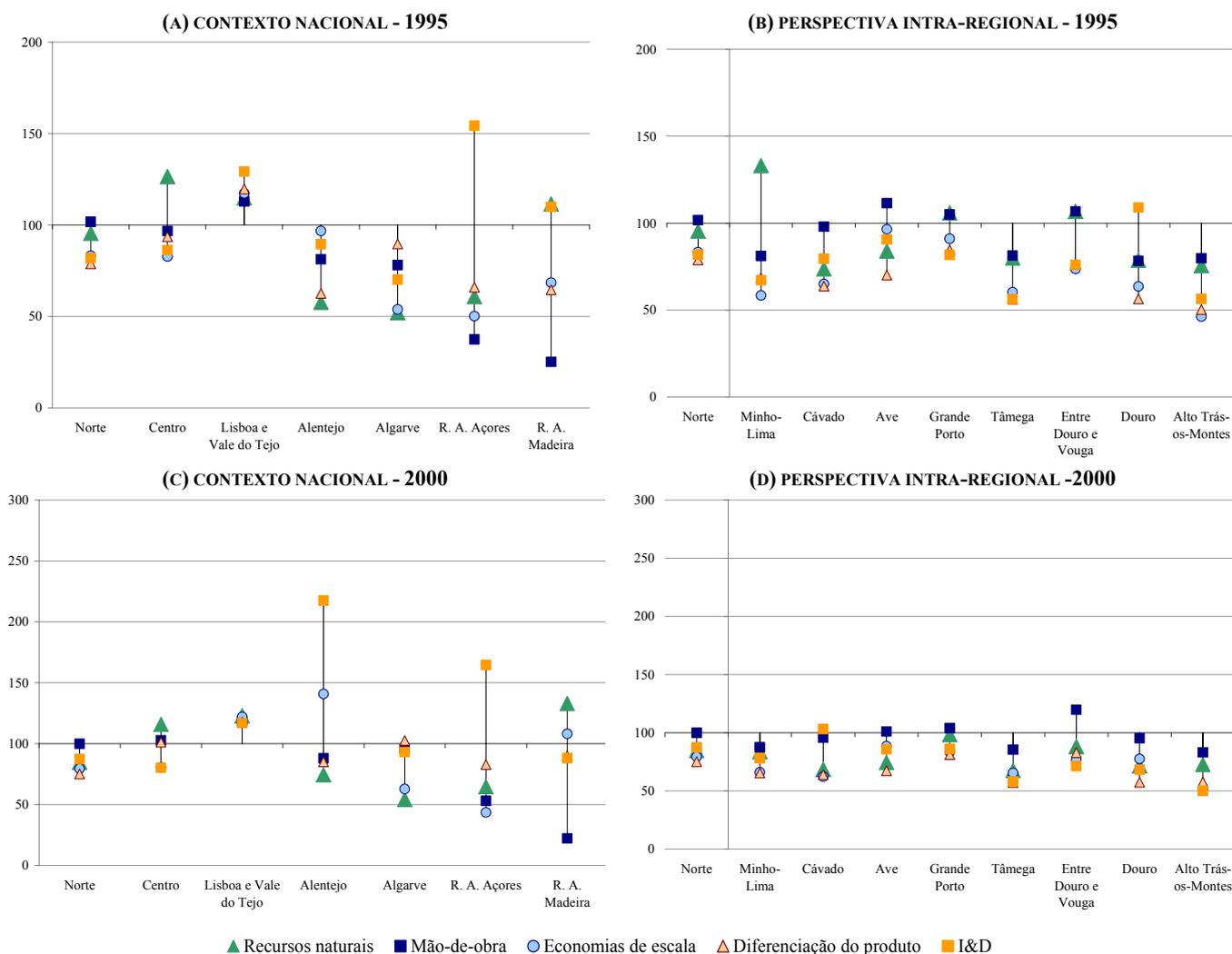
A região Norte apresentou, quer em 1995, quer em 2000, níveis de produtividade inferiores à média nacional, com excepção para as actividades cujo principal factor-chave de competitividade é a utilização intensiva de mão-de-obra, cuja produtividade se mantém dentro dos valores médios nacionais.

Tornam-se notórias as divergências evidenciadas entre, por um lado, as diferenças regionais (face à média nacional) das estruturas de formação do VAB industrial por factores de competitividade e, por outro lado, as diferenças regionais (também face à média nacional) dos níveis de produtividade por factores de competitividade. Enquanto que no caso das estruturas de formação do VAB regional existem, na região Norte, NUTS com perfil de especialização assente em sectores cujo contributo para a formação do respectivo VAB industrial é mais significativo do que o verificado a nível nacional, já no que diz respeito aos níveis de produtividade se detecta uma tendência (que se agravou entre 1995 e 2000) para que a Região se situe perto ou abaixo dos níveis nacionais.

É de salientar o caso das actividades cujo principal factor de competitividade assenta na utilização intensiva de mão-de-obra, onde se inclui a indústria têxtil que, conforme já referido, constitui uma das mais significativas actividades de especialização de algumas das NUTS III do Norte – Minho-Lima,

Cávado, Ave, Grande Porto e Tâmega. Estas sub-regiões, apesar de se mostrarem especializadas na indústria têxtil, registaram, em 2000, níveis de produtividade idênticos e, em alguns casos, inferiores, à produtividade média nacional do sector, o que significa que noutras regiões do País existem padrões de produção ligados à indústria têxtil mais eficientes do ponto de vista da relação estabelecida entre produção e utilização de mão-de-obra.

FIGURA 2.3.34 – PRODUTIVIDADE POR FACTORES CHAVE DE COMPETITIVIDADE NOS ANOS 90
(PORTUGAL=100)



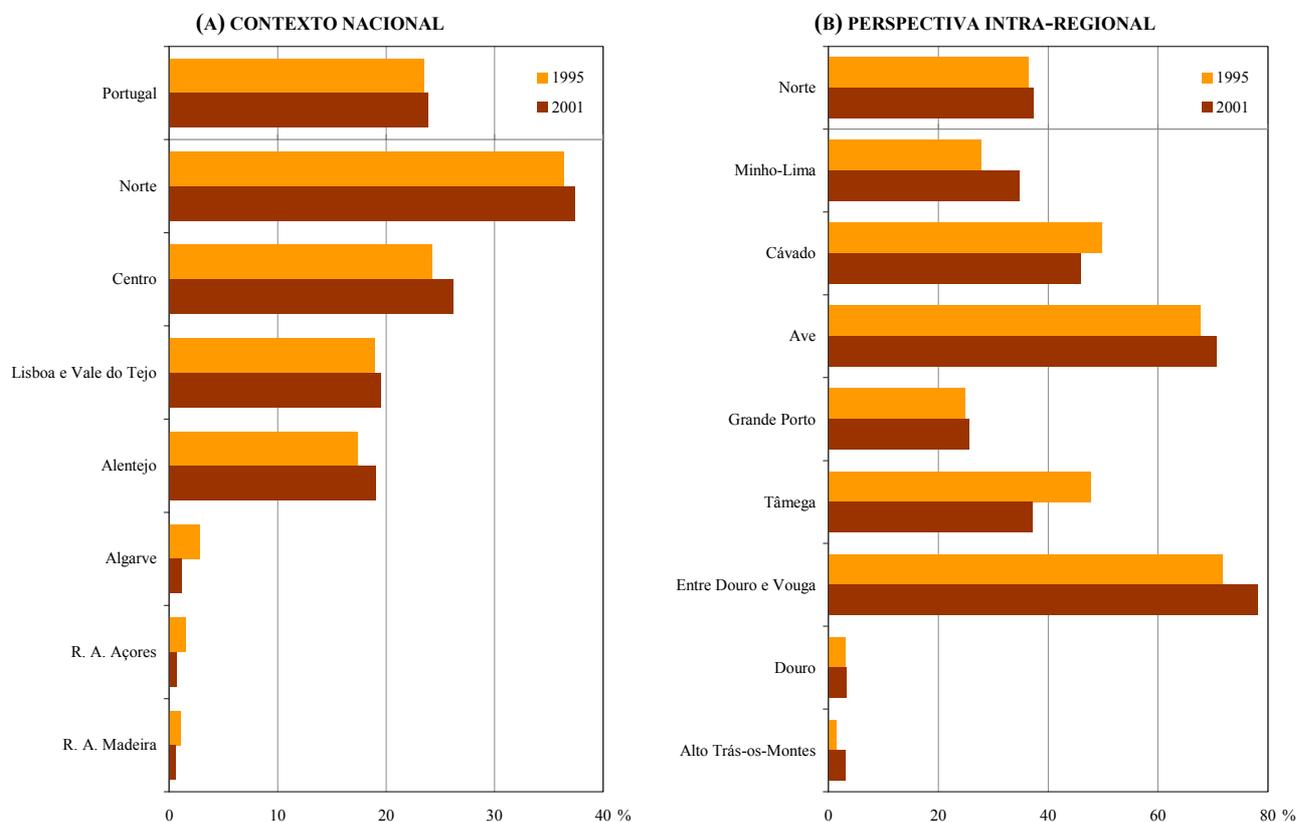
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Contas regionais e DEEP, Quadros de Pessoal

A intensidade exportadora da região Norte registou, entre 1995 e 2001, uma evolução positiva e superior à nacional (Figura 2.3.35). Este indicador, e respectiva evolução, resulta da presença na Região de um modelo industrial baseado na forte concentração geográfica e na especialização sectorial, como se viu anteriormente, de significativa capacidade exportadora, em sectores como o têxtil-vestuário, o mobiliário, o calçado ou segmentos da metalomecânica e da indústria electrónica. Como se fez referência, o Norte

constitui mesmo uma das economias regionais mais abertas em termos europeus, com uma clara vocação exportadora.

Este indicador de internacionalização assume os valores mais elevados nas sub-regiões Entre-Douro e Vouga, Ave e Cávado, onde a actividade exportadora é também mais elevada.

FIGURA 2.3.35 – INTENSIDADE EXPORTADORA NOS ANOS 90



Nota: Intensidade exportadora = Exportações/VAB, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Comércio Internacional e Contas Regionais

2.3.5. Estrutura da procura

Na região Norte, à semelhança do que se verifica a nível nacional, as principais despesas dos agregados familiares concentram-se na habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis e no consumo de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

O padrão de consumo das famílias residentes na região Norte, no que diz respeito ao peso das despesas dos agregados familiares afectas ao lazer, distração e cultura, apresenta grande proximidade com o padrão nacional.

É evidente na Região uma progressiva e homogénea litoralização da população e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, particularmente relevante no que toca à concentração de população com formação superior. De sublinhar a existência de centralidades importantes no contexto regional (não só no litoral como no interior), associadas a pequenos núcleos urbanos com capacidade de polarização do emprego.

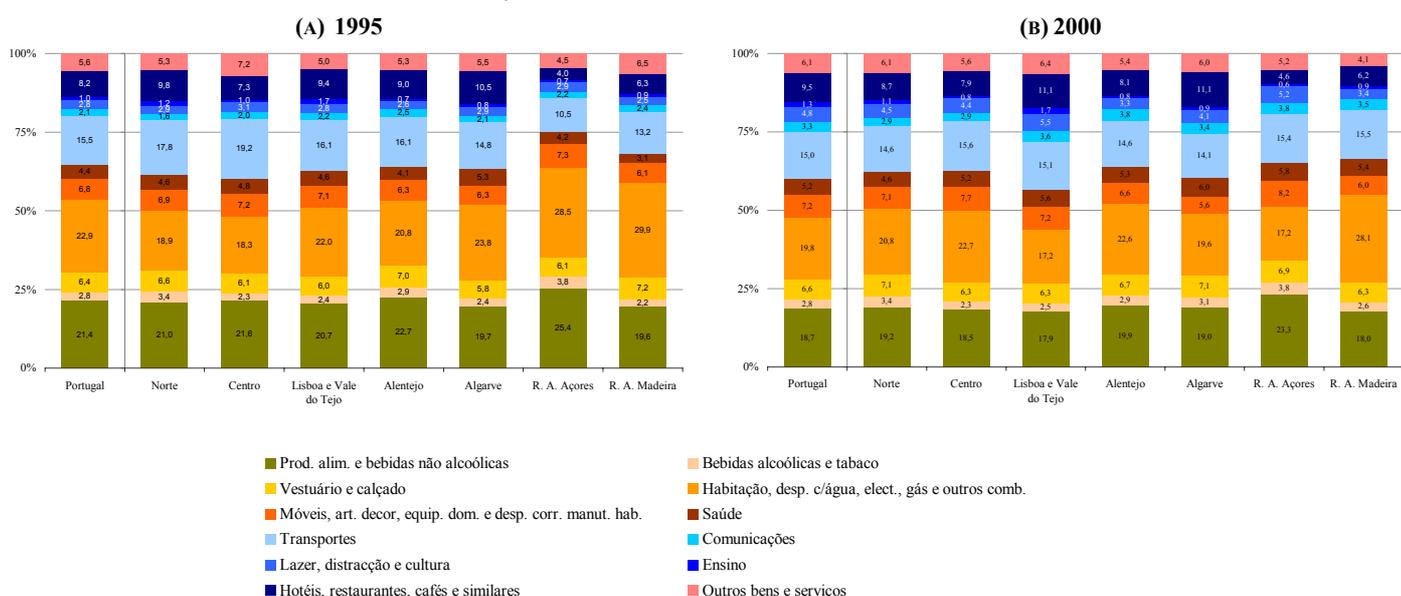
Na caracterização dos padrões regionais de consumo, principalmente na relação que se estabelece entre o nível de vida de uma região e o consumo de bens e serviços avançados, é necessário ter presente o equilíbrio que se estabelece entre a predisposição para o seu consumo (assente em factores como o nível de rendimento) e a disponibilidade de fornecimento e acesso a este tipo de bens (assente em factores como a procura existente para este tipo de serviços e densidade populacional crítica ou nível de urbanização que viabiliza a sua existência).

Nas regiões onde existe um nível de vida mais elevado tende a estabelecer-se um ciclo virtuoso em que a “existência de procura gera o aumento da oferta”, ao passo que nas regiões de mais baixo nível de vida o ciclo estabelecido, em que a “inexistência de procura inibe o aumento da oferta”, tende a ser vicioso – a menor capacidade financeira e a menor predisposição ao consumo daqueles serviços por parte da população restringem a sua oferta, quer em quantidade quer em termos da diversidade e inovação que lhes pode ser associada.

Na região Norte a classe de despesa produtos alimentares e bebidas não alcoólicas era, em 1995, a que absorvia a maior fatia do total das despesas dos agregados familiares (Figura 2.3.36- A). No ano 2000 esta classe de despesa foi ultrapassada pelas despesas com a habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, pelo que a região Norte se aproximou do padrão nacional. Destaque ainda na Região, em ambos os anos considerados, das despesas com transportes e com hotéis, restaurantes, cafés e similares.

As classes de despesa que registaram menores valores foram o Ensino, as comunicações e as bebidas alcoólicas e tabaco, à semelhança do verificado a nível nacional.

FIGURA 2.3.36 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES NOS ANOS 90

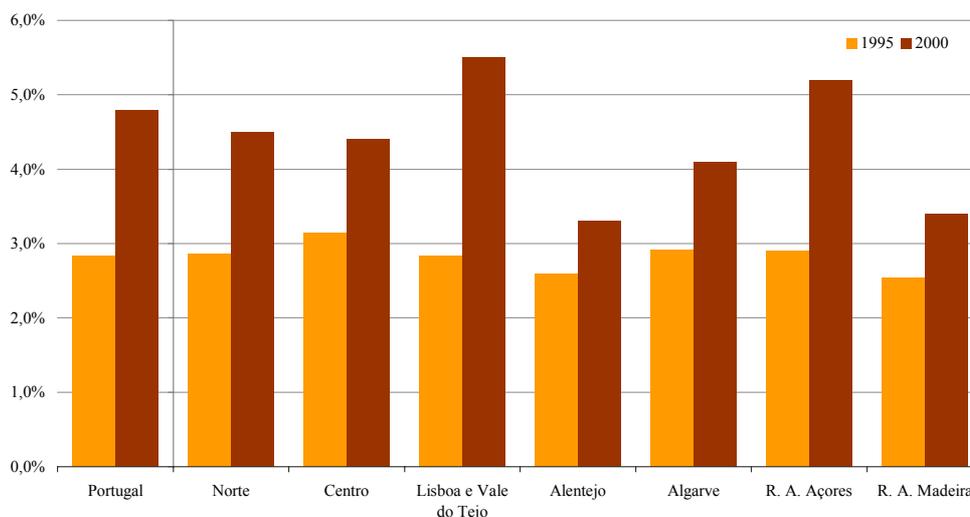


Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

O padrão de consumo das famílias residentes na região Norte, no que diz respeito ao peso das despesas dos agregados familiares afectas ao lazer, distração e cultura, apresenta grande proximidade com o padrão nacional – no ano 2000 cerca de 4,5% das despesas dos agregados da Região foram empregues, conforme demonstra a Figura 2.3.37, no consumo dos denominados serviços avançados (valor ligeiramente inferior à média nacional). Entre 1995 e 2000 registou-se um aumento do peso relativo do consumo deste tipo de serviços no total das despesas dos agregados familiares na ordem dos 1.6 p.p.

Desta forma, a região Norte evidenciou, nos últimos anos, um reforço dos padrões mais exigentes de consumo e da massa crítica geradora de dinâmicas internas de consumo de serviços avançados, o que se sustentou na melhoria da oferta deste tipo de serviços e dos níveis de rendimento disponível *per capita*.

FIGURA 2.3.37 – CONSUMO EM SERVIÇOS AVANÇADOS EM % DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO NO CONTEXTO NACIONAL



Nota: Despesas em lazer, distração e cultura em % do total das despesas dos agregados familiares.

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

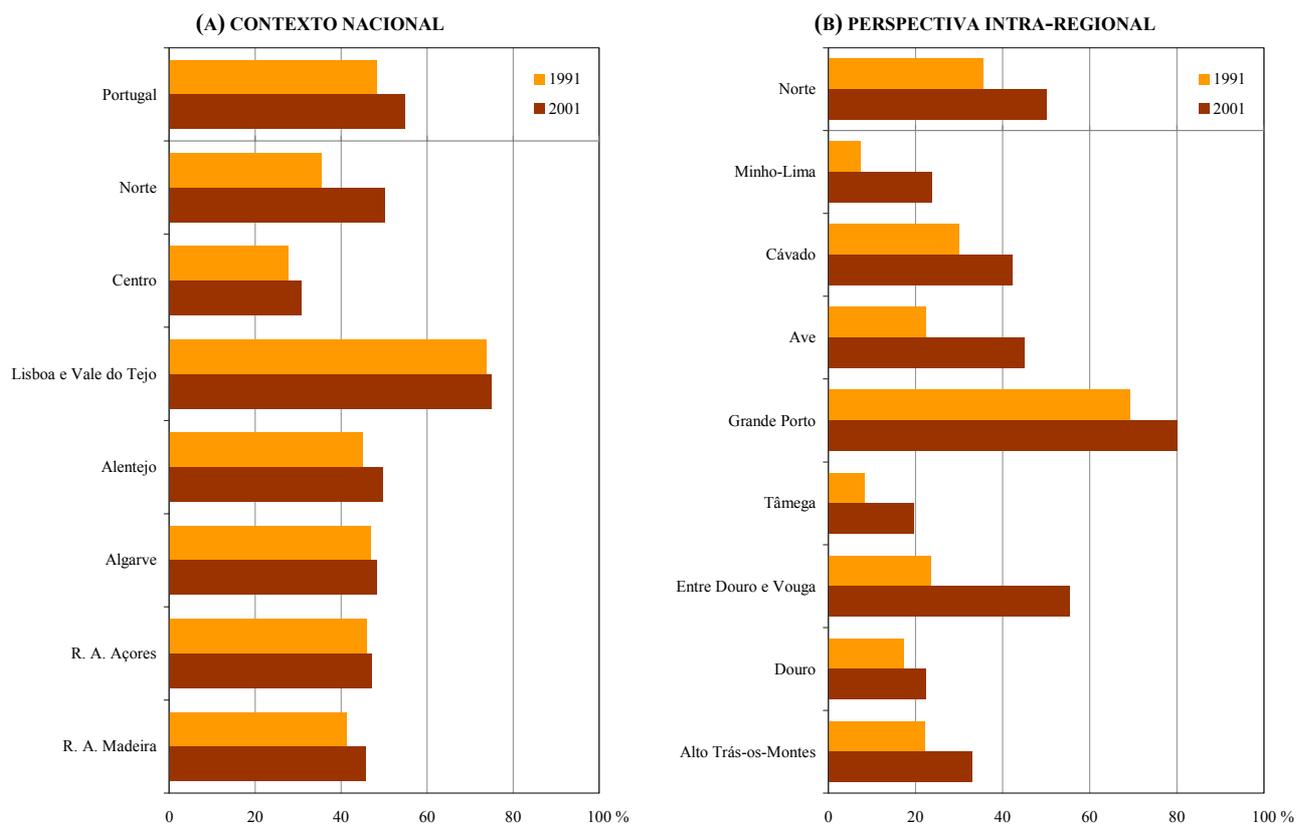
A concentração urbana de população e a generalização de padrões de consumo e de estilos de vida urbanos são tendências que, reconhecidamente associadas ao fenómeno de urbanização, se têm vindo a acentuar no domínio da organização do território, com os consequentes impactos ao nível do ambiente e da qualidade de vida das populações. O processo de urbanização tem sido simultaneamente causa e consequência de diversos fenómenos, em que se podem destacar a maior agressividade da concorrência, o fomento e massificação da utilização de produtos e serviços tendencialmente mais avançados e com maior incorporação de valor acrescentado e a maior facilidade de contacto e aproximação induzidos pelos progressos nas comunicações, afirmando-se como uma tendência preponderante no decorrer das últimas décadas.

Na região Norte podem destacar-se duas importantes dimensões do fenómeno de urbanização, que constituem as duas vertentes essenciais da evolução do modelo de povoamento existente no sentido do reforço da tendência de urbanização: uma progressiva e homogénea litoralização da população e um reforço demográfico dos principais centros urbanos do interior, particularmente relevante no que toca à concentração de população com formação superior.

À semelhança do verificado nas restantes NUTS II, entre 1991 e 2001 observou-se na região Norte um aumento da taxa de urbanização (Figura 2.3.38 e Figura 2.3.39).

De realçar a crescente urbanização registada nas sub-regiões Minho Lima, Tâmega, Ave e Entre Douro e Vouga, onde a localização dos principais pólos urbanos da Região e a proximidade/contiguidade ao Grande Porto assumiram um papel relevante nesta tendência. Noutras sub-regiões onde a taxa de urbanização também registou um crescimento notável, a instalação de determinadas infra-estruturas, como instituições de ensino superior, funcionaram como importantes âncoras de desenvolvimento urbano (caso de Alto-Trás-os-Montes).

**FIGURA 2.3.38 – TAXA DE URBANIZAÇÃO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2.000 habitantes/População Residente total, em %.

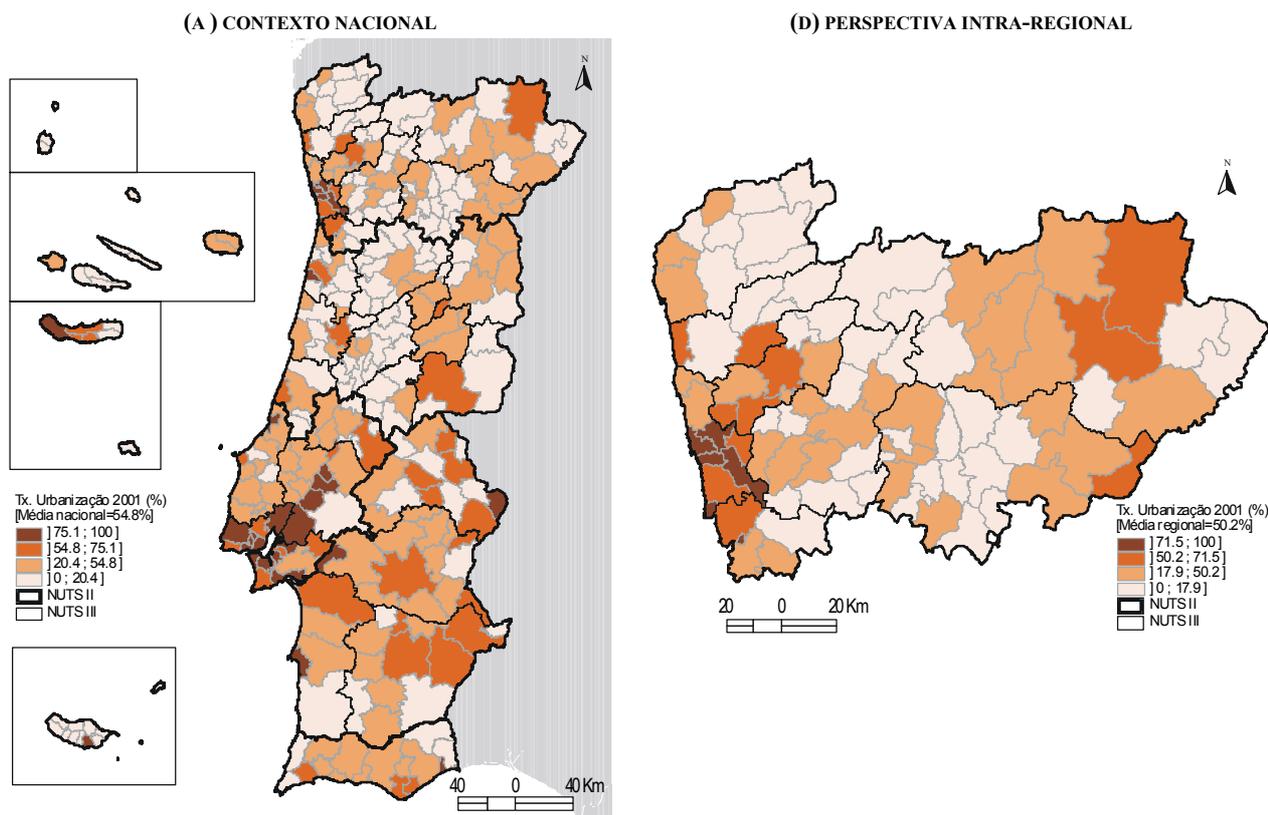
Fonte: INE, Censos

A análise das taxas de urbanização concelhias, a par da análise já apresentada das densidades populacionais nestes sub-espacos regionais, indiciam que na região Norte se tem vindo a agudizar a diferenciação entre duas áreas distintas - uma *região metropolitana* e uma *área de forte predominância rural*.

A região metropolitana concentra-se na faixa litoral e é polarizada pela cidade do Porto e pela referida coroa de povoamento disperso, de alta densidade demográfica e de forte industrialização, limitada grosso modo a Norte por Viana do Castelo, a Leste por Braga-Amarante e a Sul por Aveiro.

A área de forte predominância rural, embora também tenha expressão em algumas áreas mais afastadas do litoral do Minho-Lima e Tâmega, concentra-se sobretudo nas duas NUTS III do interior - Douro e Alto-Trás-os-Montes -, cuja população se aglutina cada vez mais em torno de cidades-âncora de pequena ou média dimensão (como o eixo Vila Real-Régua-Lamego, Bragança, Mirandela e Chaves).

FIGURA 2.3.39 – TAXA DE URBANIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



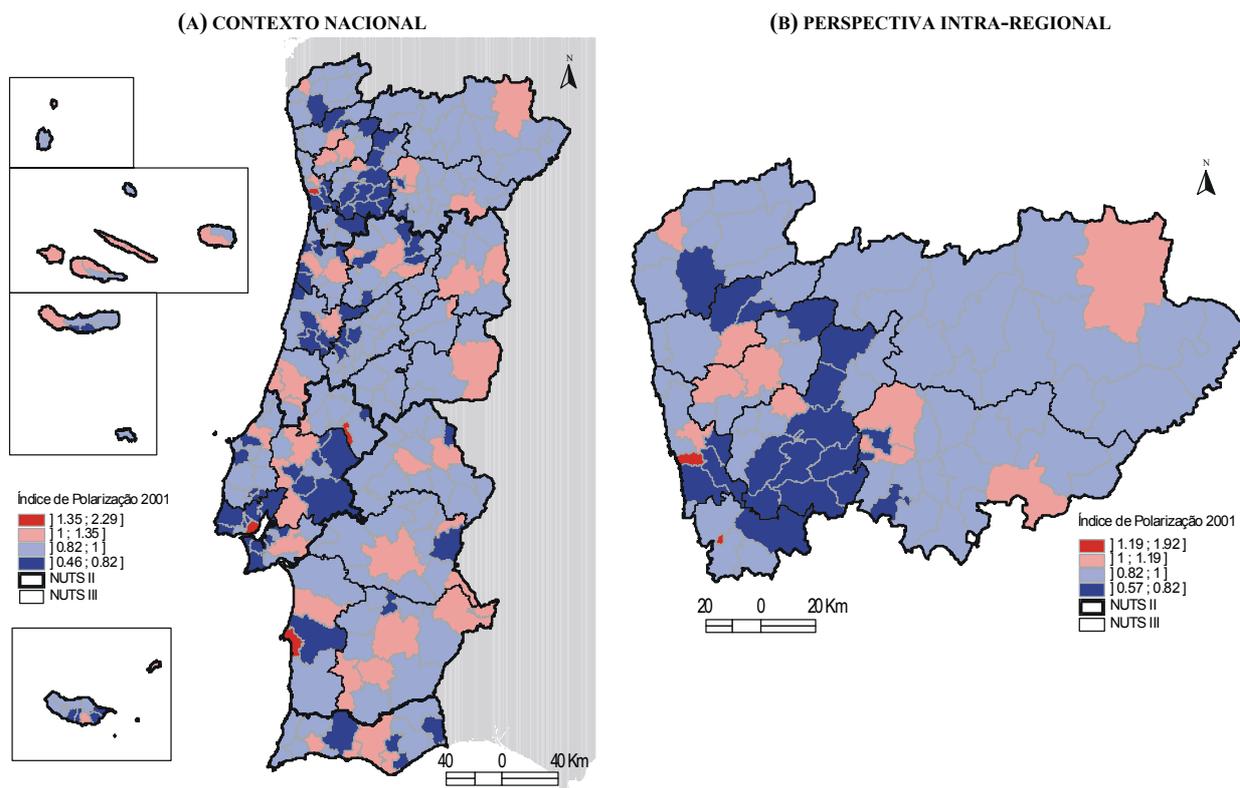
Nota: Taxa de urbanização = População em lugares com mais de 2.000 habitantes/População Residente total, em %.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

A região Norte apresenta um padrão do índice de polarização do emprego muito difuso (Figura 2.3.40), na medida em que o concelho do Porto se destaca com a maior polarização, facto que resulta da forte urbanização e, conseqüentemente, da presença das principais actividades empregadoras e agentes económicos que contribuem para a maior capacidade de atracção da população empregada.

Apesar da dominante característica dispersiva deste índice, deve-se sublinhar a existência de centralidades importantes no contexto regional, associadas a pequenos núcleos urbanos também com capacidade de polarização do emprego, dada a presença de algumas actividades geradoras de emprego ligadas às funções de sede de concelho ou capital de Distrito (como Bragança ou Vila Real) ou mesmo à concentração de equipamentos ou actividades lúdicas e culturais (como é o caso do concelho de Vila Nova de Foz Côa).

FIGURA 2.3.40 – ÍNDICE DE POLARIZAÇÃO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Nota: Índice de polarização = População empregada na unidade territorial/População Residente na unidade territorial e empregada (em qualquer unidade).

Fonte: INE, Censos

2.3.6. Infraestruturas de suporte

Ainda que superior à média europeia, a densidade relativa de auto-estradas da região Norte, revela uma posição pouco privilegiada desta Região.

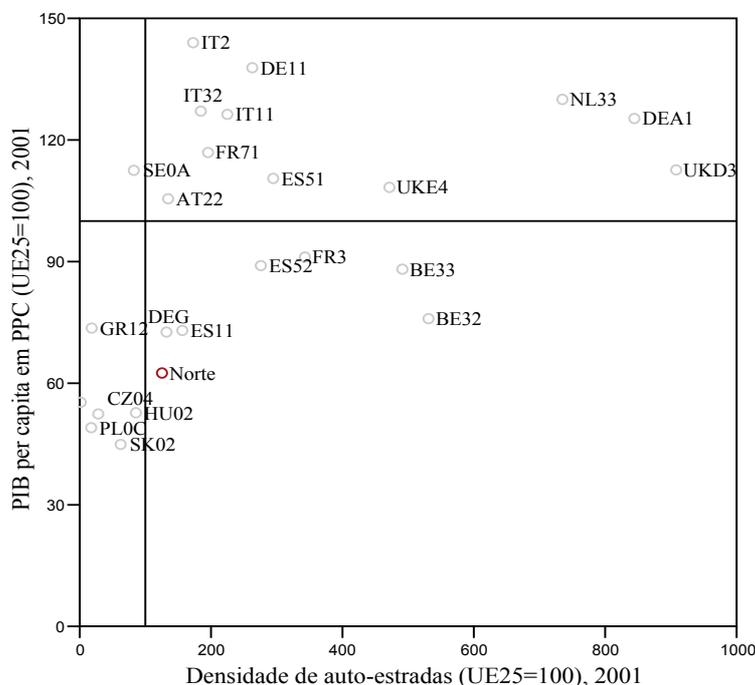
No que respeita ao tempo e custo de deslocação aos principais mercados, o Norte é a segunda região com os valores mais elevados.

As despesas em I&D nas Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPsFL) em percentagem do VAB do sector privado registaram uma ligeira evolução positiva nos últimos, atingindo no entanto valores pouco significativos.

Ainda que seja superior à média europeia, a densidade relativa de auto-estradas da região Norte, no contexto das restantes regiões seleccionadas como termo de comparação, revela uma posição pouco privilegiada, principalmente se se atender à importância que assume a existência de uma rede eficaz e suficientemente densa de vias de comunicação numa região em que, não só, se localiza a segunda cidade do País, mas que também se caracteriza pela existência de uma estrutura predominantemente industrial e onde a facilidade e a rapidez no transporte e escoamento de produtos e mercadorias se revelam de importância crucial. Saliente-se, neste sentido, que um número significativo destas regiões europeias

(com excepção das pertencentes aos novos Estados Membros e aos países do sul da Europa) detém níveis de densidade de auto-estradas que ultrapassam o dobro da média europeia (Figura 2.3.41).

**FIGURA 2.3.41 – PIB PER CAPITA E DENSIDADE DE AUTO-ESTRADAS:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Elaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsvrige	

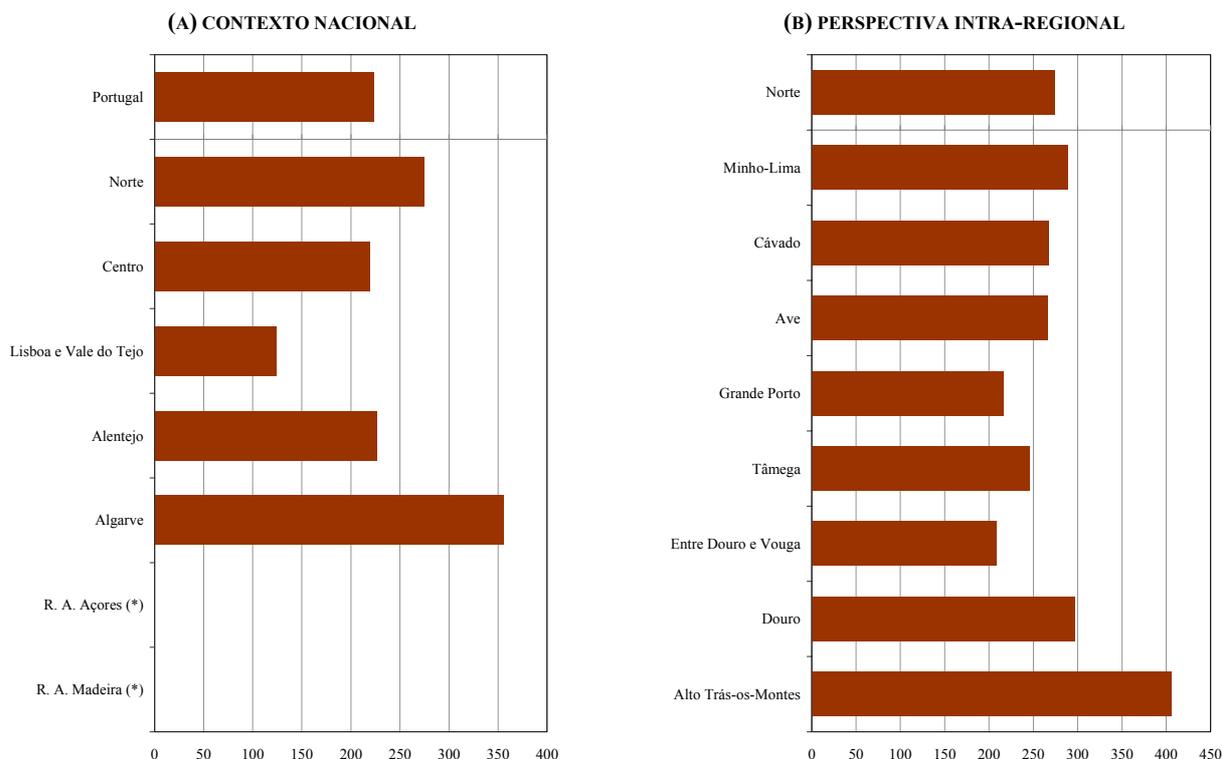
Nota: Densidade de auto-estradas na UE25 (2001) = 1,4 km por km².

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

No que respeita ao tempo e custo de deslocação aos principais mercados, a região Norte é a segunda região com os valores mais elevados, logo a seguir ao Algarve (Figura 2.3.42 - A). As regiões Alto Trás-os-Montes, Minho-Lima e Douro destacam-se, no contexto da Região, com as deslocações aos mercados mais caras e morosas. Por sua vez, o Grande Porto e Entre Douro e Vouga registam os valores mais baixos dos tempos e custos de deslocação aos principais mercados. Sendo o Norte uma região com forte vocação exportadora, a facilidade de acesso aos mercados é um factor decisivo na competitividade do tecido produtivo da Região, devendo ser orientada no sentido da redução do tempo e custos de deslocação e da criação de canais de acesso fluido e rápido aos espaços intra-regionais e exteriores.

Nesta perspectiva, importa promover actividades, tecnologias e infra-estruturas que, reduzindo as distâncias e tempos de deslocação, permitam melhorar o posicionamento desta Região com clara vocação exterior na economia nacional e europeia.

**FIGURA 2.3.42 – DISTÂNCIAS AOS PRINCIPAIS MERCADOS
(EM KM)**



(*) - Não aplicável.

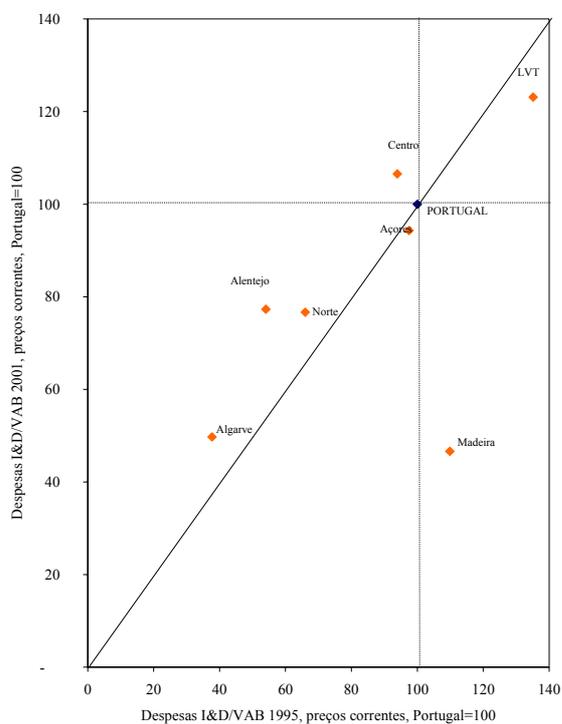
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto a partir da base de dados georeferenciada da Michelin

A Figura 2.3.43 representa o esforço em investigação e desenvolvimento (I&D), medido pelo peso percentual no VAB das despesas em I&D nas entidades de suporte (Ensino Superior e Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - IPsFL). Uma parte considerável do esforço nacional e regional em investigação continua ainda a concentrar-se nos institutos públicos e nas universidades, evidenciando a necessidade de uma maior interação com o sistema produtivo. A região Norte apresentou, entre 1995 e 2001, um acréscimo do peso no VAB das despesas de I&D das entidades de suporte (Figura 2.3.43 - B). Todavia, em ambos os períodos a Região esteve abaixo da média nacional neste indicador. Apenas na região de Lisboa e Vale do Tejo as despesas em I&D daquelas instituições superaram a média nacional nos dois anos considerados.

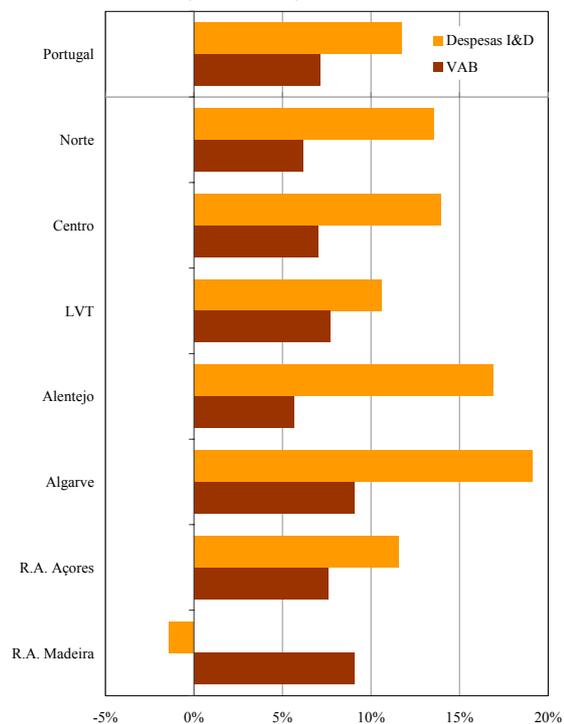
À semelhança do que se verifica nas restantes regiões e no País, o Norte registou ao longo da segunda metade da década de 90 um ritmo médio anual de crescimento das despesas em I&D por parte das entidades de suporte muito mais forte do que o do VAB, o que traduz um aumento pronunciado da intensidade em I&D na Região.

FIGURA 2.3.43 – DESPESAS EM I&D NAS ENTIDADES DE SUPORTE EM % DO VAB NOS ANOS 90

(A) PESO DAS DESPESAS DE I&D NO VAB



(B) TAXA MÉDIA DE VARIAÇÃO ANUAL (%) DAS DESPESAS DE I&D E DO VAB (1995-2001), PREÇOS CORRENTES



Nota: As entidades de suporte envolvidas são: Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPsFL).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do OCES/MCIES, Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, e INE, Contas Regionais

3. COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL NAS REGIÕES PORTUGUESAS: EM BUSCA DA EQUIDADE

Trabalhada a temática da competitividade, passa-se, neste ponto, à abordagem específica, relativamente extensiva e compreensiva, das questões da coesão económica social e dos avanços registados em matéria de equidade ao longo dos anos 90, numa lógica sequencial de apresentação, uma vez mais, de resultados, trajectórias/processos e condições de coesão da região Norte, projectando, sempre que possível, o seu posicionamento, neste domínio, no espaço europeu e nacional onde se integra e, numa perspectiva intra-regional, o nível registado, em diversas áreas temáticas relevantes, de heterogeneidade ou homogeneidade entre as diferentes sub-regiões que a compõem.

Neste quadro, começa-se então por avaliar os principais resultados do modelo de desenvolvimento português em matéria de coesão económica e social entre a região Norte e as restantes regiões NUTS II nacionais e entre as diferentes sub-regiões que a integram.

O tratamento dos aspectos mais económicos da coesão como a distribuição nacional do rendimento bruto colectável, a maior ou menor capacidade regional de retenção/atracção de rendimento face à capacidade relativa de criação de valor acrescentado e a ventilação das disparidades regionais ao nível das produtividades sectoriais dá início a este subponto 3.1 do presente relatório regional. Seguem-se os principais resultados em matéria de coesão e justiça social, passando-se em revista algumas questões fundamentais em matéria de saúde pública, educação, acção social e redistribuição.

Apresentados os principais resultados, passa-se, seguindo a lógica referida, à caracterização do modelo de coesão, em termos do nível e forma de articulação entre os progressos registados em matéria de competitividade e coesão económica e a evolução da coesão social, constituindo os mercados de trabalho regionais e, designadamente, o cruzamento dos resultados do seu funcionamento com a mudança progressiva do perfil regional de especialização produtiva espaços privilegiados de análise desta interacção.

Analisam-se, por fim, as condições/determinantes da coesão económica e social regional em termos da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na região, nas áreas, designadamente, da:

- Saúde;
- Educação;
- Cultura e Lazer;
- Acção Social;
- Redes Viárias;
- Ambiente.

3.1. GRANDES RESULTADOS DA COESÃO

Na região Norte regista-se, à semelhança das restantes regiões do País, uma tendência de envelhecimento demográfico, assente na maior longevidade dos indivíduos e no correspondente aumento da sua esperança média de vida à nascença. Esta Região apresenta os valores mais baixos de idosos a viver sozinhos, o que se deve ao facto de ser uma das regiões menos envelhecidas e onde se registou um acréscimo considerável do total de famílias clássicas.

Apesar de acompanhar a melhoria geral verificada no sistema educativo, o Norte apresenta ainda resultados pouco satisfatórios nos principais indicadores de educação: analfabetismo (ainda que tenha decrescido na última década), número médio de anos de escolaridade da população residente inferior ao nacional.

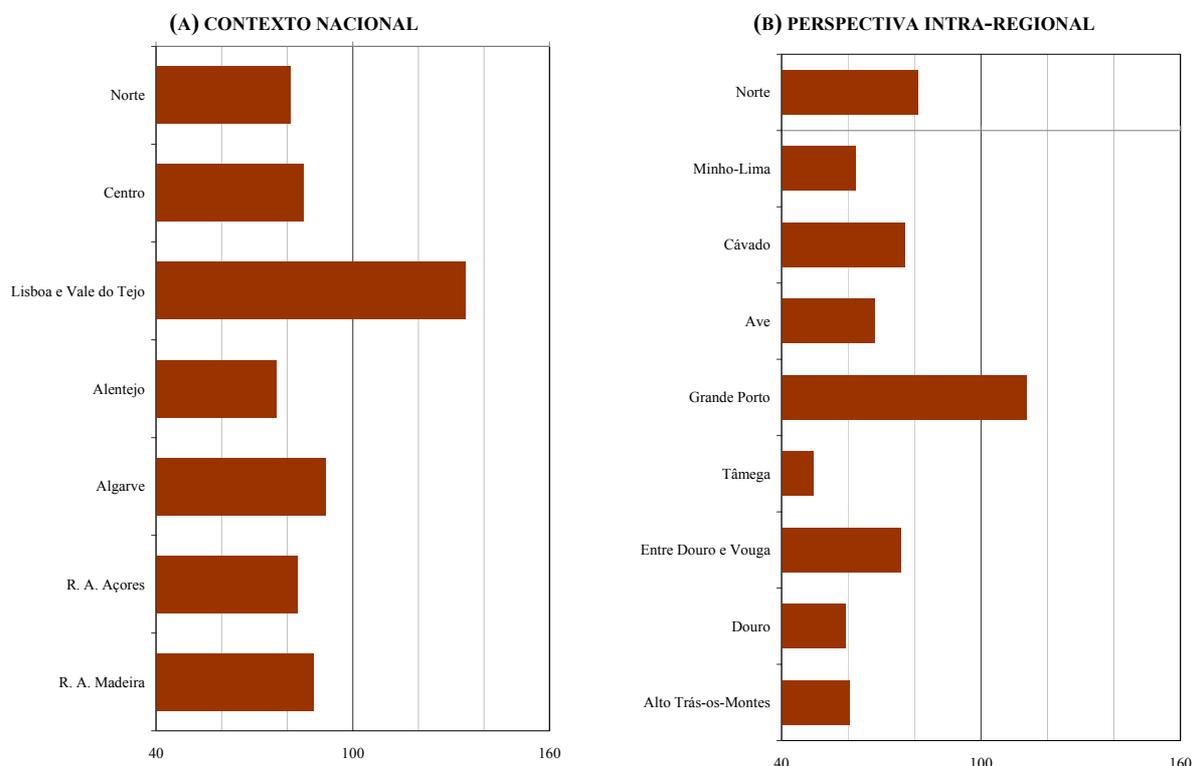
O trabalho é o principal meio de subsistência da população residente nesta Região que apresenta elevadas disparidades ao nível do rendimento médio per capita e familiar e um índice de pobreza segundo o rendimento inferior ao nacional, mas com forte incidência da pobreza segundo as condições de vida.

Na região Norte são evidentes as disparidades do rendimento médio per capita (Figura 3.1.1). A Região apresenta um valor deste indicador inferior à média nacional, à semelhança do que se verifica com as demais regiões, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo. Regista mesmo o segundo mais baixo índice de rendimento colectável per capita observado a nível nacional (só inferior na região do Alentejo)

As disparidades intra-regionais neste indicador são muito acentuadas, com o Grande Porto a destacar-se com o valor mais elevado (única sub-região com um valor superior à média nacional), em oposição às sub-regiões Tâmega, Douro e Alto-Trás-os-Montes.

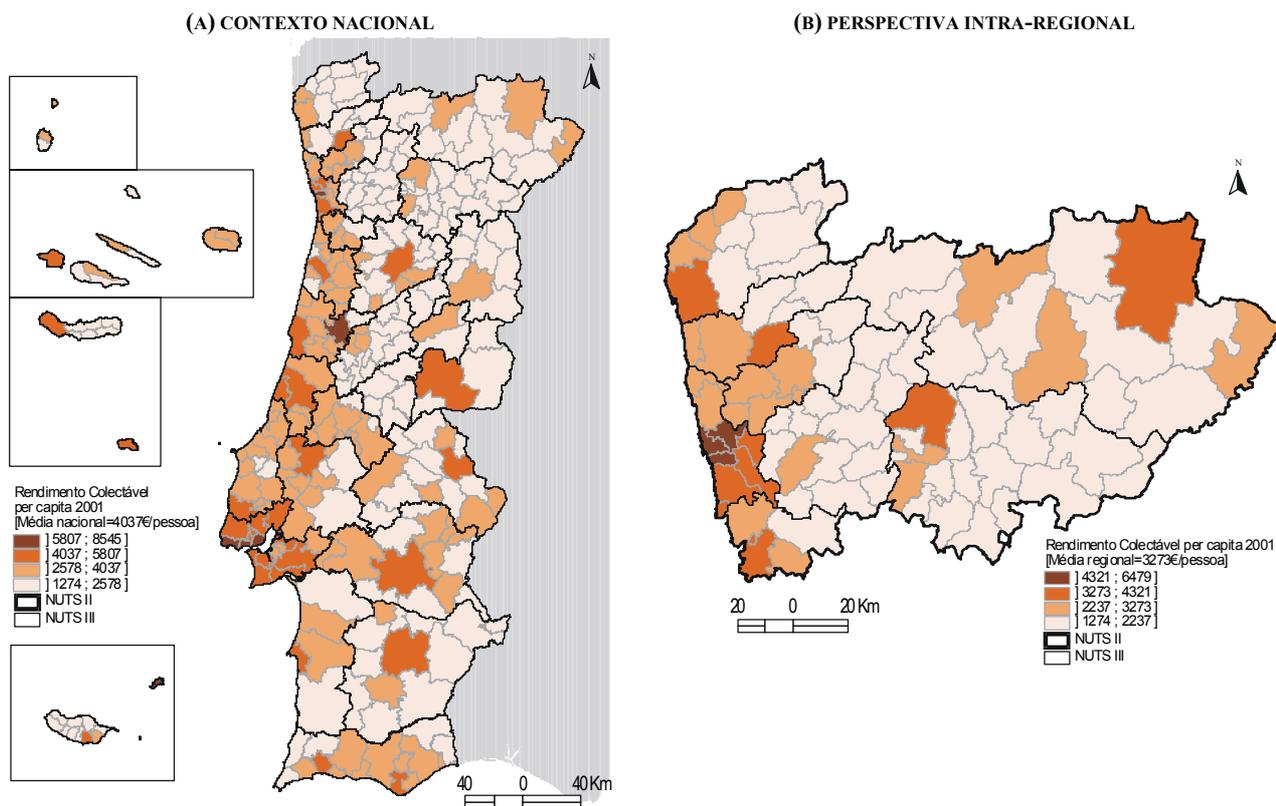
Na origem destas disparidades encontra-se a conjugação complexa de factores como a estrutura da actividade económica e consequente capacidade de gerar emprego, a dimensão da actividade de inovação, o capital humano e mesmo as próprias condições de acessibilidade regional.

**FIGURA 3.1.1 – RENDIMENTO COLECTÁVEL *PER CAPITA*:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)
(PORTUGAL=100)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

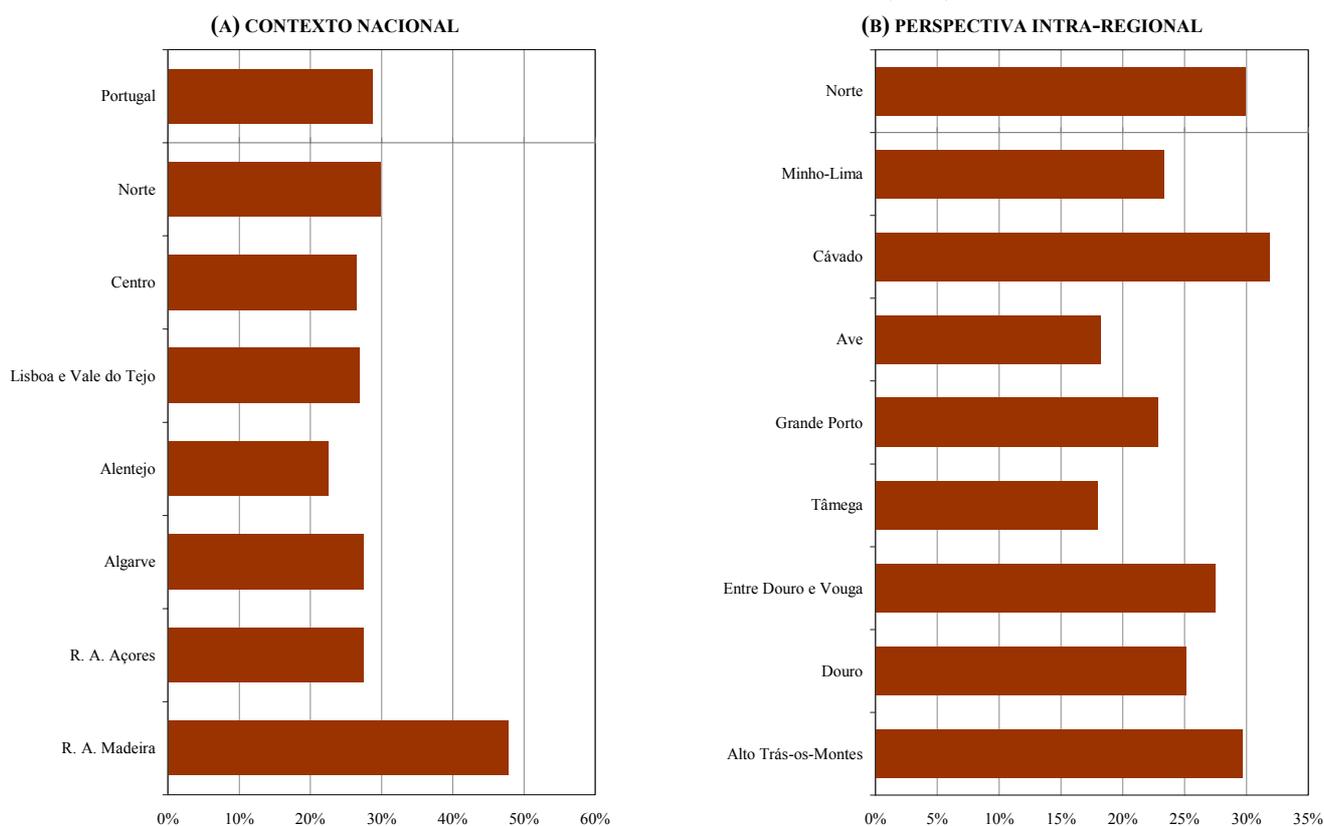
Como evidencia a Figura 3.1.2, os mais elevados valores do rendimento colectável per capita observam-se nos concelhos pertencentes à faixa litoral da região Norte (com destaque para três concelhos do Grande Porto – Porto, Matosinhos e Maia). No interior a grande maioria dos concelhos (Figura 3.1.3) apresenta um rendimento colectável per capita muito aquém do valor médio regional (3273 euros por indivíduo). Refiram-se, contudo, as excepções dos concelhos de Vila Real e Bragança.

FIGURA 3.1.2 – RENDIMENTO COLECTÁVEL PER CAPITA: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

A região Norte é a segunda região do País, a seguir à Região Autónoma da Madeira, com a mais elevada dispersão concelhia do rendimento familiar (29,9%), superior à média nacional em 1.1 pontos percentuais (Figura 3.1.3), o que evidencia um menor nível de coesão interna da Região em termos de repartição do rendimento colectável por habitante.

Esta dispersão é mais acentuada nas sub-regiões Cávado (única a ultrapassar o valor médio regional), Alto-Trás-os-Montes e Entre Douro e Vouga, em contraposição às sub-regiões Ave e Tâmega.

FIGURA 3.1.3 – DISPERSÃO CONCELHIA DO RENDIMENTO COLECTÁVEL: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)

Nota: Dispersão concelhia do rendimento colectável *per capita* = Coeficiente de variação (desvio padrão/média) para cada uma das regiões, em %.

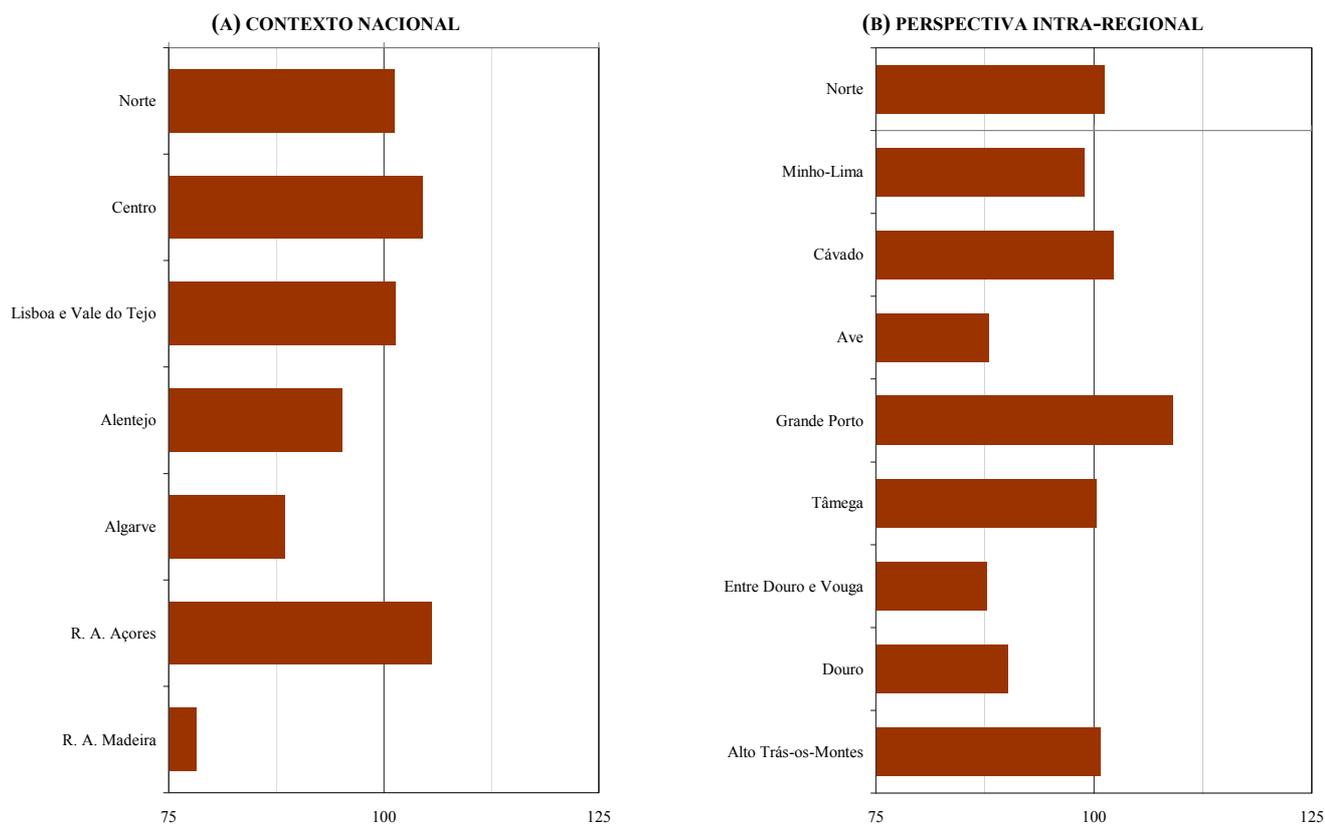
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Em termos da capacidade de retenção do rendimento - baseada na comparação entre o posicionamento relativo da região, no contexto nacional, no quadro dos níveis exibidos de rendimento colectável *per capita* e os respectivos níveis de PIB *per capita* (Figura 3.1.4) -, a região Norte apresenta um valor ligeiramente superior a média nacional, mas aquém do registado nas regiões Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Região Autónoma dos Açores.

Em termos intra-regionais as disparidades deste indicador são evidentes, com o Grande Porto, Cávado e Alto-Trás-os-Montes a ultrapassarem as médias regional e nacional. De realçar esta última sub-região que, como se fez referência, apresenta dos mais baixos níveis de rendimento colectável per capita do Norte.

Em contraposição, as mais baixas capacidades de retenção do rendimento registam-se nas sub-regiões Entre Douro e Vouga, Ave e Douro.

**FIGURA 3.1.4 – CAPACIDADE RELATIVA DE RETENÇÃO/ATRACÇÃO DE RENDIMENTO
FACE À CAPACIDADE RELATIVA DE CRIAÇÃO DE VALOR ACRESCENTADO (2001)**



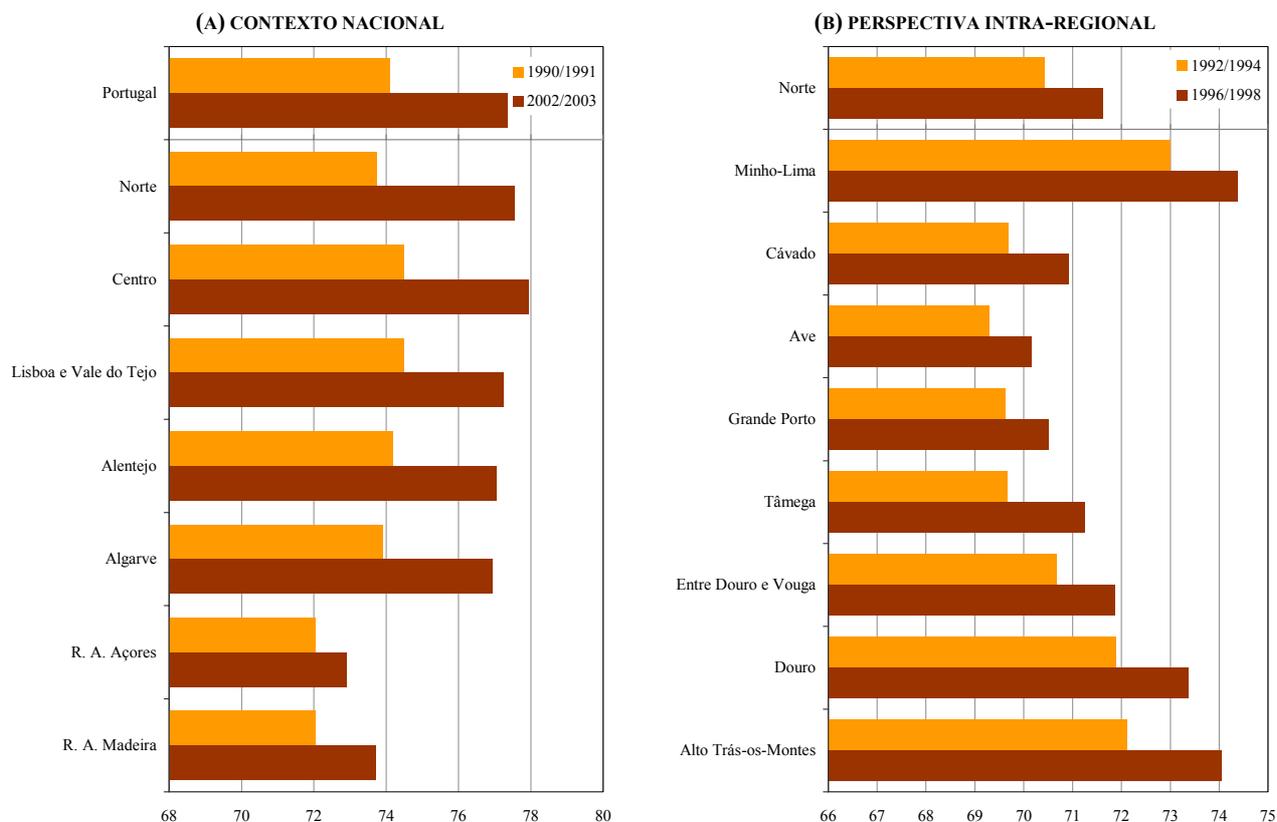
Nota: Este indicador resulta do quociente entre o rendimento colectável *per capita*, em índice (Portugal=100), e o PIB *per capita*, em índice (Portugal=100).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos e INE, Contas Regionais

Ao envelhecimento demográfico já analisado, associa-se, de forma complementar, uma tendência de envelhecimento individual, assente na maior longevidade dos indivíduos e no correspondente aumento da sua esperança média de vida à nascença (Figura 3.1.5) que, na região Norte, foi de cerca de quatro anos entre 1990-91 (correspondia a cerca de 74 anos) e 2002-03 (aumentou para cerca de 78 anos).

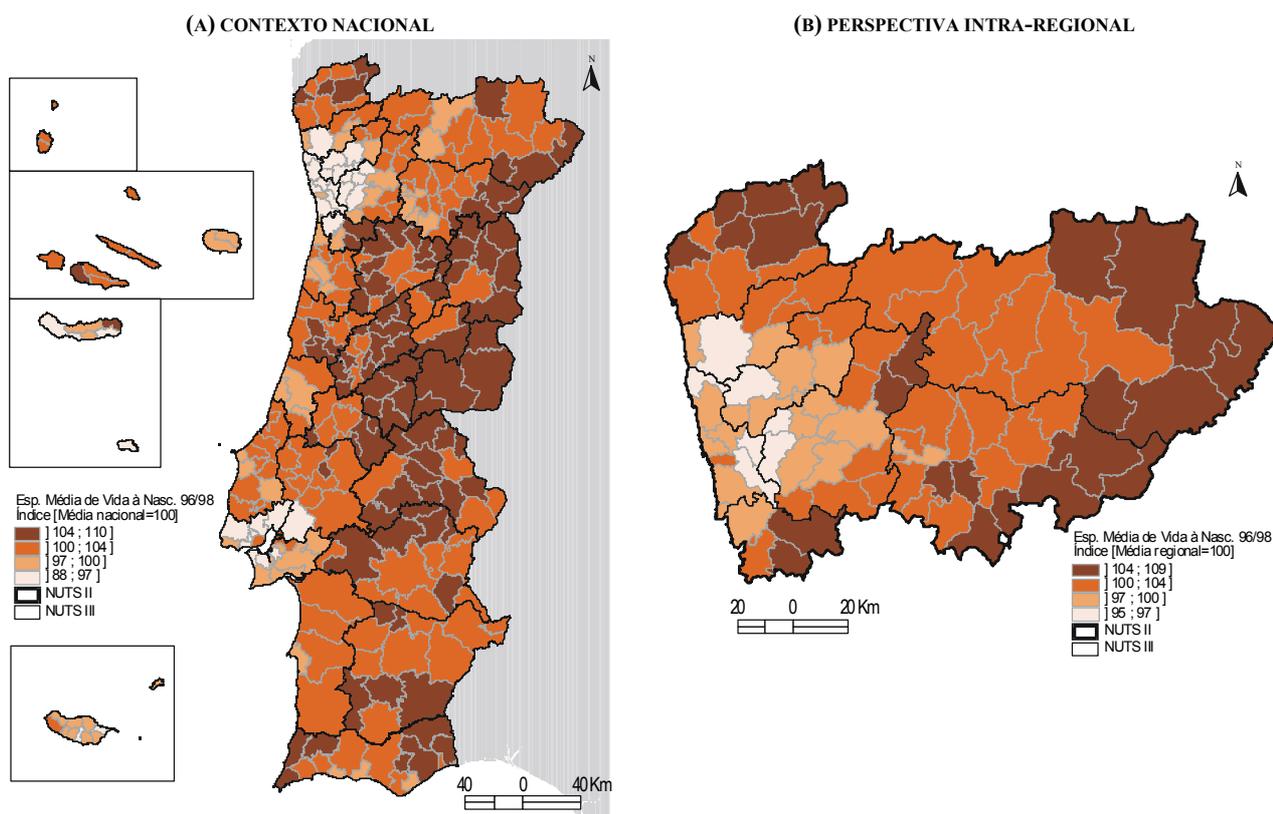
No contexto do processo de envelhecimento individual, observam-se os mais elevados índices de esperança média de vida à nascença em concelhos pertencentes às NUTS Minho Lima, Alto-Trás-os-Montes, Douro e Entre Douro e Vouga (Figura 3.1.6). Em todas as NUTS III registou-se, em termos médios, um aumento da esperança média de vida.

**FIGURA 3.1.5 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA NOS ANOS 90
(EM ANOS)**



Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – uma correcção pela estrutura etária

FIGURA 3.1.6 – ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA À NASCENÇA: PERSPECTIVA CONCELHIA (1996/1998)



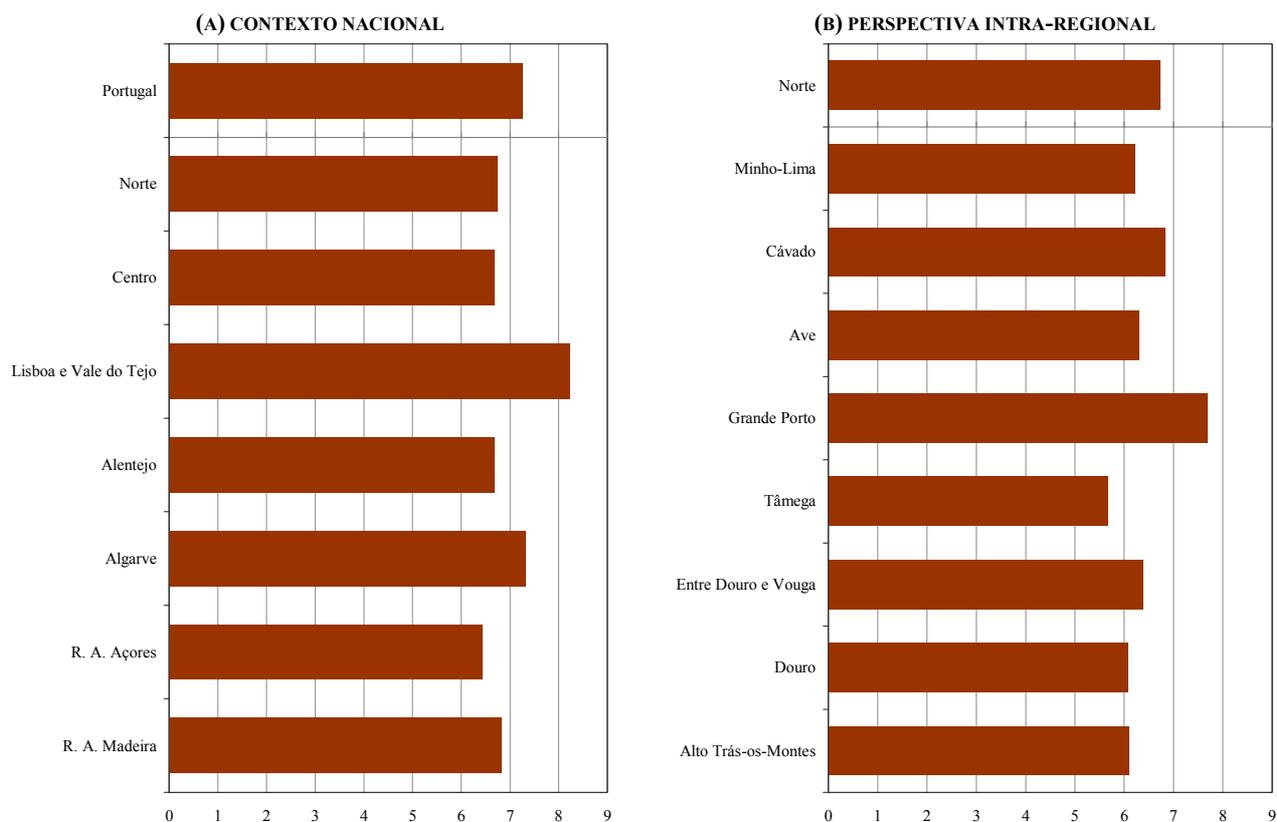
Fonte: INE (2001), Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascença nos Concelhos Portugueses – uma correcção pela estrutura etária

A região Norte, apesar de acompanhar a melhoria geral verificada no sistema educativo, evidencia ainda resultados pouco satisfatórios nos principais indicadores de educação.

Apresenta um nível de escolaridade da população residente inferior ao nacional, medido pelo número médio de anos de escolaridade (Figura 3.1.7). O número médio de anos de escolaridade dos indivíduos é um factor determinante da sua apetência para a formação, que poderá ter uma influência directa no ritmo de crescimento económico das regiões e nos próprios níveis de produtividade dos trabalhadores.

Em termos intra-regionais, registam-se níveis de escolaridade muito semelhantes nas várias NUTS III, apesar de o Grande Porto se evidenciar com a mais elevada escolaridade da população residente e a única sub-região que ultrapassa a média nacional neste indicador. O Grande Porto destaca-se a nível regional, e mesmo nacional, pela crescente oferta de serviços de ensino superior e pela maior capacidade de atracção de residentes com melhores níveis de escolaridade (o que se fundamenta não só na maior diversificação do tecido económico desta sub-região como também na evolução ténue mas positiva nela verificada ao longo da segunda metade da década de 90 ao nível do esforço de I&D e da presença de pessoal com elevadas competências tecnológicas).

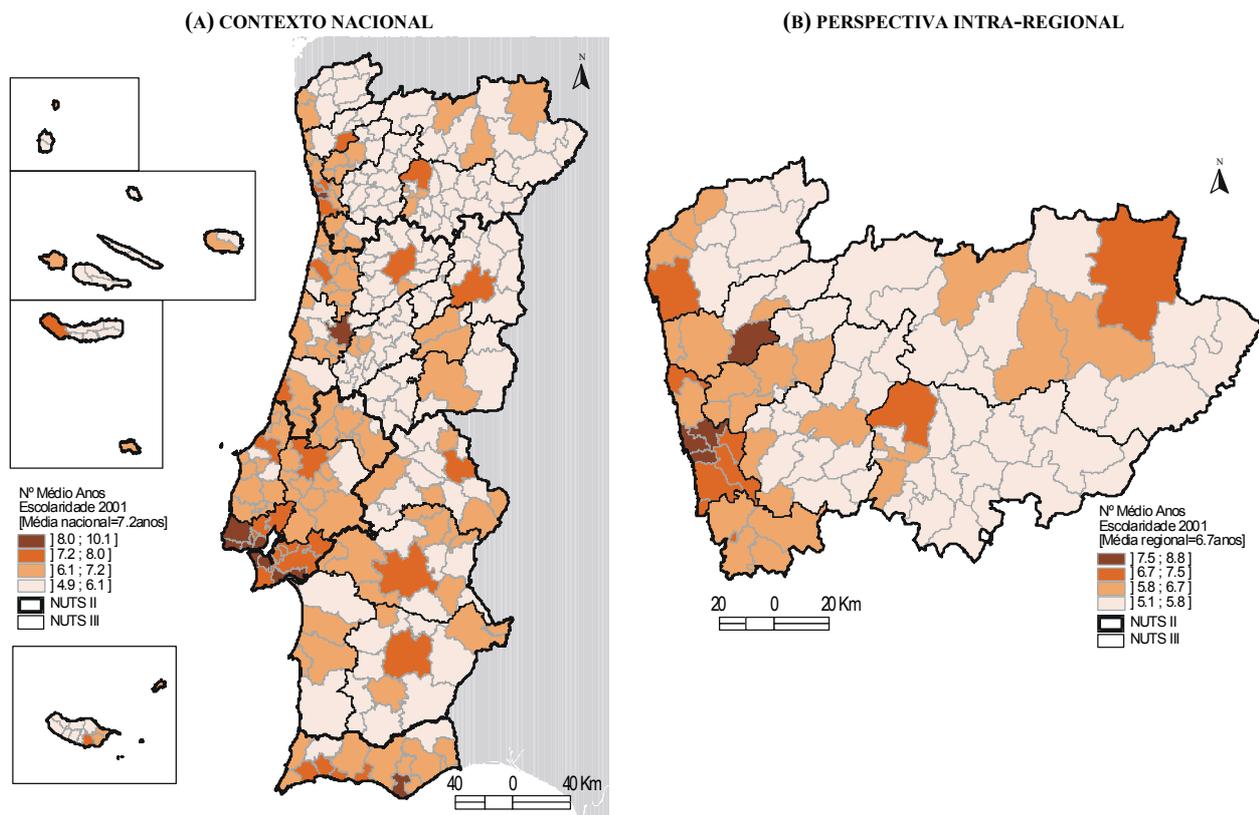
**FIGURA 3.1.7 – Nº MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa análise concelhia (Figura 3.1.8), é notória a dicotomia interior/litoral no número médio de anos de escolaridade: todos os concelhos do litoral se inserem numa “mancha” de maior número de anos de escolaridade. Em contrapartida, os concelhos do interior, com as excepções de Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Vila Real, Lamego e Amarante (concelhos que conseguiram atrair instituições de Ensino Superior) formam uma “mancha” uniforme da mais baixa escolaridade da população residente.

FIGURA 3.1.8 - N.º MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

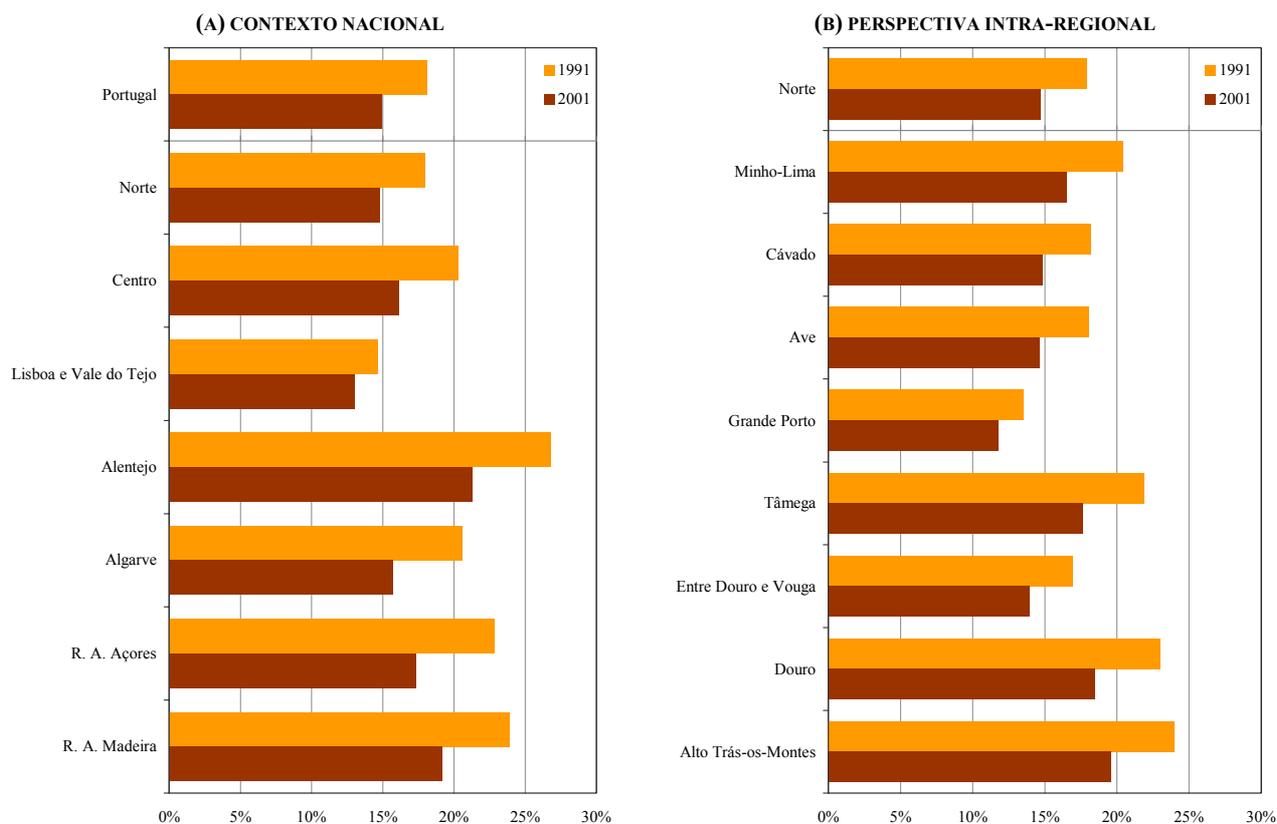


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Entre 1991 e 2001 registou-se um decréscimo das taxas de analfabetismo em todas as regiões. O Norte não foi excepção, apresentando em ambos os anos valores muito próximos da média nacional (Figura 3.1.9). No contexto da Região as diferenças em termos de alfabetização da população são bem evidentes, com a região do Grande Porto a registar a mais baixa taxa de analfabetismo, quer em 1991 como em 2001, e Alto-Trás-os-Montes a destacar-se com a maior iliteracia em ambos os anos.

Este é aliás um padrão já expectável: os mais baixos níveis de analfabetismo a observarem-se nas NUTS III que apresentam níveis habilitacionais mais elevados.

**FIGURA 3.1.9 – TAXA DE ANALFABETISMO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**

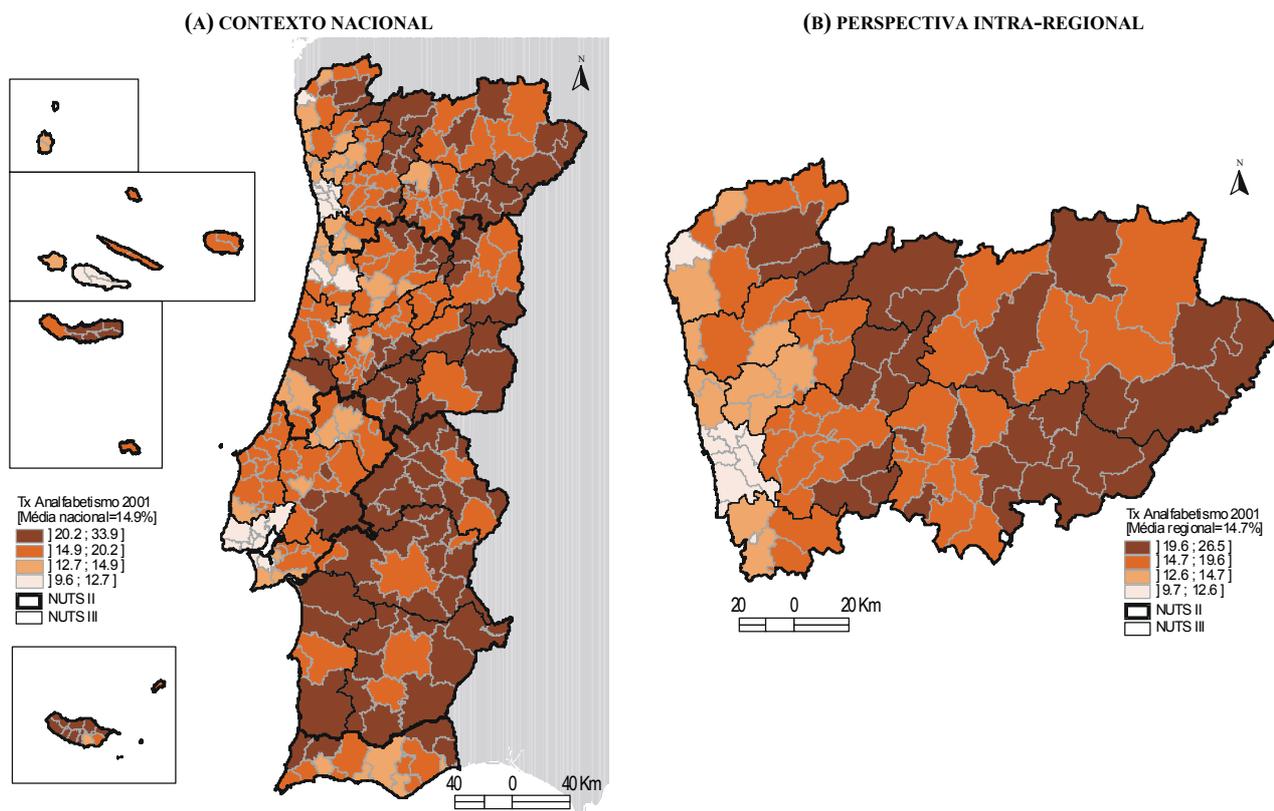


Fonte: INE, Censos.

O padrão concelhio do analfabetismo (Figura 3.1.10) decalca o referido para o número médio de anos de escolaridade, com uma evidente dicotomia entre interior e litoral, em que os concelhos litorais, nomeadamente os pertencentes ao Grande Porto, observam as mais reduzidas taxas de analfabetismo.

Pelo contrário, são os concelhos mais marcados pela interioridade, por modos de vida rurais e pelo mais forte envelhecimento demográfico que registam níveis mais elevados de analfabetismo.

FIGURA 3.1.10 – TAXA DE ANALFABETISMO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos.

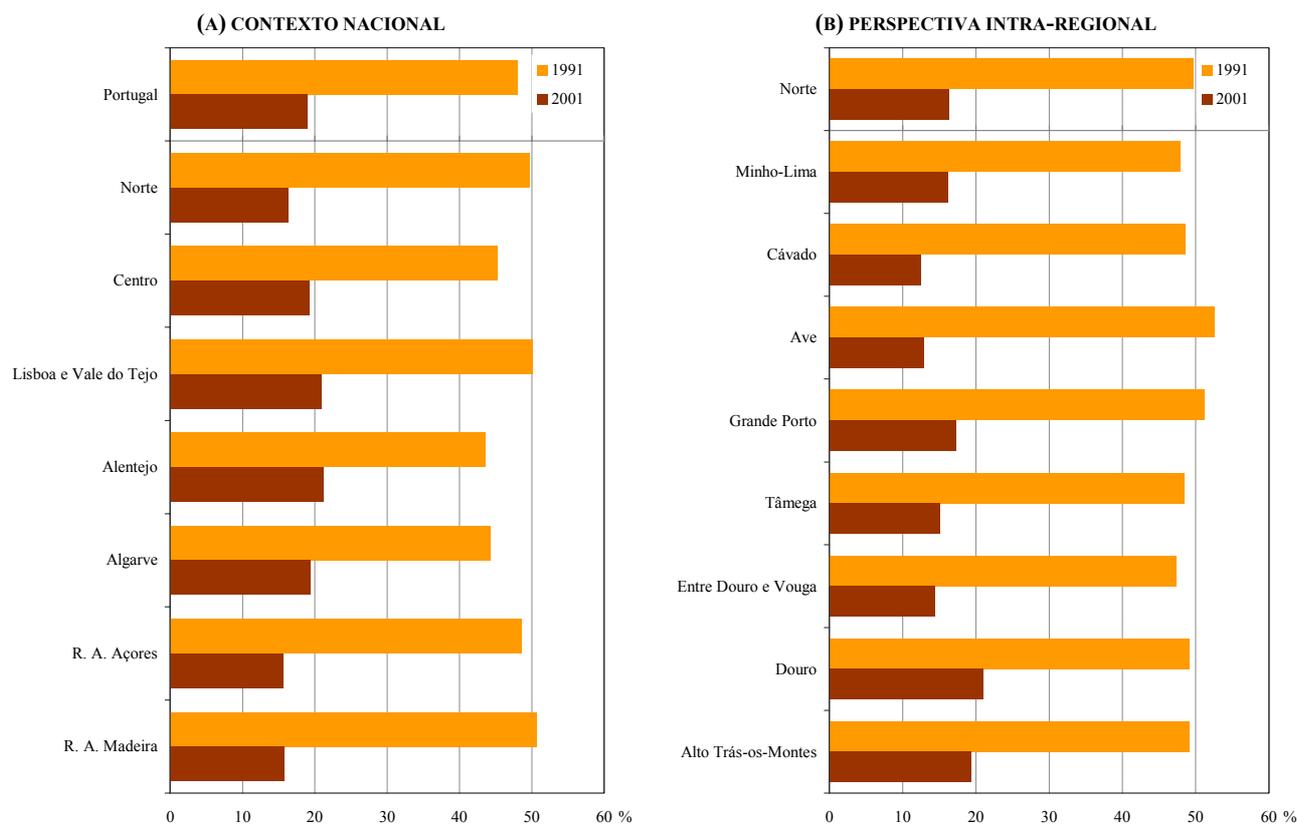
Paralelamente ao progressivo envelhecimento demográfico, e considerando ainda a evolução descrita dos níveis de esperança média de vida, evidencia-se também um envelhecimento da própria população idosa. As pessoas muito idosas são cada vez mais numerosas e, simultaneamente, factores sócio-demográficos relacionados com o redimensionamento dos agregados domésticos (diminuição das famílias alargadas e aumento das famílias nucleares) conduzem ao maior número de idosos a viver sozinhos.

Um indicador que permite ilustrar esta tendência resulta do peso relativo das famílias constituídas por um indivíduo com mais de 65 anos no total de famílias clássicas (idosos isolados). Entre 1991 e 2001 registou-se um decréscimo notório da proporção de idosos isolados, que resultou, por um lado, do aumento de famílias clássicas e, por outro, do aumento considerável de pessoas idosas a viver em famílias institucionais, especialmente em convivências de apoio social.

Em 2001 a região Norte apresentava os valores mais baixos de idosos isolados no contexto nacional (logo a seguir à Região Autónoma dos Açores – Figura 3.1.11), o que resulta do facto de esta ser uma das regiões menos envelhecidas e onde se registou um acréscimo considerável do total de famílias clássicas.

Os baixos valores de idosos isolados é um resultado visível (comum a todas as regiões do país) da melhoria da capacidade de inserção da população mais idosa em equipamentos de acção social (com destaque para os lares de idosos) e em núcleos familiares mais alargados, enquadrada em políticas sociais que têm como objectivo central combater o isolamento social.

**FIGURA 3.1.11 – IDOSOS ISOLADOS NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



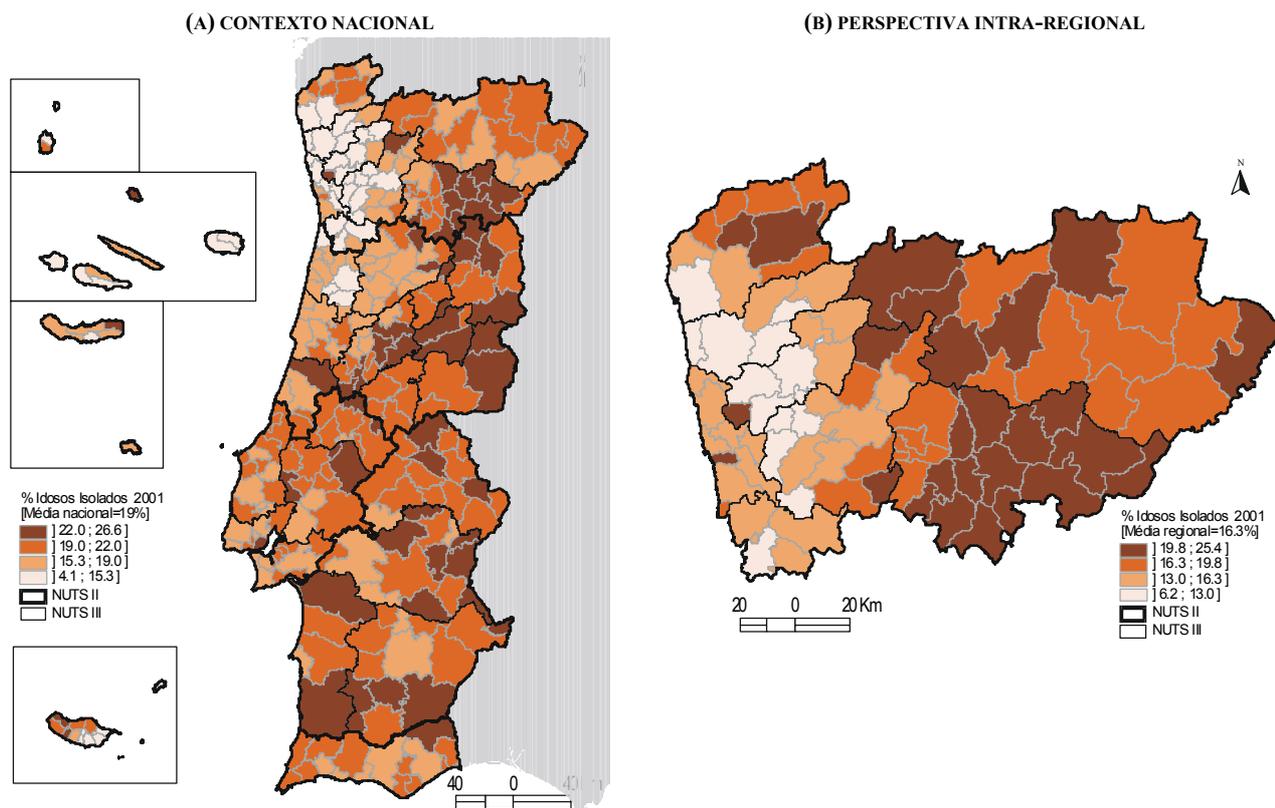
Nota: Idosos Isolados = % dos idosos isolados no total da população residente com mais de 65 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Numa perspectiva concelhia (Figura 2.1.12.) é possível verificar que são os concelhos pertencente às NUTS III Douro e Alto-Trás-os-Montes que registam níveis de isolamento social de idosos mais elevados.

Ao invés, os concelhos que integram ou circundam a Área Metropolitana do Porto evidenciam os mais baixos pesos de idosos isolados no total de idosos residentes. Saliente-se, contudo, o caso do concelho do Porto, que surge no seio deste espaço metropolitano com um dos mais elevados níveis de isolamento da população idosa, o que resulta do crescente envelhecimento da população residente e da referida saída das populações mais jovens para os concelhos periféricos.

FIGURA 3.1.12 – IDOSOS ISOLADOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



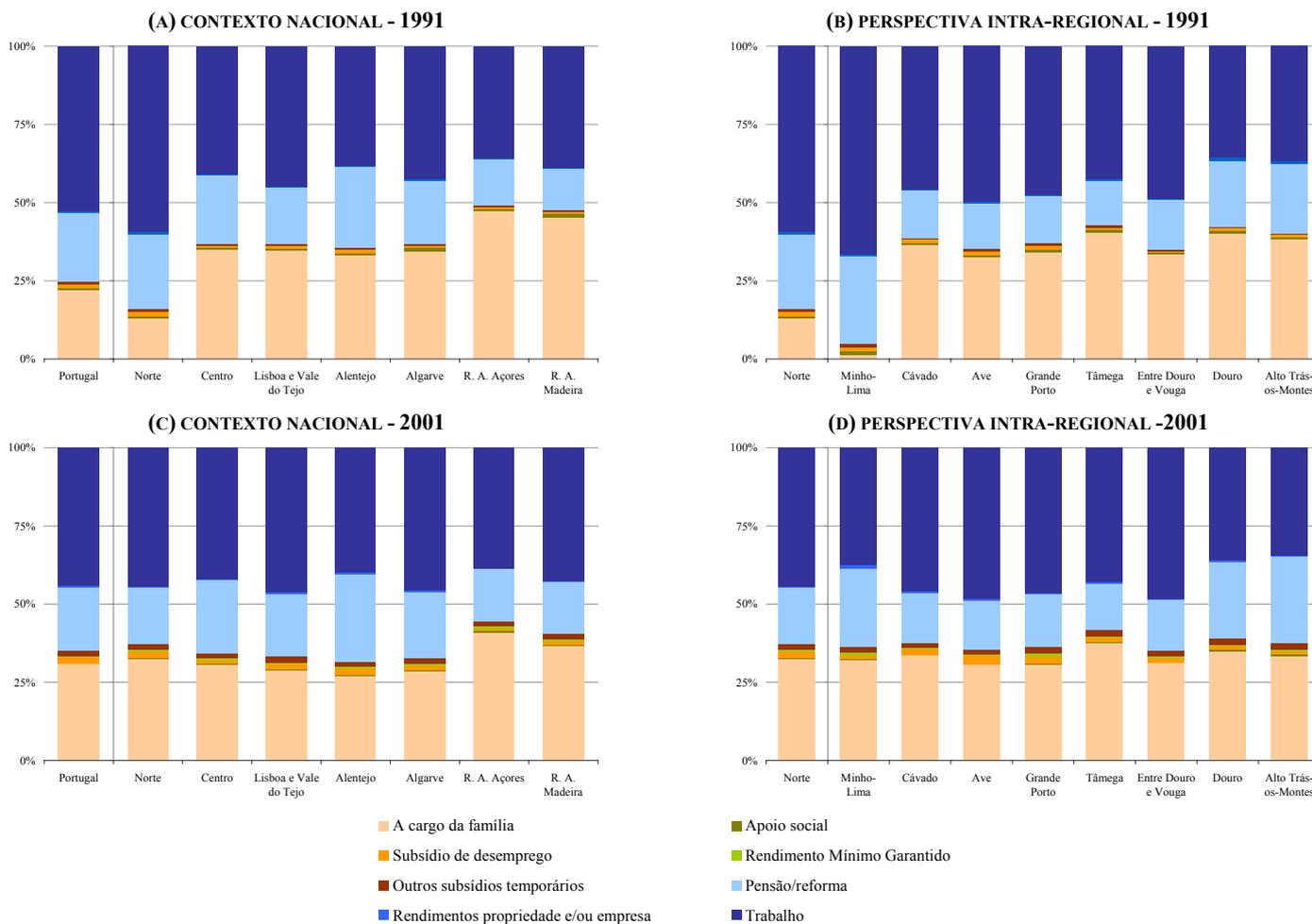
O trabalho é o principal meio de subsistência da população residente na região Norte (Figura 3.1.13). Apesar do ligeiro decréscimo verificado entre os dois últimos momentos censitários do peso relativo do trabalho, em 2001 a maior parte da população dependia do trabalho para a sua subsistência (apresentando valores muito próximos da média nacional). Em todas as sub-regiões foi este o principal meio de subsistência da população residente.

A importância relativa do trabalho é aliás confirmada, como se viu, pelas elevadas taxas de actividade da população e também pela importante proporção de população em idade activa.

A densidade e diversificação do tecido económico da Região, os mais baixos níveis de envelhecimento demográfico (com o conseqüente importante peso da população em idade activa) e a melhoria da estrutura habilitacional dos recursos humanos, são alguns dos factores que justificam a importância do trabalho na criação dos rendimentos que sustentam a população residente no Norte.

A subsistência a cargo da família e as pensões/reforma também assumem relevância em todas as sub-regiões (com destaque para as NUTS III que apresentam maiores níveis de envelhecimento demográfico, isto é, Douro, Alto-Trás-os-Montes e, embora em menor grau, Minho-Lima).

FIGURA 3.1.13 – PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS ANOS 90



Nota: O rendimento mínimo garantido não se incluía nos meios de subsistência da população residente de 1991 porque só foi instituído posteriormente em 1997.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

O cálculo da linha de pobreza segundo o rendimento (Figura 3.1.14), permite concluir que cerca de 20% dos agregados domésticos privados residentes em Portugal vivem em situação de pobreza. A par da região de Lisboa e Vale do Tejo (que regista a menor percentagem de agregados familiares a viver abaixo desta linha de pobreza), o Norte apresenta um índice inferior ao observado no total do País, embora próximo.

O nível de desenvolvimento económico já atingido no Norte, a referida densidade do tecido produtivo/capacidade de produzir riqueza, a melhoria do nível de qualificação dos recursos humanos da Região e o menor envelhecimento da população permitem interpretar a sua posição favorável, no contexto nacional, no que respeita à carência económica revelada pelos agregados familiares e tendo como base os seus níveis de rendimento.

CAIXA 3.1.1 - METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE POBREZA

Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)

O IPR tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora receitas monetárias e não monetárias, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Apuramento da receita média líquida total, a preços correntes, de cada Agregado Doméstico Privado (ADP) considerando o conjunto das receitas líquidas totais, designadamente rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais, e das receitas não monetárias, como autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, salários em espécie, etc..
- Cálculo e posterior imputação a cada agregado familiar da receita líquida total por adulto equivalente, tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada: 1º adulto = 1; restantes adultos = 0,5; crianças menores de 14 anos = 0,3.
- A linha de pobreza, segundo recomendações do EUROSTAT, é traçada nos 60% da mediana do valor da receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos/agregados familiares.

O valor do Índice de Pobreza segundo o Rendimento determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)

O IPCV incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, considerando-se, neste caso, um agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Das etapas operacionais para o cálculo do índice, destacam-se:

- Cálculo das frequências relativas do tipo e condições de alojamento, bens de equipamento, meios de transporte e outros bens, para o total dos agregados domésticos privados.
- Atribuição de ponderações de penalização e construção de uma tabela considerando todas as variáveis com penalizações intermédias (teste de consenso): 1 (penalização total) quando o agregado não tem determinadas condições de alojamento ou bens; 0,5 (penalização parcial) atribuído apenas às variáveis instalações sanitárias (incompleta) e água canalizada (só água fria); e 0 (sem penalização) para tipo de alojamento moradias ou apartamento, condições do alojamento completas e posse de bens.
- Selecção das variáveis com base no critério de frequência (teste de frequência), considerando-se para o cálculo dos índices de privação médios as frequências de cada variável inferiores a 50%, ou seja, de todos os bens que existiam em pelo menos metade dos agregados inquiridos. Cálculo do índice médio de privação total.
- Ponderação das variáveis a incluir no score pelas respectivas frequências de não privação, por forma a que o score afecto a cada ADP inclua as penalizações acumuladas por cada bem em falta ou existente de forma incompleta (privação).
- O critério adoptado para a determinação da linha de pobreza foi o índice de privação médio.

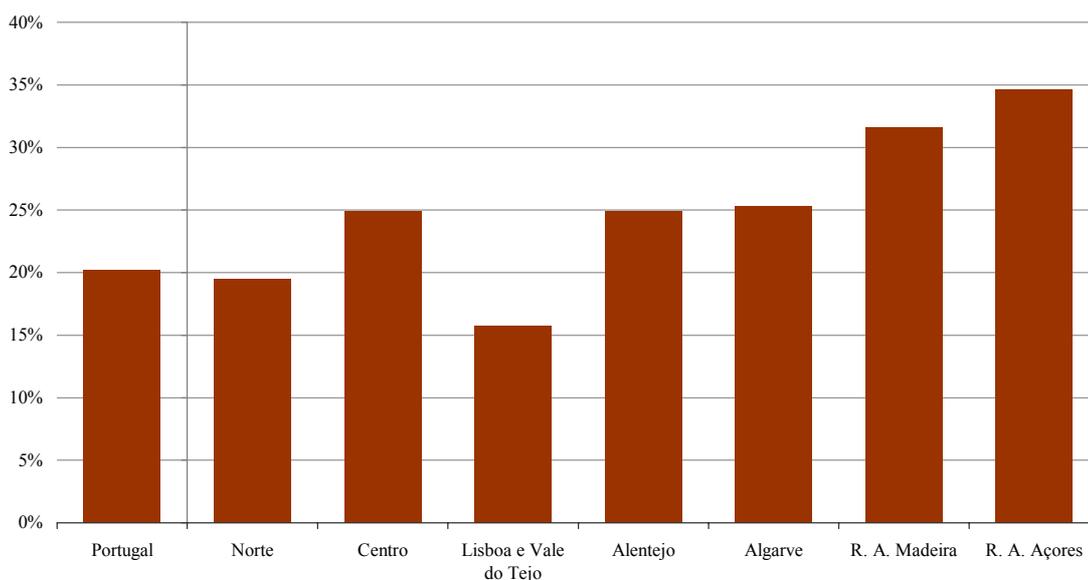
O valor do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida determina-se pela percentagem de ADP que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Por outro lado, o pouco significativo recurso ao apoio social, às prestações do rendimento mínimo garantido ou do rendimento social de inserção, também contribuem para a posição relativa mais favorável ao nível do índice de pobreza segundo o rendimento, no contexto do País.

No entanto, o índice de pobreza segundo as condições de vida (Figura 3.1.15), assume no Norte os 32% do total de agregados domésticos privados, sendo mesmo a segunda região do País (a seguir ao Algarve) com a maior incidência da pobreza nesta perspectiva de análise. Desta forma, o Norte apresenta ainda graves problemas ao nível de algumas condições imprescindíveis às adequadas condições de vida das famílias, como sejam as condições adequadas de alojamento, o acesso a bens de equipamento e meios de transporte. Nesta Região a proporção de agregados familiares em situação de privação de condições de vida dignificantes é elevada, posicionando-se acima da média nacional.

Esta situação resulta, por um lado, das exigências cada vez maiores dos modos de vida das sub-regiões mais urbanas (com destaque para o Grande Porto), ligadas ao preço da habitação, às necessidades diárias de mobilidade urbana (movimentos pendulares) e aos padrões mais elevados de consumo, e, por outro, às carências de condições de vida adequadas em algumas das sub-regiões marcadas pela interioridade e pela ruralidade.

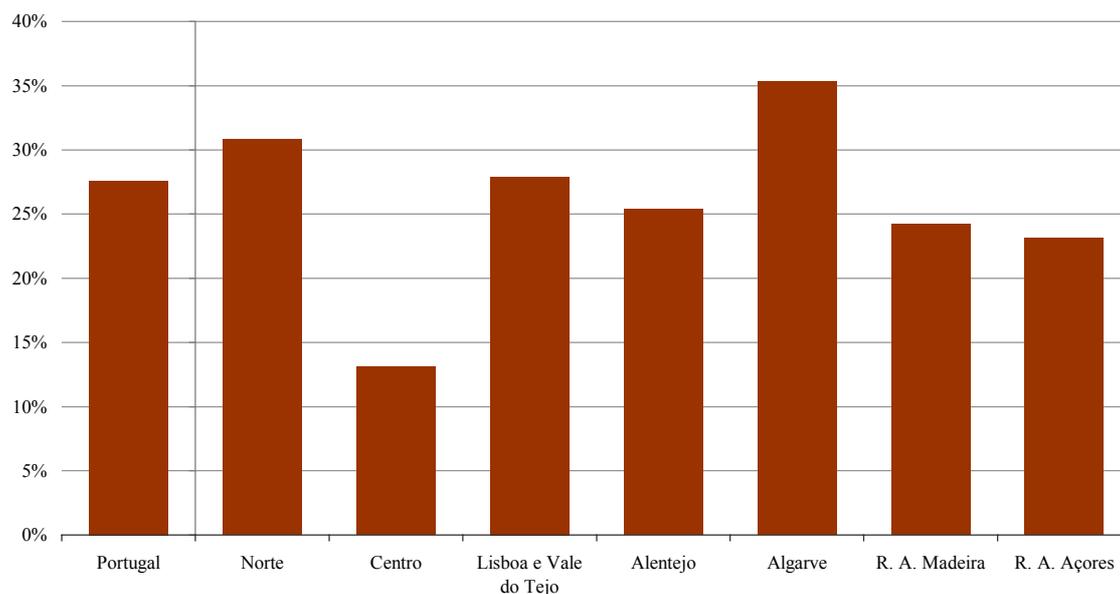
FIGURA 3.1.14 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO O RENDIMENTO (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo o rendimento = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

FIGURA 3.1.15 – ÍNDICE DE POBREZA SEGUNDO AS CONDIÇÕES DE VIDA (2000)



Nota: Índice de pobreza segundo as condições de vida = % de agregados domésticos privados com rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o nível de privação médio.

Fonte: INE (2004), Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal

3.2. MODELO DE COESÃO: A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ESFERAS ECONÓMICA E SOCIAL

Apesar de deter um nível de PIB per capita inferior à média comunitária, a região Norte caracteriza-se por níveis de emprego e níveis de desemprego de longa duração, respectivamente, superiores e inferiores aos níveis europeus. No contexto do País, o desemprego da Região posiciona-se em níveis muito próximos da média nacional, apresentando, ao longo da década de 90, um dos mais acentuados crescimentos deste problema social e económico.

Esta Região registou um aumento das taxas de desemprego feminino e jovem, além do aumento do desemprego dos indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados.

De realçar que o Norte é a segunda região do País com as mais elevadas taxas de abandono escolar.

No que respeita ao cruzamento entre os ganhos de produtividade induzidos pelos avanços no perfil de especialização produtiva, a variação do desemprego e as alterações registadas ao nível dos mercados de trabalho, o posicionamento específico da região Norte, no contexto nacional, não é favorável: o aumento da taxa de desemprego é uma consequência directa da ausência de mudança na especialização produtiva regional.

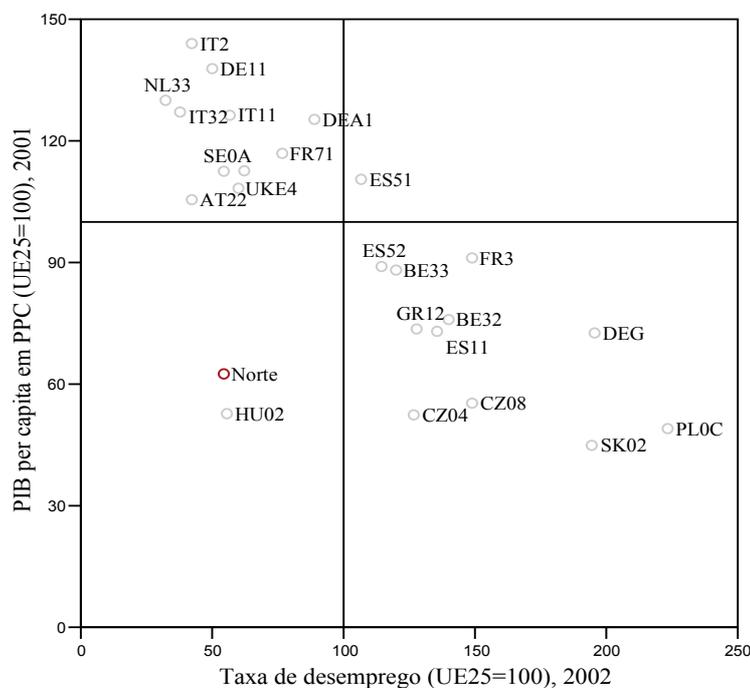
Analisando o posicionamento da região Norte numa perspectiva de coesão e convergência regionais, nos contextos europeu e nacional, importa, desde logo, enquadrar a relação estabelecida entre o nível de vida regional e, como indicador fundamental de coesão, as taxas de desemprego da Região.

Deste modo, no contexto europeu, tendo presente que a Região apresenta níveis relativos de PIB *per capita* relativamente mais baixos que os das regiões europeias seleccionadas como equiparáveis, salienta-se a existência de uma taxa de desemprego alinhada com a das regiões com maiores níveis de PIB *per capita*, revelando-se consideravelmente mais baixa que a média europeia (Figura 3.2.1).

A região Norte apresenta, com efeito, uma taxa de desemprego cerca de 50% inferior à média europeia, à semelhança de regiões detentoras de níveis médios de PIB *per capita* consideravelmente superiores, como West Yorkshire e Greater Manchester, no Reino Unido, Västsverige, na Suécia, Piemonte, em Itália, ou Stuttgart, na Alemanha. Por outro lado, algumas das regiões com níveis de PIB *per capita* próximos dos verificados na região Norte apresentam taxas de desemprego bastante superiores, não só à média europeia, mas, sobretudo, à média da regional, tais como Kentriki Makedonia, na Grécia, Galicia, em Espanha, Severozápad e Moravskoslezsko, na República Checa, ou Thüringen, na Alemanha.

Közép-Dunántúl, na Hungria, é a região que se situa mais próxima do Norte, no respeitante à relação entre o nível de PIB *per capita* e a taxa de desemprego.

FIGURA 3.2.1 – PIB PER CAPITA E TAXA DE DESEMPREGO: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Elaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsverige	

Nota: Taxa de desemprego da UE25 (2002) = 9%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

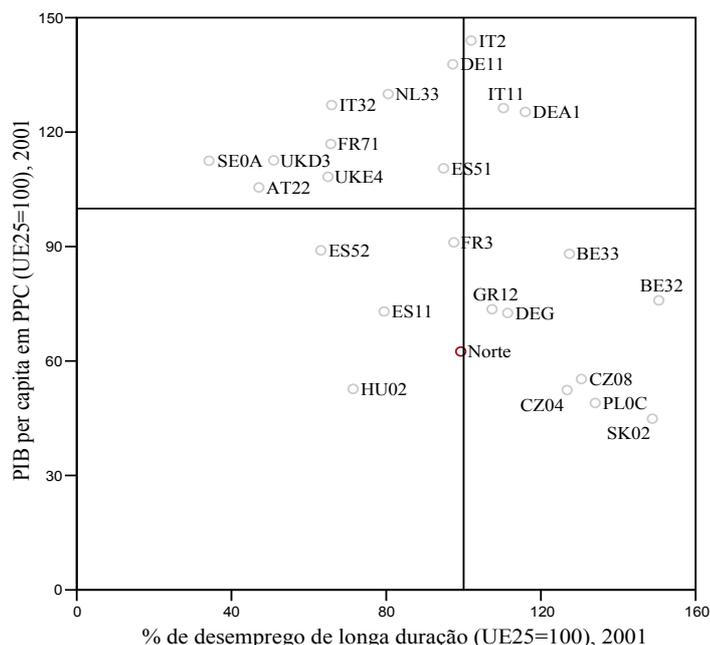
Através da observação da Figura 3.2.2, que relaciona o nível de PIB per capita com o desemprego de longa duração no contexto do nível de desemprego global, verifica-se que as regiões que apresentavam na figura anterior maior nível de PIB per capita e de emprego que as respectivas médias europeias passam a posicionar-se no segundo quadrante, apresentando maior nível de PIB per capita que a média europeia e menor nível de desemprego de longa duração que a média europeia.

Da mesma forma que, nas regiões com níveis de PIB per capita inferiores à média europeia, se verifica uma situação tendencialmente contrária: apresentam taxas de emprego inferiores à média europeia – a região Norte constitui uma excepção –, mas superam-na em termos de desemprego de longa duração.

Estabelece-se, assim, uma relação entre o desemprego de carácter conjuntural (note-se que a taxas de emprego mais elevadas correspondem taxas de desemprego mais baixas) e a representatividade do desemprego de carácter estrutural (associado ao desemprego de longa duração), alicerçada no nível de PIB per capita, em que se destaca a maior expressividade do peso do desemprego estrutural (e também conjuntural) em regiões de baixo nível de PIB per capita. Este maior destaque concedido à importância do desemprego estrutural é justificado pelo facto de se tornar mais preocupante, em termos de coesão social, não só a sua influência negativa sobre os níveis de vida da população afectada por situações de desemprego estrutural (ainda que não seja de minorar o impacto de uma situação de desemprego conjuntural na estrutura de rendimentos das famílias, é de reconhecer a maior gravidade da diminuição de rendimento correspondente a uma situação permanente de desemprego), mas até, a própria definição de instrumentos de controlo e a tomada de decisões de política económica com vista à sua colmatação.

Neste domínio, a região Norte situa-se numa posição relativamente privilegiada, uma vez que, apesar do seu nível de PIB per capita ser inferior à média europeia, atinge níveis de emprego superiores ao europeu e níveis de desemprego de longa duração que se mostram pouco preocupantes no contexto europeu, por oposição às regiões dos novos países da UE, onde a um nível de PIB per capita semelhante ao da região Norte se associam níveis de emprego ligeiramente mais baixos e de desemprego de longa duração consideravelmente mais elevados que os respectivos padrões médios europeus.

**FIGURA 3.2.2 – PIB PER CAPITA E DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU**



Legenda:

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Elaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västsvrige	

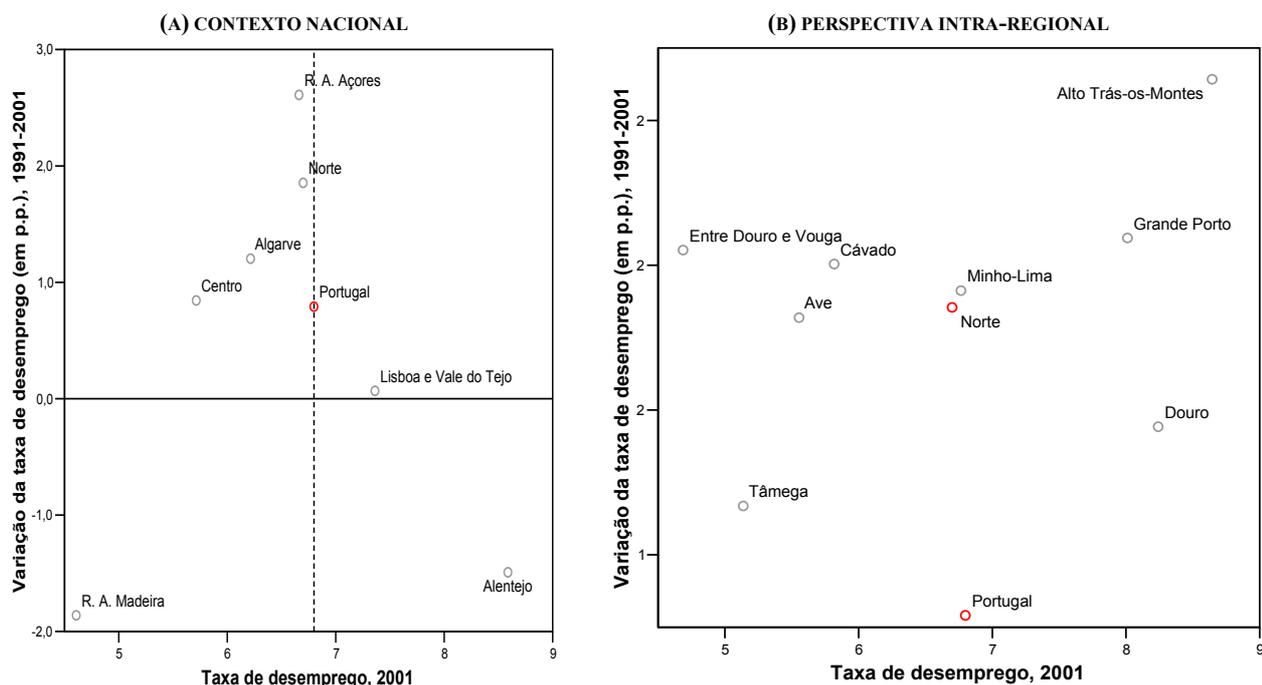
Nota: % de desemprego de longa duração na UE25 (2001) = 44,7%.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

De acordo com a Figura 3.2.3 - A, a taxa de desemprego da região Norte (6,7%) posicionava-se, em 2001, a níveis muito próximos da média nacional (6,8%), tendo apresentado, ao longo da década de 90, um dos mais acentuados crescimentos (cerca de 1,9 pontos percentuais), a nível regional, ultrapassando o aumento verificado a nível nacional (0,8 pontos percentuais).

Salienta-se, a nível intra-regional (Figura 3.2.3 - B), o contributo das sub-regiões Alto-Trás-os-Montes, Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Cávado para o aumento mais significativo da taxa de desemprego da região, registando-se, ao mesmo tempo, um aumento mais contido, embora superior à média nacional, nas sub-regiões do Tâmega e Douro. Note-se que as NUTS Alto-Trás-os-Montes e Grande Porto, onde se verifica a existência de taxas de desemprego mais elevadas, coincidem com aquelas onde a variação do desemprego na década de 90 foi mais elevada (superior a 2 pontos percentuais).

**FIGURA 3.2.3 – TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: A taxa de desemprego apresentada nesta figura, que têm como fonte de informação os recenseamentos da população, reporta-se ao conceito de desemprego em sentido lato, que, no essencial, deriva do conceito de desemprego em sentido estrito, utilizado por exemplo no inquérito ao emprego, pelo facto de considerar também como desempregados os indivíduos que não desenvolvem iniciativas de procura de emprego, independentemente do seu formato. Por referência, a taxa de desemprego em sentido estrito, proveniente do inquérito ao emprego, em 2001 (média anual) é de 4% para Portugal e de 2,4% p/ a R. Centro

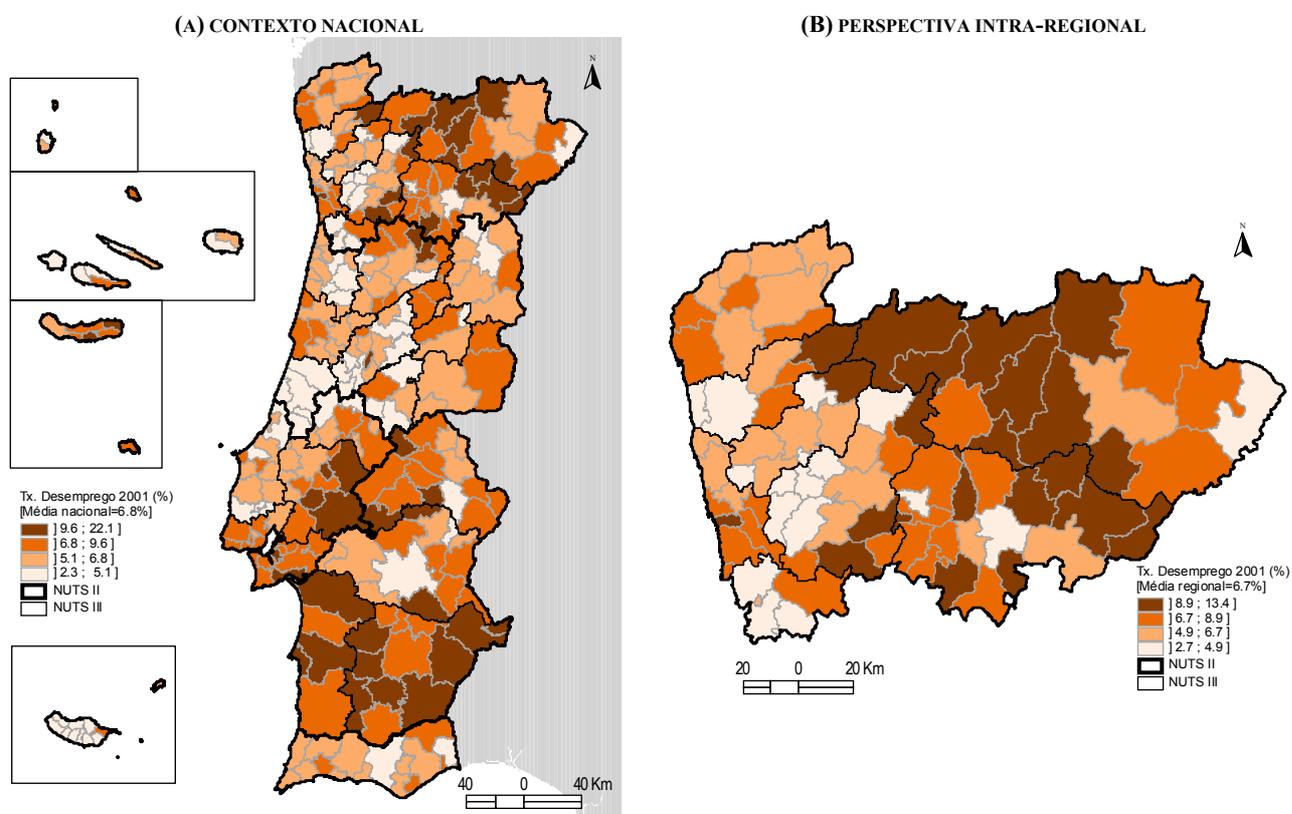
Fonte: : Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

Na região Norte, localizam-se alguns dos concelhos inseridos no escalão mais elevado de desemprego. As “manchas” a castanho-escuro da Figura 3.2.4 confirmam esta conclusão, nomeadamente nas sub-regiões Alto-Trás-os-Montes e Douro. Também nestas sub-regiões se situam concelhos que, para além de detentores de elevadas taxas de desemprego num contexto nacional, possuem taxas de desemprego elevadas no contexto da região Norte, embora seja de salientar que o nível médio de desemprego nesta Região é ligeiramente inferior ao nacional e que as próprias assimetrias intra-regionais são menos significativas, conforme se pode confirmar pelo facto do escalão mais elevado de desemprego no Norte se situar entre 8,9% e 13,4% do total da população activa e de, a nível nacional, este escalão se situar entre 9,6% e 22,1% da população activa. No essencial, o desemprego concelhio da região Norte permite destacar três grandes grupos de concelhos:

- Concelhos que se posicionam nos escalões mais baixos de desemprego à escala nacional (inferior a 6,8%) – essencialmente os concelhos litorais das sub-regiões Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto e Entre Douro e Vouga. A excepção regista-se no Porto, que se situa no escalão mais elevado de desemprego (superior a 9,6%), e concelhos envolventes, cujas taxas de desemprego se situam entre 6,8% e 9,6% da população activa. Quando inseridos na perspectiva intra-regional do Norte, estes concelhos mantêm-se, na sua maioria (com excepção para Amares, na região Cávado, e para Vieira do Minho, na região do Ave), nos escalões mais baixos de desemprego;

- Concelhos que se posicionam, à escala nacional, em escalões intermédios de desemprego (inferior a 6,8%, no gráfico A), mas que, quando posicionados no contexto da região Norte, atingem escalões mais elevados de desemprego (superior a 6,7% ou a 8,9%), como é o caso de Bragança, Montalegre e Mirandela, na região Alto-Trás-os-Montes, e de Mesão Frio, Sabrosa e Penedono, na região Douro. São, desta forma, concelhos cuja assimetria ao nível do desemprego é mais relevante no contexto da Região Norte do que no contexto nacional;
- Concelhos que se posicionam, quer à escala nacional, quer à escala da região Norte, nos patamares mais elevados de desemprego, como é o caso de Boticas, Chaves, Vinhais, Valpaços, Murça e Alfândega da Fé, na região Alto-Trás-os-Montes, e de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta e Moimenta da Beira, na região Douro.

FIGURA 3.2.4 - TAXA DE DESEMPREGO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos.

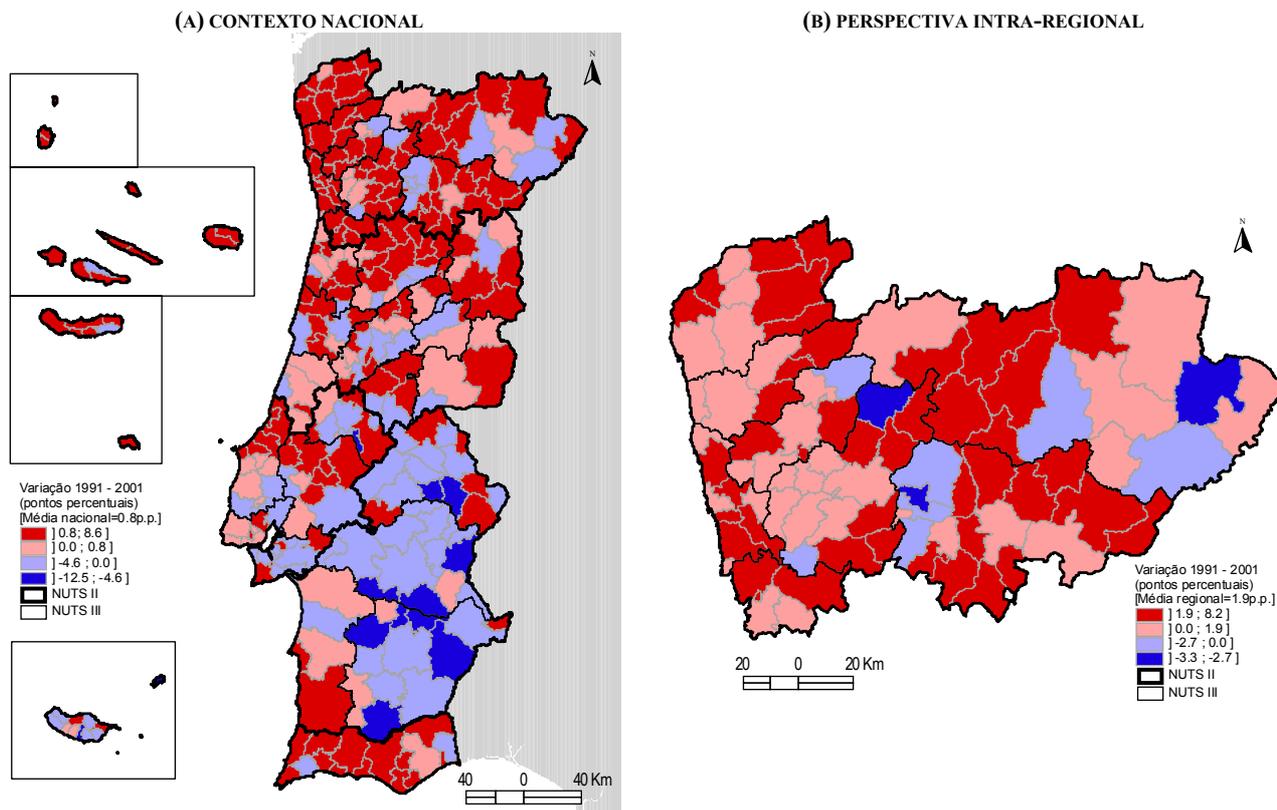
Ao longo da década de 90, a região Norte foi aquela cujos concelhos apresentaram, em termos relativos, maior diferencial de variação das taxas de desemprego concelhias, face à variação média nacional. No mapa A da Figura 3.2.5, percepção-se uma clara tendência de superioridade, traduzida pelo elevado nível de cobertura da “mancha vermelha”, dos níveis de variação do desemprego dos concelhos da Região face à variação média nacional, de 0,8 pontos percentuais. Menos representativas foram as situações em que a variação do desemprego, apesar de ter sido positiva, foi inferior à média nacional, como é o caso dos concelhos, representados a rosa, de Valença (Minho-Lima), Póvoa de Lanhoso (Ave), Paços de

Ferreira, Paredes e Penafiel (Tâmega), Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros (Alto-Trás-os-Montes) e São João da Pesqueira (Douro).

Concelhos como os de Vieira do Minho (região Ave), de Cabeceiras de Basto e Castelo de Paiva (região Tâmega), de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, de Mirandela, Mogadouro e Vinhais (região Alto-Trás-os-Montes) e de Peso da Régua e Lamego (região Douro), representados a azul-claro, registaram variações das taxas de desemprego no sentido da sua redução ao longo da década.

A taxa de variação média do desemprego da região Norte, ao longo da década de 90 (1,9 pontos percentuais) foi superior à taxa média de variação nacional (0,8 p. p.) e, como tal, no mapa B detecta-se uma maior homogeneização dos níveis de variação da taxa de desemprego concelhia face à média da Região. A suavização do padrão intra-regional de variação do desemprego, patente na redução da representatividade dos concelhos representados a vermelho, por contrapartida da maior representatividade de concelhos representados a rosa e a azul-claro, deve ser encarada na perspectiva da existência de um padrão de variação do desemprego concelhio mais homogéneo ao nível interno da região Norte, do que em relação ao universo dos concelhos existentes em Portugal.

FIGURA 3.2.5 - VARIAÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90: PERSPECTIVA CONCELHIA



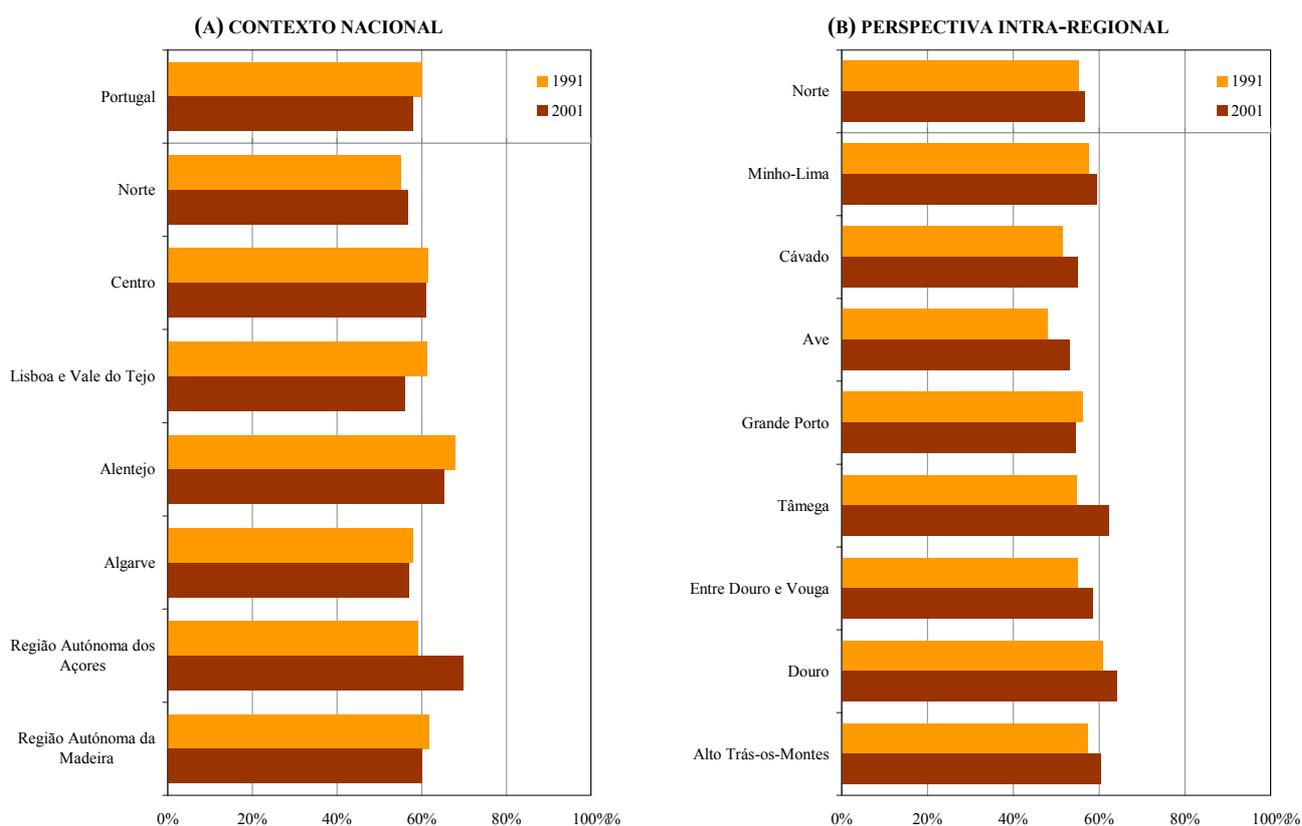
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos.

Especialmente importante é a análise do acesso das mulheres e dos jovens ao emprego, na medida em que estes são geralmente os segmentos populacionais onde o desemprego se faz sentir com maior intensidade.

Apesar da melhoria da situação relativa das mulheres no mercado de trabalho da região Norte, dado o aumento da sua taxa de actividade, regista-se uma evolução menos positiva da sua taxa de desemprego (Figura 3.2.6), independentemente das mais elevadas habilitações. Com excepção do Grande Porto, em todas as sub-regiões observou-se um aumento da taxa de desemprego feminino entre 1991 e 2001.

Este aumento é uma consequência directa da crise que tem atingido alguns sectores de especialização da região, nomeadamente do têxtil, vestuário e calçado, nos quais a mão-de-obra é predominantemente feminina.

**FIGURA 3.2.6 – DESEMPREGO FEMININO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Nota: % do desemprego feminino no total do desemprego.

Fonte: INE, Censos

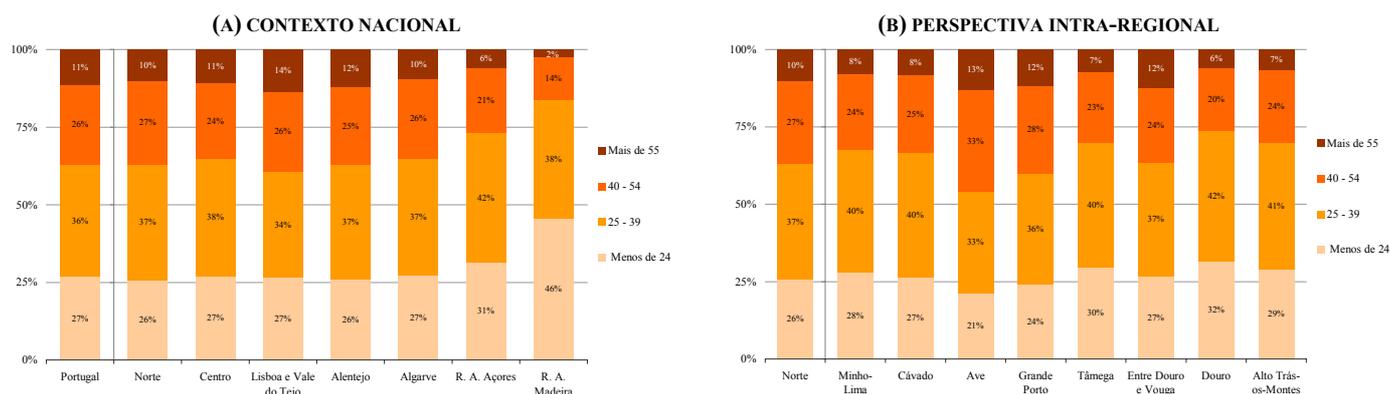
O desemprego dos jovens constitui um dos principais factores críticos do mercado de emprego nacional, evidenciando importantes dificuldades na transição para a vida activa. Na região Norte os indivíduos com menos de 24 anos representavam, em 2001, cerca de 26% do total de desempregados (Figura 3.2.7), valor ligeiramente superior ao registado a nível nacional (27%). Em termos intra-regionais, o desemprego deste escalão etário atingiu naquele ano os valores mais elevados no Douro, Tâmega e Alto-Trás-os-Montes.

O desemprego dos mais jovens evidencia em parte que a região apresenta algumas dificuldades em oferecer emprego compatível para os mais escolarizados. Esta situação é mais preocupante quando se compara as taxas de desemprego de indivíduos com menos de 24 anos no Grande Porto e na coroa industrial envolvente, dominada pelos sectores de base tradicional menos exigente em qualificação (onde

este tipo de desemprego chega a ser menos de metade do que se verifica no Grande Porto). Daqui ressalta a necessidade de estimular junto da actividade empresarial a inserção profissional de quadros superiores e de atrair investimentos em sectores criadores de trabalho de nível mais elevado.

Refira-se ainda que mais de metade do total de desempregados tem, em todas as sub-regiões, idades inferiores a 40 anos, o que indicia a premência na Região de medidas de reconversão profissional, na medida em que uma parte importante do desemprego deve-se à perda de postos de trabalho em sectores onde não é previsível a capacidade de absorção de mão-de-obra.

**FIGURA 3.2.7 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Fonte: INE, Censos.

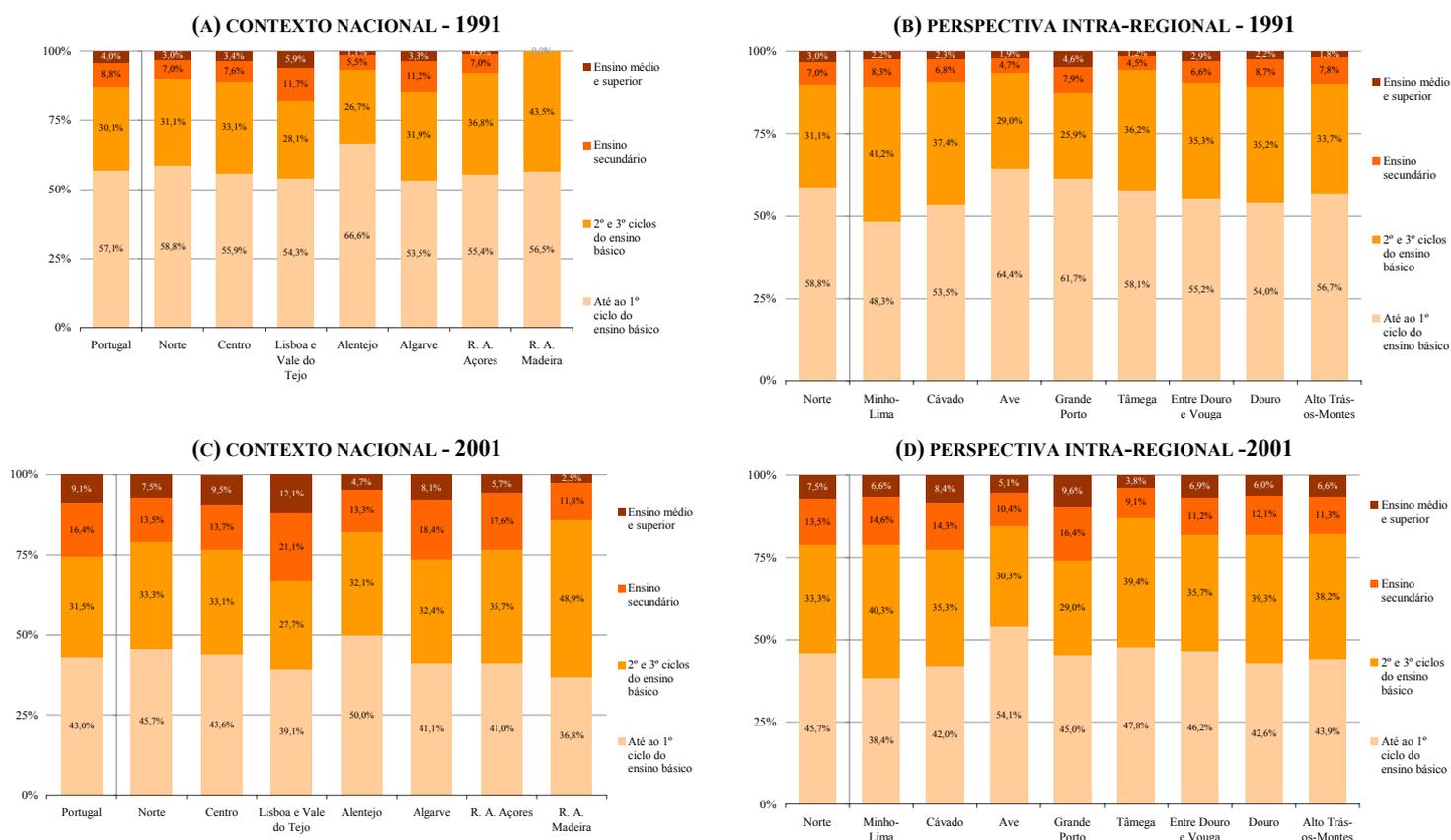
No que respeita ao nível de habilitações da população desempregada, entre 1991 e 2001, observou-se na região Norte um aumento do desemprego dos indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade, à semelhança do verificado a nível nacional (Figura 3.2.8).

O desemprego é cada vez mais qualificado na Região: o decréscimo dos desempregados com a escolaridade máxima ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, deu lugar ao aumento considerável do desemprego nos níveis de qualificação superiores (o desemprego de indivíduos com estudos superiores mais do que duplicou entre os dois últimos períodos censitários).

Esta qualificação do desemprego é uma realidade comum a todas as sub-regiões. O Grande Porto destaca-se com a maior proporção de desempregados com estudos superiores completos.

É, todavia, de realçar a permanência de elevados índices de desemprego entre os recursos humanos com níveis habilitacionais inferiores (apesar do claro decréscimo ao longo dos anos 90), o que coloca sérias dificuldades aos processos de reconversão profissional. É no Ave e no Tâmega que este “desemprego menos habilitado” assume valores mais elevados, o que está directamente relacionado com o próprio perfil de especialização destas sub-regiões (centrado em sectores mais tradicionais, intensivos em trabalho pouco qualificado e de baixas remunerações).

**FIGURA 3.2.8 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÃO NOS ANOS 90:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL**



Fonte: INE, Censos.

O abandono escolar também deve ser tido em conta na análise do nível de habilitações da população de qualquer território, na medida em que tem repercussões importantes na qualificação da população activa e, conseqüentemente, na competitividade da actividade económica e do mercado de trabalho das regiões.

As potencialidades da melhoria do padrão competitivo regional, alicerçado na qualidade dos recursos humanos, pressupõe portanto o desenvolvimento de políticas educativas que permitam prevenir o abandono escolar precoce e, conseqüentemente, alterar a baixa escolarização dos indivíduos.

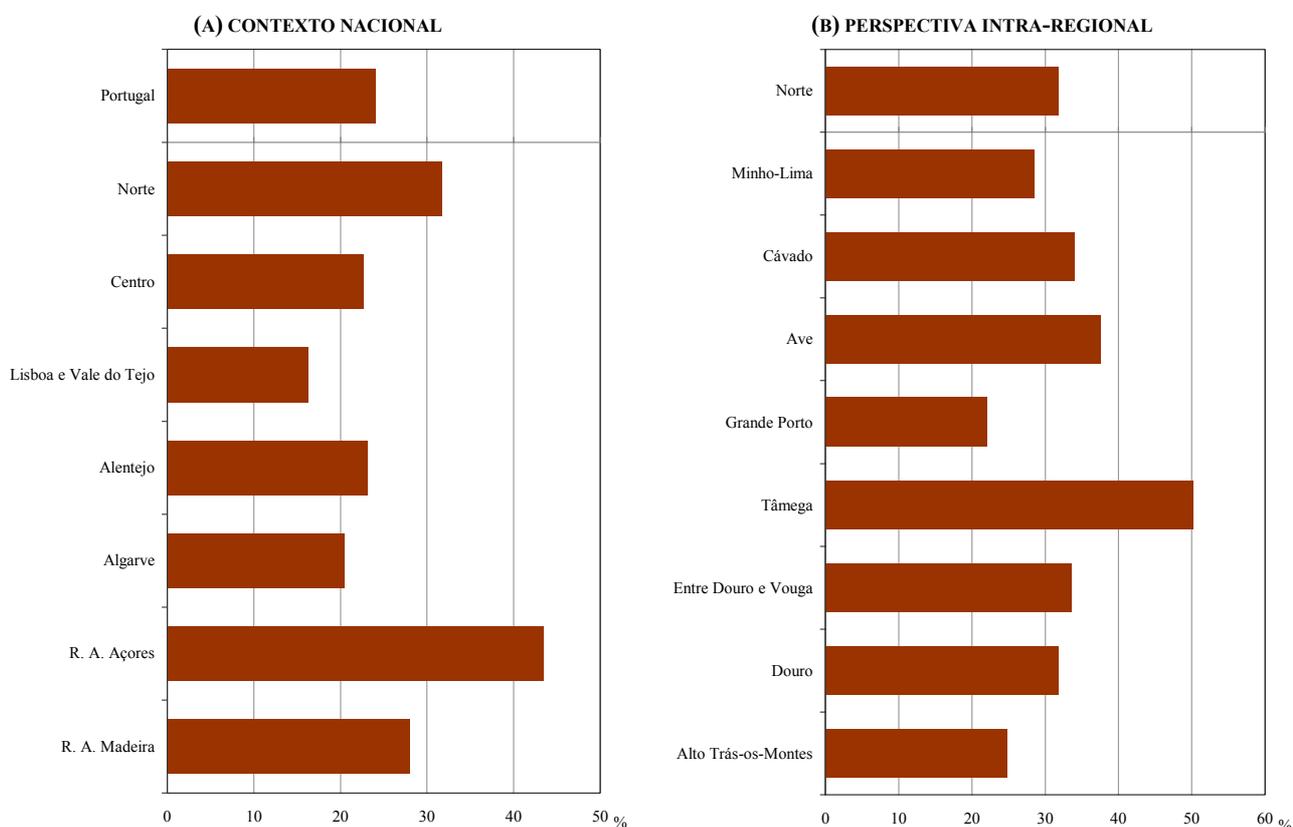
A Figura 3.2.9 ilustra a saída antecipada do sistema educativo, medida pelo número de jovens dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano) por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

A região Norte apresenta valores superiores à média do País, destacando-se como o segundo território regional com a mais elevadas taxa de saída antecipada do sistema educativo (logo a seguir à Região Autónoma dos Açores). Em termos intra-regionais, merece destaque o mais elevado abandono escolar nas NUTS III Tâmega, Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e Douro. É na sub-região Grande Porto, que detêm recursos humanos mais qualificados, que a saída antecipada do sistema de educação é mais baixa.

De referir que elevados níveis de saída antecipada do ensino verificados na região Norte resultam da conjugação de factores variados, de entre os quais se destacam as trajetórias escolares negativas, as

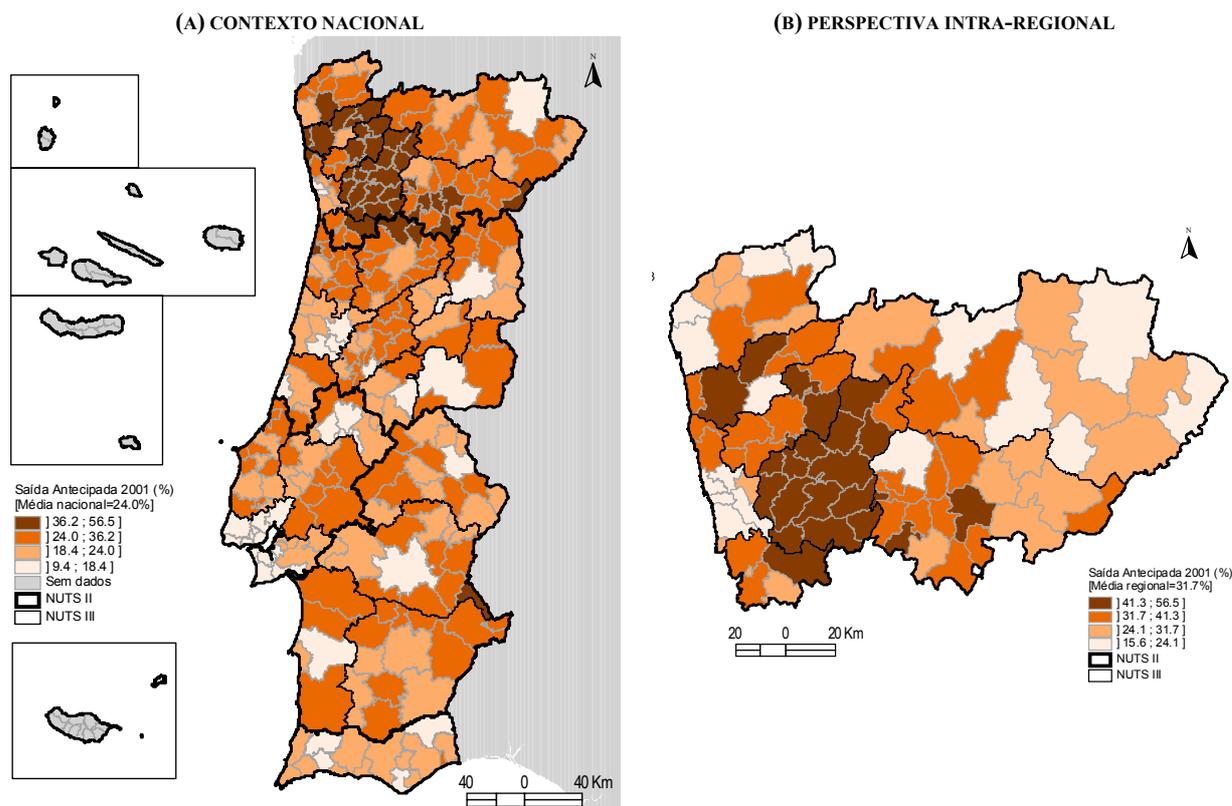
situações de baixos níveis de escolaridade e rendimentos dos agregados familiares, cujo meio de subsistência é o trabalho assalariado pouco qualificado e ameaçado pelo desemprego, além da pressão familiar no sentido de uma inserção rápida na vida activa.

**FIGURA 3.2.9 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO:
POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL (2001)**



Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: INE, Censos

FIGURA 3.2.10 – SAÍDA ANTECIPADA DO SISTEMA EDUCATIVO: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)

Nota: Saída antecipada = Indivíduos dos 18 aos 24 anos que saíram da escola antes de completar a escolaridade obrigatória (9º ano), por cada 100 indivíduos dos 18 aos 24 anos.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos

O Norte foi a segunda região do país (a seguir à Região Autónoma dos Açores) com a mais forte variação positiva do desemprego entre 1991 e 2001 (Figura 3.2.11 – A). Este aumento da taxa de desemprego foi uma consequência directa da ausência de mudança na especialização produtiva regional, o que significa que a Região continua especializada em sectores tradicionais, intensivos em trabalho, caracterizados por baixos níveis de produtividade e muito susceptíveis a perdas de postos de trabalho (ver Caixa 3.2.1).

CAIXA 3.2.1 – CRISE NA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE VESTUÁRIO

A indústria têxtil e de vestuário é uma das indústrias com maior tradição na estrutura económica nacional. A sua importância foi crescendo ao longo dos tempos, chegando a representar no início do século XX mais de 50% das exportações portuguesas. A entrada na EFTA marcou a abertura definitiva desta indústria para o exterior, tendo-se Portugal tornado um dos maiores exportadores mundiais de têxteis e vestuário, reconhecido pela boa relação preço-qualidade.

Segundo dados do Centro de Estudos Têxteis Aplicados (CENESTAP), Portugal representava, em 2001, cerca de 12% do emprego no sector têxtil na União Europeia e 14% do emprego no sector do vestuário. Em termos geográficos, 70% das empresas da indústria têxtil e de vestuário e 78% do emprego estão concentrados na região Norte do país (sobretudo no Vale do Ave), onde representava, naquele ano, cerca de 28% do número de empresas e 39% do emprego da indústria transformadora, assumindo relevância uma estrutura empresarial atomizada, composta maioritariamente por pequenas e médias empresas que se dedicam sobretudo à fabricação de artigos de malha e de artigos têxteis confeccionados (na sua maioria têxteis-lar).

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma grave crise da indústria têxtil e de vestuário, marcada pelo encerramento de empresas e consequente perda de postos de trabalho. Esta situação foi agravada em 2005, com o final do Acordo Multi-fibras e consequente liberalização total do sector.

Entre 2003 e 2004, observou-se um decréscimo do volume de negócios na ordem dos 6,8% (com a queda no sector de vestuário a fixar-se em 8,6% e no têxtil em 5,4%). O emprego acompanhou este decréscimo, tendo registado uma diminuição de 8,3%, sendo esta variação relativamente equitativa entre têxtil (-7,1%) e vestuário (-9,2%). As exportações decresceram cerca de 6%.

Na origem da crise na indústria têxtil e de vestuário está o aumento da quota de mercado de países de baixos custos salariais no total de importações de têxteis e vestuário da União Europeia. Entre estes países destacam-se a China, a Índia, o Paquistão, o Vietname, a Turquia, Marrocos ou alguns países da Europa de Leste como a Polónia e a Roménia.

A fonte tradicional de vantagem competitiva da indústria têxtil e de vestuário nacional foi o baixo custo de mão-de-obra, vantagem que tem vindo a desaparecer. De facto, a perda de quota de mercado das exportações portuguesas nas importações europeias de produtos têxteis e de vestuário prende-se sobretudo com o posicionamento na cadeia de valor e com a capacidade de acrescentar valor ao produto, indo além do custo da mão-de-obra. Com efeito, as empresas nacionais concentram-se nas actividades de menor valor acrescentado, nomeadamente na produção de matérias-primas e produtos finais, com uma presença muito reduzida na concepção do produto, na distribuição e comercialização.

A indústria têxtil e de vestuário nacional defronta-se com um problema sério de qualificação de recursos humanos e de insuficiência na sofisticação da tecnologia e da gestão - como já havia alertado Michael Porter no seu estudo *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal* (1994) -, que dificultam a evolução para uma situação sustentável de fornecedor diferenciado, com um maior conteúdo em termos de moda ou pela via do marketing de marcas.

É da conjugação destes factores, a que se acrescentam os baixos níveis de produtividade, as dificuldades de recrutamento de mão-de-obra jovem e mais qualificada e a fraca aposta na marca própria, que resulta a deslocalização para outros países da subcontratação de grandes empresas têxteis e de vestuário que, usualmente, era feita às empresas portuguesas.

Foi neste contexto que o Governo, criou em 2004, o Programa Dínamo, um programa de acção que tem como principal objectivo reverter a indústria têxtil e de vestuário nacional através da promoção da sua produtividade e competitividade externa, baseada na aposta em três eixos estratégicos: imagem e internacionalização, qualificação dos recursos humanos, inovação e desenvolvimento.

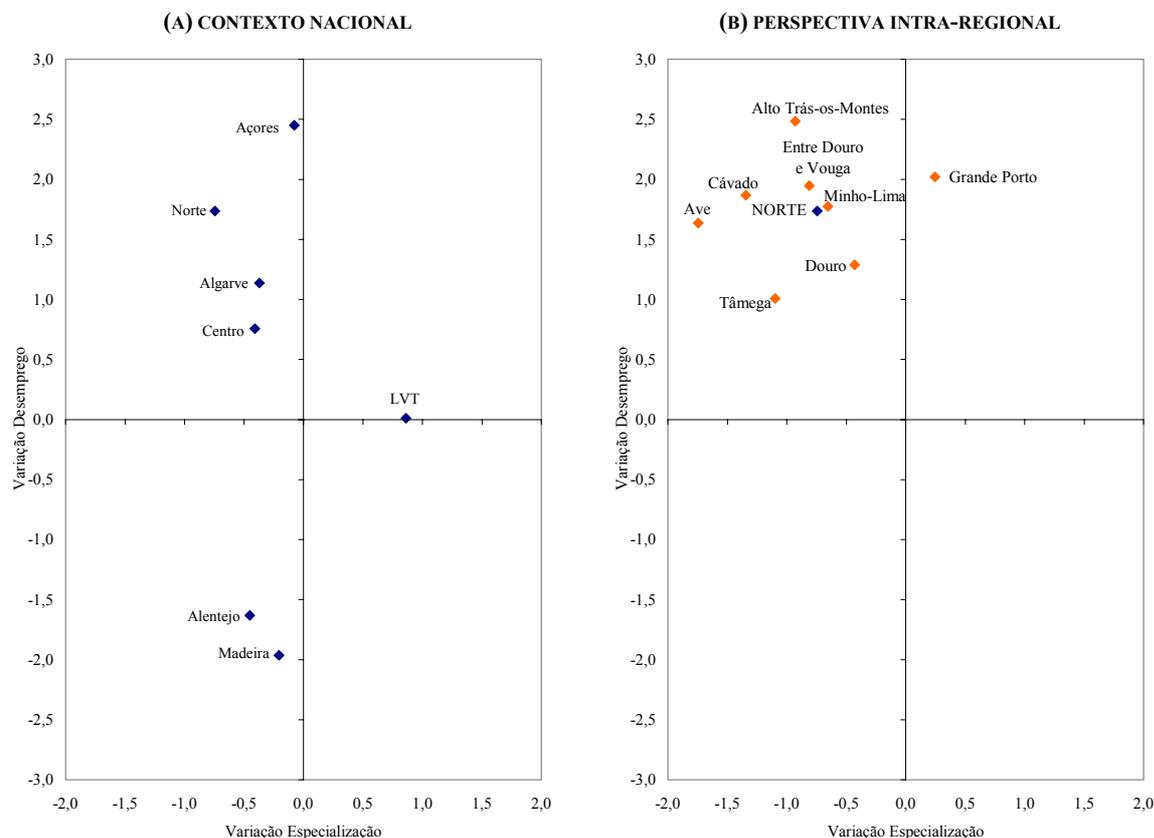
Em termos intra-regionais, apenas a sub-região Grande Porto se posiciona no primeiro quadrante da Figura 3.2.11 – B: registou, no período considerado, um aumento do desemprego mas, simultaneamente, beneficiou de ganhos de produtividade decorrentes da mudança verificada ao nível da especialização produtiva.

De facto, tendo-se tornado a segunda maior área urbana do País, ganharam relevância na estrutura produtiva do Grande Porto sectores de actividade que relevam das actividades terciárias, apesar de alguns sectores tradicionais – como os da indústria têxtil, vestuário e calçado, ou ainda os da actividade metalúrgica -, destruidores de emprego, ainda apontarem para uma especialização relativa desta sub-região.

Em todas as restantes sub-regiões se observou um aumento dos níveis de desemprego (mais forte em Alto Trás os Montes) e uma variação negativa ao nível da especialização produtiva e produtividade. O Ave destaca-se como sendo a sub-região onde a ausência de mudança na estrutura produtiva foi mais forte, o

que encontra fundamento na sua elevada especialização na fileira têxtil (especialmente nos produtos têxteis) e na indústria do couro, peles e respectivos artigos, actividades onde ainda é de esperar um acentuar da dinâmica de destruição de emprego.

FIGURA 3.2.11 – VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO E VARIAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NOS ANOS 90: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO NACIONAL E INTRA-REGIONAL



Nota: Eixo Y – Variação em pontos percentuais do desemprego, 1991-2001; Eixo X – Variação da produtividade, 1995-2001, decorrente de variação da especialização produtiva (uma variação positiva significa ganhos de produtividade resultantes de avanços na especialização produtiva e vice-versa).

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Censos e Contas Regionais

3.3. INTERACÇÃO ENTRE CONDIÇÕES E RESULTADOS DE COESÃO: UMA AVALIAÇÃO TEMÁTICA

Passa-se, em seguida, depois de apresentados os principais resultados e de descrita a trajectória seguida de coesão económica e social, decorrentes do modelo de desenvolvimento português e da região Norte, a uma análise sintética, à semelhança do que foi feito para o estudo da competitividade, das condições/determinantes da coesão regional em termos, sobretudo, da maior ou menor acessibilidade revelada por parte dos cidadãos a um conjunto variado de equipamentos colectivos existentes na Região, nas áreas, designadamente, da:

- Educação
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Acção Social
- Redes Viárias
- Ambiente.

O tratamento do ambiente foi, tendo em conta as especificidades desta dimensão temática e, de alguma maneira, da análise correspondente, autonomizado de tudo o resto para um subponto próprio (ponto 3.3.2).

3.3.1. Dotação e Acessibilidade aos Equipamentos

Em termos comparativos com a UE25, a região Norte apresenta valores reduzidos (metade da média europeia) no indicador número de camas por mil habitantes.

No que respeita à cobertura de equipamentos de educação até ao nível secundário a região Norte apresenta valores mais baixos do que a média nacional. O mesmo se verifica com a oferta de equipamentos culturais e de lazer, de saúde e de acção social.

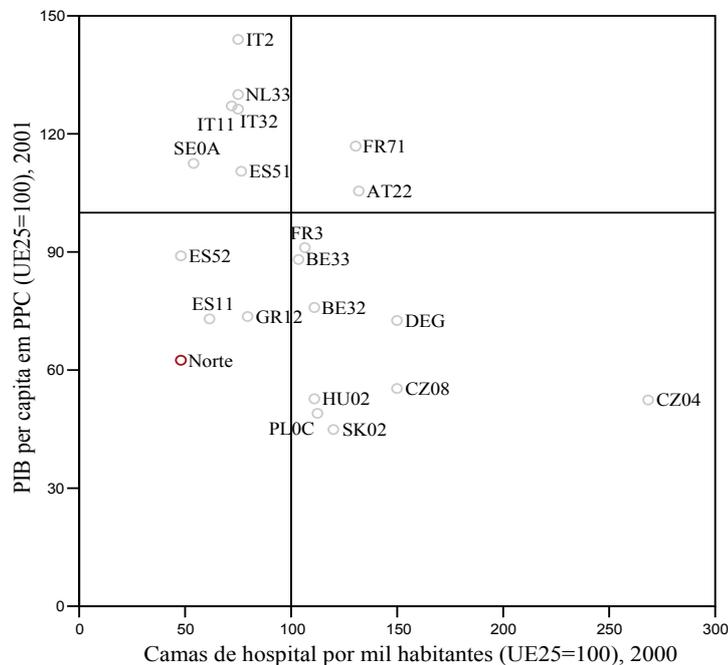
Em termos de perifericidade, o Norte é a segunda região do País que regista as maiores distâncias à rede viária (medidas em tempo de deslocação).

No domínio ambiental, a Região apresenta níveis de produção de resíduos sólidos urbanos per capita que, no contexto nacional, se podem considerar relativamente baixos. Por outro lado, supera a média nacional no que respeita à recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, à utilização de processos de reciclagem para o tratamento dos resíduos sólidos, à cobertura de população por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais.

Como indicador representativo do posicionamento relativo da região Norte, no contexto europeu, no que diz respeito à dotação de equipamentos sociais, foi seleccionado o número de camas de hospital existentes por cada 1000 habitantes. A região Norte é a que detém valores mais baixos para este indicador, apresentando valores que correspondem metade da média europeia (Figura 3.3.1). A análise desta figura

permite constatar que não existe uma relação linear inequívoca entre os níveis de PIB *per capita* e o número de camas de hospital por mil habitantes.

FIGURA 3.3.1 – PIB PER CAPITA E CAMAS DE HOSPITAL POR MIL HABITANTES: POSICIONAMENTO DA REGIÃO NO CONTEXTO EUROPEU



Legenda

BE32-Hainaut	FR3-Nord-Pas-de-Calais	UKD3-Greater Manchester
BE33-Liège	FR71-Rhône-Alpes	UKE4-West Yorkshire
DE11-Stuttgart	IT11-Piemonte	CZ04-Severozápad
DEA1-Düsseldorf	IT2-Lombardia	CZ08-Moravskoslezsko
DEG-Thüringen	IT32-Veneto	HU02-Közép-Dunántúl
GR12-Kentriki Makedonia	NL33-Zuid-Holland	PL0C-Łaskie
ES11-Galicia	AT22-Steiermark	SK02-Západné Slovensko
ES51-Cataluña	PT11-Norte	
ES52-Comunidad Valenciana	SE0A-Västssverige	

Nota: Camas de hospital por mil habitantes na UE25 (2000) = 6,7.

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do Eurostat (2003), Regions: Statistical Yearbook, e Comissão Europeia (2004), Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social

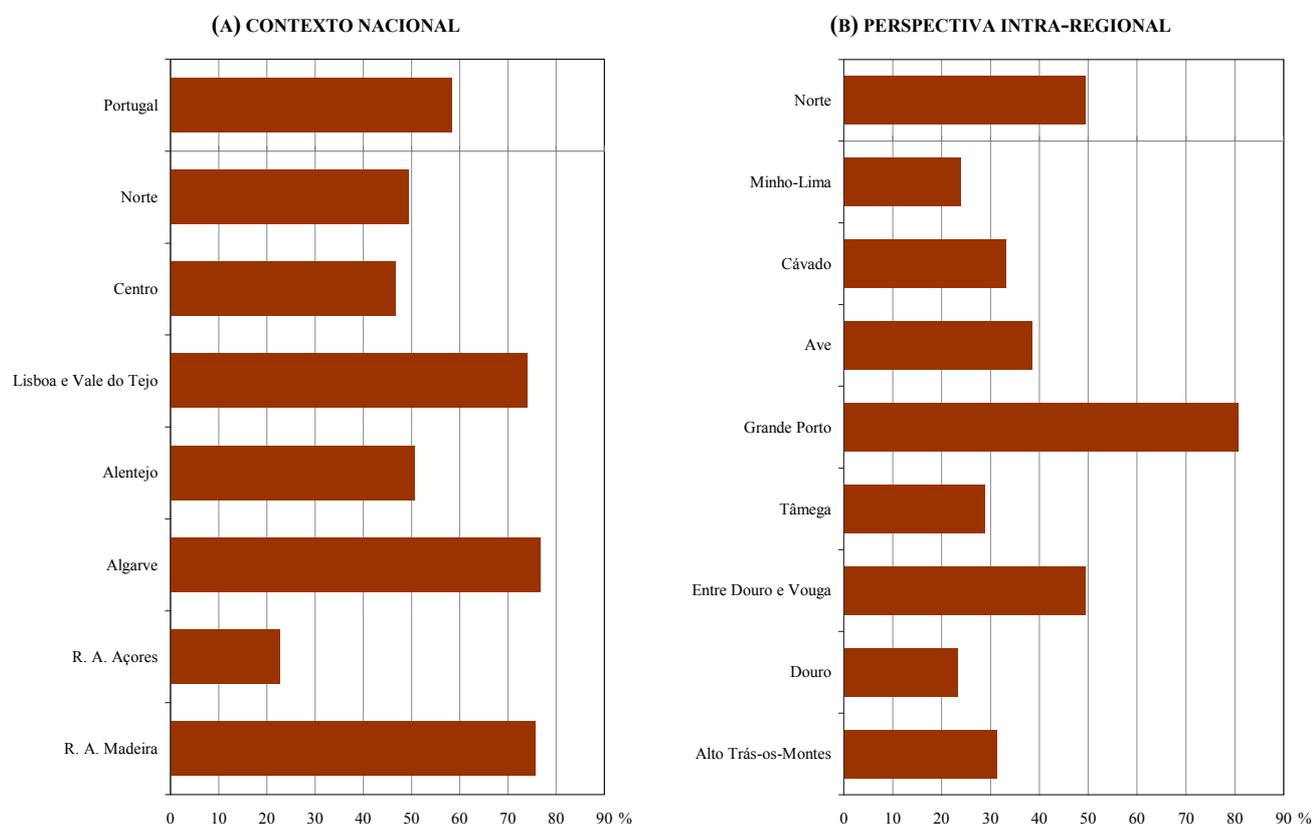
A dotação de equipamentos educativos é um factor essencial de competitividade e coesão das regiões portuguesas. Constitui mesmo um factor de atracção de famílias com filhos em idade escolar.

No que respeita à cobertura da população por este tipo de equipamentos até ao ensino secundário (Figura 3.3.2), o Norte apresenta valores mais baixos do que a média nacional e inferiores a todas as regiões, com excepção da região Centro (não considerando a Região Autónoma dos Açores, dada a ausência de informação estatística disponível).

Em termos intra-regionais são fortes as disparidades da taxa de cobertura da população residente por equipamentos de educação até ao ensino secundário (Figura 3.3.2 e Figura 3.3.3). O Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Ave destacam-se com as mais elevadas taxas de cobertura, em contraposição por exemplo à região Douro. São assim as sub-regiões que apresentam maiores níveis de desenvolvimento económico e de criação de riqueza, maior diversificação produtiva, maiores níveis de urbanização e de

concentração/attractividade de população, menor envelhecimento demográfico e maiores níveis de qualificação dos recursos humanos que apresentam maiores dotações deste tipo de equipamentos escolares.

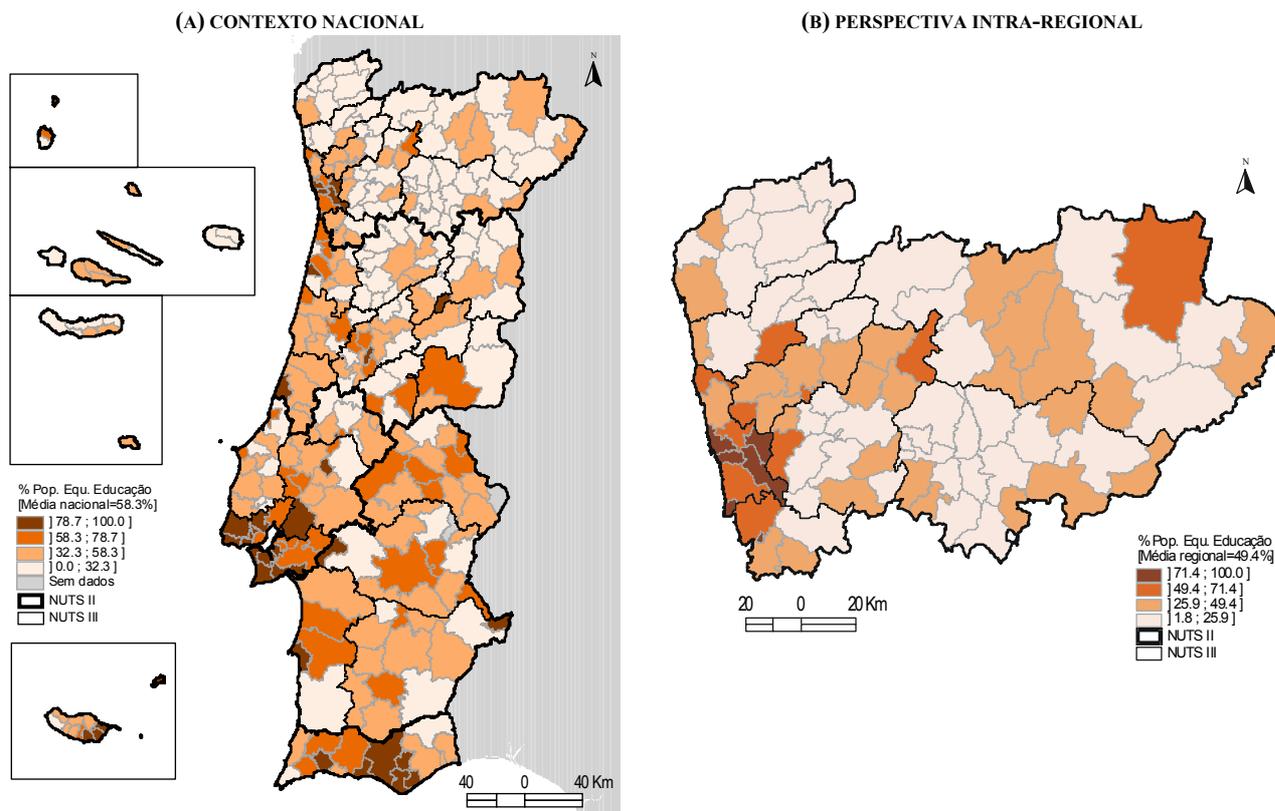
FIGURA 3.3.2 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Ao nível concelhio, são de realçar as posições mais favoráveis em termos de oferta de equipamentos escolares até ao secundário da maioria dos concelhos do Grande Porto, quer ao nível nacional como regional, com destaque para os concelhos do Porto, Matosinhos, Gondomar, Valongo e Espinho (Figura 3.3.3).

FIGURA 3.3.3 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO ATÉ AO NÍVEL SECUNDÁRIO, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

A oferta de equipamentos culturais e de lazer de uma cidade constitui um factor decisivo na diversificação das oportunidades de ocupação do tempo livre e de lazer da população residente numa determinada região e na capacidade de atracção de população residente noutros territórios.

Neste tipo de equipamentos, a região Norte é a única que apresenta taxas de cobertura das freguesias abaixo da média nacional (Figura 3.3.4), pelo que evidencia um insuficiente potencial para acolher eventos e manifestações ligadas à cultura, lazer e desporto.

As sub-regiões Grande Porto e Entre Douro e Vouga apresentam os valores mais elevados de cobertura em equipamentos ligados a estas actividades. As disparidades concelhias são notórias (Figura 3.3.5) e evidenciam um padrão de litoralização da cobertura deste tipo de equipamentos, destacando-se neste contexto o contributo da preparação do “Porto – Capital de Cultura, 2001” e da Fundação de Serralves (ver

Caixa 3.3.1).

CAIXA 3.3.1 – O SUCESSO DE UMA INSTITUIÇÃO CULTURAL: A FUNDAÇÃO SERRALVES

A Fundação de Serralves, localizada na cidade do Porto, é uma instituição cultural que tem como missão sensibilizar e interessar o público para a arte contemporânea e o ambiente, através do Museu de Arte Contemporânea, como centro pluridisciplinar, e do Parque de Serralves, como património natural vocacionado para a educação e animação ambientais, além do centro de reflexão e debate sobre a sociedade contemporânea (Casa de Serralves).

A Casa e o Parque eram, originalmente, um espaço de habitação, privados e exclusivos, pertencentes a Carlos Alberto Cabral (1895-1968) – Segundo Conde de Vizela. Em 1986 (por resolução do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 30 de Outubro), o Estado adquiriu o Parque de Serralves para aí instalar o Museu Nacional de Arte Moderna, que veio, desde a sua criação, romper com a noção tradicional de museu enquanto mero local de conservação de peças do património artístico e dar origem a um novo modelo em que prevalece a função dinamizadora de um verdadeiro centro de irradiação cultural.

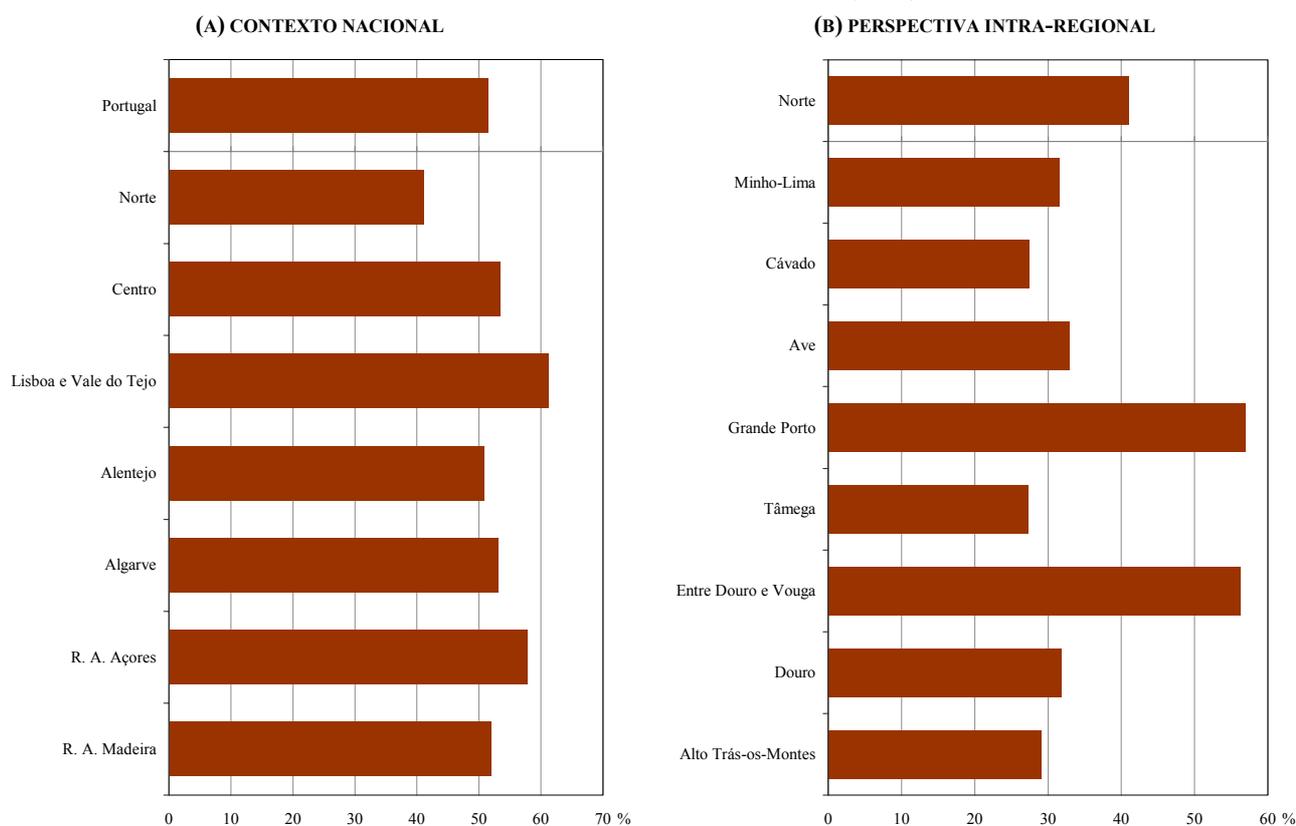
Considerou-se que a forma institucional mais adequada à criação desta entidade seria a de fundação, constituída por uma participação significativa de capital privado, associada à presença do Estado que asseguraria uma parte dos seus custos fixos de manutenção.

A Caixa Geral de Depósitos faz parte do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves e, nessa qualidade, tem mantido um apoio e colaboração estreitos com este importante espaço de cultura da cidade do Porto. Esta instituição bancária assume o estatuto de mecenas de exposições do Museu de Serralves. O protocolo assinado entre as duas instituições vai ao encontro do trabalho desenvolvido pela Fundação de Serralves na promoção de uma maior aproximação entre a arte e as empresas, no domínio do desenvolvimento cultural e do incentivo do espírito de criatividade.

Também o Banco Espírito Santo assinou um protocolo de cooperação com a Fundação de Serralves, o que lhe concedeu o “Estatuto de Mecenas da Fotografia em Serralves” durante os anos 2005 e 2006, com o objectivo de incentivar a produção e criação artística tendo por base uma lógica de apoio, divulgação e lançamento de jovens artistas portugueses. Este estatuto compreende o apoio exclusivo a todas as iniciativas levadas a cabo pela Fundação de Serralves no domínio da fotografia

De referir ainda a parceria existente entre a Fundação de Serralves e a Geotur, que tem por objectivo disponibilizar uma oferta turística diferenciada e de elevada qualidade a um público exigente. Focada na oferta cultural dos destinos e nos objectivos da Fundação, a programação destas viagens procura responder a dois eixos temáticos – a arte contemporânea e a arquitectura de jardins.

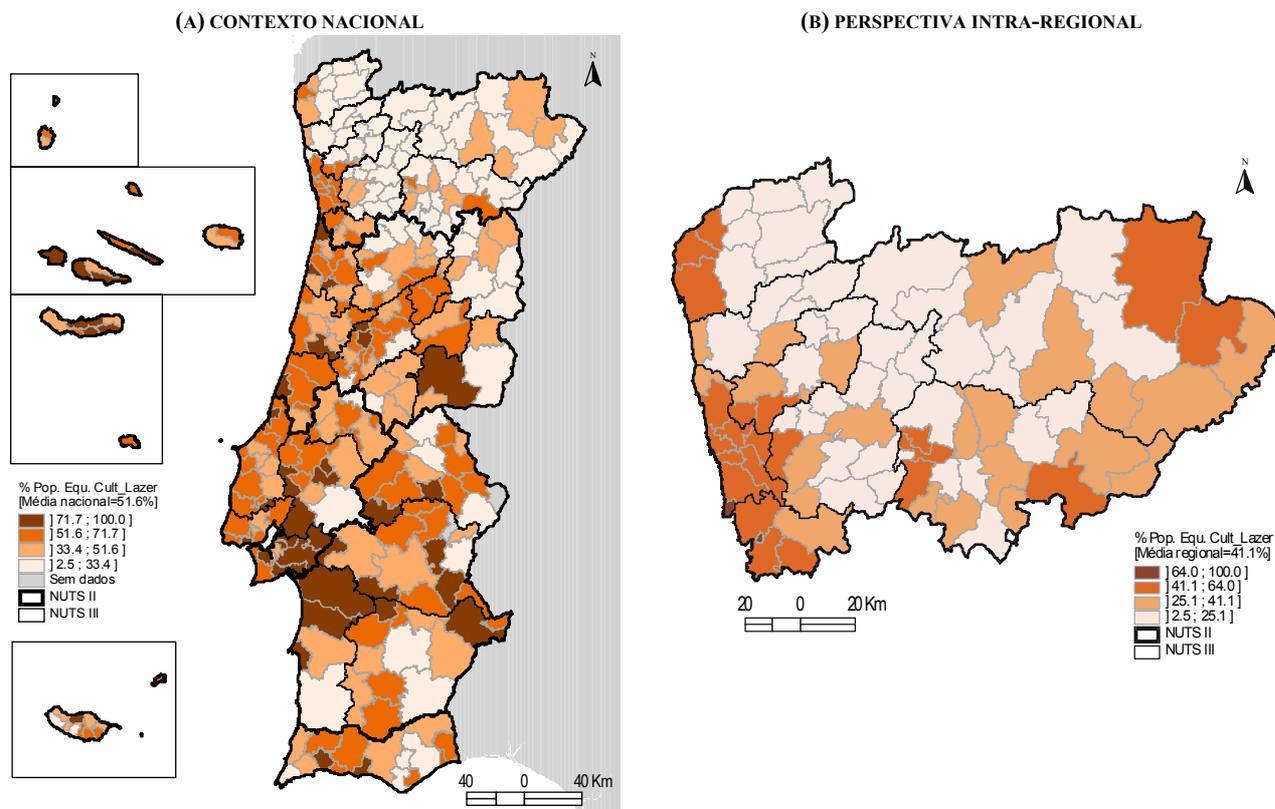
Um dos mais recentes projectos da Fundação é a criação, no concelho de Matosinhos, de um pólo cultural do Museu de Serralves, com actividades no domínio da fotografia, do vídeo, da restauração, da conservação e do design, entre outras.

FIGURA 3.3.4 - POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Numa perspectiva concelhia, os pesos de população residente em freguesias equipadas com infraestruturas culturais e de lazer são mais acentuados em todos os concelhos pertencentes ao Grande Porto (com destaque para Espinho e com o valor mais baixo em Esposende) – ver Figura 3.3.5.

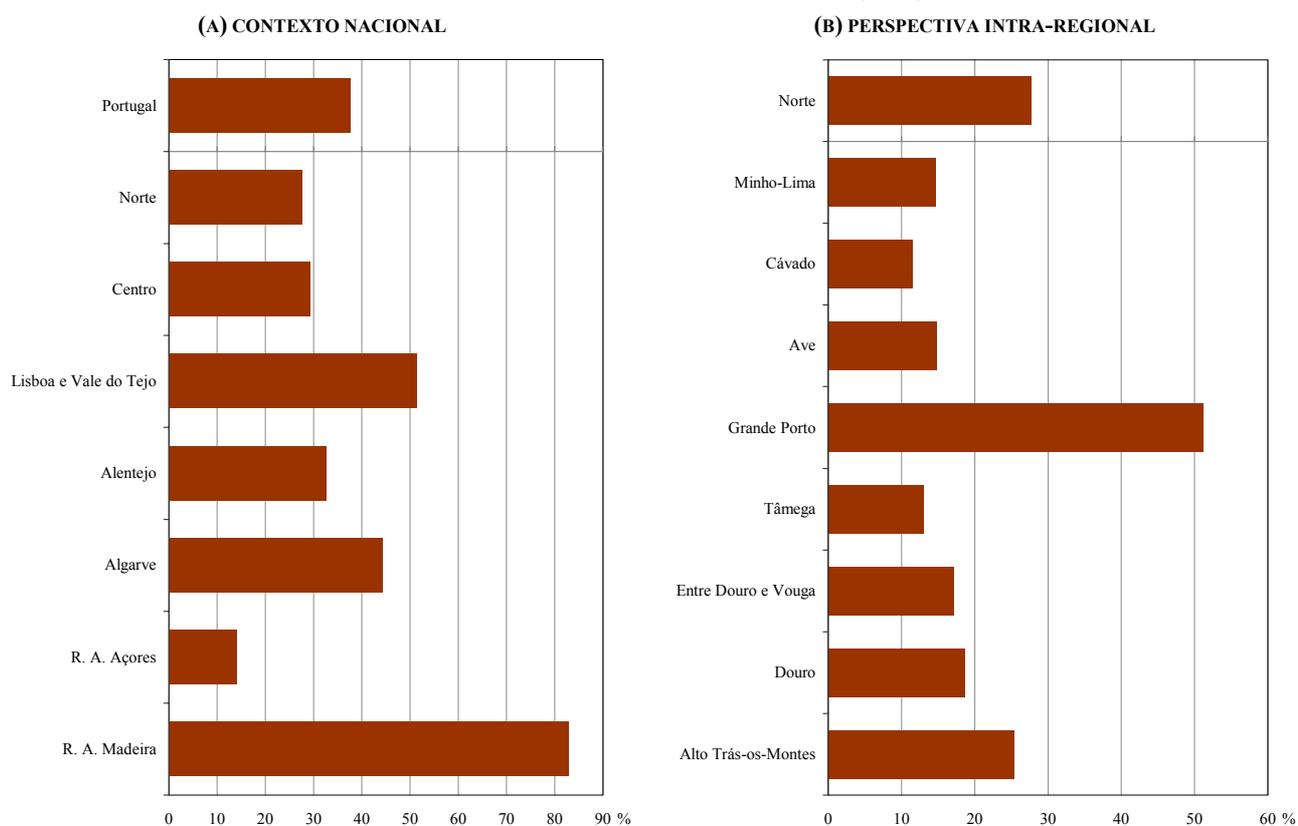
FIGURA 3.3.5 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

A oferta de equipamentos na área da saúde ligados aos serviços médicos de proximidade, como os centros de saúde destinados à população residente são imprescindíveis para assegurar os cuidados básicos à qualidade de vida dos indivíduos.

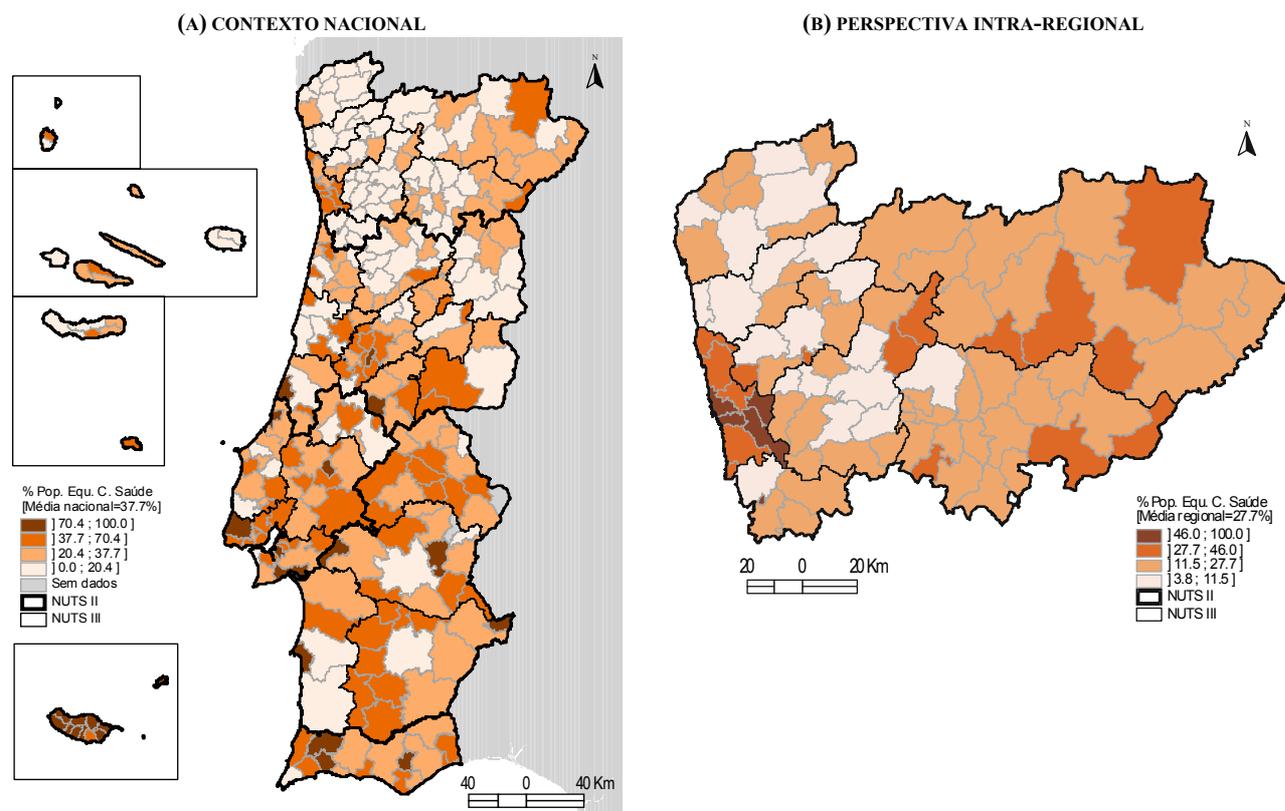
No que respeita à dotação das freguesias em termos de centros de saúde, a região Norte apresenta valores abaixo da média nacional (Figura 3.3.6). As disparidades intra-regionais são notórias, com o Grande Porto a mais do que duplicar as taxas de cobertura deste tipo de equipamentos de saúde registadas nas restantes sub-regiões.

FIGURA 3.3.6 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL (1998)

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Em termos concelhios (Figura 3.3.7) as mais elevadas taxas de cobertura de centros de saúde concentram-se no Grande Porto, sendo no entanto também de realçar os concelhos pertencentes às NUTS Alto-Trás-os-Montes e Douro. Este padrão resulta, no caso dos concelhos do interior da região Norte, da importância dos serviços médicos de proximidade perante a ausência, em muitos casos, de hospitais centrais.

FIGURA 3.3.7 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM CENTROS DE SAÚDE, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



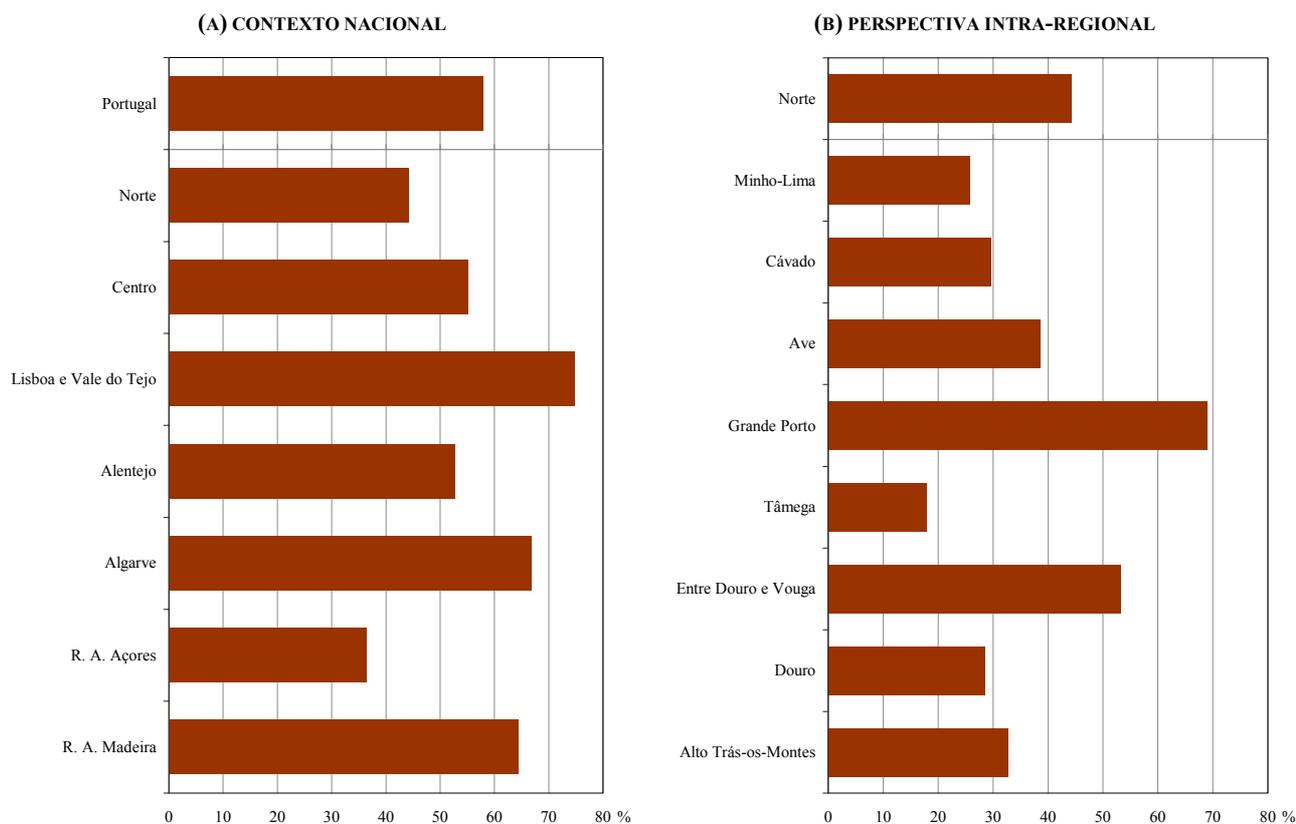
Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

A oferta de equipamentos de acção social numa região, que integram desde os equipamentos sócio-educativos (creches e jardins de infância) aos equipamentos destinados ao acolhimento de idosos, constituem uma resposta social muito importante para as famílias residentes numa região, num contexto de progressivas alterações nas estruturas familiares resultantes da redução das famílias alargadas, da maior participação da mulher no mercado de trabalho e do próprio envelhecimento demográfico.

Numa análise baseada na percentagem de freguesias equipadas com equipamentos de acção social, observa-se que a região Norte apresenta valores abaixo da média nacional e muito díspares em termos intra-regionais (Figura 3.3.8).

Um dos principais problemas da Região em termos de equipamentos educativos é a insuficiente cobertura de equipamentos de acolhimento para crianças até aos três anos de idade.

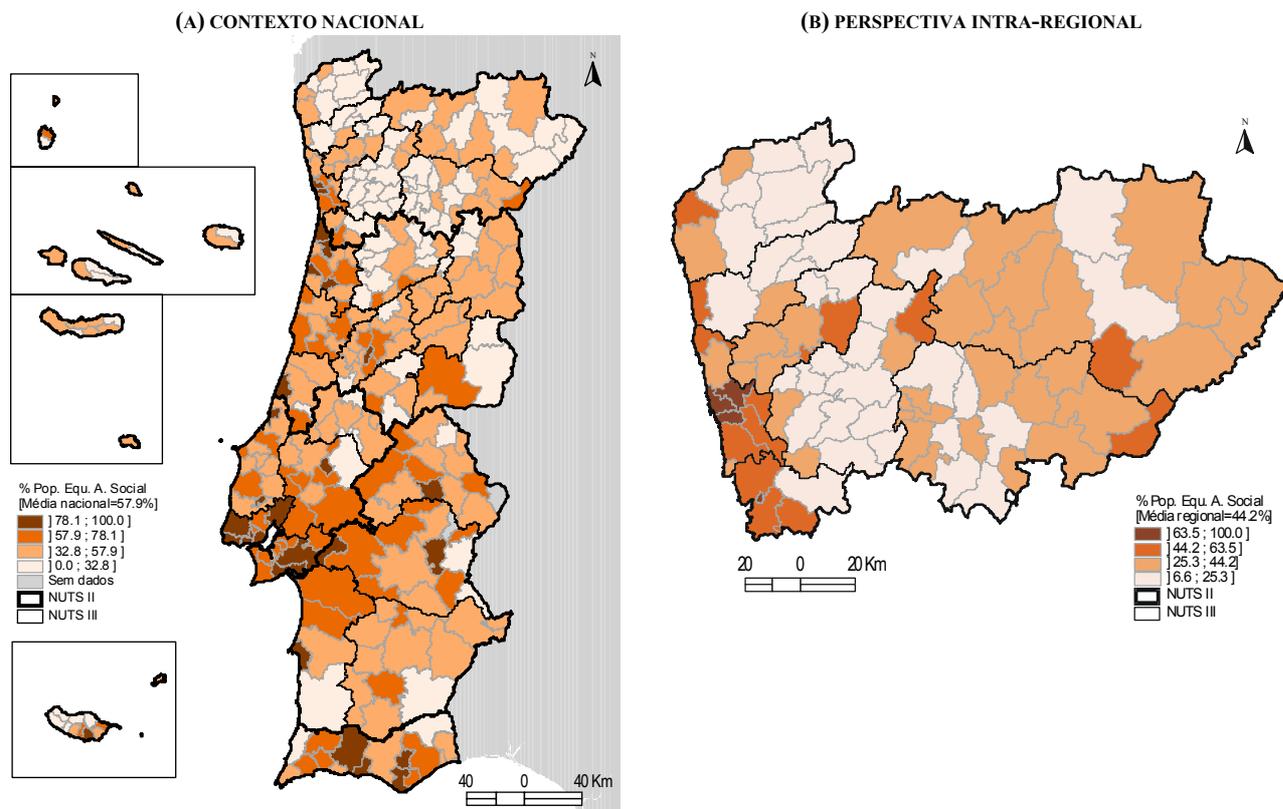
FIGURA 3.3.8 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

Os concelhos do interior da Região - que apresentam uma maior tendência de envelhecimento demográfico e onde se reveste da maior importância a presença de equipamentos que garantam o acolhimento dos idosos, em lares e centros de dia, bem como a prestação de serviços de apoio domiciliário – apresentam favoráveis taxas de cobertura deste tipo de equipamentos (Figura 3.3.9).

FIGURA 3.3.9 – POPULAÇÃO DOS CONCELHOS QUE RESIDE EM FREGUESIAS COM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL, EM % DO TOTAL: PERSPECTIVA CONCELHIA (1998)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto com base em dados do INE, Inventários Municipais

3.3.2. Ambiente

A região Norte apresenta forte heterogeneidade no que respeita à produção de resíduos sólidos urbanos, com as maiores quantidades per capita nas sub-regiões mais urbanizadas (com destaque para o Grande Porto). Todavia, mesmo nesta sub-região registou-se um decréscimo da geração deste tipo de resíduos, o que indicia um aumento da cobertura de recolha selectiva de resíduos sólidos recicláveis.

A região Norte apresenta mesmo uma maior capacidade de cobertura relativa (face à média nacional) na utilização de processos de reciclagem para o tratamento dos resíduos sólidos.

Em termos da taxa de cobertura de população por sistemas de drenagem e do tratamento de águas residuais, o Norte apresenta menores taxas de cobertura populacional que as registadas, em média, a nível nacional. Saliente-se, contudo, o esforço de melhoria destes indicadores observado entre 1998 e 2001, sobretudo no que respeita ao aumento da cobertura ao nível dos sistemas de tratamento de águas residuais.

A região Norte apresenta níveis de produção de resíduos sólidos urbanos per capita que, no contexto nacional, se podem considerar relativamente baixos, mas que devem ser devidamente enquadrados no contexto da sua dicotomia específica, entre a existência de espaços marcadamente urbanos (onde se gera

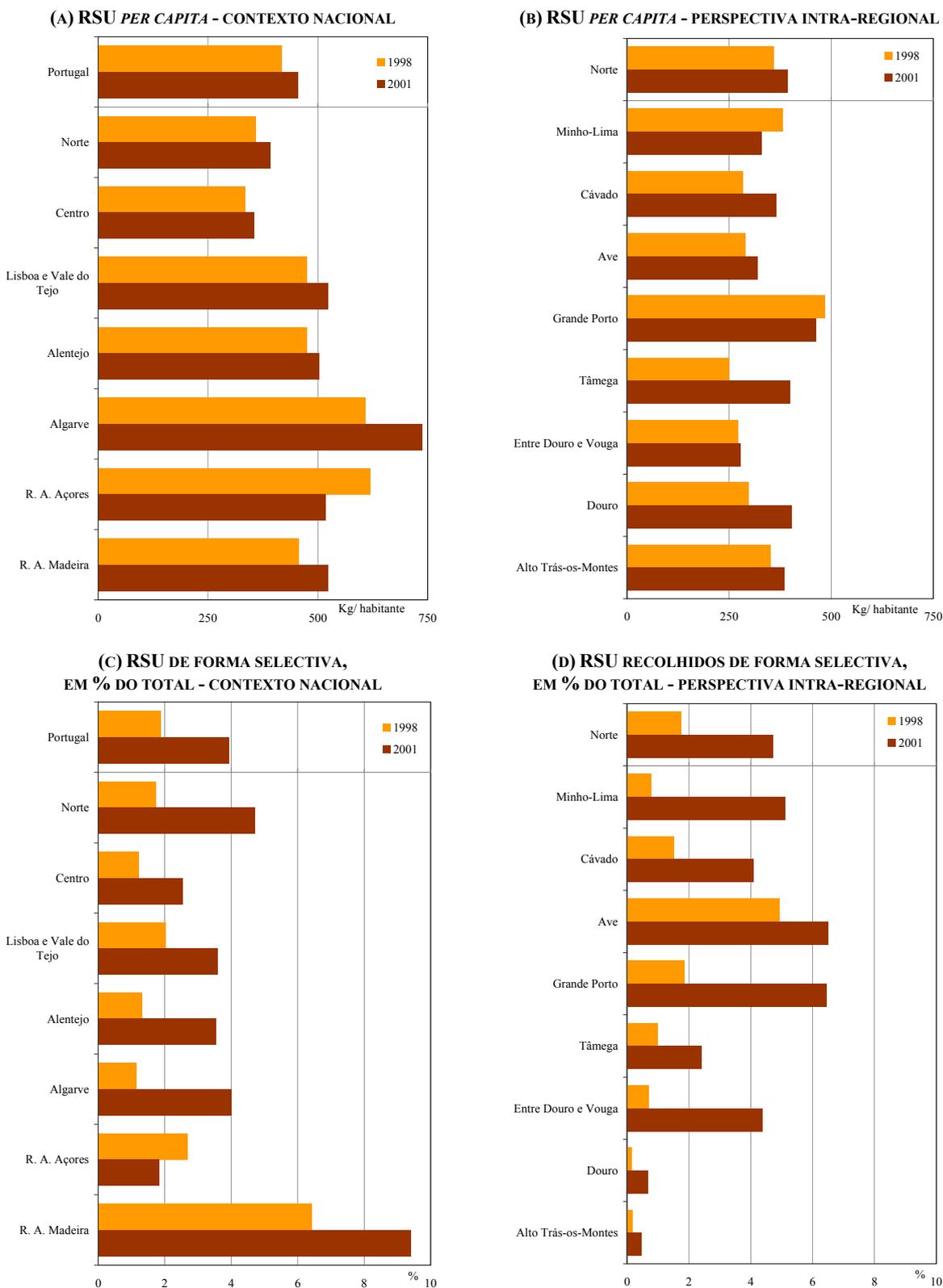
maior quantidade de resíduos sólidos urbanos per capita, até porque a própria recolha é mais organizada e eficiente) e espaços com características predominantemente rurais, onde a densidade populacional é francamente mais baixa. Veja-se, na Figura 3.3.10 - B, o nível mais acentuado de geração de resíduos sólidos urbanos per capita da região Grande Porto, cuja ligeira diminuição (tal como na região Minho-Lima), entre 1998 e 2001, poderá ser explicada por um aumento tendencial da cobertura da recolha selectiva de resíduos sólidos recicláveis e por uma maior eficácia das campanhas de reciclagem.

A recolha de resíduos sólidos urbanos que é efectuada de forma selectiva em Portugal situa-se bastante aquém da que seria necessária para garantir uma protecção do ambiente adequada, não obstante os esforços que têm sido efectuados nestes últimos anos no sentido da sensibilização da sociedade para a sua importância. Na região Norte, em 2001, perto de 5% da recolha de resíduos sólidos urbanos era efectuada de forma selectiva – valor que supera a média nacional – tendo-se verificado um progresso significativo (quase que triplicou) relativamente aos valores de 1998. As sub-regiões que evidenciaram maiores crescimentos neste indicador foram o Grande Porto, o Minho-Lima, Entre Douro e Vouga e Cávado.

O grau de eficiência na correspondência entre as necessidades regionais de recolha dos resíduos sólidos urbanos e a resposta obtida em termos da sua recolha selectiva cria duas realidades distintas na região:

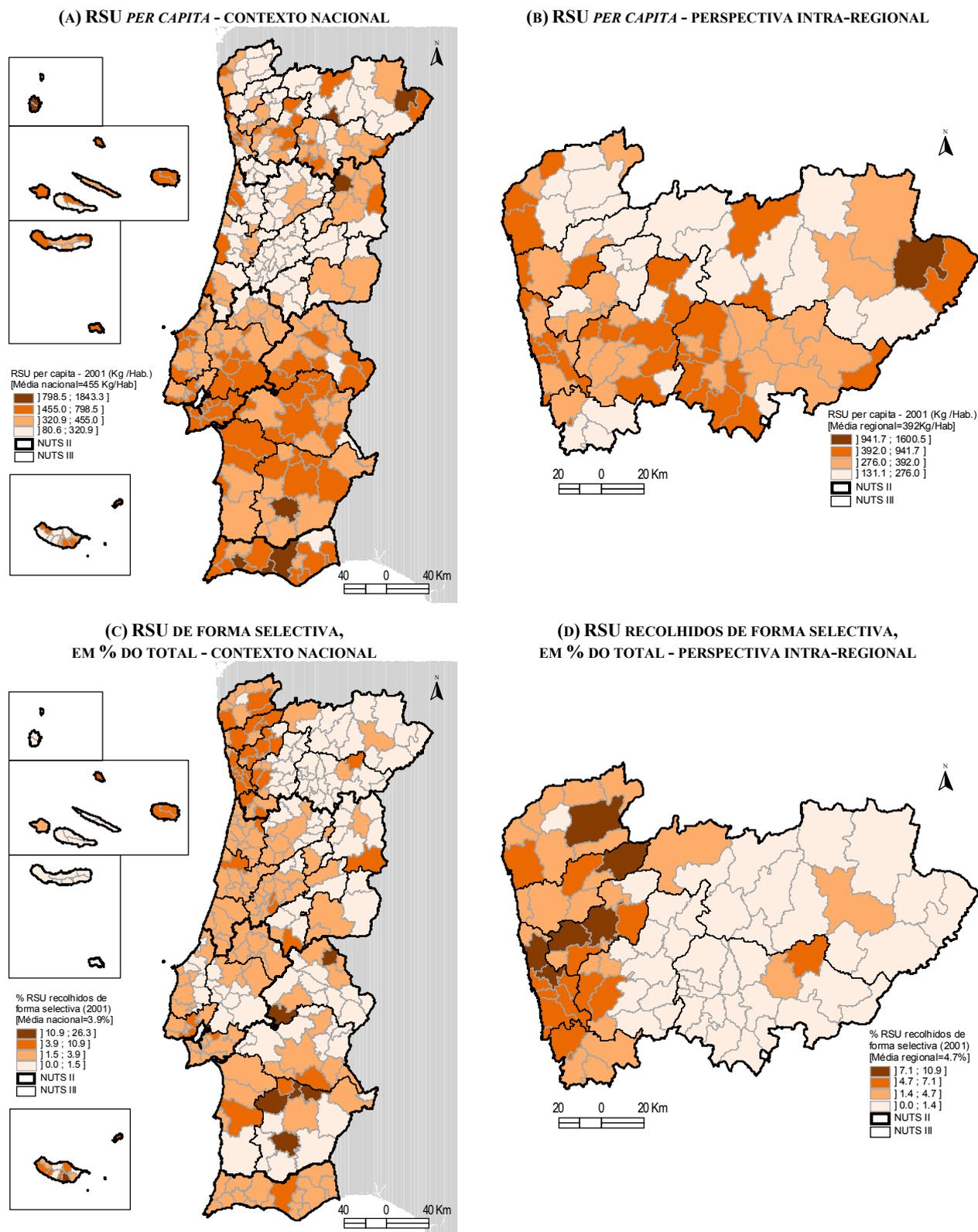
- uma realidade predominantemente litoral e urbana, abrangendo as NUTS Minho-Lima, Cávado, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Ave, e, parcialmente, a região Tâmega, em que o grau de cobertura relativa dos resíduos recolhidos selectivamente cria uma realidade que, no contexto nacional, é das mais significativas (veja-se a “mancha alaranjada” que se concentra nestas sub-regiões no mapa C da Figura 3.3.11), principalmente se se considerar que nelas o grau relativo de produção de resíduos sólidos não é dos mais elevados a nível nacional (a mancha do gráfico A assume uma tonalidade tendencialmente mais branca);
- uma realidade mais interior e rural, abrangendo as NUTS Alto-Trás-os-Montes, Douro e os concelhos mais interiores da região Tâmega, em que o grau de cobertura relativa dos resíduos recolhidos selectivamente cria uma realidade que, no contexto nacional, é das mais preocupantes (veja-se a “mancha branca” que se concentra nestas regiões no mapa D, com excepção para os concelhos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Macedo de Cavaleiros), num contexto de produção de resíduos sólidos ligeiramente menos expressivo que a nível nacional.

FIGURA 3.3.10 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS (1998 E 2001)



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente

FIGURA 3.3.11 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) RECOLHIDOS: PERSPECTIVA CONCELHIA (2001)



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do INE, Estatísticas do Ambiente